



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII Nº 114, TERÇA-FEIRA, 15 DE AGOSTO DE 2017

BRASÍLIA - DF





## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)**

Presidente

**Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)**

1º Vice-Presidente

**Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)**

2º Vice-Presidente

**Senador José Pimentel (PT-CE)**

1º Secretário

**Senador Gladson Cameli (PP-AC)**

2º Secretário

**Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)**

3º Secretário

**Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)**

4ª Secretário

## SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

**Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho**

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Ilana Trombka**

Diretora-Geral do Senado Federal

**Roberta Lys de Moura Rochael**

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

**Quésia de Farias Cunha**

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

**Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro**

Coordenadora de Elaboração de Diários

**Alessandro Pereira de Albuquerque**

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

**Deraldo Ruas Guimarães**

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### PARTE I

#### 1 – ATA DA 114ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 14 DE AGOSTO DE 2017

1.1 – ABERTURA .....	6
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
<b>1.2.1 – Oradores</b>	
Senadora Ana Amélia – Críticas às declarações do ex-Presidente Lula contrárias à condução da Operação Lava Jato e à forma como a imprensa a tem divulgado; e outros assuntos. ....	6
<b>1.2.2 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)</b> .....	11
<b>1.2.3 – Oradores (continuação)</b>	
Senador José Medeiros – Manifestação contrária à narrativa do PT a respeito de suposto retrocesso social nas políticas públicas adotadas pelo Governo Federal; e outros assuntos. ....	11
1.3 – ENCERRAMENTO .....	17

### PARTE II

#### 2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 114ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE	
<b>2.1.1 – Ofício da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste</b>	
"S" nº 55/2017 (1.482/2017, na origem), que encaminha Relatório do Banco do Brasil sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste no exercício de 2016. ....	19
<b>2.1.2 – Ofício do Banco da Amazônia</b>	
"S" nº 54/2017 (nº 206/2017, na origem), que encaminha o Relatório de Gestão integrante do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) referente ao Exercício de 2016. ....	129



### 2.1.3 – Ofício do Ministro de Estado da Educação

Nº 165/2017, na origem, em resposta ao Requerimento nº 370/2017, da Senadora Fátima Bezerra. . 309

### 2.1.4 – Pareceres

Nº 94/2017-CCT, sobre o Ofício "S" nº 50/2015. .... 311

Nº 95/2017-CCT, sobre o Ofício "S" nº 14/2017. **Arquivamento dos referidos ofícios.** .... 317

Nº 96/2017-CCT, sobre o Ofício "S" nº 19/2017 **(conclui pela apresentação do Requerimento nº 624/2017).** .... 324

Nº 97/2017-CCT, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 95/2016 **(conclui pela apresentação do Requerimento nº 625/2017).** .... 331

Nº 24/2017-CTFC, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 48/2017. **Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao referido projeto.** .... 339

Nº 26/2017-CTFC, sobre a Proposta de Fiscalização e Controle nº 2/2016 **(conclui pela apresentação do Requerimento nº 629/2017).** .... 346

### 2.1.5 – Requerimentos

Nº 624/2017 (apresentado como conclusão do Parecer nº 96/2017-CCT), de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. .... 363

Nº 625/2017 (apresentado como conclusão do Parecer nº 97/2017-CCT), de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. .... 370

Nº 626/2017, do Senador Humberto Costa, de autorização para desempenho de missão em 20 e 21 do corrente. .... 377

Nº 627/2017, do Senador Roberto Requião, de autorização para desempenho de missão no período de 23 a 26 do corrente. .... 384

Nº 628/2017, do Senador José Medeiros e outros Senadores, de realização de sessão especial, destinada a homenagear os 500 anos da Reforma Protestante no Brasil, em 31 de outubro próximo. .... 386

Nº 629/2017 (apresentado como conclusão do Parecer nº 26/2017-CTFC), de informações ao Ministro de Estado de Estado de Minas e Energia. .... 388

## PARTE III

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL ..... 404

4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA ..... 407

5 – LIDERANÇAS ..... 408

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS ..... 412

7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO ..... 420

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES ..... 423

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS ..... 470

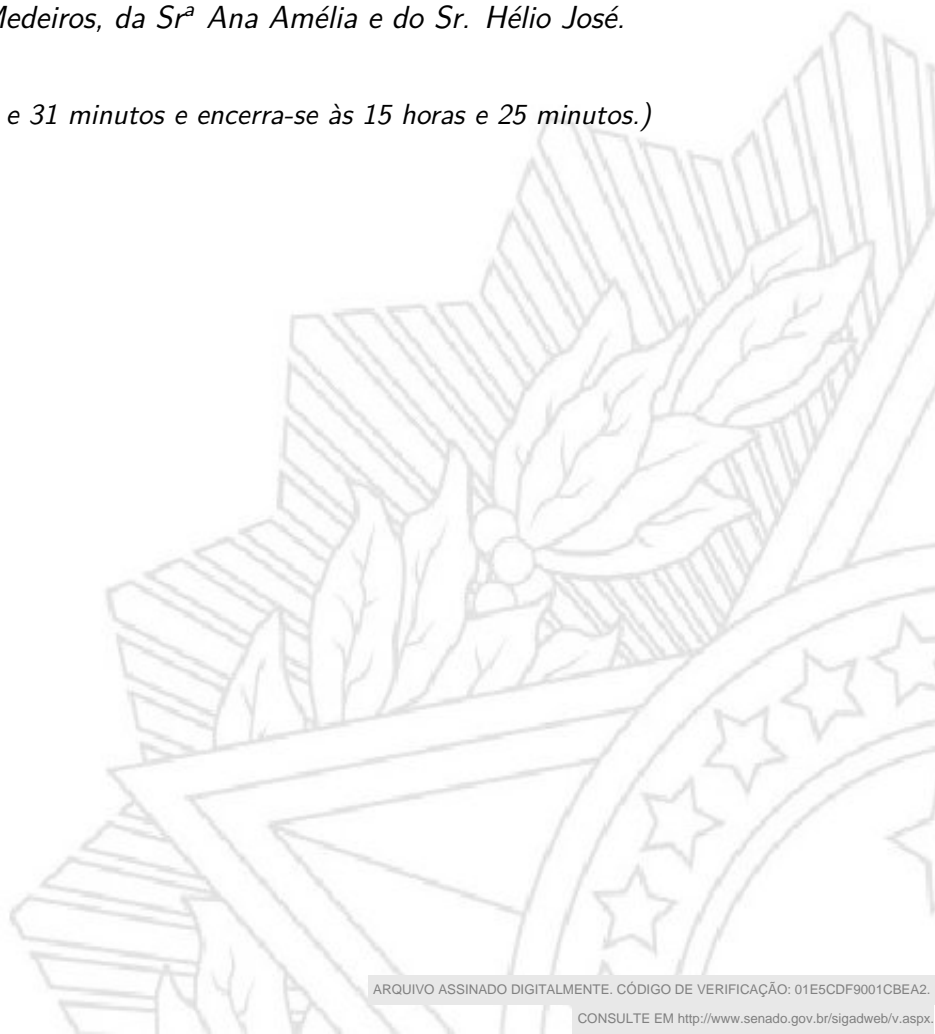


## Ata da 114ª Sessão, Não Deliberativa, em 14 de Agosto de 2017

### 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

*Presidência do Sr. José Medeiros, da Srª Ana Amélia e do Sr. Hélio José.*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 31 minutos e encerra-se às 15 horas e 25 minutos.)*





**O SR. PRESIDENTE** (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Declaro aberta esta sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul, pelo tempo regimental.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente desta sessão, Senador José Medeiros, que fez uma maratona para chegar até o plenário desde o seu gabinete, que fica próximo do meu, no térreo da Ala Afonso Arinos de Melo Franco, e aqui está para abrir esta sessão.

Caros telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, Senador José Medeiros, não é novidade que nós temos, com toda a frequência, ouvido – de certa forma, alarmados – declarações atribuídas ao ex-Presidente da República, em diversos eventos, que contradizem radicalmente aquele líder político que, para vencer as eleições em 2002, fez a campanha do paz e amor. Agora, por conta da Lava Jato e do desastre eleitoral em 2016, o ex-Presidente da República colocou a faca nos dentes e, como guerreiro – não sei se camicase, mas à moda de Maduro –, decidiu arregaçar as mangas e, a cada instante que fala, fazer ameaças.

A primeira delas, evidentemente, foi tentar nocautear a Lava Jato: os juízes que comandam essa operação, os investigadores da polícia, os membros do Ministério Público. Também não é novidade o ataque sistemático à imprensa, a mesma imprensa que – ele esquece – foi responsável por guindá-lo à glória com a eleição em 2002 e com a reeleição subsequente e também por ele colocar na Presidência, com o apoio da mídia, como se falava, o candidato que ele ungisse, como o fez em relação à ex-Presidente Dilma Rousseff.

**O SR. PRESIDENTE** (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Um poste.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agora, ele volta à carga para atacar a imprensa e dizer, como o fez na sexta-feira, em uma universidade pública federal no Rio de Janeiro, em claro e bom som, que, voltando ao poder, vai fazer a regulação da imprensa. É um eufemismo para dizer: amordaçar, censurar e colocar um torniquete na mídia que tanto incomoda o ex-Presidente e também os líderes do seu Partido. Então, não é novidade que isso vem acontecendo agora, por conta de novos episódios.

Na semana passada, houve um desarquivamento do processo relativo ao mensalão, no qual ele foi denunciado. Ele se safou direitinho do mensalão, mas houve provas robustas para reafirmar e confirmar a sua liderança sobre o mensalão.

E agora, em relação à Lava Jato, repete-se a mesma cantilena de atacar o juiz, especialmente Sergio Moro, que, na visão de Lula, teve a ousadia, como se ele não estivesse tão estritamente se valendo dos autos, das provas, de depoimentos, do trabalho investigativo da Polícia Federal e da denúncia feita pelo Ministério Público. O que o juiz fez foi tão somente avaliar tudo que recebeu de material, das provas, dos testemunhos e, em cima disso, fazer a sentença que foi apresentada em relação a esse episódio da Lava Jato, em três dos processos que incluem o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

É claro que, se chegar a isso, mais do que amordaçar a imprensa, como se tentou lá com a PEC 37 – e não só a imprensa, mas também o próprio Ministério Público –, eu penso que nós vamos ter um banho de Venezuela, não da Venezuela anterior a Chávez e Maduro, mas da Venezuela de Chávez e, sobretudo, a Venezuela de Maduro. A Venezuela de Nicolás Maduro tornou o Poder Judiciário servil; calou, fechou, amordaçou um Poder Legislativo eleito



democraticamente pela sociedade venezuelana – e esse resultado do voto popular não foi respeitado –; fez uma Constituinte à sua imagem e semelhança; e destituiu o Congresso legitimamente eleito. E mais: a Procuradora da República da Venezuela, que ousou mostrar as graves violações ao Estado de direito, também foi afastada liminarmente do quadro da sua função. Que ninguém acesse o caminho de Maduro, porque ele é um ditador sanguinário, violento, que não respeita as regras democráticas, mesmo que uma Constituinte como ele fez esteja prevista na Constituição daquele país, ao tempo em que o Hugo Chávez presidia a Venezuela.

Pois que essas ameaças fiquem talvez na retórica do líder da Coreia do Norte em relação à bomba atômica ou também nos arroubos do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump; que essa retórica apenas atemorize o mundo. Nunca se sabe qual é o limite dessa retórica: se ela está sendo apenas da boca para fora ou se ela tem realmente a intenção de fazer o que estão anunciando o líder da Coreia do Norte e o Presidente dos Estados Unidos. O fato é que nós vamos ver ainda muitas coisas acontecerem, porque nosso vizinho, Venezuela, está aí para nos mostrar.

É lamentável que o Presidente volte sempre a acusar o Ministério Público, a Justiça e a Polícia Federal, porque têm agido no Brasil. E aí está o detalhe fundamental do valor que esta crise está mostrando ao País: a independência, a soberania e a autonomia das suas instituições – Poder Judiciário, Ministério Público e Polícia Federal – e a mídia funcionando com toda e absoluta liberdade, atacando desde o Presidente da República até as decisões da Suprema Corte e as atitudes da futura Procuradora e as do Procurador que está ainda no exercício do cargo. Não há nenhum cuidado em relação a não cumprir tão somente o dever de informar a sociedade brasileira, doa a quem doer.

Parece até que nós, nesse caso do ex-Presidente Lula, precisamos tratar de maneira diferente situações iguais. Ninguém está acima da lei. É bom repetir isso. É claro que nenhum magistrado está acima da lei, mas não respeitar uma decisão judicial fundamentada em provas robustas é não aceitar o Estado democrático de direito em que estamos vivendo.

A propósito, vale lembrar também, Senador José Medeiros, um artigo que a jornalista Eliane Catanhêde publicou na sua coluna do jornal *O Estado de S. Paulo* nesse domingo. Ela faz uma série de questionamentos que, pela procedência, nos instiga a pensar melhor em tudo que está acontecendo. Trago aqui alguns elementos publicados pela jornalista tão respeitada Eliane Catanhêde. Ela escreveu:

A toda hora surge um dado novo ameaçando as benesses mais do que camaradas do acordo de delação premiada entre a PGR e os irmãos Joesley e Wesley Batista [...]. A opinião pública ficou perplexa [e ela tem razão] com a facilidade com que eles corromperam todo mundo, prepararam uma cilada para o presidente da República e se mandaram para os EUA, com passaportes, avião, lancha e luxo. Agora, é a própria Lava Jato que se insubordina contra isso [que aconteceu].

Prossegue Eliane Catanhêde:

O primeiro recado foi [...] do Supremo [Tribunal Federal], que abriu uma porta para a revisão do acordo dos Batista. Em seguida, a PF divulgou relatório atestando a inutilidade da delação do ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado contra os senadores Romero Jucá e Renan Calheiros e o ex-presidente José Sarney. Foi considerado a primeira de uma série de contestações aos acordos, inclusive dos irmãos da J&F. E foi mesmo.



Logo depois, veio à tona outro parecer da PF afirmando que três delatores-chave da Lava Jato apontaram “visões conflitantes” e “em nada auxiliaram” o inquérito contra o ex-ministro Antonio Palocci: o doleiro Alberto Youssef, o ex-diretor da Petrobrás Paulo Roberto Costa e o operador de propinas Fernando Baiano. Foi mais um sinal de alerta para Joesley e Wesley Batista.

Agora, uma bomba [verdadeiramente], ou uma briga em família. A própria mulher de Joesley, jornalista Ticiania Villas Boas, desmente a versão do lobista da JBS Ricardo Saud de que, num jantar no apartamento do casal, houve acordos de propina para o deputado Fábio Faria [...], casado com Patrícia Abravanel, do SBT. Em telefonema gravado, Ticiania diz a Patrícia que é “um absurdo” e se oferece para testemunhar a favor do casal.

Vejam como as coisas andam.

Para piorar, o procurador Ivan Cláudio Marx, do DF, diz que Joesley falou só por falar de uma conta ilícita de US\$150 milhões para os ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff, porque não há nenhuma prova disso. Na sua delação, Joesley não apenas citou os dois e os valores da propina como especificou que seriam contrapartida para aportes bilionários do BNDES para o Grupo J&F. Mas não provou.

Onde está esse dinheiro? Onde foram parar US\$150 milhões? Não é pouco dinheiro. Ele não esvoaça, não vai ao vento, está em algum lugar, ou os irmãos mentiram – e isso é grave, tem que ter uma severa punição, entre elas a perda total dos benefícios recebidos na delação que fez o Sr. Joesley Batista.

A conclusão do Procurador Marx, designado para cuidar do caso na primeira instância, pode ser muito boa para Lula e Dilma, mas é ruim para os até agora impunes Joesley e Wesley. Primeiro, porque mentiras podem gerar a anulação dos benefícios do acordo de delação. Segundo, porque uma das principais críticas é que eles focaram em Temer e deixaram de fora Lula [e Dilma].

É aquilo que eu disse: esconderam o dinheiro? Esse dinheiro não existia – US\$150 milhões? Aonde foi esse dinheiro? Onde foi depositado? Quem gastou? Quem pegou? Não pode simplesmente o delator dar uma declaração como testemunho verbal e não apresentar as provas para onde foi que mandou esse dinheiro em favor de Lula e Dilma.

A J&F só virou uma potência mundial no governo Lula, que abriu os cofres do BNDES para os “campeões nacionais” e foi de uma generosidade ímpar com os irmãos goianos. Mas, na delação, Joesley só gravou e prejudicou Temer, que pouco conhecia e cujo governo havia negado um salto importante do grupo: a transferência oficial da sede para a Irlanda.

É legítimo supor [portanto, como argumenta muito bem a jornalista Eliane Catanhêde] que Joesley citou as contas de Lula e Dilma porque tinha de falar qualquer coisa contra eles, mas sabendo que não haveria consequências. Uma conta sem nomes? Espertamente [indaga Eliane Catanhêde], teria fingido delatar os dois, criando uma história que daria “carne aos leões” da Lava Jato e viraria pó na justiça. Teria sido deliberadamente algoz de Temer, protegendo seus reais parceiros. Esse é um dos nós do acordo de delação,



lembrando que, com uma eventual revisão, as benesses caem, mas o efeito das delações continua.

Há, ainda, a CVM contra operações de câmbio e de ações da JBS justamente quando explodiu a delação. A defesa diz que foi "coincidência", mas é difícil derrubar a suspeita de "informação privilegiada", que também pode atingir o acordo de delação. A velha ganância ameaça as espetaculares vantagens que Joesley e Wesley receberam ao tentar derrubar Temer. O presidente escapou da guilhotina, mas os irmãos podem estar a caminho dela.

Eu trago esse artigo, Senador José Medeiros, e peço a transcrição nos *Anais do Senado* dessa instigante apresentação dos elementos trazidos pela jornalista Eliane Cantanhêde como base para que também nós tenhamos aqui esses mesmos questionamentos, porque se trata, sem dúvida, também de um aspecto político relevante, já que tudo isso tem impacto, sim, sobre o cenário político, sobre a avaliação do Congresso e sobre o que vai acontecer nas eleições em 2018.

Não pode, evidentemente, um delator ter esse grau de irresponsabilidade e sair aí gozando da cara de todos os brasileiros, fazendo como nos personagens caricatos dos filmes, dando uma banana à sociedade brasileira. Não é possível que tenhamos aqui o descuido de não levar em consideração.

Tenho a convicção de que o Procurador da República aqui do Distrito Federal teve muita habilidade não só em reabrir esses processos, mas, também, em dar um cuidado especial a um caso tão grave quanto esse para se evitarem injustiças e para não deixar impune quem é responsável por um crime que eu considero até hediondo.

Afinal, o ex-Presidente da República declarou que a Lava Jato não é uma operação judicial – abro aspas: “Quem compõe a Lava Jato é um Partido político”. Que declaração desrespeitosa com os magistrados, com o Ministério Público e com a Polícia Federal, que estão comandando essa operação. Desrespeitosa, desrespeitosa! Uma operação que, pelo grau de corrupção que aconteceu, envergonha o País.

Aliás, na visão do ex-Presidente da República, a Operação Lava Jato é responsável pela destruição da Petrobras e da indústria naval brasileira. O Presidente deve saber que o que destruiu a Petrobras e a indústria naval não foi a Lava Jato, foi a corrupção desenfreada que consumiu o dinheiro que era do povo brasileiro. A Petrobras é um dos maiores orgulhos do nosso País e também as empresas da indústria naval, que poderiam se beneficiar enormemente de um projeto de autossuficiência, de independência no setor naval, nas plataformas marítimas, foram também tragadas pelo grau de profunda corrupção que envolveu todo o sistema. E todo o Brasil sabe...

*(Soa a campainha.)*

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... quem começou todo esse processo, não adianta tentar tapar o Sol com a peneira. A vergonha e a destruição da Petrobras não são da Lava Jato, foram da corrupção, e ela precisa ser punida rigorosamente, porque ninguém neste País, Senador Medeiros, está acima da lei. Ninguém, nem o Presidente da República, nem o Presidente do Supremo, ninguém está acima da lei.

Eu queria, para finalizar, Senador Medeiros, dizer que aqui, nesta tribuna, várias vezes, Líderes do Partido do Presidente Lula defenderam ardorosamente, eu diria como uma missão evangelizadora até – e, aí, para cometer uma comparação equivocada até, porque evangelizar é





ensinar o bem, é levar a espiritualidade, os ensinamentos mais elevados –, mas eu digo evangelizadora na medida...

**O SR. PRESIDENTE** (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – No sentido de doutrinar, não é?

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – No sentido da doutrinação, da doutrinação em defesa, nesta ou naquela tribuna, pelo financiamento público de campanha como forma de moralizar o sistema político brasileiro.

E eu, nesta ou naquela tribuna, Senador, argumentava: com o povo brasileiro, que já, há quatro anos, padecia das mesmas dores – da falta de leito no hospital, da falta de vaga lá na sua Diamantina, fechando hospital, na minha cidade, com problemas sérios para as pessoas terem acesso à saúde pública, à educação, à segurança pública, olhe o Rio de Janeiro! –, pegar o dinheiro do Orçamento para botar numa campanha eleitoral, com todo o respeito que merece quem trabalha certo...

Comigo, em 2010, o sistema permitia. E hoje eu tenho a convicção de que os Ministros da Suprema Corte, que tomaram duas decisões considerando inconstitucional a cláusula de barreira... Não se estava proibindo nenhum partido de existir. Podem se formar partidos políticos a torto e a direito. A questão é tão somente, para ter acesso ao fundo partidário e a assento aqui, nesta Casa, ou na Câmara Federal, se respeitar uma série de condições: um percentual de votos obtidos do País em tantos Estados e num colégio eleitoral que garanta assento aqui, porque aqui nós temos Líderes de um partido só, nós temos na Câmara a mesma coisa. Então, a cláusula de barreira é tornar mais sério o funcionamento do quadro partidário. Nós temos 40 partidos hoje, praticamente, com assento na Câmara e aqui no Senado, Senador. É ingovernável um país com 40 partidos! Então, a cláusula de barreira, que foi considerada inconstitucional pelo Supremo, que entendeu que seria uma violação ao direito de formação de um partido político, não era isso. Era criar as condições da elegibilidade, da representatividade, porque hoje fazer partido político é um bom negócio: tem acesso ao milionário fundo partidário.

E a sociedade hoje se insurge, mas eu já falava lá naquela época: como a sociedade vai entender que o dinheiro que falta para tantas coisas necessárias e essenciais à população vai ser aplicado na campanha eleitoral? A sociedade não entende, Senador, e não entende por uma questão de lógica.

Quarenta e quatro por cento dos recursos para a área das Forças Armadas estão correndo um risco sério de inviabilizar o funcionamento da Marinha, Aeronáutica e Exército com projetos que são... Eu vou só citar um: Sisfron, o sistema de controle da fronteira. Só isso já bastaria para ter medo. O que estão fazendo as Forças Armadas no Rio de Janeiro para tentar atenuar, mitigar o absoluto caos naquele Estado em matéria de segurança pública?

Então, quando vemos que vai faltar dinheiro para as universidades ou vai faltar dinheiro para a área de saúde, não dá para, de fato, entender que R\$3,6 bilhões sejam colocados na área. Mas não foi por falta de alerta. Muitas vezes, eu disse: a questão era regular, controlar e que o Tribunal Eleitoral fosse rigoroso na fiscalização das contas.

Eu recebi recursos do setor privado em 2010 e em 2014, quando a legislação assim o permitia. E nenhum doador de campanha, Senador, nenhum doador, mesmo eu tendo feito leis que prejudicavam enormemente os interesses dos doadores, nenhum deles foi ao meu gabinete para dizer: "Senadora, isso vai prejudicar, e eu fui o seu doador." Ninguém fez isso. E as leis estão em vigor hoje. As leis estão em vigor hoje, beneficiando a população.



Tudo é uma questão de como fazer, da forma de fazer e da forma de fiscalizar. Agora, vamos chorar sobre o leite derramado. E, aí, vão pagar também caro em função do que isso representa na visão e na percepção da sociedade brasileira.

Muito obrigada, Senador José Medeiros.

**O SR. PRESIDENTE** (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário*. (**Vide Parte II do Sumário**)

Quero pedir à Senadora Ana Amélia que assuma os trabalhos, porque vou fazer uma fala agora.

*(O Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr<sup>a</sup> Ana Amélia.)*

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com a palavra o Senador José Medeiros.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Ana Amélia, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, todos os que nos acompanham pela TV Senado, que, aliás, está com uma nova grade de programação, Senadora Ana Amélia. Eu vi o *folder*. Está muito bonito, tudo muito modernizado. Aproveito a oportunidade para parabenizar toda a Agência Senado, o pessoal da Rádio Senado, enfim, que tem feito um trabalho extraordinário. Andamos no interior do Brasil e vemos muitas pessoas que acompanham os trabalhos da Casa através desses instrumentos.

Mas, Senadora Ana Amélia, V. Ex<sup>a</sup> fez uma belíssima fala, tranquila, serena, didática. E só quem trabalhou muitos anos diante da câmara podia fazer uma fala com presença de palco e tão esclarecedora como a que V. Ex<sup>a</sup> fez hoje.

E são muito importantes essas suas falas aqui. Não é à toa que eu ando por Mato Grosso e vejo as pessoas mandando abraço, parabenizando, homenageando, porque realmente V. Ex<sup>a</sup> presta um serviço muito importante ao Brasil. E que serviço é esse? É desmistificar, é derrubar, é destruir, é desconstruir as mentiras que são contadas aqui por certos personagens do Partido dos Trabalhadores, do Partido Comunista do Brasil e de outros anexos ao projeto de poder do Partido dos Trabalhadores.

E por que é importante que V. Ex<sup>a</sup> faça essas falas? Primeiro, como eu disse, pela forma esclarecedora, pela forma tranquila, que faz chegar às pessoas de forma bem clara. Segundo, porque suas falas são destruidoras, demolidoras desse discurso de enganação que fizeram nos últimos anos no Brasil, discurso que passou pelas escolas doutrinando, naquela linha de grêmios de tomar o poder por dentro.

Se vocês perceberam, o Partido dos Trabalhadores saiu do poder aqui em Brasília, mas boa parte dos nossos órgãos de quinto, de quarto ou de terceiro escalões estão ainda aparelhados por essa doutrina; a nossa academia está aparelhada por essa doutrina. Algumas das nossas empresas privadas – olhem bem – estão aparelhadas por essa doutrina. Sabe por quê? Porque eles fizeram o capitalismo de Estado. E como funciona o capitalismo de Estado? Eu chamo alguns parceiros – às vezes, quem está no poder até se adona de parte dessas empresas para que elas sirvam de transferência de dinheiro público para os organismos partidários. Então, eram feitos aportes muito grandes de somas de dinheiro através do BNDES, Caixa Econômica e Banco do Brasil para essas empresas. E, com isso, eles foram se não se adonando, mas tomando conta da cúpula da empresa,



criando uma simbiose entre público e privado de forma que aparelharam também essas. Então, caíram do poder, mas continuaram mandando e dominando.

Basta ver essa delação que V. Ex<sup>a</sup> citou aqui do Joesley Batista. Notadamente, notadamente, ninguém aqui é a velhinha de Taubaté para acreditar que, de repente, num certo dia, Joesley acordou arrependido dos seus pecados e disse: "Eu vou salvar a República". Munido de um gravador, ele saiu tal qual D. Quixote, bateu às portas do Jaburu, começou a tentar puxar a língua do Presidente para criar uma situação e, depois, foi ao Ministério Público se dizendo arrependido de todos os seus pecados, chamando a cúpula da empresa e fazendo um belo acordo e indo morar na Sibéria. Opa, não. Sibéria, não. Em Nova York, na 5<sup>a</sup> Avenida.

Então, esse é o cenário que nós vivemos até agora, cenário de, por exemplo, pregação do Eldorado de que... E aí, em homenagem a V. Ex<sup>a</sup>, vou citar um caso. Rio Grande é uma cidade lá no Rio Grande do Sul, e esse discurso de que o Brasil ia se tornar um paraíso foi feito lá na cidade de Rio Grande. Eu, que nunca tinha visitado o Rio Grande do Sul, fui justamente para a cidade de Rio Grande. E, quando cheguei lá, parecia aqueles povoados de faroeste quando havia a corrida do ouro, com todo mundo naquela efervescência pensando que ia ver um grande desenvolvimento na cidade devido ao ouro. E a isso assistíamos muito bem nos filmes de faroeste – aquela alegria, parecendo que alguma coisa boa iria acontecer. Foi assim que eu me senti quando estive em Rio Grande, todas as pessoas muito otimistas com o programa da Petrobras, que iria fazer ali o polo naval, polo petroquímico, mas, daí alguns anos, descortinou-se o véu da realidade e abateu-se a depressão sobre aqueles moradores. E sabe por quê? Porque não se concretizou, os empregos não vieram e nada daquele desenvolvimento que se esperava para a cidade aconteceu. Esperança frustrada. Venderam ouro de tolo para os moradores de Rio Grande, assim como fizeram em vários Estados do Brasil, como Abreu e Lima, lá no Rio de Janeiro ou Mato Grosso, com a BR-163. Essa foi a realidade.

Mas, aí, como essas pessoas criaram um cenário de efervescência e, em dado momento, um cenário desenvolvimentista – isso aconteceu de forma bem artificial –, gerou-se um certo momento de alegria no País. Criaram crediários de 80, 90 prestações, e as pessoas que andavam de moto compraram um carro e quem andava de bicicleta comprou uma moto. E hoje eles dizem: "Olha, estão contra o Lula porque o Lula fez as pessoas andarem de avião. Na época do Lula, as pessoas compraram moto. Na época do Lula, as pessoas tinham carro."

Senadora Ana Amélia, eu sou um exemplo de classe média, classe média baixa. Eu não posso mandar os meus filhos, todos os anos, para a Disney, mas, se eu der cheque sem fundo, com o crédito que tenho devido ao salário do Senado, eu consigo, pelo menos por um ano, viver uma vida de bacana, quiçá até andando em jatinhos executivos por aí. Mas uma hora a conta chega; e, quando a conta chega, aí é que está! Aí é como se diz lá em Caicó: aí que a porca torce o rabo.

E nós estamos neste momento, a conta chegou. E o que dizem eles? "Olha, vocês estão vendo o que este Governo golpista e usurpador de Michel Temer está fazendo? As pessoas estão desempregadas." Tampam a realidade de que este Governo pegou o Brasil com 12 milhões de desempregados e de que os desempregados que estão aí é simplesmente a inércia do que já vinha, de uma economia destrozada, de um País com uma crise fiscal sem tamanho. Como dizia a velha cartilha de Lênin: acusem os outros do que você faz e xinguem os outros do que você é. E aqui, todos os dias, nós escutamos isso.

E, nos Estados, os Parlamentares que tentam, como a Senadora Ana Amélia, contar a verdade são achincalhados. Eu não sei se já estão fazendo *outdoor*, na sua cidade, contra a



senhora; mas, na minha cidade, por exemplo, foram estampados os rostos de todos os Senadores e Deputados em *outdoor*, em vários lugares. E, olha, uma rodada de *outdoor*, gente, custa caro; uma rodada de *outdoor* numa cidade é no mínimo R\$40 mil, R\$50 mil. Mas eles arrumam dinheiro. No sábado, por exemplo, em Cuiabá, contrataram um carro de som – um carro de som, não; um trio elétrico – e foram à praça para fazerem o enterro dos que votaram a favor da reforma trabalhista. Eu até agradeço a quem fez a minha foto no caixão, porque fiquei até bonitinho.

O que ocorre? O que dá para notar é que eles não encontram mais ressonância na sociedade, porque havia carro de som e duas ou três pessoas nessa manifestação.

E aí eles mentem contra esses que tentam contar a verdade aqui. Tentam dizer que o trabalhador está sendo precarizado.

Aliás, por falar em doutrinação, eu vi no *Valor Econômico* a entrevista de um diplomata. Que triste, que pena ver uma pessoa esclarecida ter tanta má-fé numa entrevista. Ele começa dizendo que a reforma arrebenta o País. E é uma loucura, porque – eu volto a dizer aqui – essa reforma que votamos só vai melhorar o ambiente, pois, da forma como estava vindo, queriam que a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) passasse a ser um instrumento draconiano, pior do que o Código Penal, contra quem produz empregos. E tudo o que nós não precisamos é desestimular as pessoas de produzirem empregos, de gerarem empregos, porque, se não há quem gere emprego, não há quem vá estar empregado. E nem todo mundo tem o tino e a vontade de ser empreendedor.

Então, nessa linha da doutrinação que a Senadora Ana Amélia falou aqui, eles começaram a dizer: "Olha, o trabalhador só vai ter meia hora de almoço." Isso é uma doidice! Isso é uma insanidade! Não se mexeu na hora de almoço. O que a lei passou a dizer é o seguinte: se eu tenho o aniversário do meu filho no sábado e eu não quero trabalhar no sábado, eu posso combinar com o patrão. Eu posso chamá-lo e dizer: "Patrão, se eu tiver menos tempo de almoço, se eu trabalhar com menos tempo de almoço de hoje até sexta-feira – ou se eu trabalhar mais tempo e tiver menos horas de almoço –, eu posso no sábado não vir?" Se o patrão achar por bem, e eu combinar com ele pois quero, beleza, tudo bem. No sábado, você vai ter tempo para arrumar o aniversário do seu filho. Ou se eu quiser ir a uma pescaria, eu posso negociar isso. Bem, mas eles dizem que as pessoas só vão ter meia hora de almoço.

Eu quero saber, quando a lei for implantada, Senadora Ana Amélia, o que eles vão dizer quando o trabalhador perceber que vai continuar tendo seu horário normal de almoço, como já tinha.

Passaram a dizer o seguinte: o trabalhador não terá mais trinta dias de férias. Volto a repetir: é mentira! É sandice! É doidice! É má-fé! Não é verdade. O trabalhador continuará tendo 30 dias de férias. O que ele pode fazer, o que a lei permite agora é que, se ele quiser, assim como o funcionário público – porque já existe isso no funcionalismo público –, repartir as férias dele em duas vezes, tirar 15 dias em janeiro e mais 15 dias em dezembro, ou em três vezes, vai poder! Aliás, existe a grande possibilidade de ele ter mais de trinta dias de férias, porque, se ele for um bom calculador, ele pode pensar: "Bom, vai haver um feriado prolongado no Carnaval. Se eu tirar as minhas férias antes do feriado prolongado, vou ter meus 10 dias de férias e mais 5", por exemplo, ou mais 3. E, como há vários feriados no ano, ele pode calcular para ter férias desse tipo.

Mas fazem questão de vir aqui e dizer: "O trabalhador não terá mais 30 dias de férias." Para quê? Para deixar as pessoas enraivecidas, para deixar as pessoas descontentes. E sabem qual é o





objetivo disso? Arrebanhar descontentes. Não existe coisa mais fácil do que arrebanhar descontentes! Não é de hoje essa cartilha.

Se você é um bom leitor ou se já leu a Bíblia, vai ver que isso foi feito por Absalão, filho de Davi. Ele tinha uma encrenca com o pai e queria o poder. E dizem que ele ficava observando, nos portões do palácio, a pessoa que chegava. E ele via quem saía descontente e falava: "E aí, como foi que julgaram sua causa?"; "Ah! Eu não tive sucesso!"; "Pois é. Você veja que governo! Se eu fosse o rei, numa causa justa como a sua, eu ficaria do seu lado." Ele foi angariando simpatizantes até que deu um golpe no pai.

Este é um modelo antiquíssimo: querem deixar os trabalhadores em depressão, descontentes, para voltarem a ter o poderio que tinham, a tutela que tinham sobre os trabalhadores.

Mas, aí, vem a parte importante do discurso da Senadora Ana Amélia – esta é importante para o Brasil: a porca lavada voltou à lama. Este é um ponto importante, que deixo aqui para todos os brasileiros que acompanham a política e têm medo que esse modelo volte ao poder e transforme o Brasil numa Venezuela: lembrem-se de que esse Partido só conseguiu alçar à Presidência da República, chegar ao poder, após fazer a carta aos brasileiros, segundo conta a lenda urdida pelo marqueteiro Duda Mendonça, que criou a figura do "Lulinha paz e amor".

E ele passou a ter um sorriso, ajeitou a barba. Tinha aquela barba... Na época, eles pensavam que era bonito ser feio. Era aquela coisa horrível. Aí ele ajeitou a barba, deixou uma coisa bonita, um sorriso sempre bonito no rosto, a fala mansa, deixou de ter aquela gritaria. Mas, se vocês perceberem, eles voltaram a ser chatos como eram. Eles danam a gritar. É uma gritaria; parece pela-porco. É uma gritaria infundável, esbravejam. Parece que estão possessos. Voltaram a ser doidos. E o que acontece? Até dizem que ele não está mais radical, está mais maduro.

Portanto, eles resolveram copiar de vez esse modelo da Venezuela e querem apresentar com nova cara. Veja bem: o PT, que era o partido paz e amor, voltou agora à sua radicalidade. E a gente percebe que o Brasil já não aceitava naquela época, porque eles perderam na época do Collor, em 1989, depois perderam duas vezes para Fernando Henrique e, só depois de Fernando Henrique, quando fizeram a maquiagem, é que chegaram ao poder.

Então, o que a gente nota é que podem ficar tranquilos, porque desse mal nós não vamos morrer. Com esse modelo que está aí, graças a Deus, eles estão pondo realmente a cara do que é. E a realidade é o que é, não o que a gente quer que seja. E isso é bom, porque voltaram; realmente estão se apresentando aos brasileiros com a cara que têm.

Qual é a cara deles? A cara deles é aquela cara raivosa do Stédile. A cara deles é aquela cara com que se apresentaram na Esplanada dos Ministérios, quebrando tudo; é a da tomada do poder à base da força. É a da tomada do poder à base do que disse ele recentemente: voltando, ele vai tratar a imprensa na chibata; ele vai fazer o que deveria ter feito, que é controlar a imprensa. Onde é que a gente vê esse modelo? Aqui, na vizinha Venezuela. É um modelo bom? Vamos perguntar se é um modelo bom. A Colômbia já não aguenta receber tantos venezuelanos fugindo desse regime. O Brasil, em Roraima, está lotado de pessoas fugindo desse regime. As prateleiras dos supermercados estão vazias. Então, não é um regime bom.

Eu até comentei no *twitter*, se não me engano ontem, em que eu disse o seguinte: a gente podia fazer uma troca, pegar as pessoas do PCdoB, PSOL, Rede e PT que gostam do Maduro e que apoiam o regime do Maduro e mandá-las para lá; e pegar os venezuelanos que não querem o regime do Maduro e trazê-los para cá. Daria certinho. Ficaria cada um com a sua parte; e aí o



Brasil poderia seguir em paz. Mas não há problema: eles vão ficar aqui, e a resposta vai vir nas urnas.

Eles têm sido contra todas as reformas que nós estamos fazendo aqui – e são reformas que o próprio Lula defendia. São reformas que precisam ser feitas. Nós precisamos fazer uma reforma política séria. E aqui a Senadora Ana Amélia disse muito bem sobre a questão da reforma política, talvez a reforma mais importante que nós temos que fazer. Nós temos que fazer a reforma como fizemos a reforma trabalhista e tantas outras. Mas prestem bem atenção: tudo o que foi bom para o Brasil até hoje e que não foi proposto pelo PT o PT foi contra.

E aí as pessoas podem dizer: "Mas, Senador Medeiros, o senhor tem alguma coisa contra o PT? É pessoal?" Não, não é pessoal, mas é imprescindível que Parlamentares que pensem diferente possam esclarecer as coisas aqui, porque eles batem como se fosse pingo d'água, mentindo, e a população brasileira por vezes fica enganada. Eu vejo pessoas decentes, pessoas sérias que dizem: "Senador, por que o senhor votou na reforma trabalhista? Eu agora vou ter só meia hora de almoço..." Então, é contra essas mentiras que eu venho aqui.

Mas eu quero rememorar ao povo brasileiro que essa cartilha desse pessoal é posar de vítima, é posar sempre do lado dos pobres...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ... mas com o pensamento seguinte... É como dizia – vou citá-la novamente – a Bíblia: vocês dizem Senhor, Senhor, "mas o seu coração está longe de mim". Eles falam da pobreza aqui o tempo inteiro, mas o coração está longe dos pobres. Porque, vejam: quando subiram ao poder, não foi com os pobres que eles foram para a mesa. Eles foram para a mesa com a Odebrecht, com a Queiroz Galvão, com a UTC, com a OAS, com a JBS. Foi com esse povo que eles foram comer na mesa. Não havia uma mesa cheia de pobres, não havia o Palácio do Planalto lotado de pobres. Não! Aliás, houve. Na semana que antecedia o *impeachment*, eles os trouxeram em ônibus, com diárias pagas, e encheram o Palácio do Planalto, que parecia um grêmio estudantil, com pessoas de baixa renda. Foi só naquele momento; no momento do velório, eram essas pessoas que estavam lá.

Mas, rememorando esse vitimismo, a forma como se comporta e a incongruência, a falta de lógica dessas pessoas: quando o Brasil estava querendo fazer uma transição, foi apresentado Tancredo Neves; o PT foi contra Tancredo Neves. Quando houve o Plano Real – esse plano que foi mantido por eles e que deu estabilidade econômica ao Brasil –, o PT foi contra. E gritavam, como gritam agora contra a reforma trabalhista. E faziam também enterros simbólicos dos que votaram pelo Plano Real, dizendo que era um plano contra as classes menos favorecidas. Então, votaram contra o Plano Real.

Antes um pouquinho, tinham votado contra a Constituição. Votaram contra a Constituição, que hoje bradam aqui defender.

Também foram contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, assim como foram contra a PEC que tratava do teto de gastos. E por que eram contra a lei do teto de gastos? Porque a política econômica desse pessoal é gastar, gastar e gastar. E, quando o Estado estiver quebrado, eles defendem que o Estado gaste mais para tentar dar um tranco na economia, e citam pensadores. Citam, com todo arroubo, aqui Keynes. E, cada vez que citam Keynes aqui, eu creio que ele se revolve no túmulo, porque não foi isso que ele disse. Mas falemos de Keynes outra hora.



O certo é que tudo o que é bom para o Brasil o PT foi contra; mas são a favor de tudo o que é bom para o PT e para o Lula. Ultimamente, a agenda que se tem mostrado para o País é boa para eles, mas não para o Brasil.

E faço todo esse arrazoado aqui simplesmente para mostrar ao povo brasileiro que nós precisamos fazer todas estas reformas: reforma política, reforma tributária, a reforma trabalhista que fizemos... E deixo bem claro ao povo brasileiro: todo mundo vai continuar tendo o mesmo horário de almoço; todo mundo vai continuar tendo FGTS; todo mundo vai continuar tendo 30 dias de férias; todo mundo vai continuar tendo os seus direitos consagrados na Constituição! O que estão dizendo que o trabalhador vai perder é simplesmente mentira para poder ganhar voto, para arrebanhar descontente.

A reforma do ensino médio foram contra! E agora fizeram uma pesquisa que mostra que a comunidade educacional brasileira já começa a entender que nós precisávamos de uma reforma educacional...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Já termino, Senadora Ana Amélia.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria apenas aproveitar, porque estamos recebendo visitantes muito ilustres e muito caros ao senhor, Senador José Medeiros. São estudantes de Direito da Universidade de Cuiabá, de Rondonópolis – Senador Medeiros, de Rondonópolis, Universidade de Cuiabá.

Então eu queria saudar todos os senhores, o Senador José Medeiros está na tribuna e é um representante do Estado de Mato Grosso, um combativo Parlamentar, a quem eu também agradeço do fundo do coração as referências aos gaúchos que moram no seu Estado, o que têm dado estímulo para que continuemos a nossa batalha.

Então desculpa a interrupção, mas acho que era justa, porque, às vezes, a visita é muito curta e eles têm de sair da visita e o senhor não teria oportunidade de dar um abraço aos jovens estudantes da Universidade de Cuiabá, do curso de Direito de Rondonópolis.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senadora Ana Amélia, aliás eu agradeço essa oportunidade para cumprimentar os meus conterrâneos, porque sou de Rondonópolis. Aliás, os três Senadores de Mato Grosso são de Rondonópolis, e, para mim é uma honra estar falando aqui para os meus conterrâneos.

Aliás essa cidade, Senadora Ana Amélia, é uma cidade diferenciada, é uma cidade que tem um polo educacional muito importante; um polo empresarial... Cito, por exemplo, que o maior terminal ferroviário de cargas está em Rondonópolis, que é uma cidade que se tem destacado também no Índice de Desenvolvimento Humano. Lá há uma comunidade muito grande que faz Direito.

Então quero saudar aqui e agradecer por me fazerem esta homenagem de estarem aqui justamente na hora em que um representante do Estado de Mato Grosso está na tribuna do Senado.

Falava agora há pouco justamente sobre algumas reformas que temos feito aqui no Senado e que têm sido enxovalhadas pelo Partido dos Trabalhadores. Estou tranquilizando a todos os trabalhadores do Brasil de que essas reformas não são as reformas do Governo Temer, não são as reformas deste ou daquele partido. Nós vamos fazer reformas para que a gente possa gerar emprego, e obviamente que, quanto mais pessoas gerando empregos, mais desenvolvimento vamos



ter, e que essas falácias de que só vamos ter meia hora de almoço são mentiras; de que não vai ter mais 30 dias de férias são mentiras; de que daqui para frente vai ter que trabalhar 12 horas, tudo mentira, gente! Podem ficar tranquilo que, quando ela entrar em vigor, o povo brasileiro vai estar em boas mãos nessa reforma. E precisamos fazer outras.

Então agradeço, de coração, por vocês estarem aqui e quero, em breve, fazer umas visitas, porque eu assim como a Senadora Ana Amélia temos aqui, ao invés de fazermos uma revista para divulgação dos trabalhos, optado por entregar *Vade Mecum*, Constituição, enfim, códigos que possam ser distribuídos nas universidades.

Então, estou à disposição. Quem precisar da Constituição, nós estamos lá. Talvez... Já, inclusive, mandei algumas para a Unic, mas estamos à disposição dos estudantes de Rondonópolis.

Sr. Presidente, quero agradecer o tempo, agradecer à Senadora Ana Amélia e dizer que agora vou até a CPI da Previdência.

Nesta semana nós abrimos também a CPI dos Maus-tratos infantis, que trata da violência contra a criança, desde abusos até a violência psicológica, enfim, pedofilia, essas coisas. Vamos fazê-la pelo Brasil inteiro, porque é muito grande o número de crianças que têm sido assassinadas, de crianças que têm sofrido violência, e o País precisa ter um olhar diferenciado para esse problema. E nada melhor do que o Senado brasileiro tratar do tema.

Nesse ano de 2016, já implantamos o Marco Legal da Primeira Infância, mas precisamos avançar mais.

Muito obrigado.

*(Durante o discurso do Sr. José Medeiros, a Sr<sup>a</sup> Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Hélio José.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Hélio José. PMDB - DF) – Cumprimento o nosso nobre Senador José Medeiros; cumprimento os alunos de Direito da Universidade de Rondonópolis, de Cuiabá. Quero dizer que é com muita satisfação que recebemos todos que procuram esta Casa.

Sou o Senador Hélio José. Sou aqui do Distrito Federal, Senador do DF, amigo do nosso amigo José Medeiros. Somos servidores públicos concursados, tanto eu quanto ele – estou chegando lá, Medeiros.

Então, quero dizer para vocês que é uma satisfação recebê-los aqui e que precisamos, realmente, participar do debate político. É muito importante os jovens hoje participarem da discussão política.

Quero dizer que, não havendo mais nada a tratar, encerramos o trabalho por hoje, dando por encerrada esta sessão.

Muito obrigado.

*(Levanta-se a sessão às 15 horas e 25 minutos.)*





# **MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 114<sup>a</sup> SESSÃO**

## **EXPEDIENTE**

### **Ofício da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste**





# SENADO FEDERAL

## OFÍCIO "S" Nº 55, DE 2017

Encaminha, em cumprimento à Lei nº 7.827/89, art. 20, § 4º e 5º, o Relatório do Banco do Brasil S.A., sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações dos recursos do FCO no exercício de 2016.

**AUTORIA:** Banco do Brasil

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do ofício](#)

**DESPACHO INICIAL:** À Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.



[Página da matéria](#)



:: SEI / SUDECO - 0046662 - Ofício ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprim...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprim...)

00100.121449/2017-39



## SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

SBN Quadra 1, Lote 30, Bloco F, 18º andar, Ed. Palácio da Agricultura - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70040-908

Telefone: (61) 3251-8500 e Fax: n/a - <http://www.sudeco.gov.br>

## Ofício nº 1482/2017/CONDEL - SUDECO

Brasília, 07 de agosto de 2017.

A Sua Excelência o Excelentíssimo Senhor

**Senador EUNÍCIO OLIVEIRA**

Presidente do Congresso Nacional

Palácio do Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes

70.160-900 Brasília (DF)

Assunto: **Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)**

- Relatório do Banco do Brasil S.A. sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações dos recursos do FCO no exercício de 2016.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Com nossos cordiais cumprimentos, fazemos referência aos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, que dispõe sobre a fiscalização e o controle dos relatórios do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) pelas comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, bem como pela Comissão Mista permanente que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal.
2. A propósito, encaminhamos a Vossa Excelência o relatório do Banco do Brasil S.A. sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações dos recursos do FCO no exercício de 2016, as Demonstrações Contábeis de 31.12.2016 devidamente auditadas, o Parecer n.º 03/2017-CONDEL-SUDECO, de 10.07.2017, e a Resolução Condel/Sudeco n.º 060/2017, de 31.08.2017, publicada no DOU de 02.08.2017. Seção 1, p. 26.
3. Informamos que o referido Relatório foi aprovado por ato “*ad referendum*” do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (CONDEL/SUDECO), conforme Resolução citada no parágrafo anterior.

Respeitosamente,

1 de 2

10/08/2017 15:54



00100.121449/2017-39

:: SEI / SUDECO - 0046662 - Ofício ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprim.](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprim.)

**ANTÔNIO CARLOS NANTES DE OLIVEIRA**  
Superintendente

Anexo: 1 CD



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Nantes de Oliveira, Superintendente**, em 10/08/2017, às 14:40, conforme Decreto N.º 8.539 de 08/10/2015 e Decreto N.º 8.277 27/06/2014 da Presidência da República.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://bit.ly/292Spi1>, informando o código verificador **0046662** e o código CRC **376BA7B6**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 59800.001817/2017-89

SEI nº 0046662

2 de 2

10/08/2017 15:54





26

ISSN 1677-7042

## Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 147, quarta-feira, 2 de agosto de 2017

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR					Limites Constitucionais Anuais		
	Inscrição	Cancelamento Até o Mês	Pagamento Até o Mês	Saldo a Pagar	Valor Apurado Até o Mês	Mínimo a Aplicar no Exercício 18%	% Aplicado Até o Mês
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	22.877.836	145.521	17.867.137	4.865.179			
Poder Executivo	22.769.914	144.947	17.838.291	4.786.676			
Poder Legislativo	14.792	88	2.558	12.146			
Poder Judiciário	89.483	476	24.765	64.244			
Ministério Público	3.584	10	1.462	2.112			
Defensoria Pública	61	0	61	0			
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	125.328.334	2.978.011	43.863.815	78.488.508			
Poder Executivo	123.409.274	2.862.767	43.177.680	77.348.827			
Poder Legislativo	228.377	17.438	95.115	115.824			
Poder Judiciário	1.313.570	71.487	460.654	781.429			
Ministério Público	334.734	24.017	106.913	203.804			
Defensoria Pública	42.379	303	23.453	18.624			
TOTAL	148.206.170	3.121.533	61.730.952	83.353.686			

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE				Valor Apurado Até o Mês	Mínimo a Aplicar no Exercício 18%	% Aplicado Até o Mês
Mínimo Anual de 18% da Receita de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino				32.924.104		22,87
Complementação da União ao FUNDEB				7.309.637	13.869.775	52,32

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				Valor Apurado Até o Mês	Percentual aplicado até o mês
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos				releição a RCL %	
FONTE: SINCONT/GEINF e SIN/CESEF				15,00%	48.052.118
Exercícios em valores do refinanciamento da Dívida Pública da União.					12,57%
Excluindo as receitas desvinculadas (DRU).					

## Ministério da Integração Nacional

## CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

## RESOLUÇÃO Nº 60, DE 31 DE JULHO DE 2017

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). Relatório Circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos do FCO - exercício de 2016.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (CONDEL/SUDECO), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 8º, § 2º, da Lei Complementar n. 129, de 8 de janeiro de 2009, e o art. 9º, inciso XVII e parágrafo único, do Regimento Interno, torna público que, em cumprimento ao estabelecido nos arts. 14, inciso III, e 20, § 5º, da Lei n. 7.827, de 27 de setembro de 1989, no art. 10, § 1º, incisos II e III, e § 2º, da Lei Complementar n. 129, de 8 de janeiro de 2009, e no art. 8º, inciso XII, alíneas "c" e "d", do Regimento Interno, e considerando, ainda, a urgência e relevância do assunto, resolve aprovar em ato de "ad referendum" do Conselho, o Relatório Circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos do FCO formulado pelo Banco do Brasil S.A., relativo ao exercício de 2016, acompanhado do Parecer n. 03/2017-CONDEL/SUDECO, de 10.07.2017, da Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco e do Parecer n. 036/CGAC/DFRP/SFRI/MI de 07.07.2017, da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional, com as seguintes recomendações:

I. Ao Banco do Brasil:

a) Promover ações no sentido de ampliar as contratações do Distrito Federal, com o objetivo de atingir a meta mínima de 15% de aplicação por UF;

b) Promover ações, em articulação com a Sudeco, no sentido de ampliar a divulgação do FCO e estimular as contratações do Fundo, de modo que essa atuação possa contribuir para a aplicação plena dos recursos disponíveis;

c) Avaliar a conveniência e oportunidade, de implementar ferramentas/metodologias capazes de fornecer dados, que possibilite realizar simulações sobre os possíveis impactos e variações no valor bruto da produção da região, no Produto Interno Bruto (PIB), na geração de empregos e salários, e na arrecadação de tributos.

II. Aos administradores do Fundo (Banco do Brasil, Condel/Sudeco e Ministério da Integração Nacional):

a) Avaliar a possibilidade e/ou a necessidade de rever os indicadores de desempenho adotados e propor alterações metodológicas, encerramento ou criação de novos indicadores, a fim de melhorar a qualidade das informações gerenciais, adequando-as às regras atuais do FCO e do cenário econômico.

Para tratamento da recomendação, as instituições financeiras operadoras do Fundo avaliarão a conveniência e a oportunidade de propor parcerias ou buscar apoio ou promover articulações com os administradores do FCO, definidos na Lei n. 7.827, de 27.09.1989, ou com outros órgãos e entidades com atuação relevante para o desenvolvimento regional.

As instituições financeiras terão o prazo de até 40 dias, a contar da publicação desta Resolução, para enviar à Secretaria-Executiva do Conselho o plano de providências para tratamento das recomendações, conforme modelo constante no item 7 do Parecer n. 03/2017- CONDEL/SUDECO, de 10.07.2017.

HELDER ZAHLUTH BARBALHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/interatividade.html>, pelo código 00012017080200026

## SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

## PORTARIA Nº 34, DE 1º DE AGOSTO DE 2017

A UNIÃO, por intermédio do Ministério da Integração Nacional, neste ato representado pelo Secretário de Desenvolvimento Regional - Substituto, designado pela Portaria nº 1.257, de 27 de junho de 2016, publicada no D.O.U. de 28/06/2016, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI nº195 de 14 de agosto de 2015, publicada no D.O.U. de 17 de agosto de 2015, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos do § 1º do art. 3º da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, o Termo de Compromisso apresentado pelo Município de Gado Bravo/PB, cujo objeto é a Construção do açude Gado Bravo.

Art. 2º Deverá a execução do objeto obedecer rigorosamente ao Termo de Compromisso e o Plano de Trabalho que o integra.

Art. 3º Os recursos financeiros necessários para a execução do objeto são neste ato, fixados em R\$ 6.020.000,00 (seis milhões e vinte mil reais), à conta das dotações orçamentárias da União e do Município, na forma prevista no Termo de Compromisso.

Art. 4º Os recursos financeiros relativos ao presente exercício correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). Nota de Empenho nº 2017NE000039, de 27 de julho de 2017, no Programa de Trabalho 18.544.2069.12QC.0001, Fonte 100, Natureza da Despesa 44.40.42.

Art. 5º A liberação dos recursos da União, somente será efetuada após o atendimento, pelo ente federado das condições estabelecidas pelo Órgão Concedente, bem como, às especificações do Programa Água para Todos, em especial, ao Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011, ao Decreto nº 8.032, de 25 de junho de 2013, à Lei nº 1.578, de 26 de novembro de 2007.

Art. 6º O prazo de execução do objeto será de 730 (setecentos e trinta) dias, contados a partir da data da publicação no Diário Oficial da União, consoante o estabelecido no respectivo Plano de Trabalho.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WILFRIDO TIRADENTES DA ROCHA NETO

## PORTARIA Nº 35, DE 1º DE AGOSTO DE 2017

A UNIÃO, por intermédio do Ministério da Integração Nacional, neste ato representado pelo Secretário de Desenvolvimento Regional - Substituto, designado pela Portaria nº 1.257, de 27 de junho de 2016, publicada no D.O.U. de 28 de junho de 2016, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI nº195 de 14 de agosto de 2015, publicada no D.O.U. de 17 de agosto de 2015, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos do § 1º do art. 3º da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, o Termo de Compromisso apresentado pelo Município de Riachão do Bacamarte/PB, cujo objeto é a Construção do açude do Bacamarte.

Art. 2º Deverá a execução do objeto obedecer rigorosamente ao Termo de Compromisso e o Plano de Trabalho que o integra.

Art. 3º Os recursos financeiros necessários para a execução do objeto são neste ato, fixados em R\$ 6.020.000,00 (seis milhões e vinte mil reais), à conta das dotações orçamentárias da União e do Município, na forma prevista no Termo de Compromisso.

Art. 4º Os recursos financeiros relativos ao presente exercício correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). Nota de Empenho nº 2017NE000036, de 27 de julho de 2017, no Programa de Trabalho 18.544.2069.12QC.0001, Fonte 100, Natureza da Despesa 44.40.42.

Art. 5º A liberação dos recursos da União, somente será efetuada após o atendimento, pelo ente federado das condições estabelecidas pelo Órgão Concedente, bem como, às especificações do Programa Água para Todos, em especial, ao Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011, ao Decreto nº 8.032, de 25 de junho de 2013, à Lei nº 1.578, de 26 de novembro de 2007.

Art. 6º O prazo de execução do objeto será de 730 (setecentos e trinta) dias, contados a partir da data da publicação no Diário Oficial da União, consoante o estabelecido no respectivo Plano de Trabalho.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WILFRIDO TIRADENTES DA ROCHA NETO

## PORTARIA Nº 36, DE 1º DE AGOSTO DE 2017

A UNIÃO, por intermédio do Ministério da Integração Nacional, neste ato representado pelo Secretário de Desenvolvimento Regional - Substituto, designado pela Portaria nº 1.257, de 27 de junho de 2016, publicada no D.O.U. de 28/06/2016, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI nº195 de 14 de agosto de 2015, publicada no D.O.U. de 17 de agosto de 2015, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos do § 1º do art. 3º da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, o Termo de Compromisso apresentado pelo Município de Parari/PB, cujo objeto é a Construção do açude Vereador Chorninho.

Art. 2º Deverá a execução do objeto obedecer rigorosamente ao Termo de Compromisso e o Plano de Trabalho que o integra.

Art. 3º Os recursos financeiros necessários para a execução do objeto são neste ato, fixados em R\$ 4.015.000,00 (quatro milhões e quinze mil reais), à conta das dotações orçamentárias da União e do Município, na forma prevista no Termo de Compromisso.

Art. 4º Os recursos financeiros relativos ao presente exercício correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). Nota de Empenho nº 2017NE000034, de 27 de julho de 2017, no Programa de Trabalho 18.544.2069.12QC.0001, Fonte 100, Natureza da Despesa 44.40.42.

Art. 5º A liberação dos recursos da União, somente será efetuada após o atendimento, pelo ente federado das condições estabelecidas pelo Órgão Concedente, bem como, às especificações do Programa Água para Todos, em especial, ao Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011, ao Decreto nº 8.032, de 25 de junho de 2013, à Lei nº 1.578, de 26 de novembro de 2007.

Art. 6º O prazo de execução do objeto será de 730 (setecentos e trinta) dias, contados a partir da data da publicação no Diário Oficial da União, consoante o estabelecido no respectivo Plano de Trabalho.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WILFRIDO TIRADENTES DA ROCHA NETO

## PORTARIA Nº 37, DE 1º DE AGOSTO DE 2017

A UNIÃO, por intermédio do Ministério da Integração Nacional, neste ato representado pelo Secretário de Desenvolvimento Regional - Substituto, designado pela Portaria nº 1.257, de 27 de junho de 2016, publicada no D.O.U. de 28/06/2016, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI nº195 de 14 de agosto de 2015, publicada no D.O.U. de 17 de agosto de 2015, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos do § 1º do art. 3º da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, o Termo de Compromisso apresentado pelo Município de Barcarena/PA, cujo objeto é a Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água, na zona rural e nas ilhas do município de Barcarena.

Art. 2º Deverá a execução do objeto obedecer rigorosamente ao Termo de Compromisso e o Plano de Trabalho que o integra.

Art. 3º Os recursos financeiros necessários para a execução do objeto são neste ato, fixados em R\$ 4.080.000,00 (quatro milhões e oitenta mil reais), à conta das dotações orçamentárias da União e do Município, na forma prevista no Termo de Compromisso.

Art. 4º Os recursos financeiros relativos ao presente exercício correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). Nota de Empenho nº 2017NE000032, de 27 de julho de 2017, no Programa de Trabalho 18.544.2069.12QC.0001, Fonte 100, Natureza da Despesa 44.40.42.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



# Demonstrações Contábeis

## FCO

### Exercício 2016





## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste - FCO

Demonstrações Contábeis  
Exercício encerrado em 31.12.2016

## BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	Em milhares de Reais	
		31.12.2016	31.12.2015
<b>CIRCULANTE</b>		<b>7.313.287</b>	<b>4.970.000</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.a	3.017.228	486.677
Devedores Por Repasses		4.296.059	4.483.175
Repasses		4.296.059	4.483.175
Financiamentos - Banco do Brasil S.A.	5.a	4.267.400	4.474.443
Financiamentos - outras instituições financeiras	5.a	102.534	75.531
Provisão para rebates sobre encargos	5.k	(11.125)	(13.657)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.g	(8.262)	(5.125)
Provisão para bônus de adimplência	5.l	(46.660)	(46.183)
Provisão para dispensa de correção monetária	5.o	(7.828)	(1.834)
Outros Créditos		--	148
Devedores diversos		--	148
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>17.959.557</b>	<b>17.646.161</b>
Devedores Por Repasses		17.959.557	17.646.161
Repasses		17.959.557	17.646.161
Financiamentos - Banco do Brasil S.A.	5.a	17.927.772	17.712.328
Financiamentos - outras instituições financeiras	5.a	402.925	291.026
Provisão para rebates sobre encargos	5.k	(70.858)	(66.084)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.g	(34.654)	(20.278)
Provisão para bônus de adimplência	5.l	(194.024)	(184.349)
Provisão para dispensa de correção monetária	5.o	(71.604)	(86.482)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>25.272.844</b>	<b>22.616.161</b>





## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste - FCO

Demonstrações Contábeis  
Exercício encerrado em 31.12.2016

## BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Em milhares de Reais	
		31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE		123.957	15.386
Credores Diversos	6	123.957	15.386
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	25.148.887	22.600.775
Transferências do Tesouro Nacional		2.438.748	2.131.594
Transferências de exercícios anteriores		20.402.720	18.271.126
Resultados Acumulados		2.307.419	2.198.055
Resultado do exercício		109.364	(37.594)
Resultado de exercícios anteriores		2.198.055	2.235.649
TOTAL DO PASSIVO		25.272.844	22.616.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste - FCO

Demonstrações Contábeis  
Exercício encerrado em 31.12.2016

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	Em milhares de Reais	
		Exerc/2016	Exerc/2015
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>1.616.693</b>	<b>1.433.957</b>
Rendas de operações de crédito	5.b	1.341.983	1.317.397
Rendas sobre valores disponíveis	4.b	273.624	84.789
Reversão de provisão para obrigações com o Procerá		1.016	--
Receita de atualização monetária		27	511
Reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.J	43	31.260
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(1.507.329)</b>	<b>(1.471.551)</b>
Despesas com del credere	7	(1.285.541)	(1.251.824)
Provisão para bônus de adimplência	5.n	(153.526)	(139.973)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.J	(40.395)	(19.309)
Provisão para rebates sobre encargos	5.l	(17.336)	(46.646)
Provisão para dispensa de correção monetária	5.p	(5.073)	(4.129)
Outras Despesas	8	(5.458)	(9.670)
<b>Resultado Líquido</b>		<b>109.364</b>	<b>(37.594)</b>

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Exerc/2016	Exerc/2015
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>109.364</b>	<b>(37.594)</b>
Outros resultados abrangentes	--	--
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>109.364</b>	<b>(37.594)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste - FCO****Demonstrações Contábeis**  
**Exercício encerrado em 31.12.2016****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO**

	Em milhares de Reais	
	Exerc/2016	Exerc/2015
<b>FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES</b>		
Rendas sobre valores disponíveis	273.624	88.622
Recebimentos de operação de crédito/retorno	5.372.822	3.256.833
Ressarcimento de perdas - risco do Banco do Brasil	368.729	275.115
Despesas com auditoria externa	(43)	(36)
Transferências para recursos aplicados - operações de crédito	(4.544.918)	(5.003.644)
Recuperação de crédito - risco Banco do Brasil	(239)	(44.037)
Contratações operações Pronaf	(55.939)	(57.128)
Remuneração BB - taxa de administração	(192)	15.076
Despesa com del credere	(1.175.453)	(403.821)
Pagamento de taxas - Pronaf	(5.441)	(2.665)
Despesa de ressarcimento de bônus	(141.147)	(24.187)
<b>CAIXA GERADO/(UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES</b>	<b>91.803</b>	<b>(1.899.872)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Transferências do Tesouro Nacional	2.438.748	2.131.594
<b>CAIXA GERADO/(UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>2.438.748</b>	<b>2.131.594</b>
<b>Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>2.530.551</b>	<b>231.722</b>
Início do período	486.677	254.955
Fim do período	3.017.228	486.677
<b>Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>2.530.551</b>	<b>231.722</b>

**Conciliação entre o Resultado do Exercício e o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais**

	Exerc/2016	Exerc/2015
<b>Resultado Líquido</b>	<b>109.364</b>	<b>(37.594)</b>
Aumento em devedores por repasses	(126.280)	(1.891.141)
Redução em outros créditos	148	22.831
Aumento em credores diversos	108.571	6.032
<b>CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES</b>	<b>91.803</b>	<b>(1.899.872)</b>



## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste - FCO

Demonstrações Contábeis  
Exercício encerrado em 31.12.2016

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de Reais					
EVENTOS	Nota	Transferências de Exercícios Anteriores	Transferências do Exercício	Resultados Acumulados	Total
Saldos em 31.12.2014		16.244.865	2.026.261	2.235.649	20.506.775
Incorporação das transferências de exercícios anteriores		2.026.261	(2.026.261)	--	--
Transferências do Tesouro Nacional	9	--	2.131.594	--	2.131.594
Resultado do Exercício	9	--	--	(37.594)	(37.594)
Saldos em 31.12.2015		18.271.126	2.131.594	2.198.055	22.600.775
Mutações do Exercício		2.026.261	105.333	(37.594)	2.094.000
Saldos em 31.12.2015		18.271.126	2.131.594	2.198.055	22.600.775
Incorporação das transferências de exercícios anteriores	9	2.131.594	(2.131.594)	--	--
Transferências do Tesouro Nacional	9	--	2.438.748	--	2.438.748
Resultado do exercício	9	--	--	109.364	109.364
Saldos em 31.12.2016		20.402.720	2.438.748	2.307.419	25.148.887
Mutações do Exercício		2.131.594	307.154	109.364	2.548.112

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste - FCO****Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis****Exercício encerrado em 31.12.2016****1 - O FCO E SUAS OPERAÇÕES**

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), instituído pelo artigo 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal e regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com alterações das Leis nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001 e nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, é administrado pelo Banco do Brasil S.A., conforme artigo 16 da Lei nº 7.827, e tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamentos aos setores produtivos, em consonância com o Plano Regional de Desenvolvimento.

São beneficiários dos recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste os produtores e empresas, pessoas físicas e jurídicas, além das cooperativas de produção que desenvolvam atividades produtivas nos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial, de empreendimentos comerciais e de serviços da região, de acordo com as prioridades estabelecidas no plano regional de desenvolvimento.

Os encargos financeiros das operações contratadas com recursos do FCO são definidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio de proposta do Ministério da Integração Nacional, observadas as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, podendo ser diferenciados ou favorecidos em função da finalidade do crédito, porte do beneficiário, do setor de atividade e da localização do empreendimento, conforme previsto no art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, com redação dada pela Lei nº 12.793, de 2 de abril de 2013.

Os encargos financeiros das operações estão estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.470, de 14 de março de 2016, e nº 4.395, de 30 de dezembro de 2014, com redação dada pelas Resoluções CMN nº 4.452, de 17 de dezembro de 2015, nº 4.465, de 25 de fevereiro de 2016 e nº 4.503, de 30.06.2016.

O risco de crédito das operações contratadas com recursos do FCO é regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, inserido pelo artigo 14 da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001. As contratações realizadas até 30 de novembro de 1998 possuem risco integral do Fundo, enquanto que as operações contratadas entre 1º de dezembro de 1998 e 29 junho de 2001, o risco é compartilhado entre as instituições financeiras e o Fundo, na proporção de 50%. Já para as operações contratadas a partir de 1º de julho de 2001, o risco de crédito passou a ser exclusivo do agente financeiro.

O Banco do Brasil S.A., pela prestação dos serviços de gestão do Fundo, é remunerado por taxa de administração equivalente a 3% a.a. sobre o Patrimônio Líquido do FCO, deduzido do montante da carteira do Fundo utilizada como Patrimônio de Referência Nível II, limitada, em cada exercício, a 20% das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional.

O Banco do Brasil S.A. é remunerado, ainda, conforme previsto nas Resoluções CMN nº 3.559, de 28 de março de 2008, Resolução CMN nº 4.107, de 28 de junho de 2012, e na Resolução CMN nº 4.213, de 30 de abril de 2013, pela taxa de administração e performance do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf para cobertura dos custos decorrentes da operacionalização do programa e sobre os pagamentos efetuados pelos mutuários de financiamentos realizados com recursos FCO, respectivamente, para as linhas de que trata o Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR 10).

A Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, autorizou o banco administrador do Fundo a utilizar os recursos do Fundo como Capital de Referência Nível II, devendo o valor utilizado ser excluído da base de cálculo da taxa de administração.

Constituem fontes de recursos do FCO:

- I. 0,6% (seis décimos por cento) de 3% (três por cento) do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados, entregues pela União, na forma do art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal;
- II. os retornos e resultados de suas aplicações;
- III. o resultado da remuneração dos recursos monetariamente não aplicados, calculado com base em indexador oficial;
- IV. contribuições, doações, financiamentos e recursos de origens, concedidos por entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras;
- V. dotações orçamentárias ou outros recursos previstos em lei.





**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste - FCO****Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**  
**Exercício encerrado em 31.12.2016**

Os recursos do FCO poderão ser repassados ao próprio banco administrador, para que este, em nome próprio e com seu risco exclusivo, realize as operações de crédito autorizadas por lei.

Observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, o banco administrador poderá repassar recursos do FCO a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com capacidade técnica comprovada e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de créditos especificamente criados com essa finalidade.

Os saldos diários das disponibilidades relativas aos recursos transferidos serão remunerados pelas instituições financeiras com base na taxa extra-mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme previsto no § 5º do art. 9º-A, da Lei nº 7.827, incluído pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

**2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****Declaração de Conformidade**

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da legislação federal aplicada aos Fundos Constitucionais (Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e Portaria Interministerial nº11, de 28 de dezembro de 2005), normas e instruções do Banco Central do Brasil (Resolução 2.682, de 21 de dezembro de 1999), legislação societária e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no que couber.

A conclusão da elaboração das demonstrações contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31.12.2016, foi aprovada pela Administração do Fundo em 23 de março de 2017.

**3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As políticas adotadas pelo FCO são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

**a) Apuração do Resultado**

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridas e deduzidas das correspondentes despesas a apropriar, quando aplicável.

**b) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e Equivalentes de Caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, com risco insignificante de mudança de valor justo, visando atender recursos de curto prazo e estão representados pelos recursos transferidos pelo Governo Federal que ainda não foram aplicados na concessão das operações de crédito, remunerados com base na taxa extra-mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil e controlados de acordo com os registros contábeis do Banco do Brasil S.A. e do Fundo (Nota 4.a).

**c) Devedores por Repasses – Carteira de Financiamentos**

Os direitos, representados pelo grupo Devedores por Repasses, são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias incorridas (Nota 5).

As Rendas de Operações de Crédito, provenientes da carteira de operações de crédito/financiamento, são reconhecidas *pro rata temporis*. Não se incluem as rendas de operações em atraso há mais de 60 dias, conforme estipulado pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 (rendas a apropriar sobre operações em atraso).

**d) Provisão para Rebates sobre Encargos**

A provisão para Rebates sobre Encargos é constituída com base nos saldos devedores das operações do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária – PAPRA (capital e encargos financeiros), cujos rebates correspondem a 50%. Para as operações do Grupo "A" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), cujos

7





**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste - FCO****Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis  
Exercício encerrado em 31.12.2016**

beneficiários são os agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, a provisão corresponde a 40% sobre os saldos devedores de capital desses financiamentos.

**e) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

O FCO adota os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, que considera a classificação das operações de acordo com o risco e as faixas de atraso, conforme faculta a Portaria Interministerial MF/MI nº 11, no parágrafo único do art. 3º, de 28 de dezembro de 2005, publicada no DOU de 23 de janeiro de 2006. A Resolução CMN nº 2.682/99, estabelece os critérios para reconhecimento de prejuízo e recuperação de créditos. A base de cálculo dessa provisão está representada pelo saldo devedor das operações, incluídos os encargos a capitalizar e excluídas as rendas a apropriar de operações em atraso que supera 60 dias. Nas operações com risco do Banco do Brasil S.A a PCLD é registrada no próprio Banco.

**f) Provisão para Bônus de Adimplência**

A provisão para Bônus de Adimplência, concedida aos mutuários que realizam o pagamento da parcela da dívida até a data do respectivo vencimento, é constituída com base nos saldos de encargos financeiros relativos às operações contratadas, renegociadas ou repactuadas com os encargos prefixados estabelecidos na MP nº 2.035-28, de 21 de dezembro de 2000, convertida na Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001. A Resolução CMN nº 4.470, de 14 de março de 2016, fixou em 15% a concessão de bônus de adimplência sobre os encargos.

**g) Provisão para Dispensa de Correção Monetária**

A provisão para Dispensa de Correção Monetária é constituída com base nos saldos das rubricas de encargos a capitalizar das operações renegociadas com base na Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002 e corresponde aos descontos relativos à variação do preço mínimo do produto vinculado à operação. Os encargos dessas operações são capitalizados e exigíveis anualmente.

**h) Uso de Julgamento nas Estimativas Contábeis**

A elaboração de demonstrações contábeis requer que a Administração do Fundo use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os cálculos da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, da Provisão para Rebates sobre Encargos, da Provisão para Bônus de Adimplência e da Provisão para Dispensa de Correção Monetária estão sujeitos a essas estimativas e premissas. Suas liquidações poderão resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração do Fundo revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

**i) Moeda Funcional e de Apresentação**

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis do FCO é o Real (R\$).

**j) Tributos**

Conforme o disposto no art. 8º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o Fundo goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de quaisquer tributos.

**k) Gerenciamento de Riscos**

Os ativos que compõem a carteira do FCO estão, por sua própria natureza, sujeitos aos riscos de crédito e de mercado, o que pode acarretar perda patrimonial ao Fundo.

Risco de Crédito - está associado à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos.

No caso do FCO, para se alinhar às melhores práticas de gestão do risco de crédito e aumentar a eficiência na gestão do seu capital econômico, o Banco do Brasil S.A., na função de Administrador deste Fundo Constitucional, utiliza métricas de risco e retorno como instrumentos de disseminação da cultura na Instituição, presentes em todo o seu processo de crédito.

A mensuração econômica do risco é feita utilizando-se os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que considera a classificação das operações em faixas de riscos (Nota 5.d), sobre a carteira de financiamentos, cujo risco é atribuído ao FCO (Nota 5.e).



## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste - FCO

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercício encerrado em 31.12.2016

**Risco de Mercado** - reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*.

A exposição do FCO ao risco de mercado decorrente das alterações das taxas de juros é mitigada, considerando que cerca de 97,9% (97,8% em 31.12.2015) de sua carteira de crédito constitui risco do Banco do Brasil (Nota 5.e).

Os métodos utilizados para gerenciar os riscos aos quais o Fundo encontra-se sujeito não constituem garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pelo Fundo.

#### 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

##### a) Composição

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Disponibilidades	3.017.228	486.677
<b>Total</b>	<b>3.017.228</b>	<b>486.677</b>

##### b) Rendas sobre valores Disponíveis

As Rendas sobre Valores Disponíveis decorrem da remuneração dos recursos ainda não desembolsados pelo administrador (Banco do Brasil S.A.), calculados com base na taxa "extra-mercado" divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme previsto no § 5º do art. 9º-A, da Lei nº 7.827, incluído pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

	R\$ mil	
	Exerc/2016	Exerc/2015
Rendas sobre valores disponíveis	273.624	84.789
<b>Total</b>	<b>273.624</b>	<b>84.789</b>

#### 5 - DEVEDORES POR REPASSES – CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS

Representa os valores aplicados pelo Banco do Brasil S.A. e por outras instituições autorizadas, junto aos setores produtivos da região, de acordo com a programação anual de financiamentos.

##### a) Composição da Carteira

	R\$ mil			
	Exerc/2016	%	Exerc/2015	%
Financiamentos				
Repasse ao Banco do Brasil S.A.	22.195.172	97,8	22.186.771	98,4
Outras instituições financeiras	505.459	2,2	366.557	1,6
<b>Total</b>	<b>22.700.631</b>	<b>100</b>	<b>22.553.328</b>	<b>100</b>
Ativo circulante	4.369.934	19,3	4.549.974	20,2
Ativo não circulante	18.330.697	80,7	18.003.354	79,8





**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste - FCO****Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**  
**Exercício encerrado em 31.12.2016****b) Rendas de Operações de Crédito**

	R\$ mil	
	Exerc/2016	Exerc/2015
Financiamentos e encargos	1.328.108	1.288.571
Recuperação de perdas	13.875	28.826
<b>Total</b>	<b>1.341.983</b>	<b>1.317.397</b>

**c) Composição da Carteira por Setor de Atividade**

	R\$ mil			
	31.12.2016	%	31.12.2015	%
<b>Financiamentos</b>				
<b>Banco do Brasil S.A.</b>	<b>22.195.172</b>	<b>97,8</b>	<b>22.186.771</b>	<b>98,4</b>
Industrial / Agroindustrial	2.618.526	11,5	3.279.202	14,6
Infraestrutura	996.673	4,4	1.106.149	4,9
Turismo regional	737.504	3,3	932.153	4,1
Comércio e serviço/CTI	3.002.871	13,3	3.466.308	15,4
Rural Pronaf	3.117.724	13,7	2.805.587	12,4
Pronaf-RA	230.298	1,0	227.690	1,0
Demais rurais	11.491.576	50,6	10.369.682	46,0
<b>Outras instituições financeiras</b>	<b>505.459</b>	<b>2,2</b>	<b>366.557</b>	<b>1,6</b>
Repasse <sup>(1)</sup>	505.459	2,2	366.557	1,6
<b>Total</b>	<b>22.700.631</b>	<b>100</b>	<b>22.553.328</b>	<b>100</b>

<sup>(1)</sup> Repasse de recursos do FCO a outras instituições financeiras, conforme disposto no art. 9º da lei nº 7.827/89. As instituições que firmaram contrato com o Banco do Brasil S.A. para esse fim foram: Banco de Brasília S.A., Banco Cooperativo do Brasil S.A., Banco Cooperativo Sicredi S.A, Agência de Fomento de Goiás S.A. e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE e Agência de Fomento do Mato Grosso.

**d) Composição da Carteira por Faixa de Risco**

	R\$ mil			
Faixa de risco	31.12.2016	%	31.12.2015	%
AA <sup>(1)</sup>	22.295.680	98,2	22.136.622	98,2
A	348.904	1,6	377.875	1,7
B	2.281	--	2.099	--
C	5.401	--	4.130	--
D	2.411	--	3.843	--
E	2.973	--	2.921	--
F	2.322	--	3.174	--
G	3.937	--	2.387	--
H	36.722	0,2	20.277	0,1
<b>TOTAL</b>	<b>22.700.631</b>	<b>100</b>	<b>22.553.328</b>	<b>100</b>

<sup>(1)</sup> Encontram-se classificadas no nível AA as operações com risco de responsabilidade do Banco do Brasil S.A.



## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste - FCO

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercício encerrado em 31.12.2016

## e) Composição da Carteira por Risco de Crédito

RISCO	FCO%	Banco do Brasil%	31.12.2016	%	31.12.2015	%
Risco compartilhado	50	50	2.501	--	3.687	--
Risco FCO	100	--	480.706	2,1	485.653	2,2
Risco Banco do Brasil	--	100	22.217.424	97,9	22.063.988	97,8
<b>Total</b>			<b>22.700.631</b>	<b>100</b>	<b>22.553.328</b>	<b>100</b>

## f) Composição da Carteira por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

Operações em curso normal											R\$ mil
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAL	TOTAL
<b>Parcelas vencidas</b>											
01 a 30	59.350	3.469	1	48	9	14	10	97	519	63.517	60.861
31 a 60	668.191	4.869	45	37	22	18	15	238	262	673.697	347.178
61 a 90	10.624	1.015	3	7	2	5	42	--	26	11.724	408.633
91 a 180	1.164.402	8.085	64	128	33	216	228	196	368	1.173.720	1.289.220
181 a 360	2.257.872	30.281	374	970	496	241	71	442	1.165	2.291.912	2.354.330
Acima de 360	17.988.798	300.286	1.316	3.380	1.372	1.959	1.564	2.306	29.716	18.330.697	18.003.354
<b>Subtotal</b>	<b>22.149.237</b>	<b>348.005</b>	<b>1.803</b>	<b>4.570</b>	<b>1.934</b>	<b>2.453</b>	<b>1.930</b>	<b>3.279</b>	<b>32.056</b>	<b>22.545.267</b>	<b>22.463.576</b>

Operações em curso anormal											R\$ mil
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAL	TOTAL
<b>Parcelas vencidas</b>											
01 a 30	22.913	297	257	15	3	16	4	57	325	23.887	15.731
31 a 60	23.107	--	205	240	16	27	12	72	141	23.820	11.673
61 a 90	1.062	1	--	433	211	--	11	3	114	1.835	1.499
91 a 180	50.134	12	--	140	243	216	116	315	277	51.453	30.810
181 a 360	42.337	7	--	--	--	259	246	193	1.205	44.247	21.469
Acima de 360	6.890	582	16	3	4	2	3	18	2.604	10.122	8.570
<b>Subtotal</b>	<b>146.443</b>	<b>899</b>	<b>478</b>	<b>831</b>	<b>477</b>	<b>520</b>	<b>392</b>	<b>658</b>	<b>4.666</b>	<b>155.364</b>	<b>89.752</b>
<b>Total</b>	<b>22.295.680</b>	<b>348.904</b>	<b>2.281</b>	<b>5.401</b>	<b>2.411</b>	<b>2.973</b>	<b>2.322</b>	<b>3.937</b>	<b>36.722</b>	<b>22.700.631</b>	<b>22.553.328</b>

Conforme previsto na Resolução CMN nº 2.682/99, são consideradas de curso anormal as operações vencidas há mais de 15 dias.

## g) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A base de cálculo da PCLD está representada pelo saldo devedor das operações, excluídas as rendas a apropriar no valor de R\$ 56.482 mil (R\$ 60.875 mil em 31.12.2015). Essa forma de cálculo está em conformidade com o disposto na resolução CMN nº 2.682/99.



## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste - FCO

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis  
Exercício encerrado em 31.12.2016

R\$ mil								
31.12.2016								
Risco	Carteira Total				Carteira de Responsabilidade do FCO			
	Integral (100%)		Compartilhado (50%)		Risco FCO (A+B)	% Provisão	Provisão	%
	BB	FCO (A)	BB	FCO (B)				
AA	22.217.423	78.256	--	--	78.256	--	--	--
A	--	348.904	--	--	348.904	0,5	(1.744)	4,1
B	--	2.259	11	11	2.270	1	(23)	0,1
C	--	4.711	345	345	5.056	3	(152)	0,4
D	--	2.237	87	87	2.324	10	(232)	0,5
E	--	2.910	32	32	2.942	30	(883)	2,1
F	--	2.313	4	4	2.317	50	(1.158)	2,7
G	--	3.825	56	56	3.881	70	(2.717)	6,3
H	--	35.291	716	716	36.007	100	(36.007)	83,9
<b>Total</b>	<b>22.217.423</b>	<b>480.706</b>	<b>1.251</b>	<b>1.251</b>	<b>481.957</b>		<b>(42.916)</b>	<b>100</b>
Ativo circulante							(8.262)	(19,3)
Ativo não circulante							(34.654)	(80,7)

R\$ mil								
31.12.2015								
Risco	Carteira Total				Carteira de Responsabilidade do FCO			
	Integral (100%)		Compartilhado(50%)		Risco FCO (A+B)	% Provisão	Provisão	%
	BB	FCO (A)	BB	FCO (B)				
AA	22.063.988	72.616	9	9	72.625	--	--	--
A	--	377.868	4	4	377.872	0,5	(1.890)	7,4
B	--	1.960	70	70	2.030	1	(20)	0,1
C	--	3.930	100	100	4.030	3	(121)	0,5
D	--	3.573	135	135	3.708	10	(371)	1,5
E	--	2.593	164	164	2.757	30	(827)	3,2
F	--	3.166	4	4	3.170	50	(1.585)	6,2
G	--	2.386	--	--	2.386	70	(1.671)	6,6
H	--	17.560	1.358	1.358	18.918	100	(18.918)	74,5
<b>Total</b>	<b>22.063.988</b>	<b>485.652</b>	<b>1.844</b>	<b>1.844</b>	<b>487.496</b>		<b>(25.403)</b>	<b>100</b>
Ativo circulante							(5.125)	20,2
Ativo não circulante							(20.278)	79,8





**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste - FCO****Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis****Exercício encerrado em 31.12.2016****h) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

	31.12.2016	R\$ mil 31.12.2015
Saldo inicial	(25.403)	(79.422)
Reversão/(Constituição)	(40.352)	11.951
Transferência para prejuízo - risco FCO	22.839	42.068
<b>Saldo final</b>	<b>(42.916)</b>	<b>(25.403)</b>
Ativo circulante	(8.262)	(5.125)
Ativo não circulante	(34.654)	(20.278)

**h.1) Movimentação de Operações Baixadas para Prejuízo**

	Valores de perdas do Exercício/2016			Valores de perdas do Exercício/2015		
Risco Operacional	Transferidos	Assumidos		Transferidos	Assumidos	
	Total	BB	FCO	Total	BB	FCO
BB	368.729	368.729	--	274.003	274.003	--
Compartilhado	--	--	--	2.224	1.112	1.112
FCO	22.839	--	22.839	40.956	--	40.956
<b>Total</b>	<b>391.568</b>	<b>368.729</b>	<b>22.839</b>	<b>317.183</b>	<b>275.115</b>	<b>42.068</b>

No exercício foi recuperado para o Fundo o montante de R\$ 13.875 mil (R\$ 28.826 mil no exercício de 2015) referentes às operações de financiamentos, já baixadas para prejuízo, com risco assumido pelo FCO e 50% de risco compartilhado (Nota 5.b).

Os valores das operações registradas como perda com risco do Banco do Brasil S.A. e a metade de risco compartilhado são ressarcidos mensalmente ao Fundo, mediante crédito na conta de recursos disponíveis.

**i) Créditos Renegociados**

	31.12.2016	R\$ mil 31.12.2015
<b>Linhas de Financiamento</b>		
Rurais demais	27.894	24.740
Turismo regional	16.932	2.225
Rural Pronaf e Pronaf RA	799	47.375
Industrial/Agroindustrial	2.612	1.608
Infraestrutura	5.034	720
Comércio e serviços	13.366	2.604
<b>Total</b>	<b>66.637</b>	<b>79.272</b>



## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste - FCO

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis  
Exercício encerrado em 31.12.2016

## j) Provisão para Rebates sobre Encargos

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Saldo inicial	(79.741)	(57.644)
Utilização	15.094	24.549
Reversão/(Complemento)	(17.336)	(46.646)
Saldo final	(81.983)	(79.741)
Ativo circulante	(11.125)	(13.657)
Ativo não circulante	(70.858)	(66.084)

## k) Resultado com Provisão para Rebates sobre Encargos

	R\$ mil	
	Exerc/2016	Exerc/2015
Despesa com provisão para rebates sobre encargos	(17.345)	(46.646)
Reversão de provisão para rebates sobre encargos	9	--
Total	(17.336)	(46.646)

## l) Provisão para Bônus de Adimplência

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Saldo inicial	(230.532)	(230.679)
Utilização	143.374	140.120
Reversão/(Complemento)	(153.526)	(139.973)
Saldo final	(240.684)	(230.532)
Ativo circulante	(46.660)	(46.183)
Ativo não circulante	(194.024)	(184.349)

## m) Resultado com Provisão para Bônus de Adimplência

	R\$ mil	
	Exerc/2016	Exerc/2015
Despesa com provisão para bônus de adimplência	(153.526)	(139.973)
Total	(153.526)	(139.973)



**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste - FCO****Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis****Exercício encerrado em 31.12.2016****n) Provisão para Dispensa de Correção Monetária**

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Saldo inicial	(88.316)	(100.969)
Utilização	13.957	16.782
Reversão/(Complemento)	(5.073)	(4.129)
<b>Saldo final</b>	<b>(79.432)</b>	<b>(88.316)</b>
Ativo circulante	(7.828)	(1.834)
Ativo não circulante	(71.604)	(86.482)

**o) Resultado com Provisão para Dispensa de Correção Monetária**

	R\$ mil	
	Exerc/2016	Exerc/2015
Despesa com provisão para dispensa de correção monetária	(6.303)	(8.234)
Reversão de provisão para dispensa de correção monetária	1.230	4.105
<b>Total</b>	<b>(5.073)</b>	<b>(4.129)</b>

**6 – CREDORES DIVERSOS****Composição**

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Del credere - Operações de repasse Banco do Brasil S.A.	108.020	--
Ressarcimento de bônus de adimplência - Banco do Brasil S.A.	13.252	--
Del credere - Operações de repasses	2.266	198
Remuneração do administrador	419	1.062
Rebates (Procera)	--	10.429
Rebates Resolução CMN 4299 - Banco do Brasil S.A.	--	3.681
Auditoria independente	--	16
<b>Total</b>	<b>123.957</b>	<b>15.386</b>

**7 – DESPESAS COM DEL CREDERE**

	R\$ mil	
	Exerc/2016	Exerc/2015
Del credere - operações Banco do Brasil S.A. <sup>(1)</sup>	(1.255.198)	(1.242.842)
Del credere - operações de repasses <sup>(2)</sup>	(30.343)	(8.982)
<b>Total</b>	<b>(1.285.541)</b>	<b>(1.251.824)</b>

<sup>(1)</sup>Sobre as operações de crédito/financiamento do FCO incide del credere (Comissão auferida pelo agente financeiro em função do risco de crédito assumido com os contratantes das operações), em favor do agente financeiro Banco do Brasil S.A., limitado a 6% (seis por cento) ao ano.

<sup>(2)</sup>No caso de operações de crédito/financiamento com repasses a outras instituições financeiras o del credere é limitado a 3% (três por cento) ao ano.



**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste - FCO****Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**  
**Exercício encerrado em 31.12.2016****8 – OUTRAS DESPESAS**

	R\$ mil	
	Exerc/2016	Exerc/2015
Taxa de administração	(5.166)	(8.077)
Outras	(292)	(1.593)
<b>Total</b>	<b>(5.458)</b>	<b>(9.670)</b>

**9 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O patrimônio líquido corresponde ao saldo do exercício anterior acrescido das transferências do Tesouro Nacional (participação em impostos da união) e do resultado do exercício. De acordo com o art. 6º, inciso I, da lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989, os repasses do Tesouro Nacional aos fundos constitucionais de financiamento são provenientes de 3% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados, na forma do art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal, cabendo ao FCO o percentual de 0,6% daquele montante arrecadado (Nota 1).

Saldos das transferências do Tesouro Nacional e do resultado dos exercícios encerrados em 31.12.2016 e 31.12.2015:

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Transferências de exercícios anteriores	20.402.720	18.271.126
Resultado de exercícios anteriores	2.198.055	2.235.649
Transferências do Tesouro Nacional do exercício	2.438.748	2.131.594
Resultado do exercício	109.364	(37.594)
<b>Total</b>	<b>25.148.887</b>	<b>22.600.775</b>

**10 - PARTES RELACIONADAS**

O FCO realiza transações bancárias com seu administrador Banco do Brasil S.A. A remuneração sobre os valores disponíveis é calculada e registrada mensalmente, mediante a aplicação da taxa extra-mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme previsto no § 5º do art. 9º-A da Lei nº 7.827, incluído pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.





**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste - FCO****Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis****Exercício encerrado em 31.12.2016****Sumário das Transações com Partes Relacionadas**

		R\$ mil	
	Nota	31.12.2016	31.12.2015
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4.a	3.017.228	486.677
Repasse - financiamentos - Banco do Brasil S.A.	5.a	22.195.172	22.186.771
Taxa de administração paga a maior		--	148
<b>Passivos</b>			
Remuneração do administrador	6	419	1.062
Ressarcimento de bônus de adimplência - Banco do Brasil - S.A.	6	13.252	--
Del credere - operações de repasse Banco do Brasil S.A.	6	108.020	--
Rebates Resolução CMN 4299 - Banco do Brasil - S.A.	6	--	3.681
		<b>Exerc/2016</b>	<b>Exerc/2015</b>
<b>Resultado</b>			
Rendas de operações de crédito	5.b	1.341.983	1.317.397
Rendas sobre valores disponíveis	4.b	273.624	84.789
Receita de atualização monetária		27	511
Despesas com taxa de administração	8	(5.166)	(8.077)
Outras despesas - rebates resolução CMN 4299 - Banco do Brasil - S.A.		(236)	(384)
Despesas com del credere - Operações Banco do Brasil S.A.	7	(1.255.198)	(1.242.842)
		<b>Exerc/2016</b>	<b>Exerc/2015</b>
<b>Procera</b>			
	Nota	31.12.2016	31.12.2015
<b>Passivos</b>			
Rebates (Procera)	6	--	10.429
		<b>Exerc/2016</b>	<b>Exerc/2015</b>
<b>Resultado</b>			
Reversão de provisão para obrigações com o Procera		1.016	--
Despesas efetivas - rebates (Procera)		(30)	(1.174)

**11 - CONTINGÊNCIAS**

Até o final do exercício de 2016, o administrador não teve conhecimento da existência de quaisquer obrigações contingentes imputadas ao fundo e que devam ser objeto de registro contábil. Estas avaliações são efetuadas com o apoio do departamento jurídico do administrador Banco do Brasil S.A.





**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste - FCO****Demonstrações Contábeis**  
**Exercício encerrado em 31.12.2016****ADMINISTRADOR**

BANCO DO BRASIL S.A.

**DIRETORIA DE GOVERNO****Diretor**

João Pinto Rabelo Júnior

**Gerente Executivo**

Vagner Lacerda Ribeiro

**CONTADORIA**

Eduardo Cesar Pasa

Contador Geral

Contador CRC-DF 017601/O-5

CPF 541.035.920-87





# FCO

## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

### Relatório Circunstanciado sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos no Exercício de 2016





Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

### **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

ABC – Agricultura de Baixo Carbono

BB – Banco do Brasil S.A.

CDE – Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal

CGU – Controladoria Geral da União

CMN – Conselho Monetário Nacional

CONDEL/SUDECO – Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

DOU – Diário Oficial da União

EI – Empreendedores Individuais

FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

GPO – Gestão de Passivos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ILPF – Integração Lavoura-Pecuária-Floresta

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IR - Imposto de Renda

MCR – Manual de Crédito Rural

MF – Ministério da Fazenda

MGE – Médias e Grandes Empresas

MI – Ministério da Integração Nacional

MPE – Micro, Pequenas e Pequeno-Médias Empresas

PAPRA – Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária





## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

PDCO – Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste

PIB - Produto Interno Bruto

PL – Patrimônio Líquido

PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PROCERA - Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAF-RA – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Reforma Agrária

RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

SFRI - Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais

SIG – Sistema de Informações Gerenciais

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

UF – Unidade Federativa





Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

**LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS**

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro 1 - Recursos previstos para o exercício .....	9
Quadro 2 - Recursos previstos por UF .....	10
Quadro 3 - Recursos previstos por Programa/Linha, Setor e Porte .....	11
Quadro 4 – Realização da previsão orçamentária .....	12
Quadro 5 – Contratações por Tipologia da PNDR e UF .....	13
Quadro 6 – Contratações por Programa de Financiamento e UF .....	15
Gráfico 1 – Comparativo entre as quantidades contratadas por UF nos exercícios de 2015 e 2016 .....	15
Gráfico 2 – Comparativo entre os valores contratados por UF entre 2015 e 2016 .....	16
Gráfico 3 – Comparativo dos percentuais previstos e realizados por UF .....	17
Quadro 7 – Contratações por Setor e UF .....	18
Quadro 8 – Contratações por Linha de Financiamento e UF .....	18
Quadro 9 – Contratações por Porte e UF .....	19
Quadro 10 – Contratações do Pronaf por UF .....	20
Quadro 11 – Contratações nas Linhas Empresariais por Faixa de Valores .....	21
Quadro 12 – Contratações nas Linhas Rurais por Faixa de Valores .....	21
Quadro 13 – Ticket médio das operações por Programa .....	22
Quadro 14 – Ticket médio das operações por UF .....	22
Quadro 15 – Contratações com Instituições Operadoras do Repasse por Programa/Porte .....	23
Quadro 16 – Projetos que contribuem para a redução das desigualdades regionais .....	24
Quadro 17 – Contratações com Instituições Operadoras do Repasse por Tipologia .....	24
Quadro 18 – Contratações com novos beneficiários por Setor/Linha .....	25
Quadro 19 – Contratações com novos beneficiários por Porte .....	25
Quadro 20 – Contratações com novos beneficiários por Tipologia .....	25
Quadro 21 – Projetos com alto grau de geração de emprego e/ou renda .....	27
Quadro 22 – Projetos voltados à preservação e recuperação do meio ambiente .....	28
Quadro 23 – Projetos que utilizam tecnologias inovadoras /ou contribuam para geração e difusão de novas tecnologias .....	29
Quadro 24 – Contratações de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural (FCO/Convir) .....	30
Quadro 25 – Projetos do setor de turismo .....	31
Quadro 26 - Contratações na Linha Comercial e de Serviços .....	32







### Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Quadro 27 - Contratações na Linha Comercial e de Serviços em assistência ao setor de serviço de saúde.....	33
Quadro 28 – Projetos que contribuem para a redução das desigualdades regionais .....	34
Quadro 29 – Indicadores e metas de gestão de desempenho .....	35
Quadro 30 – Saldos por programa e UF .....	37
Quadro 31 – Saldos por porte e UF .....	37
Quadro 32 – Carteira por risco de crédito .....	38
Quadro 33 – Saldos vincendos e vencidos .....	38
Quadro 34 – Saldos vincendos e vencidos por Programas.....	39
Quadro 35 – Inadimplência por risco .....	39
Quadro 36 – Demonstração do Fluxo de Caixa do Exercício .....	42
Quadro 37 – Demonstração de Resultado do Exercício.....	43
Quadro 38 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício .....	44
Quadro 39 – Propostas Acolhidas por UF.....	45
Quadro 40 – Propostas Acolhidas por Programa e Porte.....	45
Quadro 41 – Estágio das propostas em andamento por UF .....	46
Quadro 42 – Estágio das propostas em andamento por Programa.....	46





## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

**SUMÁRIO**

PERSPECTIVA: ASPECTOS GERAIS .....	7
1. Introdução .....	7
1.1. Apresentação .....	7
2. Programação Orçamentária .....	8
2.1. Recursos Previstos para Aplicação .....	9
2.2. Valores da Reprogramação de Recursos .....	10
2.3. Orçamento por UF e Setor .....	10
2.4. Orçamento por UF, Programa/Linha, Setor e Porte .....	10
3. Execução Orçamentária .....	11
PERSPECTIVA: PNDR - DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES GERAIS / DIRETRIZES E PRIORIDADES / PROGRAMAÇÃO DOS BANCOS .....	12
4. Análise das Contratações .....	12
4.1. Contratações por Tipologia dos Municípios .....	12
4.2. Contratações por Áreas Prioritárias .....	14
4.3. Contratações por Programa de Financiamento e UF .....	14
4.4. Contratações por Setor Assistido .....	17
4.5. Contratações por Linha de Financiamento .....	18
4.6. Contratações por Porte de Mutuário .....	19
4.7. Contratações no Pronaf .....	19
4.8. Contratações por Faixa de Valores .....	20
4.9. Ticket Médio das Contratações .....	22
4.10. Contratações Realizadas por Outras Instituições Operadoras de Repasse .....	22
4.11. Contratações com Beneficiários de Primeira Contratação .....	24
4.12. Contratações em Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) .....	26
PERSPECTIVA: SUSTENTABILIDADE - GESTÃO / PNDR / ASPECTOS DA CARTEIRA E ECONÔMICO-FINANCEIROS / BALANÇO PATRIMONIAL DO FUNDO / PLANO DE PROVIDÊNCIAS .....	26
5. Demais informações sobre as contratações .....	26
5.1. Informações Condell/Programação .....	26
5.2. Atendimento às Diretrizes e Prioridades do Fundo .....	35
6. Gestão do Fundo pelo Banco Operador .....	35
6.1. Formação de Alianças Institucionais .....	35
6.2. Ações Realizadas com a Finalidade de Estimular o Atendimento .....	36
	5





## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

7.	Perfil da Carteira .....	36
7.1.	Composição da Carteira .....	36
7.2.	Índices de Inadimplência.....	38
7.3.	Composição da Conta de Provisão.....	39
7.3.1.	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa .....	39
7.3.2.	Provisão para Rebates sobre Encargos .....	40
7.3.3.	Provisão para Bônus de Adimplência.....	41
7.3.4.	Provisão para Dispensa de Correção Monetária .....	41
7.4.	Renegociação de dívidas .....	42
8.	Demonstração do Resultado .....	42
8.1.	Demonstração do Fluxo de Caixa .....	42
8.2.	Demonstração das Receitas e Despesas do Fundo .....	43
8.3.	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido .....	44
9.	Situação da Demanda de Crédito .....	44
10.	Auditoria Independente conforme Lei 7.827/89, art. 20, §§ 4º e 5º .....	46
11.	Plano de Providências sobre as Recomendações do MI .....	47







## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

**PERSPECTIVA: ASPECTOS GERAIS****1. Introdução**

O Relatório Circunstanciado sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos do 2º Semestre de 2016 foi elaborado em atendimento ao artigo nº 15 parágrafo V e artigo nº 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, além das orientações do Ministério da Integração Nacional, de acordo com o Ofício nº 28/SFRI/DFRP, de 20 de janeiro de 2017.

O Relatório busca demonstrar as atividades realizadas, os resultados alcançados, o desempenho dos recursos do Fundo e o estado dos recursos e aplicações do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) ao final exercício de 2016.

**1.1. Apresentação**

O FCO foi criado por meio da Lei n.º 7.827/1989, que regulamentou o artigo nº 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal de 1988, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o Plano Regional de Desenvolvimento.

A área de abrangência do FCO é a região Centro-Oeste, composta pelos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a região conta com 467 municípios.

De acordo com o artigo 6º da Lei 7.827/1989, os recursos do FCO são provenientes das seguintes fontes:

- a) 0,6% (seis décimos por cento) do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR) e do imposto sobre produtos industrializados (IPI);
- b) retornos e resultados das aplicações;
- c) resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, calculada com base em indexador oficial;
- d) contribuições, doações, financiamentos e recursos de outras origens, concedidos por entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras; e
- e) dotações orçamentárias ou outros recursos previstos em lei.

Conforme o artigo nº 13 da Lei 7.827/1989, a administração do FCO é exercida conjuntamente pelo Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco), Ministério da Integração Nacional (MI) e Banco do Brasil S.A. (BB), observadas as atribuições previstas na legislação.

De acordo com o artigo nº 15 da Lei 7.827/1989, o Banco do Brasil tem como atribuições:

- a) aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito de acordo com os programas aprovados pelo Condel/Sudeco;





### Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

- b) definir normas, procedimentos e condições operacionais próprias da atividade bancária, respeitadas, dentre outras, as diretrizes constantes do programa de financiamento aprovado pelo Condel/Sudeco;
- c) analisar as propostas em seus múltiplos aspectos, inclusive quanto à viabilidade econômica e financeira do empreendimento, mediante exame da correlação custo/benefício, e quanto à capacidade futura de reembolso do financiamento almejado, para, com base no resultado dessa análise, enquadrar as propostas nas faixas de encargos e deferir créditos;
- d) formalizar contratos de repasses de recursos na forma prevista no artigo 9º;
- e) prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estado dos recursos e aplicações ao MI e ao Condel/Sudeco; e
- f) exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos, à recuperação dos créditos e à renegociação de dívidas, de acordo com as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

## 2. Programação Orçamentária

A Programação do FCO para 2016 foi elaborada pelo Banco do Brasil e aprovada pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco), em consonância com:

- a) as diretrizes estabelecidas no artigo 3º da Lei n.º 7.827/1989;
- b) as diretrizes e as orientações gerais estabelecidas pelo MI (Portaria n.º 201, de 28.08.2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 31.08.2015);
- c) as diretrizes e as prioridades estabelecidas pelo Condel/Sudeco (Resolução n.º 37, de 27.10.2015, publicada no DOU de 28.10.2015 e alterada pela Resolução Condel/Sudeco nº 45, de 26.04.2016, publicada no DOU de 02.05.2016);
- d) a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);
- e) o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PDCO); e
- f) as contribuições dos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal (CDEs).

A Programação está segmentada por setores produtivos (empresarial e rural), sendo os recursos aplicados no âmbito dos seguintes Programas e Linhas de Financiamento:

#### **Programa de FCO Empresarial de Apoio aos Empreendedores Individuais (EI) e às Micro, Pequenas e Pequeno-Médias Empresas (MPE):**

- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MPE;
- Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MPE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE; e
- Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MPE.

#### **Programa de FCO Empresarial para Médias e Grandes Empresas (MGE):**

- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MGE;
- Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MGE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MGE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MGE; e
- Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MGE.







## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

### Programa de FCO Rural:

- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural;
- Linha de Financiamento à Agropecuária Irrigada;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural (Convir);
- Linha de Financiamento de Conservação da Natureza e de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (FCO Verde): Modalidade 1: Conservação da Natureza; e Modalidade 2: Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF);
- Linha de Financiamento de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira;
- Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura;
- Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca; e
- Linha Especial de Financiamento para Adequação do Sistema de Produção Pecuário na Região de Fronteira.

### Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf):

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf; e
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf Reforma Agrária (Planta Brasil).

### Programa de FCO para Repasse:

- Programa de FCO Empresarial para Repasse; e
- Programa de FCO Rural para Repasse.

### 2.1. Recursos Previstos para Aplicação

De acordo com a Programação do FCO para 2016, aprovada por meio da Resolução Condell/Sudeco n.º 39, de 15.12.2015 e atualizada com a reprogramação da previsão de aplicação de recursos por UF de que trata o inciso I da Nota 1 do Quadro do Subtítulo “Recursos Previstos por UF e Setor” do Título II – Programação Orçamentária, o montante de recursos previstos para aplicação no exercício de 2016 corresponde a R\$ 6.871,8 milhões, com origem nas fontes a seguir discriminadas:

Quadro 1 - Recursos previstos para o exercício

(R\$ mil)	
RECURSOS PREVISTOS PARA 2016	VALOR
<b>1. FONTE DE RECURSOS</b>	<b>8.615.499</b>
1.1 Disponibilidade ao final do exercício anterior	486.677
1.2 Retorno de financiamentos	5.401.302
1.3 Repasse de recursos originários da STN	2.147.840
1.4 Remuneração das disponibilidades do FCO	275.969
1.5 Retorno ao FCO de valores relativos aos riscos assumidos pelo Banco do Brasil	303.711
1.6 Outras modalidades de ingressos de recursos	-
<b>2. SAÍDAS DE RECURSOS</b>	<b>1.325.869</b>
2.1 Pagamento de taxa de administração	192
2.2 Pagamento de auditoria independente	40
2.3 Ressarcimento de bônus de adimplência	147.666
2.4 Pagamento de <i>del credere</i>	1.172.553
2.5 Pagamento de remuneração em operações do Pronaf	5.417





## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

2.6 Outras saídas de recursos	-
<b>3. DISPONIBILIDADE TOTAL (1 - 2)</b>	<b>7.289.630</b>
<b>4. SALDO A LIBERAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>417.813</b>
<b>5. DISPONÍVEL PARA APLICAÇÃO (3 - 4)</b>	<b>6.871.817</b>

Fonte: Programação do FCO para 2016 – 1ª Edição – atualizada em 14.12.2016

## 2.2. Valores da Reprogramação de Recursos

A reprogramação dos recursos do FCO para o exercício de 2016, foi realizada levando-se em conta a nova previsão de ingresso de recursos, as contratações realizadas em cada UF até 30.09.2016, bem como as operações em fase final de contratação naquela data, em observância ao disposto na Portaria MI nº 201, de 28.8.2015, publicada no DOU de 31.8.2015.

A reprogramação orçamentária levou em consideração também as deliberações das Unidades Federativas referentes ao remanejamento dos recursos entre os Setores Rural e Empresarial, conforme estabelecido na nota 2, título II, da Programação do FCO para 2016.

Os Quadros apresentados a seguir demonstram a distribuição dos recursos previstos após a reprogramação orçamentária.

## 2.3. Orçamento por UF e Setor

O Quadro abaixo apresenta as estimativas de aplicações dos recursos do FCO, no exercício de 2016, por UF e Setor:

Quadro 2 - Recursos previstos por UF

(R\$ mil)

Setor	DF		GO		MS		MT		Região
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Empresarial	824.618	80%	841.798	35%	456.976	35%	639.079	30%	2.762.471
Rural	206.155	20%	1.563.338	65%	848.669	65%	1.491.184	70%	4.109.347
<b>Total</b>	<b>1.030.773</b>	<b>100%</b>	<b>2.405.136</b>	<b>100%</b>	<b>1.305.645</b>	<b>100%</b>	<b>2.130.263</b>	<b>100%</b>	<b>6.871.817</b>
<b>%</b>	<b>15%</b>		<b>35%</b>		<b>19%</b>		<b>31%</b>		<b>100%</b>

Fonte: Programação do FCO para 2016 – 1ª Edição – atualizada em 14.12.2016

## 2.4. Orçamento por UF, Programa/Linha, Setor e Porte

O Quadro abaixo apresenta as estimativas de aplicações dos recursos do FCO, no exercício de 2016, por UF, Setor, Programa, Linha e Porte:







## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Quadro 3 - Recursos previstos por Programa/Linha, Setor e Porte

(R\$ mil)

Programas/Linhas	DF	GO	MS	MT	Região	%
<b>Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores (*)</b>						
<b>FCO Empresarial</b>	<b>420.555</b>	<b>429.317</b>	<b>233.058</b>	<b>325.930</b>	<b>1.408.860</b>	<b>20,5%</b>
Industrial	50.264	147.427	100.215	81.483	379.388	
Infraestrutura	50.264	33.616	14.916	27.150	125.945	
Turismo	50.264	33.616	22.374	54.333	160.585	
Comércio e Serviços	269.764	214.658	95.554	162.965	742.941	
<b>FCO Rural</b>	<b>105.139</b>	<b>797.303</b>	<b>432.821</b>	<b>760.504</b>	<b>2.095.767</b>	<b>30,5%</b>
Pronaf-RA e Pronaf Demais	103.077	478.382	169.753	698.675	1.449.886	
Demais Rurais	2.062	318.921	263.069	61.829	645.880	
<b>Total</b>	<b>525.694</b>	<b>1.226.619</b>	<b>665.879</b>	<b>1.086.434</b>	<b>3.504.627</b>	<b>51,0%</b>
<b>Médios e Grandes Tomadores</b>						
<b>FCO Empresarial</b>	<b>404.063</b>	<b>412.481</b>	<b>223.918</b>	<b>313.149</b>	<b>1.353.611</b>	<b>19,7%</b>
Industrial	48.293	132.778	104.122	91.345	376.538	
Infraestrutura	48.293	36.752	15.674	26.085	126.804	
Turismo	48.293	36.711	16.794	39.144	140.941	
Comércio e Serviços	259.185	206.240	87.328	156.574	709.328	
<b>FCO Rural</b>	<b>101.016</b>	<b>766.036</b>	<b>415.848</b>	<b>730.680</b>	<b>2.013.580</b>	<b>29,3%</b>
<b>Total</b>	<b>505.079</b>	<b>1.178.517</b>	<b>639.766</b>	<b>1.043.829</b>	<b>3.367.190</b>	<b>49,0%</b>
<b>Resumo Geral</b>						
<b>FCO Empresarial</b>	<b>824.618</b>	<b>841.798</b>	<b>456.976</b>	<b>639.079</b>	<b>2.762.471</b>	<b>40,2%</b>
Industrial	98.556	280.205	204.337	172.828	755.926	
Infraestrutura	98.556	70.368	30.590	53.235	252.749	
Turismo	98.556	70.326	39.167	93.476	301.526	
Comércio e Serviços	528.949	420.899	182.882	319.540	1.452.269	
<b>FCO Rural</b>	<b>206.155</b>	<b>1.563.338</b>	<b>848.669</b>	<b>1.491.184</b>	<b>4.109.347</b>	<b>59,8%</b>
Pronaf-RA e Pronaf Demais	103.077	478.382	169.753	698.675	1.449.886	
Demais Rurais	103.077	1.084.957	678.917	792.509	2.659.460	
<b>Total</b>	<b>1.030.773</b>	<b>2.405.136</b>	<b>1.305.645</b>	<b>2.130.263</b>	<b>6.871.817</b>	<b>100,0%</b>

(\*) Respeitando o limite mínimo de 30% para os beneficiários com faturamento de até R\$ 3,6 milhões

Fonte: Programação do FCO para 2016 – 1ª Edição – atualizada em 14.12.2016

## 3. Execução Orçamentária

No exercício de 2016, do total dos recursos previstos (R\$ 6.871,8 milhões) foram realizados 106,2% (R\$ 7.294,6 milhões), conforme Quadro a seguir:





## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Quadro 4 – Realização da previsão orçamentária

(R\$ mil)

	RECURSOS PREVISTOS PARA 2016	Valor Previsto	Valor Realizado	Variação %
<b>1. FONTE DE RECURSOS</b>		<b>8.615.499</b>	<b>8.940.601</b>	<b>103,8%</b>
1.1 Disponibilidade ao final do exercício anterior		486.677	486.677	100,0%
1.2 Retorno de financiamentos		5.401.302	5.372.822	99,5%
1.3 Repasse de recursos originários da STN		2.147.840	2.438.748	113,5%
1.4 Remuneração das disponibilidades do FCO		275.969	273.624	99,2%
1.5 Retorno ao FCO de valores relativos aos riscos assumidos pelo Banco do Brasil		303.711	368.729	121,4%
1.6 Outras modalidades de ingressos de recursos		-	-	-
<b>2. SAÍDAS DE RECURSOS</b>		<b>1.325.869</b>	<b>1.322.516</b>	<b>99,7%</b>
2.1 Pagamento de taxa de administração		192	192	100,0%
2.2 Pagamento de auditoria independente		40	43	106,1%
2.3 Ressarcimento de bônus de adimplência		147.666	141.148	95,6%
2.4 Pagamento de <i>del credere</i>		1.172.553	1.175.453	100,2%
2.5 Pagamento de remuneração em operações do Pronaf		5.417	5.440	100,4%
2.6 Outras saídas de recursos		-	239	-
<b>3. DISPONIBILIDADE TOTAL (1 - 2)</b>		<b>7.289.630</b>	<b>7.618.085</b>	<b>104,5%</b>
<b>4. SALDO A LIBERAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>		<b>417.813</b>	<b>323.527</b>	<b>77,4%</b>
<b>5. DISPONÍVEL PARA APLICAÇÃO (3 - 4)</b>		<b>6.871.817</b>	<b>7.294.558</b>	<b>106,2%</b>

Posição: 31.12.2016

Fonte: Programação do FCO para 2016 – 1ª Edição – atualizada em 14.12.2016

**PERSPECTIVA: PNDR - DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES GERAIS / DIRETRIZES E PRIORIDADES / PROGRAMAÇÃO DOS BANCOS**

#### 4. Análise das Contratações

##### 4.1. Contratações por Tipologia dos Municípios

A definição da tipologia do município de localização do empreendimento segue as definições do MI e tem a sua metodologia prevista no Anexo II do Decreto n.º 6.047, de 22.02.2007, que leva em consideração duas variáveis:

- Rendimento médio mensal por habitante, englobando todas as fontes declaradas no censo demográfico de 2000 (salários, benefícios, pensões etc.); e
- Taxa geométrica de variação dos Produtos Internos Brutos municipais por habitante.

A tipologia está inserida na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e tem o propósito de estabelecer uma Tabela referencial das desigualdades regionais.

*[Assinatura]*

12







### Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

A tipologia está classificada conforme a seguir:

- Alta Renda** Municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação no PIB foi igual ou maior a 3,87% entre 1990 e 1998;
- Dinâmica** Inclui baixa e média renda dinâmica:  
Média: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998 e;  
Baixa: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% e 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998;
- Estagnada** Inclui apenas a média renda estagnada. Municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998; e
- Baixa Renda** Municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% e 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998.

Essa classificação é considerada na definição de prioridades para a aplicação de políticas de desenvolvimento e no estabelecimento de limites financiáveis.

O demonstrativo a seguir apresenta as contratações realizadas no exercício de 2016 por Tipologia e UF, conforme previsto na Programação do FCO:

Quadro 5 – Contratações por Tipologia da PNDR e UF

(R\$ mil)

Tipologia	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Alta Renda	372	101.291	5.486	888.123	1.184	193.069	1.237	426.576	8.279	1.609.059
Dinâmica	-	-	2.858	329.993	1.471	161.944	4.757	668.831	9.086	1.160.768
Estagnada	810	162.695	4.371	461.500	3.466	495.067	3.039	466.334	11.686	1.585.596
<b>Total</b>	<b>1.182</b>	<b>263.986</b>	<b>12.715</b>	<b>1.679.617</b>	<b>6.121</b>	<b>850.079</b>	<b>9.033</b>	<b>1.561.741</b>	<b>29.051</b>	<b>4.355.423</b>

Posição: 31.12.2016

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

No exercício de 2016, foram contratados R\$ 1.609,1 milhões (36,9% do total) em operações nos municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de Alta Renda, com 8.279 operações (28,5% do total).

Os municípios prioritários, integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia na PNDR como de renda estagnada ou dinâmica, foram responsáveis por 20.772 operações de crédito num total de R\$ 2.746,4 milhões em recursos contratados, o que corresponde a 63,1% do total do período, superior a meta estabelecida pelo Índice de Contratações por Tipologia dos Municípios de 57,0%, definida por meio da Resolução Condel/Sudeco nº 43, de 29.12.2015, conforme descrito no item 5.2.







## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Percebe-se que foram atendidas as diretrizes, orientações gerais e prioridades do Fundo no sentido de dar tratamento preferencial às atividades produtivas com os municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia na PNDR como de renda estagnada ou dinâmica.

### 4.2. Contratações por Áreas Prioritárias

#### a) nos Municípios da Faixa de Fronteira:

A região da Faixa de Fronteira caracteriza-se geograficamente por ser uma faixa de 150 km de largura ao longo de 15.719 km da fronteira brasileira, na qual abrange 11 unidades da Federação e 588 municípios divididos em sub-regiões e reúne aproximadamente 10 milhões de habitantes. A Faixa de Fronteira do Centro-Oeste é composta por 72 municípios, sendo 28 no Estado do Mato Grosso e 44 no Mato Grosso do Sul.

As aplicações nos municípios da Faixa de Fronteira totalizaram R\$ 770,0 milhões no exercício de 2016, o que representa 17,7% do total contratado no período (R\$ 4.355,4 milhões), um pouco superior a meta estabelecida pelo Índice de Contratações nos Municípios da Faixa de Fronteira de 17,5%, definida por meio da Resolução Condel/Sudeco nº 43, de 29.12.2015, conforme descrito no item 5.2.

#### b) nos Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas:

A Mesorregião de Águas Emendadas tem como característica física marcante o fato de se situar numa região de junção de três grandes bacias hidrográficas (Bacia do Tocantins, Bacia do Prata e Bacia do São Francisco) e de possuir uma rica beleza cênica proporcionada pela existência de parques naturais e sítios históricos e culturais. Essa região abrange 77 municípios do Estado de Goiás.

No exercício de 2016, foram contratados R\$ 509,7 milhões nos municípios integrantes da Mesorregião de Águas Emendadas, o que representa 87,3% do montante previsto na Programação do Fundo para o exercício de 2016 (R\$ 584,1 milhões), nessa prioridade.

#### c) na Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Municípios Goianos da Ride

A Ride/DF é uma região integrada de desenvolvimento econômico, criada pela Lei Complementar n.º 94, de 19.02.1998, e regulamentada pelo Decreto n.º 7.469, de 04.05.2011, para efeitos de articulação da ação administrativa da União que abrange o DF e 19 municípios do Estado de GO.

No exercício de 2016, foram contratadas 810 operações no montante de R\$ 162,7 milhões nos municípios goianos integrantes da Ride, o que representa 81,6% do montante previsto na Programação do Fundo para o exercício de 2016 (R\$ 199,3 milhões), nessa prioridade.

### 4.3. Contratações por Programa de Financiamento e UF

No exercício de 2016 foram contratados o montante R\$ 4.355,4 milhões, o que corresponde a 57,2% do montante de recursos distribuídos no exercício (R\$ 7.618,1 milhões).

14





## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

No período em análise, 29.051 empreendimentos foram beneficiados com recursos do FCO.

O Quadro a seguir apresenta a distribuição das operações contratadas no período por Programa de Financiamento e UF:

Quadro 6 – Contratações por Programa de Financiamento e UF

(R\$ mil)

UF	DF		GO		MS		MT		Total	
Programas	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Empresarial	379	113.824	842	231.372	555	101.875	763	191.896	2.539	638.967
Industrial	34	17.682	158	79.531	70	26.087	74	32.284	336	155.585
Infraestrutura	2	565	23	10.187	1	1.105	4	20.020	30	31.877
Turismo	21	5.453	34	19.585	29	7.117	48	13.416	132	45.571
Comércio e Serviços	322	90.124	627	122.068	455	67.566	637	126.176	2.041	405.935
Rural	803	150.162	11.873	1.448.245	5.566	748.204	8.270	1.369.845	26.512	3.716.456
Pronaf Demais	233	10.220	4.889	274.932	2.046	84.101	5.408	419.591	12.576	788.844
Pronaf-RA	32	765	322	7.295	546	9.329	360	8.331	1.260	25.720
Demais Rurais	538	139.177	6.662	1.166.018	2.974	654.774	2.502	941.923	12.676	2.901.892
<b>Total Geral</b>	<b>1.182</b>	<b>263.986</b>	<b>12.715</b>	<b>1.679.617</b>	<b>6.121</b>	<b>850.079</b>	<b>9.033</b>	<b>1.561.741</b>	<b>29.051</b>	<b>4.355.423</b>

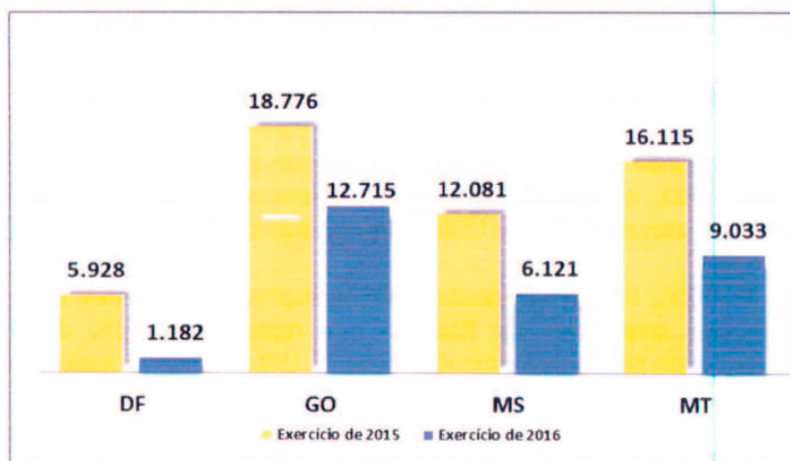
Posição: 31.12.2016

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Em comparação ao ano de 2015, no exercício de 2016, houve decréscimo de 45,1% na quantidade de operações contratadas (52.900 para 29.051) e de 17,4% no volume contratado (R\$ 5.274,5 milhões para R\$ 4.355,4 milhões).

O gráfico a seguir demonstra o comparativo entre as quantidades de operações contratadas nas UFs nos exercícios de 2015 e 2016, em que se verifica decréscimo na quantidade de operações contratadas em todos os Estados (80,1% no DF, 32,3% em GO, 49,3% no MS e 43,9% no MT).

Gráfico 1 – Comparativo entre as quantidades contratadas por UF nos exercícios de 2015 e 2016



Fonte: Relatório de Gestão do exercício de 2015 e Caderno de Informações Gerenciais de Dez/2016



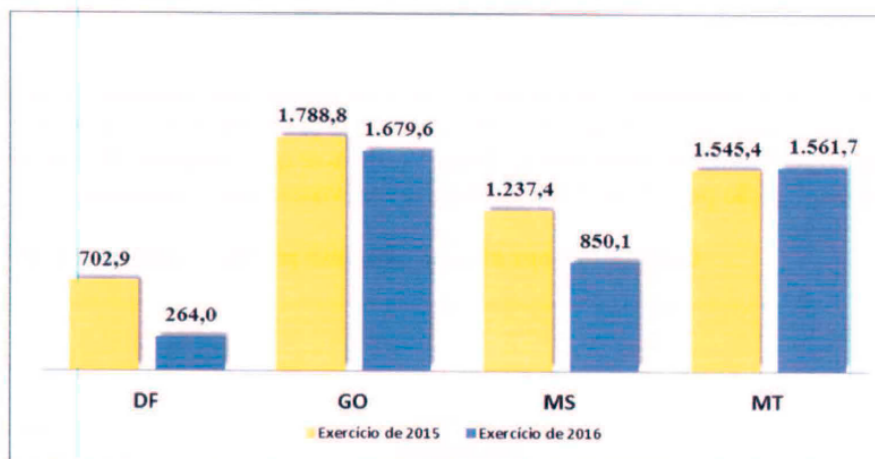




### Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

No comparativo entre os valores contratados nas UF's nos exercícios de 2015 e 2016, verifica-se que também houve decréscimo no montante de valores aplicados em quase todos os Estados (62,4% no DF, 6,1% em GO, 31,3% no MS), exceto o estado de MT que teve um aumento de 1,1% no montante de valores aplicados.

Gráfico 2 – Comparativo entre os valores contratados por UF entre 2015 e 2016  
(R\$ mil)



Fonte: Relatório de Gestão do exercício de 2015 e Caderno de Informações Gerenciais de Dez/2016

A redução observada nas contratações do FCO segue o movimento de queda na concessão de crédito observado em nível nacional, ocasionado pela redução da demanda devido a desaceleração da economia e da reavaliação e/ou adiamento das intenções de investimento por parte do setor produtivo.

Cabe ressaltar que o Banco realizou diversas ações (em especial as descritas no item 6) a fim de incrementar as contratações nos Estados, de forma a atender a um universo maior de beneficiários e cumprir as diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas nas normas do Fundo.

De acordo com a Nota 4 do Quadro “Recursos Previstos por UF e Setor” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2016, as instituições financeiras que atuam com recursos do FCO aplicarão nos municípios do Nordeste Goiano e do Oeste Goiano, no mínimo, 15% dos recursos previstos no exercício para o Estado de Goiás.

De acordo com o parágrafo único do art. 2º da Lei Complementar n.º 97, de 10.12.2012, que regulamenta o art. 144-A da Constituição do Estado de Goiás e dá outras providências, o Nordeste Goiano compreende os municípios: Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Buritinópolis, Campos Belos, Cavalcante, Colinas do Sul, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Guarani de Goiás, Iaciara, Mambai, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma, Posse, São Domingos, São João D’Aliança, Simolândia, Sítio D’Abadia e Teresina de Goiás.

De acordo com a mesma Lei, o Oeste Goiano compreende os municípios: Baliza, Bom Jardim de Goiás, Britânia, Buriti de Goiás, Cachoeira de Goiás, Caiapônia, Campestre de Goiás, Córrego do





### Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Ouro, Diorama, Doverlândia, Fazenda Nova, Firminópolis, Iporá, Israelândia, Itapirapuã, Ivolândia, Jandaia, Jaupaci, Jussara, Moiporá, Montes Claros de Goiás, Mossâmedes, Nazário, Novo Brasil, Palestina de Goiás, Palmeiras de Goiás, Palminópolis, Paraúna, Piranhas, Sanclerlândia, Santa Bárbara de Goiás, Santa Fé de Goiás, São João da Paraúna, São Luís de Montes Belos e Turvânia.

No exercício de 2016, foram aplicados nos municípios do Nordeste e Oeste Goiano o total de R\$ 399,3 milhões, o equivalente a 110,7% do montante previsto na Programação do FCO para 2016 (R\$ 360,8 milhões). Sendo contratadas 682 operações num total de R\$ 98,5 milhões nos municípios do Nordeste Goiano e 2.939 operações num total de R\$ 301,3 milhões nos municípios do Oeste Goiano.

O gráfico a seguir demonstra o comparativo entre os percentuais previstos na Programação do FCO para 2016 para cada UF (15% no DF, 35% em GO, 19% no MS e 31% no MT) e os percentuais de contratações realizados no exercício de 2016. Verifica-se que apenas o DF não atingiu o percentual mínimo de aplicação por UF de 15% dos recursos previstos para o exercício.

Gráfico 3 – Comparativo dos percentuais previstos e realizados por UF



Fonte: Programação Orçamentária do FCO 2016 e Caderno de Informações Gerenciais de Dez/2016

#### 4.4. Contratações por Setor Assistido

No exercício de 2016, os empreendimentos do setor empresarial foram responsáveis pela contratação de 2.539 operações (8,7% das operações contratadas) e volume total de R\$ 639,0 milhões (14,7% do valor financiado), inferior ao percentual previsto na Programação do FCO para 2016 de R\$ 40,2%.

Já os empreendimentos do setor rural, no exercício de 2016, foram responsáveis pela contratação de 26.512 operações (91,3% das operações contratadas) e volume total de R\$ 3.716,5 milhões (85,3% do valor financiado), superior ao percentual previsto na Programação do FCO para 2016 de 59,8%.

O Quadro a seguir demonstra os valores contratados e os valores realizados nos setores empresarial e rural no exercício de 2016.







## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Quadro 7 – Contratações por Setor e UF

(R\$ mil)

UF	DF	GO	MS	MT	Total
<b>Setor</b>					
<b>Empresarial</b>	<b>113.824</b>	<b>231.372</b>	<b>101.875</b>	<b>191.896</b>	<b>638.967</b>
% realizado	43,1%	13,8%	12,0%	12,3%	14,7%
<b>Rural</b>	<b>150.162</b>	<b>1.448.245</b>	<b>748.204</b>	<b>1.369.845</b>	<b>3.716.456</b>
% realizado	56,9%	86,2%	88,0%	87,7%	85,3%
<b>Total</b>	<b>263.986</b>	<b>1.679.617</b>	<b>850.079</b>	<b>1.561.741</b>	<b>4.355.423</b>

Posição: 31.12.2016

Fonte: Caderno de Informações Gerenciais de Dez/2016

## 4.5. Contratações por Linha de Financiamento

O Quadro a seguir demonstra as contratações realizadas no exercício de 2016 por Linha de Financiamento e UF:

Quadro 8 – Contratações por Linha de Financiamento e UF

(R\$ mil)

Linha de Financiamento	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
<b>Empresarial</b>	<b>379</b>	<b>113.824</b>	<b>842</b>	<b>231.372</b>	<b>555</b>	<b>101.875</b>	<b>763</b>	<b>191.896</b>	<b>2.539</b>	<b>638.967</b>
Industrial	34	17.682	158	79.531	70	26.087	74	32.284	336	155.585
Infraestrutura	2	565	23	10.187	1	1.105	4	20.020	30	31.877
Turismo	21	5.453	34	19.585	29	7.117	48	13.416	132	45.571
Comércio e Serviços	322	90.124	627	122.068	455	67.566	637	126.176	2.041	405.935
<b>Rural</b>	<b>803</b>	<b>150.162</b>	<b>11.873</b>	<b>1.448.245</b>	<b>5.566</b>	<b>748.204</b>	<b>8.270</b>	<b>1.369.845</b>	<b>26.512</b>	<b>3.716.456</b>
Desenvolvimento Rural	527	137.291	6.614	1.100.234	2.883	553.983	2.396	862.652	12.420	2.654.160
Agropecuária Irrigada	1	248	7	3.068	6	716	4	5.651	18	9.683
Convir	1	219	24	57.962	19	45.012	4	32.365	48	135.558
ABC-Conservação da Natureza	8	1.105	12	3.000	21	39.313	24	21.049	65	64.467
ABC-ILPF	1	315	4	1.702	3	5.520	-	-	8	7.537
Ret. Matrizes	-	-	-	-	31	8.726	72	19.622	103	28.348
Proaqua	-	-	1	53	1	400	2	582	4	1.035
Adeq. Prod. Pec. na Front.	-	-	-	-	10	1.105	-	-	10	1.105
Pronaf-RA	32	765	322	7.295	546	9.329	360	8.331	1.260	25.720
Pronaf Demais	233	10.220	4.889	274.932	2.046	84.101	5.408	419.591	12.576	788.844
<b>Total Geral</b>	<b>1.182</b>	<b>263.986</b>	<b>12.715</b>	<b>1.679.617</b>	<b>6.121</b>	<b>850.079</b>	<b>9.033</b>	<b>1.561.741</b>	<b>29.051</b>	<b>4.355.423</b>

Posição: 31.12.2016

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB e Caderno de Informações Gerenciais de Dez/2016

No exercício de 2016, as contratações realizadas na Linha de Desenvolvimento Rural, concentraram a maior parcela dos recursos financiados (R\$ 2.654,2 milhões), o equivalente a 60,9% do total aplicado, seguida pela Linha de Pronaf Demais (linhas não destinadas a reforma agrária) que financiou o total de R\$ 788,8 milhões, o equivalente a 18,1% do total aplicado.

18







## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

## 4.6. Contratações por Porte de Mutuário

As contratações no exercício de 2016, por porte do beneficiário e UF estão representadas no Quadro a seguir:

Quadro 9 – Contratações por Porte e UF

(R\$ mil)

Porte	DF	GO	MS	MT	Total	(%)
Grande	16.371	87.865	77.753	69.596	251.584	5,8%
Médio	56.383	145.241	158.788	274.370	634.781	14,6%
<b>Subtotal - Maior Porte</b>	<b>72.753</b>	<b>233.106</b>	<b>236.541</b>	<b>343.965</b>	<b>886.365</b>	<b>20,4%</b>
Pequeno-médio	76.345	256.866	137.036	251.581	721.828	16,6%
Pequeno	101.257	912.879	369.026	881.972	2.265.134	52,0%
Mini/Micro	13.613	276.755	107.429	84.154	481.951	11,1%
EI	18	12	47	68	145	0,0%
<b>Subtotal – Menor Porte</b>	<b>191.233</b>	<b>1.446.511</b>	<b>613.538</b>	<b>1.217.776</b>	<b>3.469.058</b>	<b>79,6%</b>
<b>Total Geral</b>	<b>263.986</b>	<b>1.679.617</b>	<b>850.079</b>	<b>1.561.741</b>	<b>4.355.423</b>	<b>100,0%</b>

Posição: 31.12.2016

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Os tomadores de menor porte (pequeno-médio, pequeno, micro/mini, empreendedores individuais) contrataram R\$ 3.469,1 milhões (79,6%), o que contribuiu para ultrapassar a meta estabelecida pelo Índice de Contratações com Menor Porte de 51,0%, definida por meio da Resolução Condel/Sudeco nº 43, de 29.12.2015, conforme descrito no item 5.2.

Verifica-se que em todas as UFs as contratações dos tomadores de menor porte superaram as de maior porte (72,4% no DF, 86,1% em GO, 72,2% em MS, e 78,0% em MT), atendendo, as diretrizes, orientações gerais e prioridades do Fundo definidas pela Lei n.º 7.827/1989, pelo MI e pelo Condel/Sudeco, no sentido de dar tratamento preferencial às atividades produtivas com tomadores de menor porte e atender a um universo maior de beneficiários.

## 4.7. Contratações no Pronaf

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão-de-obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas.

O Programa tem como objetivo fortalecer atividades do agricultor familiar, integrá-lo à cadeia do agronegócio, aumentar sua renda e agregar valor ao produto e à propriedade, mediante:

- profissionalização dos produtores e familiares;
- modernização do sistema produtivo;
- valorização do produtor rural familiar.





### Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

O Programa oferece apoio financeiro às atividades exploradas com emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Na Programação do FCO para 2016, os recursos previstos para o Pronaf estão divididos em Pronaf Demais (linhas não destinadas à reforma agrária) e Pronaf Reforma Agrária Planta Brasil (linhas destinadas à reforma agrária). As contratações com as Linhas do Pronaf no exercício de 2016 estão representadas no Quadro a seguir:

Quadro 10 – Contratações do Pronaf por UF

Programa	DF		GO		MS		MT		(R\$ mil) Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Pronaf Demais	233	10.220	4.889	274.932	2.046	84.101	5.408	419.591	12.576	788.844
Pronaf RA	32	765	322	7.295	546	9.329	360	8.331	1.260	25.720
<b>Total</b>	<b>265</b>	<b>10.985</b>	<b>5.211</b>	<b>282.227</b>	<b>2.592</b>	<b>93.430</b>	<b>5.768</b>	<b>427.922</b>	<b>13.836</b>	<b>814.564</b>

Posição: 31.12.2016

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

No exercício de 2016, foram contratadas 12.576 operações do Pronaf Demais, o que corresponde a 43,3% do total de operações contratadas no período (29.051), num total de R\$ 788,8 milhões, o que corresponde a 18,1% do volume financiado no exercício (R\$ 4.355,4 milhões).

No Pronaf Reforma Agrária (Pronaf RA), os valores previstos em cada UF são aplicados de acordo com a demanda apresentada no Programa, até o percentual estabelecido no art. 7º da Lei n.º 9.126, de 10.11.1995 (10% dos recursos do FCO para financiamento a assentados e a colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra). Cabe aos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) definir as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário do Governo Federal (PNCF) aptas a receber os financiamentos.

No exercício de 2016, foram contratadas 1.260 operações no âmbito do Pronaf RA, o que corresponde a 4,3% do total de operações contratadas no período (29.051 operações), num total de R\$ 25,7 milhões, valor equivalente a 0,6% do volume financiado no exercício de 2016 (R\$ 4.355,4 milhões).

#### 4.8. Contratações por Faixa de Valores

As contratações no exercício de 2016, nas Linhas Empresariais por faixa de valores estão apresentadas no Quadro a seguir:

20







## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Quadro 11 – Contratações nas Linhas Empresariais por Faixa de Valores

(R\$ mil)

<b>Linhas Empresariais</b>	<b>Industrial</b>		<b>Infraestrutura</b>		<b>Turismo</b>		<b>Comércio e Serviços</b>		<b>Total</b>	
<b>Faixa Valores</b>	<b>Qtde</b>	<b>Valor</b>	<b>Qtde</b>	<b>Valor</b>	<b>Qtde</b>	<b>Valor</b>	<b>Qtde</b>	<b>Valor</b>	<b>Qtde</b>	<b>Valor</b>
Até R\$ 1 mil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acima de R\$ 1 mil até R\$ 10 mil	6	44	-	-	3	17	40	299	49	360
Acima de R\$ 10 mil até R\$ 35 mil	23	644	1	30	14	321	255	5.941	293	6.936
Acima de R\$ 35 mil até R\$ 100 mil	85	6.024	1	69	36	2.335	717	49.891	839	58.320
Acima de R\$ 100 mil até R\$ 200 mil	97	14.495	7	1.094	34	5.019	611	92.942	749	113.551
Acima de R\$ 200 mil até R\$ 500 mil	80	25.159	14	4.940	29	10.380	292	90.319	415	130.798
Acima de R\$ 500 mil até R\$ 1.000 mil	27	18.291	4	3.245	12	8.271	90	63.824	133	93.631
Acima de R\$ 1.000 mil até R\$ 10.000 mil	15	47.029	2	2.952	4	19.228	35	90.593	56	159.802
Acima de R\$ 10.000 mil	3	43.899	1	19.546	-	-	1	12.125	5	75.570
<b>Total</b>	<b>336</b>	<b>155.585</b>	<b>30</b>	<b>31.877</b>	<b>132</b>	<b>45.571</b>	<b>2.041</b>	<b>405.935</b>	<b>2.539</b>	<b>638.967</b>

Posição: 31.12.2016

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

No exercício de 2016, a maior demanda por financiamentos, em termos de operações contratadas, contemplou projetos na faixa de valores acima de R\$ 35,0 mil até R\$ 100,0 mil, com a contratação de 839 operações, num total de R\$ 58,3 milhões, equivalentes a 33,0% do total de operações contratadas e a 9,1% dos valores contratados nas linhas empresariais.

As contratações no exercício de 2016, nas Linhas Rurais por faixa de valores estão apresentados no Quadro a seguir:

Quadro 12 – Contratações nas Linhas Rurais por Faixa de Valores

(R\$ mil)

<b>Linhas Rurais</b>	<b>Pronaf Demais</b>		<b>Pronaf RA</b>		<b>Demais Rurais</b>		<b>Total</b>	
<b>Faixa Valores</b>	<b>Qtde</b>	<b>Valor</b>	<b>Qtde</b>	<b>Valor</b>	<b>Qtde</b>	<b>Valor</b>	<b>Qtde</b>	<b>Valor</b>
Até R\$ 1 mil	1	1	-	-	-	-	1	1
Acima de R\$ 1 mil até R\$ 10 mil	543	3.885	350	2.224	13	97	906	6.206
Acima de R\$ 10 mil até R\$ 35 mil	3.270	81.560	910	23.496	407	10.530	4.587	115.587
Acima de R\$ 35 mil até R\$ 100 mil	7.721	558.775	-	-	6.518	568.230	14.239	1.127.004
Acima de R\$ 100 mil até R\$ 200 mil	1.041	144.623	-	-	2.968	474.581	4.009	619.204
Acima de R\$ 200 mil até R\$ 500 mil	-	-	-	-	1.661	568.079	1.661	568.079
Acima de R\$ 500 mil até R\$ 1.000 mil	-	-	-	-	791	552.857	791	552.857
Acima de R\$ 1.000 mil até R\$ 10.000 mil	-	-	-	-	313	660.845	313	660.845
Acima de R\$ 10.000 mil	-	-	-	-	5	66.674	5	66.674
<b>Total</b>	<b>12.576</b>	<b>788.844</b>	<b>1.260</b>	<b>25.720</b>	<b>12.676</b>	<b>2.901.892</b>	<b>26.512</b>	<b>3.716.456</b>

Posição: 31.12.2016

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

No exercício de 2016, a maior demanda por financiamentos em termos de operações contratadas, contemplou projetos na faixa de valores acima de R\$ 35,0 mil até R\$ 100,0 mil, com a contratação de 14.239 operações, num total de R\$ 1.127,0 milhões, equivalentes a 53,7% do total de operações contratadas e a 30,3% dos valores contratados nas linhas rurais.





## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

## 4.9. Ticket Médio das Contratações

No exercício de 2016, o ticket médio das operações (valor médio contratado por operação) atingiu R\$ 149,9 mil, valor 50,4% superior ao ticket médio observado no exercício de 2015 (R\$ 99,7 mil). O Quadro a seguir demonstra o comparativo entre o ticket médio observado no exercício de 2015 e 2016:

Quadro 13 – Ticket médio das operações por Programa

(R\$ mil)

Setor/Linha	Exercício de 2015			Exercício de 2016			Aumento
	Qtde	Valor	Ticket médio	Qtde	Valor	Ticket médio	%
<b>Empresarial</b>	<b>18.624</b>	<b>2.434.205</b>	<b>130,7</b>	<b>2.539</b>	<b>638.967</b>	<b>251,7</b>	<b>92,5</b>
Industrial	4.472	711.806	159,2	336	155.585	463,1	190,9
Infraestrutura	112	60.275	538,2	30	31.877	1.062,6	97,4
Turismo	1.682	219.720	130,6	132	45.571	345,2	164,3
Comércio e Serviços	12.358	1.442.404	116,7	2.041	405.935	198,9	70,4
<b>Rural</b>	<b>34.276</b>	<b>2.840.293</b>	<b>82,9</b>	<b>26.512</b>	<b>3.716.456</b>	<b>140,2</b>	<b>69,2</b>
Pronaf Demais	24.670	934.462	37,9	12.576	788.844	62,7	65,6
Pronaf-RA	1.074	20.718	19,3	1.260	25.720	20,4	5,8
Demais Rurais	8.532	1.885.114	220,9	12.676	2.901.892	228,9	3,6
<b>Total</b>	<b>52.900</b>	<b>5.274.498</b>	<b>99,7</b>	<b>29.051</b>	<b>4.355.423</b>	<b>149,9</b>	<b>50,4</b>

Posição: 31.12.2016

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Verifica-se que também houve aumento no valor do ticket médio das operações contratadas em todas as UFs. Conforme o Quadro a seguir:

Quadro 14 – Ticket médio das operações por UF

(R\$ mil)

Setor/Linha	Exercício de 2015			Exercício de 2016			Aumento
	Qtde	Valor	Ticket médio	Qtde	Valor	Ticket médio	%
DF	5.928	702.899	118,6	1.182	263.986	223,3	88,4
GO	18.776	1.788.773	95,3	12.715	1.679.617	132,1	38,7
MS	12.081	1.237.389	102,4	6.121	850.079	138,9	35,6
MT	16.115	1.545.437	95,9	9.033	1.561.741	172,9	80,3
<b>Total</b>	<b>52.900</b>	<b>5.274.498</b>	<b>99,7</b>	<b>29.051</b>	<b>4.355.423</b>	<b>149,9</b>	<b>50,4</b>

Posição: 31.12.2016

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

## 4.10. Contratações Realizadas por Outras Instituições Operadoras de Repasse

O artigo 9º da Lei 7.827/1989, com redação dada pela Lei 10.177/2001, prevê que, “observadas as diretrizes estabelecidas pelo MI, os bancos administradores poderão repassar recursos dos Fundos Constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, com capacidade

22







### Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

técnica comprovada e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de financiamento especificamente criados com essa finalidade.”

Atualmente o Banco do Brasil mantém contrato com as instituições Banco de Brasília S.A. (BRB), Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), Banco Cooperativo Sicredi S.A. (Sicredi), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Agência de Fomento de Goiás S.A (Goiás Fomento) e Agência de Fomento do Estado do Mato Grosso S.A. (MT Fomento).

As transferências de recursos iniciaram-se em novembro/2008 (BRB, Bancoob, Sicredi e GO Fomento), dezembro/2011 (BRDE) e maio/2012 (MT Fomento).

As contratações efetuadas por meio de repasse contemplam os segmentos de mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores e abrangem os Programas FCO Empresarial e FCO Rural, observada a Programação do FCO. As operações contratadas pelas instituições operadoras de repasse no exercício de 2016 estão demonstradas a seguir:

Quadro 15 – Contratações com Instituições Operadoras do Repasse por Programa/Porte

(R\$ mil)

Instituição	Bancoob		BRB		BRDE		GO Fomento		MT Fomento		Sicredi		Total	
Sector/Linha	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Empresarial	3	799	14	7.923	2	5.934	13	4.847	7	1.105	60	12.202	99	32.812
Industrial	-	-	-	-	-	-	1	40	-	-	4	930	5	970
Infraestrutura	-	-	2	565	-	-	-	-	-	-	-	-	2	565
Turismo	-	-	-	-	-	-	-	-	5	452	1	300	6	752
Comércio e Serviços	3	799	12	7.358	2	5.934	12	4.807	2	654	55	10.972	86	30.525
Rural	67	12.440	13	4.325	66	46.423	7	1.855	1	100	405	86.443	559	151.586
<b>Total</b>	<b>70</b>	<b>13.239</b>	<b>27</b>	<b>12.249</b>	<b>68</b>	<b>52.357</b>	<b>20</b>	<b>6.703</b>	<b>8</b>	<b>1.205</b>	<b>465</b>	<b>98.645</b>	<b>658</b>	<b>184.398</b>

Porte	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Pequeno-Médio	4	2.796	4	1.994	0	0	0	0	0	0	62	21.605	70	26.395
Pequeno	44	8.063	23	10.254	15	1.963	20	6.703	2	654	292	64.752	396	92.389
Mini/Micro	22	2.380	0	0	53	50.394	0	0	6	551	111	12.288	192	65.614
<b>Total</b>	<b>70</b>	<b>13.239</b>	<b>27</b>	<b>12.249</b>	<b>68</b>	<b>52.357</b>	<b>20</b>	<b>6.703</b>	<b>8</b>	<b>1.205</b>	<b>465</b>	<b>98.645</b>	<b>658</b>	<b>184.398</b>

Posição: 31.12.2016

Fonte: SIGRepasse – Sistema do BB

A estimativa de repasse de recursos a outras instituições (art. 9º da Lei nº 7.827/89) é de 7% dos recursos previstos para o exercício, respeitando o saldo disponível no limite de crédito deferido pelo Banco Administrador, para cada instituição. Para 2016 estavam previstos R\$ 481,0 milhões.

No exercício de 2016, as Instituições Operadoras do Repasse contrataram 658 operações (2,3% das operações contratadas) e financiaram R\$ 184,4 milhões (4,2% do valor financiado), o que equivale a 38,3% do montante previsto para aplicação no ano de 2016 nessa modalidade (R\$ 481,0 milhões).

O Quadro a seguir demonstra o resumo das contratações do Programa de FCO para Repasse, por espaços considerados prioritários pela PNDR:

23







### Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Quadro 16 – Projetos que contribuem para a redução das desigualdades regionais

(R\$ mil)

Área	Qtde	Valor
Municípios da Faixa de Fronteira	141	50.692
Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas	36	8.169
Municípios das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica	396	111.802
Municípios Goianos da Ride	14	3.094

Posição: 31.12.2016

Fonte: SIGRepasse – Sistema do BB

O demonstrativo a seguir apresenta as contratações do Programa de FCO para Repasse nos municípios das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR, realizadas no exercício de 2016.

Quadro 17 – Contratações com Instituições Operadoras do Repasse por Tipologia

(R\$mil)

	BRB		BRDE		GO Fomento		MT Fomento		Sicredi		Bancoob		Total	
Tipologia	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Alta Renda	35	6.611	16	8.423	7	8.378	15	5.916	7	908	182	42.358	262	72.595
Dinâmica	4	2.344	4	1.994	20	16.975	-	-	-	-	181	32.188	209	53.500
Estagnada	31	4.284	7	1.831	41	27.005	5	787	1	297	102	24.099	187	58.302
<b>Total</b>	<b>70</b>	<b>13.239</b>	<b>27</b>	<b>12.249</b>	<b>68</b>	<b>52.357</b>	<b>20</b>	<b>6.703</b>	<b>8</b>	<b>1.205</b>	<b>465</b>	<b>98.645</b>	<b>658</b>	<b>184.398</b>

Posição: 31.12.2016

Fonte: SIGRepasse– Sistema do BB

Do total de operações contratadas (658 operações) e de recursos utilizados (R\$ 184,4 milhões), observa-se que os municípios classificados como de Alta Renda representaram 39,8% das operações contratadas e 39,4% dos recursos utilizados. Já os municípios de Rendas Dinâmica e Estagnada, em conjunto, foram responsáveis por 60,2% das operações contratadas e 60,6% dos recursos utilizados.

#### 4.11. Contratações com Beneficiários de Primeira Contratação

No exercício de 2016, foram realizadas 8.330 operações com novos beneficiários, atingindo o montante de R\$ 1.108,4 milhões, que representam 28,7% do total das contratações, superior a meta estabelecida pelo Índice de Contratações com Novos Beneficiários de 20,0%, definida por meio da Resolução Condell/Sudeco nº 43, de 29.12.2015, conforme descrito no item 5.2.

Conforme o Quadro abaixo, o maior número de operações contratadas com novos beneficiários foi observado em GO (3.302) seguido por MT (3.120), MS (1.497) e DF (411).





## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Quadro 18 – Contratações com novos beneficiários por Setor/Linha

(R\$ mil)

UF	DF		GO		MS		MT		Total	
Setor/Linha	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	158	61.757	287	72.329	154	35.123	196	61.577	795	230.786
Industrial	12	13.436	34	13.265	17	7.418	9	1.486	72	35.605
Infraestrutura	-	-	13	6.448	-	-	3	19.990	16	26.438
Turismo	13	4.369	8	2.810	8	2.624	13	8.251	42	18.053
Com e Serviços	133	43.953	232	49.807	129	25.081	171	31.850	665	150.691
Rural	253	25.847	3.015	318.475	1.343	136.418	2.924	396.825	7.535	877.564
<b>Total</b>	<b>411</b>	<b>87.604</b>	<b>3.302</b>	<b>390.804</b>	<b>1.497</b>	<b>171.541</b>	<b>3.120</b>	<b>458.401</b>	<b>8.330</b>	<b>1.108.351</b>

Posição: 31.12.2016

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Em relação ao porte, os tomadores de menor porte foram responsáveis por 97,0% (8.080) das operações contratadas com novos beneficiários. O Quadro abaixo, demonstra as contratações por Porte com novos beneficiários:

Quadro 19 – Contratações com novos beneficiários por Porte

(R\$ mil)

UF	DF		GO		MS		MT		Total	
Porte	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Grande	3	1.670	16	5.729	13	20.870	14	39.023	46	67.292
Médio	14	18.881	90	24.972	50	20.498	50	32.793	204	97.145
Peq-médio	32	20.764	155	60.087	46	16.356	75	55.044	308	152.250
Pequeno	313	42.044	2.451	230.395	1.213	97.020	2.820	304.170	6.797	673.630
Mini/Micro	45	4.228	588	69.610	172	16.770	157	27.313	962	117.921
EI	4	18	2	12	3	27	4	57	13	114
<b>Total</b>	<b>411</b>	<b>87.604</b>	<b>3.302</b>	<b>390.804</b>	<b>1.497</b>	<b>171.541</b>	<b>3.120</b>	<b>458.401</b>	<b>8.330</b>	<b>1.108.351</b>

Posição: 31.12.2016

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Conforme o Quadro abaixo, observa-se que os municípios classificados como de Rendas Dinâmica e Estagnada representaram 71,8% das operações contratadas com novos beneficiários (5.984) e 61,9% dos recursos utilizados (R\$ 685,8 milhões).

Quadro 20 – Contratações com novos beneficiários por Tipologia

(R\$ mil)

UF	DF		GO		MS		MT		Total	
Tipologia	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Alta Renda	146	46.070	1.458	218.869	354	47.552	388	110.068	2.346	422.559
Dinâmica	-	-	769	72.152	387	42.859	1.466	184.291	2.622	299.302
Estagnada	265	41.534	1.075	99.783	756	81.129	1.266	164.042	3.362	386.489
<b>Total</b>	<b>411</b>	<b>87.604</b>	<b>3.302</b>	<b>390.804</b>	<b>1.497</b>	<b>171.541</b>	<b>3.120</b>	<b>458.401</b>	<b>8.330</b>	<b>1.108.351</b>

Posição: 31.12.2016

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Com esses resultados, as diretrizes do Fundo, em especial a de atender um universo maior de beneficiários (inciso VIII do art. 3º da Lei n.º 7.827), foi atendida.

Cabe ressaltar que esse desempenho decorre das ações desenvolvidas pelos Administradores do FCO, pelos Governos dos Estados e do Distrito Federal, pelos órgãos e entidades que integram os







### Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Conselhos de Desenvolvimento dos Estados (CDE) e pelo Banco do Brasil por meio das ações descritas no item 6 deste relatório.

#### 4.12. Contratações em Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

No exercício de 2016, não foram contratadas operações em atendimento ao Programa.

### PERSPECTIVA: SUSTENTABILIDADE - GESTÃO / PNDR / ASPECTOS DA CARTEIRA E ECONÔMICO-FINANCEIROS / BALANÇO PATRIMONIAL DO FUNDO / PLANO DE PROVIDÊNCIAS

#### 5. Demais informações sobre as contratações

##### 5.1. Informações Condel/Programação

Para efeito de aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2016, foram consideradas prioritárias as atividades, propostas pela Sudeco com base nas sugestões das UFs e aprovadas pelo Condel/Sudeco por meio da Resolução Condel/Sudeco n.º 37, de 27.10.2015, publicada no DOU de 28.10.2015 e alterada pela Resolução Condel/Sudeco n.º 45, de 26.04.2016, publicada no DOU de 02.05.2016.

A seguir destacamos os resultados alcançados, no exercício de 2016, no atendimento às atividades consideradas prioritárias:

##### a) projetos de apoio a mini, pequeno e pequeno-médios tomadores, inclusive de apoio aos empreendedores individuais e à agricultura familiar:

Conforme já descrito no item 4.6, no exercício de 2016, os tomadores de menor porte (pequeno-médio, pequeno, micro/mini, empreendedores individuais) contrataram R\$ 3.469,1 milhões, correspondendo a 79,6% do total contratado, acima da meta estabelecida de 51,0% pelo Índice de Contratações por Porte, definidas por meio da Resolução Condel/Sudeco n.º 43, de 29.12.2015, conforme descrito no item 5.2.

Ao analisar o desempenho das contratações com os tomadores de menor porte (quantidade de operações e volume aplicado), percebe-se que foram atendidas as diretrizes, orientações gerais e prioridades do Fundo, definidas na Lei n.º 7.827/1989, pelo MI e pelo Condel/Sudeco, no sentido de dar tratamento preferencial às atividades produtivas de pequeno-médios, pequenos e mini produtores rurais, de empreendedores individuais e das micro, pequenas e pequeno-médias empresas, atendendo a um universo maior de beneficiários.

Cabe ressaltar que diversas ações do Banco Administrador contribuíram para esse resultado, dentre as quais merece destaque a intensificação da divulgação do Fundo aos tomadores de menor porte, principalmente em municípios de economias estagnada e dinâmica.

26





### Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Já em apoio à agricultura familiar, conforme já descrito no item 4.7, foram contratadas 13.836 operações (47,6% das operações contratadas), atingindo um total de R\$ 814,6 milhões (18,7% dos financiamentos concedidos).

O bom desempenho das Linhas em apoio à agricultura familiar se deve à busca constante pela contratação de um maior número de operações com recursos do Fundo, bem como ao atendimento das prioridades de aplicação dos recursos do FCO.

**b) projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária e/ou que possibilitem a estruturação e o fortalecimento de cadeias produtivas, de alianças mercadológicas e de arranjos produtivos locais, contribuindo para a dinamização dos mercados local e regional e a redução das desigualdades intra e inter-regionais:**

De acordo com os dados informados pelos proponentes dos projetos financiados com recursos do FCO no exercício de 2016, estima-se em 563,2 mil o número total de empregos gerados e/ou mantidos na região (236,4 mil diretos e 326,8 mil indiretos).

Se considerado o período de 1989, data de início dos financiamentos do FCO, até dezembro de 2016, estima-se que o número de empregos gerados e/ou mantidos no Centro-Oeste, em decorrência das aplicações com recursos do FCO, ultrapassa 6.624,7 mil.

Apresentamos no Quadro a seguir, exemplos de projetos que atendem à prioridade:

Quadro 21 – Projetos com alto grau de geração de emprego e/ou renda

Município	UF	Valor da Operação R\$ mil	Programa/Linha de Financiamento	Finalidade	Benefícios Sociais e Econômicos a serem realizados na região	Empregos Gerados ou Mantidos
Formosa	GO	R\$ 1.397	Desenvolvimento Rural	Aquisição colheitadeira, plataforma de corte, pulverizador e distribuidor de adubo	Modernização para buscar alta produtividade, com maior geração de receita para a região	42 empregos
Três Lagoas	MS	R\$ 8.352	FCO Rural Verde	Implantação de Lavoura de Eucalipto	Geração de empregos e elevação de arrecadação de impostos	64 empregos gerados
Porto Murtinho	MS	R\$ 8.926	Desenvolvimento Rural	Reforma e investimento em instalações e pastagens	Modernização do processo produtivo gerando emprego e renda para região, bem como possibilitando a manutenção e criação de negócios locais	295 empregos diretos e 2500 indiretos
Santo Afonso, Mirassol d'Oeste e Pontes e Lacerda	MT	R\$ 12.126	Desenvolvimento Rural	Benfeitorias, reforma de pastagens, correção de solo e aquisição de equipamentos agrícolas	Financiamento para melhoria da infraestrutura de Fazendas dos municípios, através da reforma de pastagens degradadas, correção intensiva de solo, com realização de calagem e fosfatagem	Empregos gerados durante a obra: 30 diretos e 60 indiretos com a previsão de geração de 40 empregos diretos e 20 indiretos após implantação

27







## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Mirassol d'Oeste	MT	R\$ 824	Desenvolvimento Rural	Renovação de lavoura de cana-de-açúcar	Aumento da produtividade, dentro das épocas adequadas, proporcionará aumento de empregos e de rendas para os trabalhadores rurais da região	20 empregos gerados ou mantidos
Lambari d'Oeste	MT	R\$ 676	Desenvolvimento Rural	Renovação de lavoura de cana-de-açúcar	Aumento da produtividade, dentro das épocas adequadas, proporcionará aumento de empregos e de rendas para os trabalhadores rurais da região	20 empregos gerados ou mantidos

Fonte: Superintendências do BB no Centro-Oeste

**c) projetos voltados para a conservação e a proteção do meio ambiente, a recuperação de áreas degradadas/alteradas, de reserva legal, de matas ciliares e/ou de preservação permanente, a recuperação de vegetação nativa e o desenvolvimento de atividades sustentáveis, bem como projetos de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF):**

A Linha de Financiamento para a Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC) tem como objetivo incentivar os projetos voltados à conservação e à proteção do meio ambiente, à recuperação de áreas degradadas ou alteradas e ao desenvolvimento de atividades sustentáveis.

De acordo com a Nota 8 do Quadro “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2016, a estimativa de aplicação de recursos do FCO no exercício, para o financiamento de projetos de conservação e proteção do meio ambiente, recuperação de áreas degradadas ou alteradas, recuperação de vegetação nativa e desenvolvimento de atividades sustentáveis é de, no mínimo, 5% dos recursos previstos no exercício (R\$ 343,6 milhões).

No exercício de 2016, foram contratadas 65 operações na modalidade Conservação da Natureza, no montante de R\$ 64,5 milhões e 8 operação na modalidade Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), no valor de R\$ 7,5 milhões, num total de 73 operações e R\$ 72,0 milhões aplicados, correspondendo a 21,0% do valor previsto para o exercício na Programação do FCO para 2016.

**Quadro 22 – Projetos voltados à preservação e recuperação do meio ambiente**  
(R\$ mil)

UF	Conservação da Natureza		ILPF		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
DF	8	1.105	1	315	9	1.420
GO	12	3.000	4	1.702	16	4.702
MS	21	39.313	3	5.520	24	44.832
MT	24	21.049	-	0	24	21.049
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>64.467</b>	<b>8</b>	<b>7.537</b>	<b>73</b>	<b>72.004</b>

Posição: 31.12.2016

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Cabe ressaltar que o Banco tem fortalecido as parcerias com entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa e entidades de classe, visando sensibilizar







## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

os produtores rurais quanto aos aspectos relevantes da implantação de empreendimentos sustentáveis.

- d) projetos que utilizam tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário, inclusive projetos agropecuários de produção integrada e projetos que viabilizem a introdução de inovações tecnológicas nos sistemas produtivos, contemplando o apoio ao desenvolvimento tecnológico, implantação de infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento, aquisição de equipamentos, aquisição de licença de uso de tecnologias e processos, assim como o suporte às atividades de proteção do conhecimento (registro de marcas e patentes):**

Um dos grandes desafios para qualquer atividade no segmento rural ou empresarial é manter-se competitiva num mercado de grande concorrência. É necessário otimizar a capacidade operacional, racionalizar os custos e ganhar escala de produção. Dentre as alternativas para o desenvolvimento de tais vantagens competitivas e sustentação de desempenho superior encontra-se o uso de tecnologias inovadoras.

Destacamos, a seguir, exemplos de investimentos financiados que atendem a essa prioridade:

Quadro 23 – Projetos que utilizam tecnologias inovadoras /ou contribuam para geração e difusão de novas tecnologias

Município	UF	Valor Contratado (R\$ mil)	Programa/Linha de Financiamento	Finalidade	Benefícios Sociais e Econômicos a serem realizados na região
Jataí	GO	R\$ 1.445	Desenvolvimento Rural	Geração de energia sem impacto ambiental e disponibilizando para a rede distribuidora em horário de maior pico de consumo, diminuindo o impacto sobre as hidrelétricas	Geração de emprego e renda, fortalecimento de cadeias produtivas e redução das desigualdades intra e inter-regionais
Itaquiraí	MS	R\$ 964	Desenvolvimento Rural	Benfeitorias formadas por confinamento e estrutura de armazenagem	Agregar tecnologia na produção de Boi Gordo através da construção de estrutura de confinamento com capacidade para 2.000 cabeças e estrutura de armazenamento para milho/ração. Pecuária intensiva de mão de obra qualificada, gerando empregos
São José do Xingu	MT	R\$ 3.000	Desenvolvimento Rural/FCO Verde	Implantação de sistemas produtivos e tecnologias voltadas à mitigação da emissão de gases causadores do efeito estufa	Geração de emprego e renda, fortalecimento de cadeias produtivas e redução das desigualdades intra e inter-regionais
Paranatinga	MT	R\$ 1.271	Desenvolvimento Rural/FCO Verde	Implantação de sistemas produtivos e tecnologias voltadas à mitigação da emissão de gases causadores do efeito estufa	Geração de emprego e renda, fortalecimento de cadeias produtivas e redução das desigualdades intra e inter-regionais

Fonte: Superintendências do BB no Centro-Oeste

Os projetos abrangidos pela Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural (FCO/Convir), também contribuíram muito para a geração e difusão de novas tecnologias nos

29





### Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

setores empresarial e agropecuário, que tem como objetivo estimular a parceria entre produtores e unidades integradoras, de forma a garantir a comercialização da produção oriunda dos empreendimentos integrados financiados pelo FCO. Para a Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural, foram contratadas no exercício de 2016, 48 operações no valor de R\$ 135,6 milhões.

No Quadro a seguir, destacamos alguns exemplos de investimentos financiados que atendem a essa prioridade:

Quadro 24 – Contratações de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural (FCO/Convir)

Município	UF	Valor Contratado (R\$ mil)	Finalidade	Benefícios Sociais e Econômicos a serem realizados na região
Itaberaí	GO	R\$ 5.501	Construção de aviário e aquisição de equipamentos	Exploração racional da avicultura de corte, através de emprego de tecnologias adequadas, aumento da produção e da produtividade, geração de emprego e renda na região
Itaguari	GO	R\$ 2.206	Construção de aviário e aquisição de equipamentos	Exploração racional da avicultura de corte, através de emprego de tecnologias adequadas, aumento da produção e da produtividade, geração de emprego e renda na região
Itapuranga	GO	R\$ 1.174	Construção de aviário e aquisição de equipamentos	Exploração racional da avicultura de corte, através de emprego de tecnologias adequadas, aumento da produção e da produtividade, geração de emprego e renda na região
Mineiros	GO	R\$ 28.154	Construção de aviário e aquisição de equipamentos	Geração de empregos diretos e indiretos, forte impulso à economia local, incremento da renda do produtor e aumento de tecnologia na região
Rio Verde	GO	R\$ 14.345	Construção de aviário e aquisição de equipamentos	Utilização de tecnologias inovadoras, geração de empregos diretos e indiretos, benefícios econômicos para a região dentro de um contexto agropecuário, fomento na indústria de rações de milho e soja na região, utilização da mão-de-obra familiar
Sidrolândia	MS	R\$ 18.060	Construção de aviário e aquisição de equipamentos	Geração de empregos diretos e indiretos, forte impulso à economia local, incremento da renda do produtor e aumento de tecnologia na região
Nova Mutum	MT	R\$ 11.718	Aquisição e ampliação de estrutura de aviário	O empreendimento agrega várias cadeias produtivas, deste a fase de construção e implementação das estruturas como também a fase de operacionalização da atividade fim, geração de empregos diretos e indiretos associados à atividade

30







## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Tapurah	MT	R\$ 20.647	Aquisição de infraestrutura e construção civil de conjunto de 8 granjas para suínos	Incremento na produtividade por meio de melhoramento genético, aperfeiçoamento das instalações pela disponibilidade de modernos equipamentos de automação, geração de emprego e renda com preservação do meio ambiente e diversificação do uso da terra
---------	----	------------	-------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Superintendências do BB no Centro-Oeste

**e) projetos do setor de turismo, especialmente para implantação, expansão e modernização de empreendimentos em pólos turísticos:**

O BB participa ativamente dos Fóruns Estaduais de Turismo realizados no Centro-Oeste e mantém presença constante nos eventos desse segmento, divulgando as Linhas de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE e MGE, visando incrementar o volume de negócios no segmento.

No exercício de 2016 foram contratados R\$ 45,6 milhões no âmbito dessa linha de financiamento, por meio de 132 operações.

Quadro 25 – Projetos do setor de turismo

(R\$ mil)					
Contratações	DF	GO	MS	MT	Total
Quantidade	21	34	29	48	132
%	15,9%	25,8%	22,0%	36,4%	100,0%
Valor	5.453	19.585	7.117	13.416	45.571
%	12,0%	43,0%	15,6%	29,4%	100,0%

Posição: 31.12.2016

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

**f) projetos da indústria, prioritariamente:**

- as atividades industriais voltadas para o adensamento, a complementaridade e a consolidação da cadeia produtiva da indústria de alimentos e bebidas, vestuário, mobiliário, metal-mecânico, editorial e gráfico, fármacos e químico, construção civil e tecnologia da informação e das áreas de desenvolvimento econômico; e
- as atividades industriais consideradas estratégicas para a consolidação de parques industriais.

Em atendimento a Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial que tem como finalidade financiar todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização, adequação ambiental e sanitária ou realocação de empreendimentos industriais e agroindustriais, capital de giro associado e aquisição de insumos e matéria-prima, foram contratadas no exercício de 2016, 336 operações no valor total de R\$ 155,6 milhões.

**g) projetos dos setores comercial e de serviços:**

- as atividades comerciais e de serviços voltadas para o adensamento, a complementaridade e a consolidação da cadeia agroalimentar e dos pólos agroindustriais e industriais;
- a distribuição de insumos e bens de capital essenciais ao desenvolvimento agroindustrial (corretivos, fertilizantes, máquinas, equipamentos agrícolas, rações etc.);

31







### Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

- a instalação, ampliação e modernização de empreendimentos médicos/hospitalares;
- a instalação, ampliação e modernização de estabelecimentos de ensino, de aperfeiçoamento profissional e de prática de esportes; e
- o atendimento a empreendimentos comerciais e de serviços defasados tecnologicamente e que necessitem de modernização.

Como todas as atividades econômicas no país, os setores comercial e de serviços vem passando por intenso processo de modernização, buscando gerar empregos e ofertar mercadorias de qualidade a preços competitivos.

Atento a esta realidade, o FCO oferta recursos através da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços, que tem como finalidade financiar todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização ou realocização de empreendimentos dos setores comercial e de serviços, capital de giro associado, aquisição de insumos e formação de estoques para vendas.

Segundo a Nota 2 do Quadro “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2016, a assistência aos setores comercial e de serviços fica limitada a 30% dos recursos previstos para o exercício, obedecidos os seguintes critérios: para cada UF, 25% de sua própria previsão orçamentária e, adicionalmente, para o DF, 5% dos recursos previstos para a região.

No exercício de 2016, as aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços totalizaram R\$ 405,9 milhões, correspondentes a 28,0% dos recursos previstos para o exercício (R\$ 1.452,3 milhões).

Quadro 26 - Contratações na Linha Comercial e de Serviços

		DF	GO	MS	MT	Região
Recursos previstos para o exercício	(a)	528.949	420.899	182.882	319.540	1.452.269
Contratado no exercício de 2016	(b)	90.124	122.068	67.566	126.176	405.935
% de Atingimento	(b/a)	17,0%	29,0%	36,9%	39,5%	28,0%

Posição: 31.12.2016

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB e Programação do FCO para 2016 – atualizada em 14.12.2016

De acordo com as observações da Nota 2 do Item “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2016, a assistência aos setores de serviços de saúde será no mínimo de 20% dos recursos previstos em cada UF para os setores comercial e de serviços.

A seguir estão demonstradas as aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços em assistência ao setor de serviços de saúde, realizadas no exercício de 2016.





### Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Quadro 27 - Contratações na Linha Comercial e de Serviços em assistência ao setor de serviço de saúde  
(R\$ mil)

		DF	GO	MS	MT	Região
Recursos previstos com. e serv. no exercício	(a)	528.949	420.899	182.882	319.540	1.452.269
Limite para assist. serviços de saúde no exercício	(b)	105.790	84.180	36.576	63.908	290.454
Contratado no exercício de 2016	(c)	17.049	35.102	13.308	34.297	99.756
<b>% de Atingimento</b>	<b>(c/b)</b>	<b>16,1%</b>	<b>41,7%</b>	<b>36,4%</b>	<b>53,7%</b>	<b>34,3%</b>

Posição: 31.12.2016

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB e Programação do FCO para 2016 – 1ª Edição – atualizada em 14.12.2016 e Informações da Diretoria Soluções Empresariais

#### **h) projetos de apoio a empreendimentos não-governamentais de infraestrutura em abastecimento de água;**

Não foram contratadas operações em atendimento à prioridade no exercício de 2016.

#### **i) projetos que contribuam para o desenvolvimento da agropecuária irrigada e para o armazenamento e a distribuição de água, bem como projetos de apoio ao desenvolvimento da pesca e da aquicultura:**

A linha de financiamento à agropecuária irrigada tem como objetivo desenvolver a agropecuária irrigada no centro-oeste, financiando a irrigação e a drenagem agrícolas de forma a garantir produção nos períodos de safra e entressafra, obtenção de produtos de qualidade, comercialização oportuna e sustentabilidade ambiental dos empreendimentos financiados pelo Fundo.

De acordo com a Nota 8 do Quadro “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2016, a estimativa de aplicação dos recursos o FCO, no exercício de 2016, para o financiamento de projetos de irrigação é de no mínimo 2% dos recursos previstos no exercício (R\$ 137,4 milhões).

No exercício de 2016 foram contratadas 18 operações no valor de R\$ 9,7 milhões, que equivale a 7,0% das estimativas de aplicações dos recursos nessa Linha para o exercício de 2016.

A fim de fomentar o desenvolvimento da aquicultura na região centro-oeste, por meio do fortalecimento e da modernização da infraestrutura produtiva dos empreendimentos aquícolas, foram contratadas na linha de financiamento de apoio ao desenvolvimento da aquicultura (Proaqua), 4 operações num total de R\$ 1,0 milhão.

Não houve contratações na Linha de apoio ao desenvolvimento da pesca, no exercício de 2016.

Cabe ressaltar que o Banco do Brasil tem fortalecido as parcerias com entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa e entidades de classe, visando sensibilizar os produtores rurais quanto aos aspectos relevantes para o desenvolvimento da agropecuária irrigada e para o armazenamento e a distribuição de água, bem como projetos de apoio ao desenvolvimento da pesca e da aquicultura, a fim de dinamizar as contratações em atendimento à prioridade.







### Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

- j) projetos que apoiem a criação de novos centros, atividades e pólos dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intra e inter-regionais de renda:

Não foram contratadas operações em atendimento à prioridade no exercício de 2016.

- k) projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais, nos seguintes espaços, considerados prioritários segundo a PNDR:

- municípios da Faixa de Fronteira;
- municípios da Mesorregião de Águas Emendadas;
- municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FCO; e
- municípios das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica, a exemplo dos municípios do Nordeste e do Oeste Goiano.

O Quadro a seguir apresenta as quantidades e os volumes contratados em atendimento aos espaços considerados prioritários no exercício de 2016:

Quadro 28 – Projetos que contribuem para a redução das desigualdades regionais  
R\$ milhões

Espaços Prioritários	Qtde	Valor Contratado	Valor Previsto para 2016	% de atingimento
Municípios da Faixa de Fronteira	5.192	770,0	1.333,1	57,8
Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas	3.983	509,7	584,1	87,3
Municípios de economia estagnada ou dinâmica	20.772	2.746,4	3.916,9	70,1
Municípios Goianos integrantes da Ride	810	162,7	199,3	81,6

Posição: 31.12.2016

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

- l) projetos que utilizem fontes alternativas de energia, contribuindo para a diversificação da base energética, observada a vedação de que trata o inciso I do art. 6º da Portaria MI n.º 201, de 28.08.2015, publicada no DOU de 31.08.2015, Seção 1, pp. 82-83, e alterada pela Portaria MI n.º 71, de 20.04.2016, publicada no DOU de 25.04.2016, Seção 1, p. 27.:

Não foram contratadas operações em atendimento à prioridade no exercício de 2016.







## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

### 5.2. Atendimento às Diretrizes e Prioridades do Fundo

Para avaliação dos resultados e impactos do FCO, o Banco do Brasil utiliza indicadores e metas de gestão de desempenho, definidas por meio da Resolução Condrel/Sudeco nº 43, de 29.12.2015, conforme descrito a seguir.

Quadro 29 – Indicadores e metas de gestão de desempenho

INDICADORES QUANTITATIVOS DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL			
Alínea	Indicador	Metas 2016	Realizado
a.1)	Índice de Contratações com Menor Porte	51,0%	79,6%
a.2)	Índice de Operações com Novos Beneficiários	20,0%	28,7%
a.3)	Índice de Contratações por Tipologia dos Municípios	57,0%	63,1%
a.4)	Índice de Desconcentração do Crédito (Ticket médio)	R\$ 130.000	R\$ 149.923
a.5)	Índice de Cobertura das Contratações no Exercício	100,0%	99,6%
a.6)	Índice de Contratações nos Municípios da Faixa de Fronteira	17,5%	16,8%
INDICADORES QUANTITATIVOS DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO DO ADMINISTRADOR DO FUNDO			
Alínea	Indicador	Metas 2016	Realizado
b.1)	Índice de Aplicação	90,0%	57,2%
b.2)	Índice de Inadimplência	1,0%	0,7%
b.3)	Índice de Contratações por UF	DF	5,4%
		GO	39,2%
		MT	34,5%
		MS	20,9%
b.4)	Índice de Contratações nas Atividades de Comércio e Serviços	30,0%	7,84%

Fonte: Caderno de Informações Gerenciais de Dez/2016

## 6. Gestão do Fundo pelo Banco Operador

### 6.1. Formação de Alianças Institucionais

A relacionamento do BB com o Ministério da Integração Nacional, Condrel/Sudeco, Governos Estaduais e do Distrito Federal, e outros parceiros, tem sido de grande relevância e tem contribuído para a implantação de ações que objetivam melhorar a divulgação do FCO e tornar mais efetiva a aplicação dos recursos do Fundo. Destacamos a seguir algumas dessas ações realizadas nos estados no exercício de 2016:

- participação no I Seminário do Programa Terra Boa do Governo do MS, que visa a recuperação de pastagens degradadas;





## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

- assinatura de termo de cooperação realizado com Federações do Comércio e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae do Estado de MS;
- participação em feiras e exposições, com palestras e apresentações para a divulgação das linhas de crédito;
- articulação junto a entidades de classe, federações e associações para promover a divulgação das Linhas do FCO, para capacitar as empresas de assistência técnica, agilizar o fluxo de cartas consultas e melhorar a operacionalização das propostas.

### 6.2. Ações Realizadas com a Finalidade de Estimular o Atendimento

Objetivando atender às diretrizes e prioridades previstas, diversas ações tem sido desenvolvidas pelo Banco com o intuito de contribuir para o fomento das atividades produtivas e o desenvolvimento regional. Dentre elas podemos destacar:

- disseminação de informações sobre as linhas de financiamento com recursos do FCO, junto às entidades de classe, federações e associações;
- prestação de atendimento especializado às demandas de propostas priorizadas pelos CDEs;
- prospecção de operações de investimento junto à rede de agências;
- treinamento junto à rede visando melhor aproveitamento dos recursos, além do melhor direcionamento das linhas e programas do FCO;
- reuniões com empresas de consultoria e assistência técnica para a disseminação de informações sobre as linhas do FCO;
- participação nas reuniões ordinárias dos CDEs para a prestação de contas sobre o desempenho nas aplicações do FCO.
- estímulo ao direcionamento/enquadramento dos negócios para linhas de financiamento do FCO, através de comunicados internos aos administradores e gerentes envolvidos;
- indução negocial para operações voltadas à produção de energia e biofertilizantes para o financiamento de tecnologia de biodigestores;
- indução negocial para financiar produção de energia limpa (eólica e solar, além dos biocombustíveis);
- estratégia Esteira Agro BB, credenciamento de correspondentes para realização de operações de FCO.

## 7. Perfil da Carteira

### 7.1. Composição da Carteira

O Quadro a seguir apresenta o saldo da carteira de operações do FCO, no exercício de 2016, distribuída por Programa e Unidade Federativa.







## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Quadro 30 – Saldos por programa e UF

(R\$ mil)

Programas	DF	GO	MS	MT	Total
<b>Empresarial</b>	<b>1.134.267</b>	<b>2.595.326</b>	<b>1.638.677</b>	<b>2.089.979</b>	<b>7.458.250</b>
Industrial	131.281	1.176.516	708.907	624.619	2.641.324
Infraestrutura	64.268	385.523	81.199	459.903	990.893
Turismo	177.932	226.695	129.133	211.513	745.273
Comércio e Serviços	760.786	806.592	719.438	793.943	3.080.759
<b>Rural</b>	<b>657.708</b>	<b>5.201.012</b>	<b>3.854.584</b>	<b>5.362.030</b>	<b>15.075.333</b>
Prona-RA e Pronaf Demais	53.881	1.106.154	445.870	1.734.686	3.340.591
Demais Rurais	603.827	4.094.857	3.408.714	3.627.344	11.734.742
<b>Total Geral</b>	<b>1.791.975</b>	<b>7.796.338</b>	<b>5.493.261</b>	<b>7.452.009</b>	<b>22.533.583</b>

Posição: 31.12.2016

Fonte: Sistema GPO do Banco do Brasil

Os saldos das operações rurais, no montante R\$ 15.075,3 milhões, correspondem a 66,9% da carteira de financiamentos do FCO. A carteira do setor empresarial apresenta o montante de R\$ 7.458,3 milhões, equivalente a 33,1% do total dos financiamentos do Fundo. No setor empresarial, a linha de financiamento de comércio e serviços destaca-se com saldo de R\$ 3.080,8 milhões aplicados, enquanto que no setor rural, as demais linhas de financiamentos rurais encerraram o exercício de 2016 com R\$ 11.734,7 milhões aplicados.

A distribuição da carteira de financiamentos do FCO, em relação ao porte dos beneficiários, está demonstrada no Quadro a seguir:

Quadro 31 – Saldos por porte e UF

(R\$ mil)

Porte	DF	GO	MS	MT	Total	%
Grande	269.256	1.704.448	1.314.095	1.530.347	4.818.145	21,4
Médio	347.731	1.125.719	845.253	1.208.607	3.527.309	15,7
Pequeno-médio	315.944	701.287	840.231	828.138	2.685.600	11,9
Pequeno	764.054	3.395.051	2.064.538	3.366.506	9.590.149	42,6
Mini/Micro	94.226	869.046	428.419	518.264	1.909.955	8,5
EI	765	788	726	147	2.426	0,0
<b>Total</b>	<b>1.791.975</b>	<b>7.796.338</b>	<b>5.493.261</b>	<b>7.452.009</b>	<b>22.533.583</b>	<b>100,0</b>

Posição: 31.12.2016

Fonte: Sistema GPO do Banco do Brasil

Os negócios com os tomadores de grande e médio porte respondem por 37,0% dos saldos da carteira (R\$ 8.345,5 milhões) e os financiamentos com os tomadores de menor porte respondem por 63,0% (R\$ 14.188,1 milhões).

Com a edição da MP n.º 2.196/2001, que dispôs sobre o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, o risco dos financiamentos contratados até 30.11.1998 foi assumido pelo FCO. A legislação citada também facultou o repasse dos recursos do Fundo ao Banco Administrador para que este realize operações de financiamento em seu nome próprio e com risco exclusivo.

Em decorrência desse dispositivo legal, a carteira de financiamentos do Fundo passou a apresentar os seguintes grupamentos de riscos:

- a) operações contratadas até 30.11.1998: risco integral do FCO;







### Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

- b) operações contratadas entre 01.12.1998 e 30.06.2001: risco compartilhado entre FCO e BB; e  
c) operações contratadas a partir de 01.07.2001: risco integral do BB, incluindo também as operações de repasse para outras Instituições Operadoras.

No grupamento de risco integral do FCO, estão também incluídas as operações contratadas ao amparo do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária (Pagra), cujo risco originalmente assumido pelo Procerá foi assumido pelo FCO por meio da Lei nº 13.001 de 20.06.2014, em seu parágrafo 4º do artigo 8º.

Além disso, tendo em vista as determinações das políticas internas do Banco do Brasil, são contratadas no grupamento de risco integral do FCO, as operações do Pronaf Reforma Agrária (Pronaf RA).

O Quadro a seguir apresenta a distribuição da carteira por modalidade de risco ao final do exercício de 2016, na qual se observa que quase a totalidade da carteira de financiamentos do FCO foi contratada com risco integral do BB:

Quadro 32 – Carteira por risco de crédito

(R\$ mil)

Detentor do Risco	Saldo da Carteira	(%)
Banco do Brasil	22.129.540	98,2
Compartilhado	3.361	0,0
FCO	400.682	1,8
<b>Total</b>	<b>22.533.583</b>	<b>100</b>

Posição: 31.12.2016

Fonte: Sistema GPO do Banco do Brasil

## 7.2. Índices de Inadimplência

A inadimplência (relação entre as parcelas dos financiamentos em atraso e o saldo da carteira total) observada ao final do exercício de 2016 foi de 0,7%, um pouco acima do valor observado ao final do exercício de 2015 (0,4%).

Os três Quadros a seguir apresentam o saldo da carteira segregado em operações vencidas e vincendas ao final do exercício de 2016, por UF, programa e risco:

Quadro 33 – Saldos vincendos e vencidos

(R\$ mil)

Situação	DF	%	GO	%	MS	%	MT	%	Total	%
Vincendo	1.760.498	98,2	7.755.221	99,5	5.451.384	99,2	7.400.244	99,3	22.367.347	99,3
Vencido	31.477	1,8	41.117	0,5	41.877	0,8	51.765	0,7	166.236	0,7
<b>Total</b>	<b>1.791.975</b>	<b>100</b>	<b>7.796.338</b>	<b>100</b>	<b>5.493.261</b>	<b>100</b>	<b>7.452.009</b>	<b>100</b>	<b>22.533.583</b>	<b>100</b>

Posição: 31.12.2016

Fonte: Sistema GPO do Banco do Brasil

Proporcionalmente aos valores financiados em cada UF, o DF registrou o maior percentual de parcelas em atraso, 1,8%. O Estado de GO, com 0,5%, apresentou a menor percentual de saldo em atraso.





## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Quadro 34 – Saldos vincendos e vencidos por Programas

(R\$ mil)

Programas	Saldo da Carteira			% Vencidas
	Vincendas	Com Parcelas Vencidas	Total	
<b>Empresarial</b>	<b>7.368.152</b>	<b>90.098</b>	<b>7.458.250</b>	<b>1,2</b>
Industrial	2.601.555	39.769	2.641.324	1,5
Infraestrutura Econômica	989.518	1.375	990.893	0,1
Turismo	733.259	12.014	745.273	1,6
Comércio Serviços	3.043.820	36.939	3.080.759	1,2
<b>Rural</b>	<b>14.999.195</b>	<b>76.138</b>	<b>15.075.333</b>	<b>0,5</b>
Pronaf RA	225.336	5.267	230.603	2,3
Pronaf Demais	3.091.065	18.932	3.109.997	0,6
Demais Rurais	11.682.795	51.939	11.734.734	0,4
<b>Total Geral</b>	<b>22.367.347</b>	<b>166.236</b>	<b>22.533.583</b>	<b>0,7</b>

Posição: 31.12.2016

Fonte: Sistema GPO do Banco do Brasil

Nos Programas de Financiamento, a Linha do Pronaf RA registrou o maior percentual de parcelas em atraso, 2,3%. Já a Linha de Infraestrutura Econômica com 0,1% de valores vencidos, apresentou a menor proporção de saldos em atraso.

Quadro 35 – Inadimplência por risco

(R\$ mil)

Risco de crédito	Vincendo	Vencido	Total	(%) Atraso
Risco BB	21.972.498	157.043	22.129.540	0,7
Risco FCO	391.699	8.983	400.682	2,2
Risco Compartilhado	3.150	211	3.361	6,3
<b>Total</b>	<b>22.367.347</b>	<b>166.236</b>	<b>22.533.583</b>	<b>0,7</b>

Posição: 31.12.2016

Fonte: Sistema GPO do Banco do Brasil

As carteiras de Risco FCO e Compartilhado, representam apenas 1,8% do total da carteira de financiamentos do FCO, é composta, em sua maioria, por estoque de operações remanescentes, apresentando novas contratações apenas no Pronaf RA (Risco FCO), conforme descrito no item 7.1.

### 7.3. Composição da Conta de Provisão

O BB como administrador do FCO, apura os riscos incidentes sobre a carteira de financiamentos e efetua o provisionamento em seus Balancetes conforme a seguir:

#### 7.3.1. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa







### Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Para apuração do risco de crédito, o FCO adota os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, que considera a classificação das operações de acordo com o risco da operação e as faixas de atraso, conforme faculta a Portaria Interministerial MF/MI nº 11, no parágrafo único do art. 3º, de 28 de dezembro de 2005, publicada no DOU de 23 de janeiro de 2006.

A base de cálculo dessa provisão considera o saldo devedor das operações, incluídos os encargos a capitalizar e excluídas as rendas a apropriar de operações com atraso superior a 60 dias.

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no exercício de 2016, ficou assim distribuída:

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
<b>Saldo inicial</b>	<b>(25.403)</b>	<b>(79.422)</b>
Reversão/(Constituição)	(40.395)	11.951
Transferência para prejuízo - risco FCO	22.839	42.068
<b>Saldo Final</b>	<b>(42.916)</b>	<b>(75.403)</b>

No exercício de 2016 foi transferido para prejuízo o montante de R\$ 22,8 milhões referentes às operações de financiamentos com risco integral do Fundo e com risco compartilhado. A movimentação de operações baixadas para prejuízo no exercício de 2016, por risco ficou assim distribuída:

	R\$ mil					
	Valores de perdas do Exercício/2016			Valores de perdas do Exercício/2015		
	Transferidos	Assumidos		Transferidos	Assumidos	
Risco	Total	BB	FCO	Total	BB	FCO
BB	368.729	368.729	--	274.003	274.003	--
Compartilhado	--	--	--	2.224	1.112	1.112
FCO	22.839	--	22.839	40.956	--	40.956
<b>Total</b>	<b>391.568</b>	<b>368.729</b>	<b>22.839</b>	<b>317.183</b>	<b>275.115</b>	<b>42.068</b>

#### 7.3.2. Provisão para Rebates sobre Encargos

A Provisão para Rebates sobre Encargos é constituída com base nos saldos devedores das operações do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária (PAPRA), capital e encargos financeiros, cujos rebates correspondem a 50%. Para as operações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), cujos beneficiários são os agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, a provisão corresponde a 40% sobre os saldos devedores de capital desses financiamentos.





**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO**

A Provisão para Rebates sobre Encargos encerrou o exercício de 2016 com o saldo de R\$ 82,0 milhões (R\$ 79,7 milhões ao final de 2015), conforme demonstrado abaixo:

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Saldo inicial	(79.741)	(57.644)
Utilização	15.094	24.549
Reversão/Complemento	(17.336)	(46.646)
Saldo final	(81.983)	(79.741)

**7.3.3. Provisão para Bônus de Adimplência**

A Provisão para Bônus de Adimplência, é constituída com base nos saldos de encargos financeiros relativos às operações contratadas, renegociadas ou repactuadas com os encargos prefixados estabelecidos na MP nº 2.035-28, de 21 de dezembro de 2000, convertida na Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001. No exercício de 2016, os encargos financeiros das operações foram estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.470, de 14 de março de 2016, e nº 4.395, de 30 de dezembro de 2014, com redação dada pelas Resoluções CMN nº 4.452, de 17 de dezembro de 2015, nº 4.465, de 25 de fevereiro de 2016 e nº 4.503, de 30.06.2016, fixando em 15% a concessão de bônus aos mutuários que realizaram o pagamento da parcela da dívida até a data do respectivo vencimento.

A provisão para bônus de adimplência encerrou o exercício de 2016 com o saldo de R\$ 240,7 milhões (R\$ 230,5 milhões ao final de 2015), conforme demonstrado abaixo:

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Saldo inicial	(230.532)	(230.679)
Utilização	143.374	140.120
Reversão/(Complemento)	(153.526)	(139.973)
Saldo final	(240.684)	(230.532)

**7.3.4. Provisão para Dispensa de Correção Monetária**

A provisão para Dispensa de Correção Monetária é constituída com base nos saldos das rubricas de encargos a capitalizar das operações renegociadas com base na Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002 e corresponde aos descontos relativos à variação do preço mínimo do produto vinculado à operação. Os encargos dessas operações são capitalizados e exigíveis anualmente.

A provisão para dispensa de correção monetária encerrou o exercício de 2016 com o saldo de R\$ 79,4 milhões (R\$ 88,3 milhões ao final de 2015), conforme demonstrado abaixo:





## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Saldo inicial	(88.316)	(100.969)
Utilização	13.957	16.782
Reversão/(Complemento)	(5.073)	(4.129)
Saldo final	(79.432)	(88.316)

### 7.4. Renegociação de dívidas

De acordo com a Programação do FCO para 2016, o Banco poderá aplicar, caso a caso, a prerrogativa de reprogramação de dívida no âmbito do FCO Empresarial, com os mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito, desde que se comprove a incapacidade de pagamento do mutuário em consequência de dificuldades de produção e/ou comercialização dos seus produtos e/ou serviços, decorrentes de fatores alheios à sua gestão.

No exercício de 2016, no âmbito do FCO Empresarial, foram reprogramados R\$ 37,9 milhões em operações (R\$ 7,2 milhões no exercício de 2015).

Em relação ao FCO Rural, nos termos do Manual de Crédito Rural (MCR), capítulo 2, sessão 6, o Banco poderá aplicar a prerrogativa de prorrogação de dívida, com os mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito, desde que se comprove incapacidade de pagamento do mutuário em consequência de dificuldade de comercialização dos produtos, de frustração de safras por fatores adversos ou de eventuais ocorrências prejudiciais ao desenvolvimento das explorações.

Nessas condições, no exercício de 2016 foram prorrogados R\$ 28,7 milhões em operações frente à R\$ 72,1 milhões durante o ano de 2015.

## 8. Demonstração do Resultado

### 8.1. Demonstração do Fluxo de Caixa

Quadro 36 – Demonstração do Fluxo de Caixa do Exercício

	(R\$ milhões)	
	Exerc/2016	Exerc/2015
Rendas sobre valores disponíveis	273.624	88.622
Recebimentos de operação de crédito/retorno	5.372.822	3.256.833
Ressarcimento de perdas - risco do Banco do Brasil	368.729	275.115
Despesas com auditoria externa	(43)	(36)
Transferências para recursos aplicados - operações de crédito	(4.544.918)	(5.003.644)
Recuperação de crédito - risco Banco do Brasil	(239)	(44.037)
Contratações operações Pronaf	(55.939)	(57.128)
Remuneração BB - taxa de administração	(192)	15.076
Despesa com del credere	(1.175.453)	(403.821)
Pagamento de taxas - Pronaf	(5.441)	(2.665)
Despesa de ressarcimento de bônus	(141.147)	(24.187)

42





## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

CAIXA GERADO/(UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES	91.803	(1.899.872)
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Transferências do Tesouro Nacional	2.438.748	2.131.594
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>2.438.748</b>	<b>2.131.594</b>
<b>Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>2.530.551</b>	<b>231.722</b>
Início do período	486.677	254.955
Fim do período	3.017.228	486.677
<b>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>2.530.551</b>	<b>231.722</b>

Posição: 31.12.2016

Fonte: Demonstrações Contábeis do Exercício de 2016

## 8.2. Demonstração das Receitas e Despesas do Fundo

No exercício de 2016, o FCO apropriou receitas no montante de R\$ 1.616,7 milhões, 12,7% superior ao exercício de 2015 (R\$ 1.434,0 milhões) e contabilizou despesas no montante de R\$ 1.507,3 milhões, 2,4% superior ao exercício de 2015 (R\$ 1.471,6 milhões).

Com isso, o FCO apresentou um superávit de R\$ 109,4 milhões ao final do exercício de 2016, resultando na melhora do resultado líquido do Fundo em comparação ao exercício de 2015, quando fechou com um déficit de R\$ 37,6 milhões, conforme o Quadro a seguir:

Quadro 37 – Demonstração de Resultado do Exercício

(R\$ milhões)		
	<b>Exerc/2016</b>	<b>Exerc/2015</b>
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>1.616.693</b>	<b>1.433.957</b>
Rendas de operações de crédito	1.341.983	1.317.397
Rendas sobre valores disponíveis	273.624	84.789
Reversão de provisão para obrigações com o Procerá	1.016	--
Receita de atualização monetária	27	511
Reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa	43	31.260
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(1.507.329)</b>	<b>(1.471.551)</b>
Despesas com <i>Del Credere</i>	(1.285.541)	(1.251.824)
Provisão para bônus de adimplência	(153.526)	(130.023)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(40.395)	(19.309)
Provisão para rebates sobre encargos	(17.336)	(46.646)
Provisão para dispensa de correção monetária	(5.073)	(4.129)
Outras Despesas	(5.458)	(9.670)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>109.364</b>	<b>(37.594)</b>

Posição: 31.12.2016

Fonte: Demonstrações Contábeis do Exercício de 2016







### Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

No período em análise, as receitas provenientes de rendas das operações de crédito no montante de R\$ 1.342,0 milhões responderam por 83,0% do total das receitas operacionais do Fundo no exercício.

A título de *del credere* do agente financeiro, em função do risco de crédito assumido nas operações, o FCO registrou no exercício de 2016 o valor de R\$ 1.285,5 milhões. A cobrança do *del credere* está regulamentada no § 4º inciso II do Art. 9º-A da Lei 7.827, de 27.09.1989 e respondeu por 85,3% do total de despesas operacionais do Fundo no exercício.

### 8.3. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Quadro 38 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício

(R\$ milhões)				
EVENTOS	Transferências de Exercícios Anteriores	Transferências do Exercício	Resultados Acumulados	Total
<b>Saldos em 31.12.2014</b>	<b>16.244.865</b>	<b>2.026.261</b>	<b>2.235.649</b>	<b>20.506.775</b>
Incorporação das transferências de exercícios anteriores	2.026.261	(2.026.261)	--	--
Transferências do Tesouro Nacional	--	2.131.594	--	2.131.594
Resultado do Exercício	--	--	(37.594)	(37.594)
<b>Saldos em 31.12.2015</b>	<b>18.271.126</b>	<b>2.131.594</b>	<b>2.198.055</b>	<b>22.600.775</b>
<b>Mutações do Exercício</b>	<b>2.026.261</b>	<b>105.333</b>	<b>(37.594)</b>	<b>2.094.000</b>
<b>Saldos em 31.12.2015</b>	<b>18.271.126</b>	<b>2.131.594</b>	<b>2.198.055</b>	<b>22.600.775</b>
Incorporação das transferências de exercícios anteriores	2.131.594	(2.131.594)	--	--
Transferências do Tesouro Nacional	--	2.438.748	--	2.438.748
Superávit / (Déficit) do semestre	--	--	109.364	109.364
<b>Saldos em 31.12.2016</b>	<b>20.402.720</b>	<b>2.438.748</b>	<b>2.307.419</b>	<b>25.148.887</b>
<b>Mutações do Exercício</b>	<b>2.131.594</b>	<b>307.154</b>	<b>109.364</b>	<b>2.548.112</b>

Posição: 31.12.2016

Fonte: Demonstrações Contábeis do Exercício de 2016

### 9. Situação da Demanda de Crédito

No exercício de 2016, das 35.821 propostas acolhidas no BB, 29.051 foram contratadas e 6.770 ainda não foram passíveis de atendimento pela instituição (propostas em andamento), resultando num percentual de atendimento de 81,1%.





## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Quadro 39 – Propostas Acolhidas por UF

(R\$ mil)

Situação das propostas	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Valor	Qtde	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Contratadas	1.182	263.986	12.715	1.679.617	6.121	850.079	9.033	1.561.741	29.051	4.355.423
Não Atendidas	668	144.314	2.544	794.955	1.185	551.772	2.373	765.867	6.770	2.256.908
<b>Total</b>	<b>1.850</b>	<b>408.300</b>	<b>15.259</b>	<b>2.474.572</b>	<b>7.306</b>	<b>1.401.851</b>	<b>11.406</b>	<b>2.327.608</b>	<b>35.821</b>	<b>6.612.331</b>

Posição: 31.12.2016

Fonte: Informações fornecidas pelas Diretorias do BB (de Agronegócios e Soluções Empresariais)

O Quadro a seguir apresenta as propostas acolhidas distribuídas por Programa e Porte:

Quadro 40 – Propostas Acolhidas por Programa e Porte

(R\$ mil)

UF	Contratadas		Em Andamento		Total de Propostas	
Sector/Programa	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Qtde.
<b>Empresarial</b>	<b>2.539</b>	<b>638.967</b>	<b>3.308</b>	<b>1.015.948</b>	<b>5.847</b>	<b>1.654.915</b>
Industrial	336	155.585	465	199.353	801	354.938
Infraestrutura	30	31.877	32	22.053	62	53.930
Turismo	132	45.571	137	44.889	269	90.460
Com e Serviços	2.041	405.935	2.674	749.652	4.715	1.155.587
<b>Rural</b>	<b>26.512</b>	<b>3.716.456</b>	<b>3.462</b>	<b>1.240.960</b>	<b>29.974</b>	<b>4.957.416</b>
Pronaf Demais e Pronaf RA	13.836	814.564	1.212	97.602	15.048	912.167
Demais Rurais	12.676	2.901.892	2.250	1.143.358	14.926	4.045.250
<b>Total</b>	<b>29.051</b>	<b>4.355.423</b>	<b>6.770</b>	<b>2.256.908</b>	<b>35.821</b>	<b>6.612.331</b>
Sector/Porte	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
<b>Empresarial</b>	<b>2.539</b>	<b>638.967</b>	<b>3.308</b>	<b>1.015.948</b>	<b>5.847</b>	<b>1.654.915</b>
Grande	28	99.312	45	311.729	73	411.041
Médio	113	109.824	167	100.574	280	210.398
Peq-médio	567	159.010	612	209.755	1.179	368.765
Pequeno	1.738	257.885	2.333	381.012	4.071	638.897
Mini/Micro	75	12.791	132	12.311	207	25.102
EI	18	145	19	567	37	712
<b>Rural</b>	<b>26.512</b>	<b>3.716.456</b>	<b>3.462</b>	<b>1.240.960</b>	<b>29.974</b>	<b>4.957.416</b>
Grande	224	152.272	14	24.886	238	177.158
Médio	1.117	524.957	148	169.246	1.265	694.203
Pequeno-médio	1.370	562.817	479	358.026	1.849	920.843
Pequeno	20.032	2.007.249	1.139	485.624	21.171	2.492.874
Mini/Micro	3.769	469.160	1.682	203.179	5.451	672.339
<b>Total</b>	<b>29.051</b>	<b>4.355.423</b>	<b>6.770</b>	<b>2.256.908</b>	<b>35.821</b>	<b>6.612.331</b>

Posição: 31.12.2016

Fonte: Informações fornecidas pelas Diretorias do BB (de Agronegócios e Soluções Empresariais)

No exercício de 2016, as Linhas de Financiamentos do Pronaf foram responsáveis pelo maior percentual de atendimento em relação às propostas acolhidas, ou seja, das 15.048 propostas acolhidas, foram contratadas 13.836 operações (91,9%).







### Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

No que diz respeito ao porte, os tomadores de menor porte foram os que tiveram o maior percentual de atendimento em relação às propostas acolhidas, ou seja, foram contratadas 27.569 operações, 81,2% das 33.965 propostas acolhidas com esse segmento.

As atividades do setor rural responsáveis por 83,7% do total de propostas apresentadas, atenderam 88,4% das propostas (29.974), enquanto que o setor empresarial foi responsável por 16,3% do total de propostas apresentadas e atenderam 43,4% das propostas (5.847).

Os Quadros a seguir apresentam a distribuição das 6.770 propostas em andamento no exercício de 2016:

Quadro 41 – Estágio das propostas em andamento por UF

(R\$ mil)

UF	Carta Consulta em Análise		Projeto em Elaboração		Propostas em Análise		Pendente de Documentação		Em Contratação		Total de Propostas em Andamento	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
DF	169	42.746	207	42.541	191	42.960	83	13.715	18	2.352	668	144.314
GO	540	164.914	652	190.680	693	243.599	594	167.270	65	28.492	2.544	794.955
MS	247	255.734	275	80.125	342	142.337	288	71.870	33	1.707	1.185	551.772
MT	449	182.738	486	148.739	779	289.729	590	130.548	69	14.113	2.373	765.867
<b>Total</b>	<b>1.405</b>	<b>646.132</b>	<b>1.620</b>	<b>462.085</b>	<b>2.005</b>	<b>718.626</b>	<b>1.555</b>	<b>383.403</b>	<b>185</b>	<b>46.663</b>	<b>6.770</b>	<b>2.256.908</b>

Posição: 31.12.2016

Fonte: Informações fornecidas pelas Diretorias do BB (de Agronegócios e Soluções Empresariais)

Quadro 42 – Estágio das propostas em andamento por Programa

(R\$ mil)

Programas	Carta Consulta em Análise		Projeto em Elaboração		Propostas em Análise		Pendente de Documentação		Em Contratação		Total de Propostas em Andamento	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
<b>Empresarial</b>	<b>907</b>	<b>460.745</b>	<b>890</b>	<b>172.785</b>	<b>984</b>	<b>264.241</b>	<b>469</b>	<b>109.238</b>	<b>58</b>	<b>8.939</b>	<b>3.308</b>	<b>1.015.948</b>
Industrial	138	72.339	108	28.827	141	51.095	70	43.434	8	3.658	465	199.353
Infraestrutura	8	7.349	7	1.871	13	11.185	4	1.647	0	0	32	22.053
Turismo	27	9.443	38	10.644	49	17.278	21	7.349	2	175	137	44.889
Com. e Serviços	734	371.614	737	131.443	781	184.682	374	56.806	48	5.106	2.674	749.652
<b>Rural</b>	<b>498</b>	<b>185.387</b>	<b>730</b>	<b>289.300</b>	<b>1.021</b>	<b>454.385</b>	<b>1.086</b>	<b>274.165</b>	<b>127</b>	<b>37.724</b>	<b>3.462</b>	<b>1.240.960</b>
Pronaf Demais RA	162	15.820	125	11.864	349	32.018	503	34.027	73	3.875	1.212	97.602
Demais Rurais	336	169.567	605	277.436	672	422.367	583	240.139	54	33.849	2.250	1.143.358
<b>Total</b>	<b>1.405</b>	<b>646.132</b>	<b>1.620</b>	<b>462.085</b>	<b>2.005</b>	<b>718.626</b>	<b>1.555</b>	<b>383.403</b>	<b>185</b>	<b>46.663</b>	<b>6.770</b>	<b>2.256.908</b>

Posição: 31.12.2016

Fonte: Informações fornecidas pelas Diretorias do BB (de Agronegócios e Soluções Empresariais)

## 10. Auditoria Independente conforme Lei 7.827/89, art. 20, §§ 4º e 5º

O Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis de 31.12.2016 encontra-se em anexo.









Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

**11. Plano de Providências sobre as Recomendações do MI**

Conforme Resolução Condel/Sudeco nº 55, de 07.12.2016, que aprovou o Relatório do 1º semestre de 2016, juntamente com o Parecer Condel/Sudeco nº 12, de 3 de novembro de 2016 e do Parecer do Ministério da Integração Nacional nº 041/CGAC/DFRP/SFRI/MI, de 25 de novembro de 2016, não foram feitas recomendações ao Banco do Brasil.

Brasília (DF), 31 de março de 2017

  
Wagner Lacerda Ribeiro  
Gerente Executivo  
Diretoria de Governo  
João Pinto Rabelo Junior  
Diretor  
Mariana Cappellari  
Gerente de Divisão UE

:: SEI / SUDECO - 0041406 - Parecer Técnico Condel/Sudeco ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

**FUNDO CONSTITUCIONAL DE  
FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE - FCO**

**PARECER CONDEL/SUDECO  
EXERCÍCIO DE 2016**

PARECER CONDEL/SUDECO N° 03/2017

DATA: 10.07.2017



:: SEI / SUDECO - 0041406 - Parecer Técnico Condel/Sudeco ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)

## SUMÁRIO

### 1. INTRODUÇÃO

#### 1.1 Apresentação

### 2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2016

#### 2.1. Recursos previstos x recursos realizados

#### 2.2. Repasses do Tesouro Nacional

#### 2.3. Disponibilidades ao final do Exercício anterior

#### 2.4. Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores

#### 2.5. Retorno de Financiamentos

#### 2.6. Taxa de Administração

#### 2.7. Del Credere

#### 2.8. Pagamento de auditoria independente

#### 2.9. Alocação dos recursos previstos para o exercício por UF e Setor

### 3. ANÁLISE DAS CONTRATAÇÕES

#### 3.1. Contratações por Tipologia dos Municípios e por UF

#### 3.2. Contratações por Áreas Prioritárias

##### 3.2.1. Faixa de Fronteira

##### 3.2.2. Mesorregião de Águas Emendadas

##### 3.2.3. Municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE-DF)

#### 3.3. Contratações por Programas de Financiamento

##### 3.3.1. Contratações no DF

##### 3.3.2. Contratações no Estado de GO

##### 3.3.3. Contratações no Estado de MS





:: SEI / SUDECO - 0041406 - Parecer Técnico Condel/Sudeco ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)

- [3.3.4. Contratações no Estado de MT](#)
- [3.4. Contratações por Setor Assistido](#)
- [3.5. Contratações por Porte de Mutuário](#)
- [3.6. Pronaf Operacionalizado](#)
- [3.7. Contratações por Faixa de Valores](#)
- [3.8. Ticket Médio das Contratações](#)
- [3.9. Aplicações realizadas por outras Instituições Financeiras](#)
- [3.10. Beneficiários de Primeira Contratação](#)
- [3.11. Renegociação de dívidas](#)
- [3.12. Indicadores e Metas](#)
- [4. GESTÃO DO FUNDO](#)
- [4.1. Formação de Alianças Institucionais](#)
- [4.2. Ações realizadas com a finalidade de estimular o atendimento](#)
- [4.3. Ações realizadas pelo Banco do Brasil](#)
- [4.4. Auditoria Externa](#)
- [5. PNDR](#)
- [5.1. Impactos para o Desenvolvimento Regional](#)
- [6. SÍNTESE DAS OBSERVAÇÕES](#)
- [7. PLANO DE PROVIDÊNCIAS](#)



## 1. INTRODUÇÃO

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) foi criado pela Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento.

Uma das principais fontes de recursos é constituída pelo repasse, efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, de 0,6% (seis décimos por cento) do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados (alínea “c” do inciso I do art. 159 da Constituição Federal e inciso I do parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 7.827).

A área de abrangência do FCO está restrita à Região Centro-Oeste, integrada pelos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e pelo Distrito Federal. De acordo com os registros do IBGE, a Região conta com 467 municípios em 2016.

Para efeito de aplicação dos recursos, o Fundo é dividido em empresarial e rural, sendo que são beneficiários no setor empresarial as pessoas jurídicas de direito privado que se dedicam à atividade produtiva nos setores industrial, agroindustrial, mineral, de infraestrutura econômica, turístico, comercial, de serviços e de ciência, tecnologia e inovação, e no setor rural o público-alvo são produtores rurais, na condição de pessoas físicas e jurídicas, suas cooperativas de produção e associações, desde que se dediquem à atividade produtiva no setor.

Desde sua criação, o FCO tem sido um importante e eficiente instrumento a serviço da política pública de redução das desigualdades intra e inter-regionais e de promoção do desenvolvimento econômico e social na Região Centro-Oeste. Com isso, o Fundo tornou-se um dos principais instrumentos na implementação das ações de fomento às atividades produtivas desenvolvidas na Região, previstas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

De acordo com o art. 13 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, a administração do FCO é exercida pelos seguintes órgãos/entidades:

- Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco);
- Ministério da Integração Nacional (MI); e
- Banco do Brasil S.A. (BB).



:: SEI / SUDECO - 0041406 - Parecer Técnico Condel/Sudeco ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)

Ao Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) compete:

- estabelecer, anualmente, as diretrizes, prioridades e programas de financiamento do FCO, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento;
- aprovar, anualmente, até o dia 15 de dezembro, os programas de financiamento do Fundo para o exercício seguinte, estabelecendo, entre outros parâmetros, os tetos de financiamento por mutuário;
- avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes estabelecidas e à adequação das atividades de financiamento às prioridades regionais;
- encaminhar o programa de financiamento para o exercício seguinte, juntamente com o resultado da apreciação e o parecer aprovado pelo Colegiado, à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para conhecimento e acompanhamento pelo Congresso Nacional; e
- apreciar e encaminhar periodicamente às comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e à Comissão Mista permanente de que trata o [§ 1º do art. 166 da Constituição Federal](#) relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, para efeito de fiscalização e controle.

De acordo com o parágrafo único do art. 9º da Lei Complementar n.º 129, as atividades de Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco são exercidas pela Sudeco.

O Ministério da Integração Nacional (MI), por sua vez, é responsável por:

- estabelecer as diretrizes e orientações gerais para as aplicações dos recursos do FCO, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);
- analisar a proposta de programação orçamentária anual do FCO, compatibilizando os respectivos programas com as diretrizes e orientações gerais traçadas pelo Ministério, em articulação com os Conselhos de Desenvolvimento dos Estados da Região e do Distrito Federal; e
- gerenciar, acompanhar e avaliar a aplicação dos recursos do FCO.

Por fim, ao Banco do Brasil S.A. compete:

- aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito de acordo com os programas aprovados pelo Conselho Deliberativo;
- definir normas, procedimentos e condições operacionais próprias da atividade bancária, respeitadas, dentre outras, as diretrizes constantes dos programas de financiamento aprovados pelo Conselho Deliberativo;
- analisar as propostas em seus múltiplos aspectos, inclusive quanto à viabilidade econômica e financeira do empreendimento, mediante exame da correlação custo/benefício, e quanto à capacidade futura de reembolso do financiamento almejado, para, com base no resultado dessa análise, enquadrar as propostas nas faixas de encargos e deferir os créditos;
- formalizar contratos de repasses de recursos do Fundo, na forma prevista no art. 9º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989;





:: SEI / SUDECO - 0041406 - Parecer Técnico Condell/Sudeco ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)

- prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estado dos recursos e aplicações ao Ministério da Integração Nacional e ao Conselho Deliberativo;
- exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos, à recuperação dos créditos, inclusive nos termos definidos nos arts. 15-B, 15-C e 15-D da Lei n.º 7.827, e à renegociação de dívidas, de acordo com as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional; e
- encaminhar ao Ministério da Integração Nacional e à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, até o dia 30 de setembro de cada ano, para análise, a proposta dos programas de financiamento para o exercício seguinte.

### 1.1 Apresentação

O presente Parecer resulta do trabalho realizado pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), com o objetivo de avaliar o Relatório Circunstanciado sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos no Exercício de 2016, elaborado pelo Banco do Brasil S.A., referente às Atividades Desenvolvidas e aos Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do FCO, a que se refere o art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989.

Com esse propósito, aborda os financiamentos concedidos por setores econômicos, portes de beneficiários, Unidades Federativas e áreas prioritárias, entre outras variáveis, além de suas repercussões nos ambientes econômicos e sociais da Região. São examinadas, igualmente, a movimentação financeira e a situação dos recursos, observando-se as aplicações realizadas, a situação patrimonial e os elementos de natureza operacional e financeira.

A estrutura do Parecer obedece ao modelo definido em anos anteriores pelo Ministério da Integração, com o objetivo de subsidiar a avaliação das atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com aplicação dos recursos do Fundo.

De acordo com o [art. 14-A da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989](#), cabe ao Ministério da Integração Nacional estabelecer as diretrizes e orientações gerais para a aplicação dos recursos do FCO, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). As diretrizes e orientações gerais para o exercício de 2017 foram definidas por meio da [Portaria MI n.º 270, de 10.08.2016, publicada no DOU de 12.08.2016](#).

Consoante o [art. 14, inciso I, da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989](#), cabe ao Conselho Deliberativo estabelecer, anualmente, as diretrizes, prioridades e programas de financiamento do FCO, em consonância com o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO). Para efeito da aplicação dos recursos do FCO, serão consideradas prioritárias as atividades assim propostas pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco, com base nas sugestões das Unidades Federativas, e aprovadas pelo Condell/Sudeco pela [Resolução n.º 52, de 26.09.2016, publicada no DOU de 27.09.2016](#).

Cabe ao BB, com base nas diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo MI, nas diretrizes e prioridades definidas pelo Condell/Sudeco, elaborar a proposta de programação do Fundo para o exercício de 2017.

Em relação ao perfil da carteira do Fundo, o Banco informa no Relatório de Gestão que o saldo da carteira de operações do FCO, no exercício de 2016, foi de R\$ 22.533,6 milhões, sendo R\$ 15.075,3 milhões no setor rural (66,9%) e R\$ 7.428,3 milhões no setor rural (33,1%). No setor empresarial, destaca-se a linha de financiamento de comércio e serviços, com saldo de R\$ 3.080,8 milhões aplicados, enquanto que no



:: SEI / SUDECO - 0041406 - Parecer Técnico Condell/Sudeco ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)

setor rural, as demais linhas de financiamentos rurais encerraram o exercício com R\$ 11.734,7 milhões aplicados.

Observação: em função da apresentação dos quadros do Parecer com valores em R\$ Milhões e em R\$ Mil, o resultado de cálculos aritméticos poderá apresentar aparentes divergências decorrentes de arredondamentos.

## 2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2016

### 2.1. Recursos previstos x recursos realizados

De acordo com a Programação do FCO para 2016, o montante de recursos inicial para aplicação no exercício de 2016 era de R\$ 5.795,8 milhões e foi alterado para R\$ 6.871,8 milhões com base na reprogramação de 31.10.2016 de que trata o inciso I do § 4º do art. 5º da Portaria MI n.º 201, de 28.08.2015, e alterada pela Portaria MI n.º 71, de 20.04.2016.

O orçamento realizado no exercício de 2016 (R\$ 7.294,6 milhões) representou 106,2% do previsto (R\$ 6.871,8 milhões), conforme detalhamento a seguir:

Quadro 1: Orçamento - Previsto X Realizado

RECURSOS PREVISTOS PARA 2016	Previsto	Realizado	Varição %
<b>1. FONTE DE RECURSOS</b>	<b>8.615.499</b>	<b>8.940.601</b>	<b>103,80%</b>
1.1 Disponibilidade ao final do exercício anterior	486.677	486.677	100,00%
1.2 Retorno de financiamentos	5.461.302	5.372.822	99,50%
1.3 Repasse de recursos originários da STN	2.147.840	2.438.748	113,50%
1.4 Remuneração das disponibilidades do FCO	275.969	273.624	99,20%
1.5 Retorno ao FCO de valores relativos aos riscos assumidos pelo Banco do Brasil	303.711	368.729	121,40%
1.6 Outras modalidades de ingressos de recursos	-	-	-
<b>2. SAÍDAS DE RECURSOS</b>	<b>1.325.869</b>	<b>1.322.516</b>	<b>99,70%</b>
2.1 Pagamento de taxa de administração	192	192	100,00%
2.2 Pagamento de auditoria independente	40	43	106,10%
2.3 Ressarcimento de bônus de adimplência	147.666	141.148	95,60%
2.4 Pagamento de <i>del credere</i>	1.172.533	1.175.453	100,20%
2.5 Pagamento de remuneração em operações do Pronaf	5.417	5.440	100,40%
2.6 Outras saídas de recursos	-	239	-
<b>3. DISPONIBILIDADE TOTAL (1 - 2)</b>	<b>7.289.630</b>	<b>7.618.085</b>	<b>104,50%</b>
<b>4. SALDO A LIBERAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>417.813</b>	<b>323.527</b>	<b>77,40%</b>
<b>5. DISPONÍVEL PARA APLICAÇÃO (3 - 4)</b>	<b>6.871.817</b>	<b>7.294.558</b>	<b>106,20%</b>

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB.

### 2.2. Repasses do Tesouro Nacional

Conforme quadro acima, os repasses do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 2.438,7 milhões, montante 13,5% superior ao previsto (R\$ 2.147,8 milhões) e correspondente a 35,5% do previsto para aplicação no exercício (R\$ 6.871,8 milhões).

### 2.3. Disponibilidades ao final do Exercício anterior

Não houve alteração entre o previsto e o realizado de R\$ 486,7 milhões.

### 2.4. Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores

O saldo dos recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores foi de R\$ 323,5 milhões, 22,6% menor que o previsto (R\$ 417,8 milhões).



:: SEI / SUDECO - 0041406 - Parecer Técnico Condel/Sudeco ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)

## 2.5. Retorno de Financiamentos

O valor realizado (R\$ 5.372,8 milhões) do retorno de financiamentos, que atualmente representa a maior fonte de recursos do Fundo, ficou 0,5% menor do que o previsto (R\$ 5.401,3 milhões), o que representa 99,5% daquele valor.

## 2.6. Taxa de Administração

O Banco do Brasil S.A. faz jus à taxa de administração de 3% ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apropriada mensalmente (0,25% ao mês), limitada em cada exercício financeiro a 20% do valor dos repasses efetuados pelo Tesouro Nacional, conforme sistemática de cálculo estabelecida no Decreto n.º 5.641, de 26.12.2005.

No exercício de 2016, a taxa de administração para o Banco do Brasil foi R\$ 192 mil.

## 2.7. Del Credere

A cobrança do *del credere* está regulamentada no § 4º inciso II do Art. 9º-A da Lei 7.827, de 27.09.1989 e respondeu por 85,3% do total de despesas operacionais do Fundo no exercício.

Conforme consignado no Relatório de Gestão do Fundo elaborado pelo BB (página 43) e no Balanço Patrimonial (página 15), a título de *del credere* do agente financeiro, em função do risco de crédito assumido nas operações, o FCO registrou no exercício de 2016 o valor de R\$ 1.285,5 milhões.

## 2.8. Pagamento de auditoria independente

Consoante § 2º do Art. 20 da Lei 7.827, de 27.09.1989, deverá ser contratada auditoria externa, às expensas do Fundo, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e legais estabelecidas, além do exame das contas e outros procedimentos usuais de auditoria.

O custo desse serviço no exercício de 2016 foi de R\$ 43 mil.

## 2.9. Alocação dos recursos previstos para o exercício por UF e Setor

Para o exercício de 2016, a Portaria MI n.º 270, de 10.08.2016, que definiu as diretrizes e orientações gerais, estabeleceu que a Programação deveria apresentar estimativas de aplicação por Unidade da Federação, calculadas com base na distribuição histórica das aplicações e na expectativa de demanda por crédito na Região, respeitado o mínimo de 15% (quinze por cento) dos recursos disponíveis para aplicação em cada UF (art. 5º, § 1º do inciso III, alínea “b”).

Alternativamente, permitiu que a estimativa inicial de aplicação por UF observe os seguintes percentuais: DF – 19%; GO – 29%; MS – 23%; e MT – 29% (art. 5º, § 4º). Com a reprogramação orçamentária os percentuais de distribuição por UF apresentou alteração, consoante quadro a seguir:





:: SEI / SUDECO - 0041406 - Parecer Técnico Condell/Sudeco ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)

Quadro 2 - Recursos previstos por UF

Setor	DF		GO		MS		MT		Região
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Empresarial	824.618	80%	841.798	35%	456.976	35%	639.079	30%	2.762.471
Rural	206.155	20%	1.563.338	65%	848.669	65%	1.491.184	70%	4.109.347
Total	1.030.773	100%	2.405.136	100%	1.305.645	100%	2.130.263	100%	6.871.817
%	15%		35%		19%		31%		100%

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB.

### 3. ANÁLISE DAS CONTRATAÇÕES

Observa-se que o desempenho realizado decorre do esforço conjunto dos Administradores do FCO, dos Governos dos Estados e do Distrito Federal, das instituições financeiras operadoras e de outros órgãos e entidades com atuação relevante para o desenvolvimento regional, como os que integram os Conselhos de Desenvolvimento Estaduais (CDE), para atender as diretrizes, orientações gerais e prioridades do Fundo.

#### 3.1. Contratações por Tipologia dos Municípios e por UF

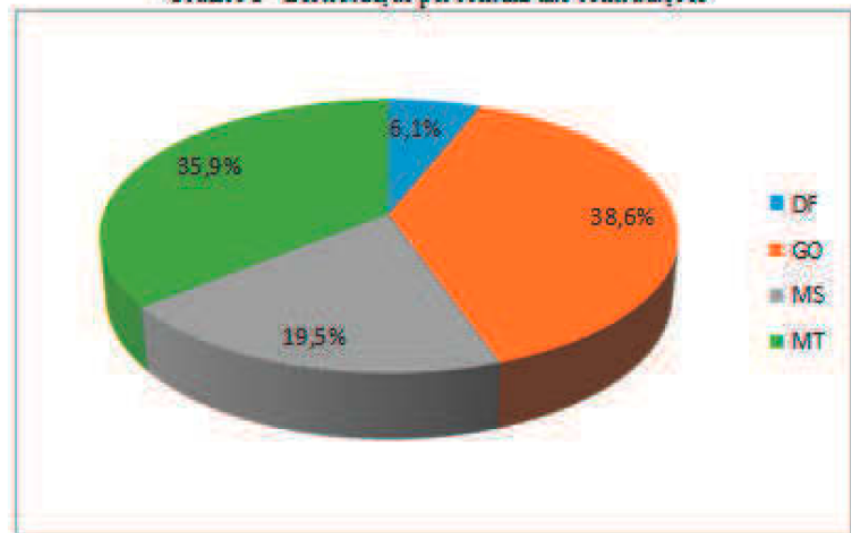
Das contratações realizadas com recursos do FCO no exercício de 2016 (R\$ 4.355,4 milhões), R\$ 264,0 milhões beneficiaram o Distrito Federal; R\$ 1.679,6 milhões o Estado de Goiás; R\$ 850,1 milhões o Estado de Mato Grosso do Sul; e R\$ 1.561,7 milhões o Estado de Mato Grosso, conforme quadro e gráfico abaixo.

Quadro 3 – Contratações por Tipologia da PNDR e UF

Tipologia	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Alta Renda	372	101.291	5.486	888.123	1.184	193.069	1.237	426.576	8.279	1.609.059
Dinâmica	-	-	2.858	329.993	1.471	161.944	4.757	668.831	9.086	1.160.768
Estagnada	810	162.695	4.371	461.500	3.466	495.067	3.039	466.334	11.686	1.585.596
Total	1.182	263.986	12.715	1.679.617	6.121	850.079	9.033	1.561.741	29.051	4.355.423

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB.

Gráfico 1 - Distribuição percentual das contratações



Os municípios prioritários integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia na Política Nacional



:: SEI / SUDECO - 0041406 - Parecer Técnico Condel/Sudeco ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)

de Desenvolvimento Regional (PNDR) como de renda estagnada ou dinâmica, foram responsáveis pela contratação de 20.772 operações de crédito (71,5% do total contratado) e de R\$ 2.746,4 milhões em recursos financiados (63,1% do total financiado), o que corresponde a 70,1% dos recursos previstos na Programação do Fundo para o exercício (R\$ 3.916,9 milhões), conforme informação no Quadro 3, do item 3.2 deste parecer e superior à meta estabelecida pelo Índice de Contratações por Tipologia dos Municípios de 57,0%, definida por meio da Resolução Condel/Sudeco nº 43, de 29.12.2015.

Já os municípios classificados pela tipologia de alta renda contaram com 8.279 operações (28,5% do total) no montante de R\$ 1.609,1 milhões (36,9% do contratado).

Cumprе registrar que os recursos distribuídos para o Distrito Federal são aplicados também nos municípios do Entorno, ou seja, nos 19 municípios de Goiás que integram a RIDE-DF (Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa).

### 3.2. Contratações por Áreas Prioritárias

De acordo com a Portaria MI n.º 201, de 28.08.2015, e alterada pela Portaria MI n.º 71, de 20.04.2016, que estabeleceu as diretrizes e as orientações gerais para aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2016, os seguintes espaços, considerados prioritários pela PNDR, no que diz respeito ao percentual de limite de financiamento, terão tratamento diferenciado e favorecido na aplicação dos recursos do FCO:

- a Faixa de Fronteira;
- a Mesorregião diferenciada de Águas Emendadas;
- os municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica; e
- os municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários dos recursos do FCO.

A Programação do FCO estabeleceu o seguinte orçamento para as áreas prioritárias:

Quadro 4 - Recursos Previstos por Espaço Prioritário da PNDR (R\$ milhões)

Espaço Prioritário	Valor	% dos Recursos Previstos
Faixa de Fronteira	1.333,10	19,4
Mesorregião de Águas Emendadas	584,1	8,5
Municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica	3.916,90	57
Municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto os localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FCO	199,3	2,9

Fonte: Programação do FCO para 2016.

#### 3.2.1. Faixa de Fronteira

As contratações nos 72 municípios da Faixa de Fronteira (28 em Mato Grosso e 44 em Mato Grosso do Sul) totalizaram R\$ 770,0 milhões em 2016, o que representa 57,8% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço e 17,7% do total contratado (R\$ 4.355,4 milhões).

De acordo com a Resolução Condel n.º 043, de 29.12.2015, que definiu os Indicadores e Metas de Gestão



:: SEI / SUDECO - 0041406 - Parecer Técnico Condell/Sudeco ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)

de Desempenho do FCO, a meta prevista de contratações nos municípios da Faixa de Fronteira é de 17,5% do valor total contratado no exercício, sendo o cálculo realizado da seguinte forma:

#### Índice de Contratações nos Municípios da Faixa de Fronteira – ICFF

ICFF =	VCFF	Valor Contratado nos Municípios Integrantes da Faixa de Fronteira
	VCT	Valor Contratado Total no Exercício

Portanto, verifica-se a superação da meta de gestão de desempenho estabelecida para as contratações nesse espaço prioritário.

#### 3.2.2. Mesorregião de Águas Emendadas

Nos 77 municípios do Estado de Goiás que compõem a Mesorregião de Águas Emendadas, foram formalizadas operações no montante de R\$ 509,7 milhões, montante correspondente a 87,3% do previsto para o exercício (R\$ 584,1 milhões).

#### 3.2.3. Municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE-DF)

No exercício de 2016, houve a contratação de 810 operações no montante de R\$ 162,7 milhões nos municípios de Goiás integrantes da Ride. Este valor representa 81,6% do montante previsto na Programação do FCO para o período (R\$199,3 milhões).

Em comparação com o exercício de 2015, houve queda tanto no volume quanto no montante contratado. No volume a redução foi de 49,7%, saindo de 1.611 operações contratadas para 810, enquanto que no montante a redução foi de 31,2% de R\$ 236,6 milhões para R\$ 162,7 milhões.

#### 3.3. Contratações por Programas de Financiamento

Para efeito de aplicação dos recursos, a Programação do Fundo está segmentada por setores produtivos (empresarial e rural), sendo os recursos aplicados no âmbito de programas e linhas de financiamento.

Quadro 5: Contratações por Programa de Financiamento e UF

UF	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Programas										
Empresarial	379	113.814	842	231.372	555	101.875	763	191.896	2.539	638.967
Industrial	34	17.682	138	79.531	70	26.087	74	32.284	336	155.585
Infraestrutura	2	565	23	10.187	1	1.105	4	20.020	30	31.877
Turismo	21	5.453	34	19.585	29	7.117	48	13.416	132	45.571
Comércio e Serviços	322	90.124	627	122.068	455	67.566	637	126.176	2.041	405.935
Rural	803	150.162	11.873	1.448.245	5.566	748.204	8.270	1.369.845	26.512	3.716.456
Pronaf/Demais	233	10.220	4.889	274.932	2.046	84.101	5.408	419.591	12.576	788.844
Pronaf-RA	32	765	322	7.295	546	9.329	360	8.331	1.260	25.720
Demais Rurais	538	139.177	6.662	1.166.018	2.974	654.774	2.502	941.923	12.676	2.901.892
Total Geral	1.182	263.986	12.715	1.679.617	6.121	850.079	9.033	1.561.741	29.051	4.355.423

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

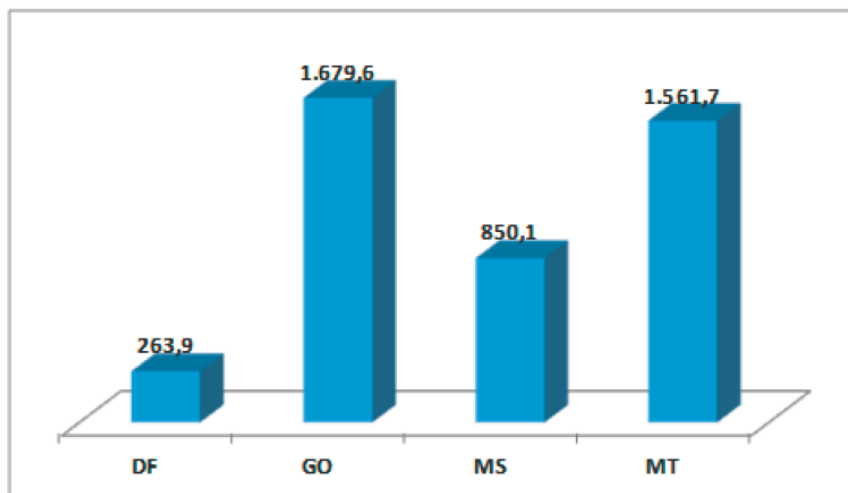




:: SEI / SUDECO - 0041406 - Parecer Técnico Condell/Sudeco ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)

Gráfico 2 – Contratações por UF (R\$ Milhões)



No período em análise, 29.051 operações foram contratadas com recursos do FCO, o que representa um decréscimo de 45,1% na quantidade de operações contratadas em relação ao exercício de 2015 (52.900). Igualmente, comparando o mesmo período, o montante das contratações também sofreu decréscimo (17,4%), saindo de R\$ 5.274,5 milhões em 2015 para R\$ 4.355,4 milhões em 2016.

Consoante informações do Banco no Relatório Circunstanciado, “a redução observada nas contratações do FCO segue o movimento de queda na concessão de crédito observado em nível nacional, ocasionado pela redução da demanda devido a desaceleração da economia e da reavaliação e/ou adiamento das intenções de investimento por parte do setor produtivo”.

### 3.3.1. Contratações no DF

No Distrito Federal, o número de contratações realizadas com recursos do FCO no exercício de 2016 (1.182 operações) apresentou um decréscimo de 80,1% em relação ao exercício de 2015 (5.928 operações), assim como o montante contratado, que sofreu um decréscimo de 62,4% em relação ao exercício de 2015, de R\$ 702,9 milhões para R\$ 263,9 milhões.

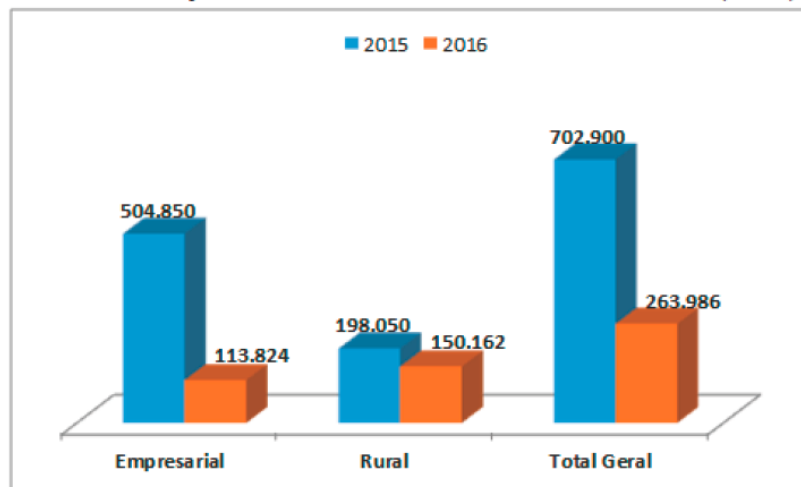
Quadro 5a: Contratações por Setor/Linha de Financiamento no DF - Comparativo 2015 x 2016 - R\$ Mil

Setor/Linha	Exercício de 2015		Exercício de 2016		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	4.691	504.850	379	113.824	-91,9%	-77,5%
Industrial	436	54.110	34	17.682	-92,2%	-67,3%
Infraestrutura	7	3.222	2	565	-71,4%	-82,5%
Turismo	424	44.624	21	5.453	-95,0%	-87,8%
Comércio e Serviços	3.824	402.894	322	90.124	-91,6%	-77,6%
Rural	1.237	198.050	803	150.162	-35,1%	-24,2%
Pronaf-RA	35	850	32	765	-8,6%	-10,0%
Pronaf Demais	372	12.373	233	10.220	-37,4%	-17,4%
Demais Rurais	830	184.827	538	139.177	-35,2%	-24,7%
Total Geral	5.928	702.900	1.182	263.986	-80,1%	-62,4%

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB



:: SEI / SUDECO - 0041406 - Parecer Técnico Condell/Sudeco ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)**Gráfico 3 – Comparativo entre os valores contratados no DF – 2015 e 2016 (R\$ Mil)**

Do montante de R\$ 263,9 milhões, 43,1% (R\$ 113,8 milhões) foram destinados ao setor empresarial e 56,9% (R\$ 150,2 milhões) ao setor rural. Historicamente o setor empresarial sempre apresentou uma aplicação maior de recursos, principalmente, devido às características não rurais predominantes nas atividades econômicas do Distrito Federal, entretanto, no exercício de 2016 houve uma concentração maior no setor rural.

Cabe informar que os recursos alocados ao Distrito Federal são aplicados na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF), exceto nos municípios localizados no Estado de Minas Gerais (Resolução Condell/FCO n.º 215, de 08.06.2004).

Conforme item 3.8 deste Parecer, em comparação ao exercício de 2015, o ticket médio das contratações no DF em 2016 apresentou aumento substancial de 88,4%, saindo de R\$ 118,6 mil para R\$ 223,3 mil, o que demonstra um menor volume de negócios, já que a quantidade contratada caiu na comparação dos dois exercícios, de 5.928 operações em 2015 para 1.182 operações em 2016.

Importante salientar, ainda, que no DF não foi atingida a meta de contratação por UF de 19% definida nos indicadores e metas, item 3.11 deste parecer, tendo realizado apenas 6,1%.

Em relação aos recursos previstos para o DF (R\$ 1.030,8 milhões), o montante contratado (R\$ 264,0 milhões) corresponde a 25,6% da previsão.

### 3.3.2. Contratações no Estado de GO

O número de contratações realizadas no Estado de Goiás com recursos do FCO no exercício de 2016 (12.715 operações) apresentou decréscimo de 32,3% em relação ao exercício de 2015 (18.776 operações), bem como o montante de recursos contratados (R\$ 1.679,6 milhões) que também decresceu 6,1% em relação a 2015 (R\$ 1.788,8 milhões).

Consoante item 3.8 deste Parecer, em comparação ao exercício de 2015, o ticket médio das contratações em 2016 apresentou aumento de 38,7%, saindo de R\$ 95,3 mil para R\$ 132,1 mil, o que demonstra um menor volume de negócios, já que a quantidade contratada caiu na comparação dos dois exercícios, de 18.776 operações em 2015 para 12.715 operações em 2016.



:: SEI / SUDECO - 0041406 - Parecer Técnico Condel/Sudeco ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)

Importante salientar que no Estado de Goiás a meta de contratação por UF de 29%, definida nos indicadores e metas, item 3.11 deste parecer, foi superada, tendo atingido 38,6%.

Não obstante a informação acima, o montante das contratações no Estado ficou aquém da previsão, já que em comparação ao orçamento previsto para a UF (R\$ 2.405,1 milhões), o valor das contratações (R\$ 1.679,6 milhões) correspondeu a 69,8%.

Conforme estabelecido na Programação do Fundo, as instituições financeiras que atuam com recursos do FCO aplicarão nos municípios do Nordeste Goiano e do Oeste Goiano, no mínimo, 15% dos recursos previstos no exercício para o Estado de Goiás.

De acordo com o Relatório Circunstanciado do Fundo, essa meta foi superada, uma vez que foram aplicados nessa área o total de R\$ 399,3 milhões, o equivalente a 110,7% do montante previsto na Programação do FCO para 2016 (R\$ 360,8 milhões), tendo sido contratadas 682 operações em um total de R\$ 98,5 milhões nos municípios do Nordeste Goiano e 2.939 operações num total de R\$ 301,3 milhões nos municípios do Oeste Goiano.

O Nordeste Goiano compreende os municípios: Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Buritinópolis, Campos Belos, Cavalcante, Colinas do Sul, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Guarani de Goiás, Iaciara, Mambai, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma, Posse, São Domingos, São João D'Aliação, Simolândia, Sítio D'Abadia e Teresina de Goiás.

Já o Oeste Goiano compreende os seguintes municípios: Baliza, Bom Jardim de Goiás, Britânia, Buriti de Goiás, Cachoeira de Goiás, Caiapônia, Campestre de Goiás, Córrego do Ouro, Diorama, Doverlândia, Fazenda Nova, Firminópolis, Iporá, Israelândia, Itapirapuã, Ivolândia, Jandaia, Jaupaci, Jussara, Moiporá, Montes Claros de Goiás, Mossamedes, Nazário, Novo Brasil, Palestina de Goiás, Palmeiras de Goiás, Palminópolis, Paraúna, Piranhas, Sanclerlândia, Santa Bárbara de Goiás, Santa Fé de Goiás, São João da Paraúna, São Luís de Montes Belos e Turvânia.

Quadro 5b: Contratações por Setor/Linha de Financiamento no Estado de GO - Comparativo 2015 x 2016 - R\$ Mil

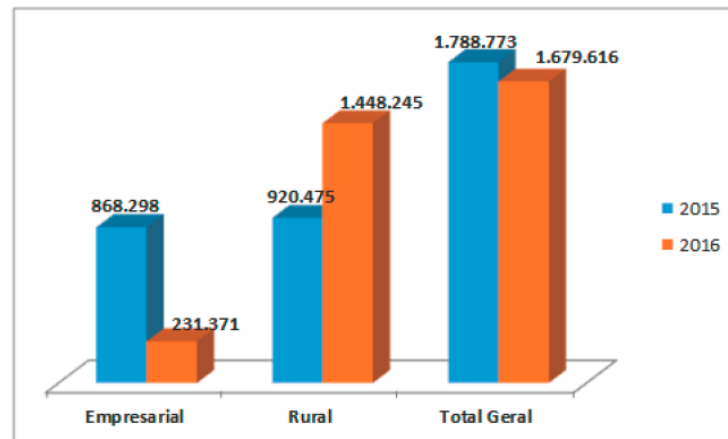
Setor/Linha	Exercício de 2015		Exercício de 2016		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
<b>Empresarial</b>	<b>5.033</b>	<b>868.298</b>	<b>842</b>	<b>231.371</b>	<b>-83,3%</b>	<b>-73,4%</b>
Industrial	1.821	366.364	158	79.531	-91,3%	-78,3%
Infraestrutura	85	49.101	23	10.187	-72,9%	-79,3%
Turismo	348	58.215	34	19.585	-90,2%	-66,4%
Comércio e Serviços	2.779	394.618	627	122.068	-77,4%	-69,1%
<b>Rural</b>	<b>13.743</b>	<b>920.475</b>	<b>11.873</b>	<b>1.448.245</b>	<b>-13,6%</b>	<b>57,3%</b>
<b>Pronaf-RA</b>	<b>135</b>	<b>2.613</b>	<b>322</b>	<b>7.295</b>	<b>138,5%</b>	<b>179,2%</b>
Pronaf Demais	10.202	333.069	4.889	274.932	-52,1%	-17,5%
Demais Rurais	3.406	584.793	6.662	1.166.018	95,6%	99,4%
<b>Total Geral</b>	<b>18.776</b>	<b>1.788.773</b>	<b>12.715</b>	<b>1.679.616</b>	<b>-32,3%</b>	<b>-6,1%</b>

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB





:: SEI / SUDECO - 0041406 - Parecer Técnico Condel/Sudeco ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)**Gráfico 4 – Comparativo entre os valores contratados em GO – 2015 e 2016 (R\$ Mil)**

### 3.3.3. Contratações no Estado de MS

No Estado de Mato Grosso do Sul, o número de contratações realizadas com recursos do FCO no exercício de 2016 (6.121 operações) apresentou um decréscimo de 49,3% em relação ao exercício de 2015 (12.081 operações), e o montante contratado também sofreu um decréscimo de 31,3%, conforme quadro comparativo.

Consoante item 3.8 deste Parecer, em comparação ao exercício de 2015, o ticket médio das contratações em 2016 apresentou aumento de 35,6%, saindo de R\$ 102,4 mil para R\$ 138,9 mil, o que demonstra um menor volume de negócios, já que a quantidade contratada caiu na comparação dos dois exercícios, de 12.081 operações em 2015 para 6.121 operações em 2016.

Importante salientar que em MS a meta de contratação por UF de 29%, definida nos indicadores e metas, item 3.11 deste parecer, foi superada, tendo atingido 35,6%.

Não obstante a informação acima, o montante das contratações no Estado ficou aquém da previsão, já que em comparação ao orçamento previsto para a UF (R\$ 1.679,6 milhões), o valor das contratações (R\$ 1.305,6 milhões) correspondeu a 77,7%.

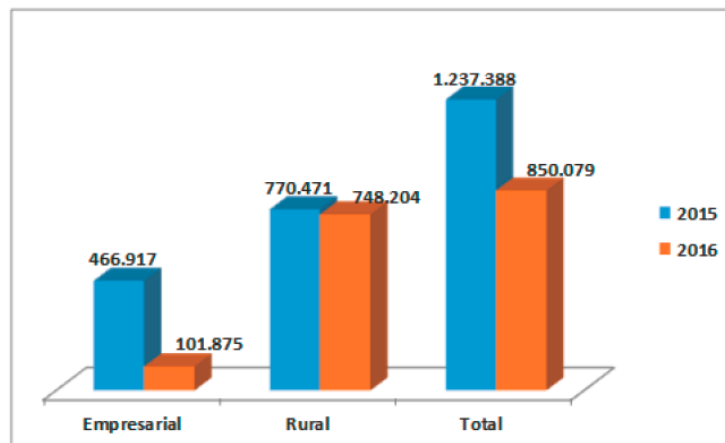
**Quadro 5c: Contratações por Setor/Linha de Financiamento no Estado de MS - Comparativo 2015 x 2016 - R\$ Mil**

Setor/Linha	Exercício de 2015		Exercício de 2016		Variação%	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
<b>Empresarial</b>	<b>4.313</b>	<b>466.917</b>	<b>555</b>	<b>101.875</b>	<b>-87,1%</b>	<b>-78,2%</b>
Industrial	1.160	101.710	70	26.087	-94,0%	-74,4%
Infraestrutura	8	1.776	1	1.105	-87,5%	-37,8%
Turismo	558	48.870	29	7.117	-94,8%	-85,4%
Comércio e Serviços	2.587	314.561	455	67.566	-82,4%	-78,5%
<b>Rural</b>	<b>7.768</b>	<b>770.471</b>	<b>5.566</b>	<b>748.204</b>	<b>-28,3%</b>	<b>-2,9%</b>
Pronaf-RA	746	13.474	546	9.329	-26,8%	-30,8%
Pronaf Demais	4.474	135.266	2.046	84.101	-54,3%	-37,8%
Demais Rurais	2.548	621.731	2.974	654.774	16,7%	5,3%
<b>Total Geral</b>	<b>12.081</b>	<b>1.237.388</b>	<b>6.121</b>	<b>850.079</b>	<b>-49,3%</b>	<b>-31,3%</b>

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB



:: SEI / SUDECO - 0041406 - Parecer Técnico Condel/Sudeco ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)**Gráfico 5 – Comparativo entre os valores contratados em MS – 2015 e 2016 (R\$ Mil)**

### 3.3.4. Contratações no Estado de MT

O número de contratações realizadas no Estado de Mato Grosso durante o exercício de 2016 (9.033 operações) apresentou um decréscimo de 43,9% em relação ao exercício de 2015 (16.115 operações), entretanto, o montante de recursos contratados (R\$ 1.561,7 milhões) aumentou em 1,1% em relação a 2015 (R\$ 1.545,4 milhões).

Conforme item 3.8 deste Parecer, em comparação ao exercício de 2015, o ticket médio das contratações em MT em 2016 apresentou aumento substancial de 80,3%, saindo de R\$ 95,9 mil para R\$ 172,9 mil, o que demonstra um menor volume de negócios, já que a quantidade contratada caiu na comparação dos dois exercícios, de 16.115 operações em 2015 para 9.033 operações em 2016.

Importante salientar, ainda, que no Estado não foi atingida a meta de contratação por UF de 23% definida nos indicadores e metas, item 3.11 deste parecer, tendo realizado 19,5%.

Em relação aos recursos previstos para MT (R\$ 2.130,3 milhões), o montante contratado (R\$ 850,1 milhões) corresponde a apenas 39,9% da previsão.

**Quadro 5d: Contratações por Setor/Linha de Financiamento no Estado de MT - Comparativo 2015 x 2016 - R\$ Mil**

Setor/Linha	Exercício de 2015		Exercício de 2016		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
<b>Empresarial</b>	<b>4.587</b>	<b>594.141</b>	<b>763</b>	<b>191.896</b>	<b>-83,4%</b>	<b>-67,7%</b>
Industrial	1.055	189.623	74	32.284	-93,0%	-83,0%
Infraestrutura	12	6.177	4	20.020	-66,7%	224,1%
Turismo	352	68.010	48	13.416	-86,4%	-80,3%
Comércio e Serviços	3.168	330.331	637	126.176	-79,9%	-61,8%
<b>Rural</b>	<b>11.528</b>	<b>951.296</b>	<b>8.270</b>	<b>1.369.845</b>	<b>-28,3%</b>	<b>44,0%</b>
Pronaf-RA	158	3.780	360	8.331	127,8%	120,4%
Pronaf Demais	9.622	453.754	5.408	419.591	-43,8%	-7,5%
Demais Rurais	1.748	493.762	2.502	941.923	43,1%	90,8%
<b>Total Geral</b>	<b>16.115</b>	<b>1.545.437</b>	<b>9.033</b>	<b>1.561.741</b>	<b>-43,9%</b>	<b>1,1%</b>

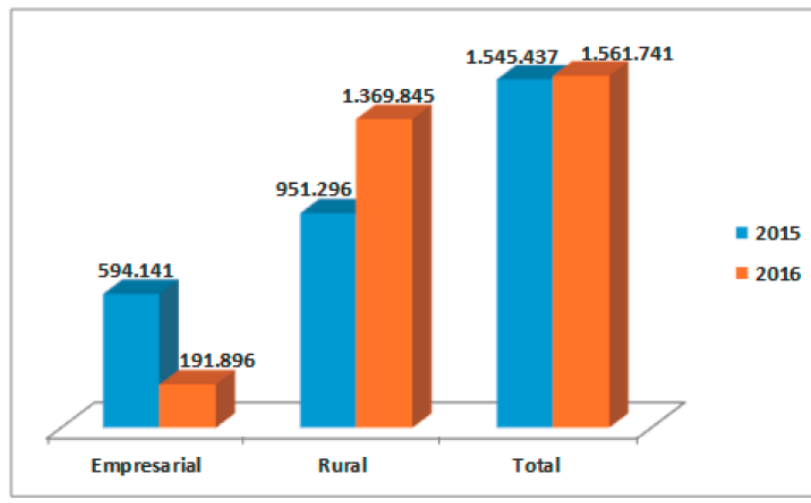
Fonte: Relatório Circunstanciado do BB



:: SEI / SUDECO - 0041406 - Parecer Técnico Condel/Sudeco ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)

Gráfico 6 – Comparativo entre os valores contratados em MT – 2015 e 2016 (R\$ Mil)



### 3.4. Contratações por Setor Assistido

Na avaliação das contratações por setor assistido, destacam-se as operações do setor rural que foi responsável pela contratação do montante de R\$ 3.716,5 milhões (85,3% do valor total financiado), o que corresponde a 90,4% da previsão para o setor (R\$ 4.109,3 milhões).

As contratações do setor empresarial, por sua vez, também ficaram abaixo do percentual previsto na Programação do FCO para 2016. Foram financiados R\$ 639,0 milhões, o que corresponde a 23,1% do previsto para esse setor (R\$ 2.762,5).

Em relação ao volume contratado (29.051 operações), o empresarial teve 8,7% desse total (2.539 operações) e o rural 91,3% (26.512 operações).

Esse percentual de contratações no setor Rural (85,3%) demonstra a força do agronegócio na região Centro-Oeste e o quanto vem contribuindo para o fortalecimento da economia local, respondendo no DF por 56,9% das contratações, 86,2% em Goiás, 88% em MS e 87,7% em MT.

O Quadro a seguir apresenta os valores contratados e os valores realizados nos setores empresarial e rural no exercício de 2016:

Quadro 6 – Contratações por Setor e UF

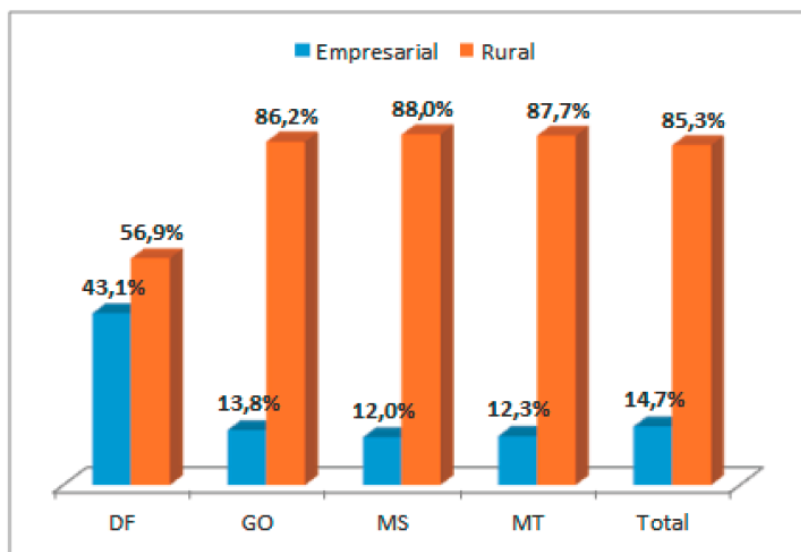
		(R\$ mil)				
UF	Setor	DF	GO	MS	MT	Total
Empresarial		113.824	231.372	101.875	191.896	638.967
		43,10%	13,80%	12,00%	12,30%	14,70%
Rural		150.162	1.448.245	748.204	1.369.845	3.716.456
		56,90%	86,20%	88,00%	87,70%	85,30%
Total		263.986	1.679.617	850.079	1.561.741	4.355.423
		100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB.





:: SEI / SUDECO - 0041406 - Parecer Técnico Condel/Sudeco ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)**Gráfico 7 – Percentual de Contratações por Setor e UF**

### 3.5. Contratações por Porte de Mutuário

De acordo com a Programação do FCO para 2016 (Quadro do Subtítulo “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária), as contratações devem respeitar os seguintes percentuais mínimos e máximos (pisos e tetos):

- no mínimo, 51,0% dos recursos previstos para o exercício junto a empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores (receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual de até R\$ 16 milhões), sendo, no mínimo, 30,0% junto a empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores (receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual de até R\$ 3,6 milhões); e
- no máximo, 49,0% junto a médios e grandes tomadores (receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual acima de R\$ 16 milhões).

Ao analisar o desempenho das contratações com os tomadores de menor porte e com os de maior porte, percebe-se que foram atendidas as diretrizes, orientações gerais e prioridades do Fundo, definidas na Lei n.º 7.827, pelo MI e pelo Condel/Sudeco, no sentido de dar tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e mini produtores rurais e de pequenas e microempresas.

**Quadro 7: Contratações por Porte e UF**

Porte						(R\$ mil)
	DF	GO	MS	MT	Total	(%)
Grande	16.371	87.865	77.753	69.596	251.584	5,80%
Médio	56.383	145.241	158.788	274.370	634.781	14,60%
<b>Subtotal</b>	<b>72.753</b>	<b>233.106</b>	<b>236.541</b>	<b>343.965</b>	<b>886.365</b>	<b>20,40%</b>
Pequeno-médio	76.345	256.866	137.036	251.581	721.828	16,60%
Pequeno	101.257	912.879	369.026	881.972	2.265.134	52,00%
Mini/Micro	13.613	276.755	107.429	84.154	481.951	11,10%
EI	18	12	47	68	145	0,00%
<b>Subtotal</b>	<b>191.233</b>	<b>1.446.511</b>	<b>613.538</b>	<b>1.217.776</b>	<b>3.469.058</b>	<b>79,60%</b>
<b>Total Geral</b>	<b>263.986</b>	<b>1.679.617</b>	<b>850.079</b>	<b>1.561.741</b>	<b>4.355.423</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

As contratações com tomadores de menor porte atingiram o montante de R\$ 3.469,1 milhões, o que



:: SEI / SUDECO - 0041406 - Parecer Técnico Condel/Sudeco ::

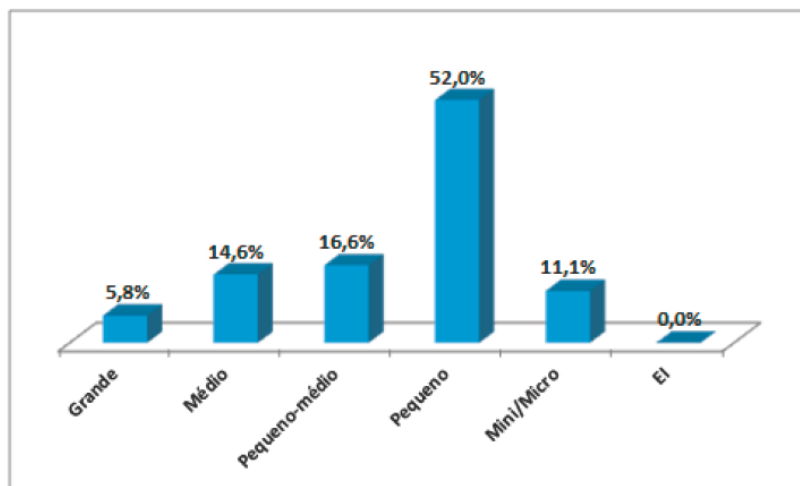
[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)

representa 79,6% do total contratado na Região.

Constata-se que em todas as UF's as contratações dos tomadores de menor porte superaram as de maior porte, o que contribuiu para a superação da meta de 51,0% dos recursos previstos na Programação do FCO para 2016 (72% no DF; 86% em GO; 72% em MS e 78% em MT).

As contratações com médios e grandes tomadores atingiram o montante de R\$ 886,4 milhões, o que representa 20,4% do total contratado na Região.

**Gráfico 8 – Percentual de Contratações por Porte**



### 3.6. Pronaf Operacionalizado

A Programação do FCO para 2016 define que o Pronaf é operacionalizado de acordo com as normas disciplinadas no MCR 10, estabelecidas por Resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN e demais normativos do Bacen, estando dividido em Pronaf Demais (linhas não destinadas a reforma agrária) e Pronaf Reforma Agrária Planta Brasil (linhas destinadas a reforma agrária). Conforme o Quadro a seguir por UF:

**Quadro 8: Contratações do Pronaf por UF**

Programa	DF		GO		MS		MT		(R\$ mil)	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Pronaf Demais	233	10.220	4.889	274.932	2.046	84.101	5.408	419.591	12.576	788.844
Pronaf RA	32	765	322	7.295	546	9.329	360	8.331	1.260	25.720
Total	265	10.985	5.211	282.227	2.592	93.430	5.768	427.922	13.836	814.564

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

Das 13.836 operações do Pronaf, 12.576 foram contratadas no Pronaf Demais, o que corresponde a 43,3% das 29.051 operações contratadas no período, num total de R\$ 788,8 milhões, o que corresponde a 18,1% do volume financiado no exercício de 2016 (R\$ 4.355,4 milhões).

No Pronaf RA, o FCO financiou 1.260 operações, o que corresponde a 4,3% do total de operações contratadas no período (29.051), num total de R\$ 25,7 milhões, ou seja, 0,6% do volume financiado no período.

Em relação ao montante contratado no setor Rural (R\$3.716,5 milhões), o valor das contratações nos dois Programas (R\$ 814,6 milhões) corresponde a 21,9%.

Na comparação com o exercício de 2015, as contratações apresentaram queda tanto em quantidade quanto



:: SEI / SUDECO - 0041406 - Parecer Técnico Condel/Sudeco ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)

em valor. No Pronaf Demais foram 24.670 operações no montante de R\$ 934,5 milhões em 2015. Já o Pronaf RA obteve 1.074 operações no montante de R\$ 20,7 milhões. Portanto, em 2016 a redução total foi de 46,3% em relação às operações e de 14,7% em relação ao montante.

### 3.7. Contratações por Faixa de Valores

No setor empresarial, o maior volume de contratações, em número de operações, está na faixa acima de R\$ 35 mil até R\$100 mil, com 839 operações contratadas, num montante de R\$ 58,3 milhões, o equivalente a 33,0% do total de operações contratadas no setor.

Quadro 9: Contratações nas Linhas Empresariais por Faixas e Valores

Linhas Empresariais Faixa Valores	Industrial		Infraestrutura		Turismo		Comércio e Serviços		Total	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Até R\$ 1 mil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acima de R\$ 1 mil até R\$ 10 mil	6	44	-	-	3	17	40	299	49	300
Acima de R\$ 10 mil até R\$ 35 mil	23	644	1	30	14	321	253	5.941	293	6.936
Acima de R\$ 35 mil até R\$ 100 mil	83	6.024	1	69	36	2.332	717	49.891	839	58.320
Acima de R\$ 100 mil até R\$ 200 mil	97	14.495	7	1.094	34	5.019	611	92.942	749	113.551
Acima de R\$ 200 mil até R\$ 500 mil	80	25.159	14	4.940	29	10.380	292	90.319	415	130.798
Acima de R\$ 500 mil até R\$ 1.000 mil	27	16.291	4	3.245	12	8.271	90	62.824	133	93.631
Acima de R\$ 1.000 mil até R\$ 10.000 mil	15	47.029	2	2.952	4	19.228	35	90.593	56	159.802
Acima de R\$ 10.000 mil	3	43.899	1	19.546	-	-	1	12.125	5	75.570
<b>Total</b>	<b>336</b>	<b>156.585</b>	<b>30</b>	<b>31.877</b>	<b>132</b>	<b>46.571</b>	<b>2.041</b>	<b>406.936</b>	<b>2.539</b>	<b>638.967</b>

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

Assim como no setor empresarial, no setor rural, a maior demanda por financiamentos em termos de operações contratadas também contemplou projetos na faixa de valores acima de R\$ 35,0 mil até R\$ 100,0 mil, com a contratação de 14.239 operações, o equivalente a 53,7% do total de operações contratadas no setor.

Quadro 10: Contratações nas Linhas Rurais por Faixas e Valores

Linhas Empresariais Faixa Valores	Pronaf Demais		Pronaf RA		Demais Rurais		Total	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Até R\$ 1 mil	1	1	-	-	-	-	1	1
Acima de R\$ 1 mil até R\$ 10 mil	543	3.885	350	2.224	13	97	906	6.206
Acima de R\$ 10 mil até R\$ 35 mil	3.270	81.560	910	23.496	407	10.530	4.587	115.587
Acima de R\$ 35 mil até R\$ 100 mil	7.721	558.775	-	-	6.518	568.230	14.239	1.127.004
Acima de R\$ 100 mil até R\$ 200 mil	1.041	144.623	-	-	2.968	474.581	4.009	619.204
Acima de R\$ 200 mil até R\$ 500 mil	-	-	-	-	1.661	568.079	1.661	568.079
Acima de R\$ 500 mil até R\$ 1.000 mil	-	-	-	-	791	552.857	791	552.857
Acima de R\$ 1.000 mil até R\$ 10.000 mil	-	-	-	-	313	660.845	313	660.845
Acima de R\$ 10.000 mil	-	-	-	-	5	66.674	5	66.674
<b>Total</b>	<b>12.576</b>	<b>788.844</b>	<b>1.260</b>	<b>25.720</b>	<b>12.676</b>	<b>2.901.892</b>	<b>26.512</b>	<b>3.716.456</b>

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

### 3.8. Ticket Médio das Contratações

Em comparação ao exercício anterior, em 2016, o ticket médio das operações apresentou um aumento da ordem de 50,4%, saindo de R\$ 99,7 mil para R\$ 149,9 mil. O aumento do ticket médio pode ser constatado em todas as UFs da Região, sendo que o Distrito Federal e o Mato Grosso apresentaram as maiores elevações (88,4% e 80,3%).

Abaixo os quadros do ticket médio das operações por programa e por UF:

Quadro 11: Ticket médio das operações por Programa

Setor/Linha	Exercício de 2015			Exercício de 2016			Variação (%)
	Qtde.	Valor	Ticket médio	Qtde.	Valor	Ticket médio	
<b>Empresarial</b>	<b>18.624</b>	<b>2.434.205</b>	<b>130,7</b>	<b>2.539</b>	<b>638.967</b>	<b>251,7</b>	<b>92,5</b>
Industrial	4.472	711.806	159,2	336	155.585	463,1	190,9
Infraestrutura	112	60.275	538,2	30	31.877	1.062,60	97,4
Turismo	1.682	219.720	130,6	132	46.571	345,2	164,3
Comércio e Serviços	12.358	1.442.404	116,7	2.041	405.936	198,9	70,4
<b>Rural</b>	<b>34.276</b>	<b>2.840.293</b>	<b>82,9</b>	<b>26.512</b>	<b>3.716.456</b>	<b>140,2</b>	<b>69,2</b>
Pronaf Demais	24.670	934.462	37,9	12.576	788.844	62,7	63,6
Pronaf RA	1.074	20.718	19,3	1.260	25.720	20,4	5,8
Demais Rurais	8.532	1.885.114	220,9	12.676	2.901.892	228,9	3,6
<b>Total</b>	<b>52.900</b>	<b>5.274.498</b>	<b>99,7</b>	<b>29.051</b>	<b>4.355.423</b>	<b>149,9</b>	<b>50,4</b>

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB





:: SEI / SUDECO - 0041406 - Parecer Técnico Condell/Sudeco ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)

Quadro 12: Ticket médio das operações por UF

Setor/Linha	Exercício de 2015			Exercício de 2016			Variação (%)
	Qtde.	Valor	Ticket médio	Qtde.	Valor	Ticket médio	
DF	5.928	702.899	118,6	1.182	263.986	223,3	88,4
GO	18.776	1.788.773	95,3	12.715	1.679.617	132,1	38,7
MS	12.081	1.237.389	102,4	6.121	850.079	138,9	35,6
MT	16.115	1.545.437	95,9	9.033	1.561.741	172,9	80,3
<b>Total</b>	<b>52.900</b>	<b>5.274.498</b>	<b>99,7</b>	<b>29.051</b>	<b>4.355.423</b>	<b>149,9</b>	<b>50,4</b>

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

### 3.9. Aplicações realizadas por outras Instituições Financeiras

O Banco do Brasil, em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e na Portaria MI n.º 616, de 26.05.2003, tem repassado recursos às seguintes instituições:

- Banco de Brasília (BRB);
- Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob);
- Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento);
- Agência de Fomento de Mato Grosso (MT Fomento);
- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE); e
- Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi).

De acordo com a Programação Anual de Financiamento, a estimativa de repasse de recursos a essas instituições é de 7% da previsão orçamentária do FCO para o exercício, assegurando-se a utilização desses recursos pelas instituições operadoras, respeitada a disponibilidade financeira do Fundo no exercício e o limite de crédito deferido pelo banco administrador a cada instituição operadora. No exercício de 2016, essa estimativa de repasse foi de R\$ 481,0 milhões.

Importante esclarecer que as instituições operadoras de repasse somente atuam com mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores.

Foram contratados R\$ 184,4 milhões por outras instituições, o que representa 38,3% do valor previsto para aplicação no exercício (R\$ 481,0 milhões), num total de 658 operações.

Em comparação ao exercício de 2015, a quantidade de operações contratadas foi maior, passando de 442 para 658 operações, um aumento de 48,9%, e o volume contratado também cresceu, saindo de R\$ 136,3 milhões para R\$ 184,4 milhões, o que corresponde a um aumento de 35,3%.

Quadro 13: Contratações com Instituições Operadoras do Repasse por Programa/Parte

Instituição	Bancoob		BRB		BRDE		GO Fomento		MT Fomento		Sicredi		Total	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Setor/Linha	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	3	799	14	7.923	2	5.934	13	4.847	7	1.105	60	12.202	99	32.812
Industrial	-	-	-	-	-	-	1	40	-	-	4	930	5	970
Infraestrutura	-	-	2	565	-	-	-	-	-	-	-	-	2	565
Turismo	-	-	-	-	-	-	-	-	5	452	1	300	6	752
Comércio e Serviços	3	799	12	7.338	2	5.934	12	4.807	2	654	55	10.972	86	30.525
Rural	87	12.440	13	4.325	66	46.423	7	1.855	1	100	405	86.443	569	151.586
<b>Total</b>	<b>70</b>	<b>13.239</b>	<b>27</b>	<b>12.249</b>	<b>68</b>	<b>52.357</b>	<b>20</b>	<b>6.703</b>	<b>8</b>	<b>1.205</b>	<b>465</b>	<b>98.645</b>	<b>658</b>	<b>184.398</b>
Parte	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Pequeno-Médio	4	2.796	4	1994	0	0	0	0	0	0	62	21.805	70	26.393
Pequeno	44	8.063	23	10.254	15	1963	20	6.703	2	654	292	64.752	396	92.389
Micro/Micro	22	2.380	0	0	53	50.394	0	0	6	551	111	12.288	192	65.614
<b>Total</b>	<b>70</b>	<b>13.239</b>	<b>27</b>	<b>12.249</b>	<b>68</b>	<b>52.357</b>	<b>20</b>	<b>6.703</b>	<b>8</b>	<b>1.205</b>	<b>465</b>	<b>98.645</b>	<b>658</b>	<b>184.398</b>

Fonte: Relatório Circunstanciado do RR

O Quadro abaixo apresenta as contratações do Programa de FCO para Repasse de acordo com a tipologia definida na PNDR:



:: SEI / SUDECO - 0041406 - Parecer Técnico Condel/Sudeco ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)

Quadro 14: Contratações com Instituições Operadoras do Repasse por Tipologia

Tipologia	BRB		BRDE		Goiás Fomento		MT Fomento		Sicredi		Bancoob		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Alta Renda	35	6.611	16	8.423	7	8.378	15	5.916	7	908	182	42.538	262	72.563
Dinâmica	4	2.344	4	1.094	20	16.973	-	-	-	-	181	32.183	209	53.500
Estagnada	31	4.284	7	1.851	41	27.003	3	787	1	297	102	24.099	187	38.302
Total	70	13.239	27	12.249	68	52.357	20	6.703	8	1.205	465	99.645	658	184.398

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

Nos números apresentados no quadro acima, constata-se que os municípios classificados como de Alta Renda absorveram 39,8% das operações contratadas (262 operações) e 39,4% dos recursos utilizados. Já os municípios de rendas Dinâmica e Estagnada, em conjunto, foram responsáveis por 60,2% das operações contratadas no período (396 operações) e 60,6% dos recursos utilizados.

Gráfico 9 – Comparativo das Contratações por Instituição e Setor

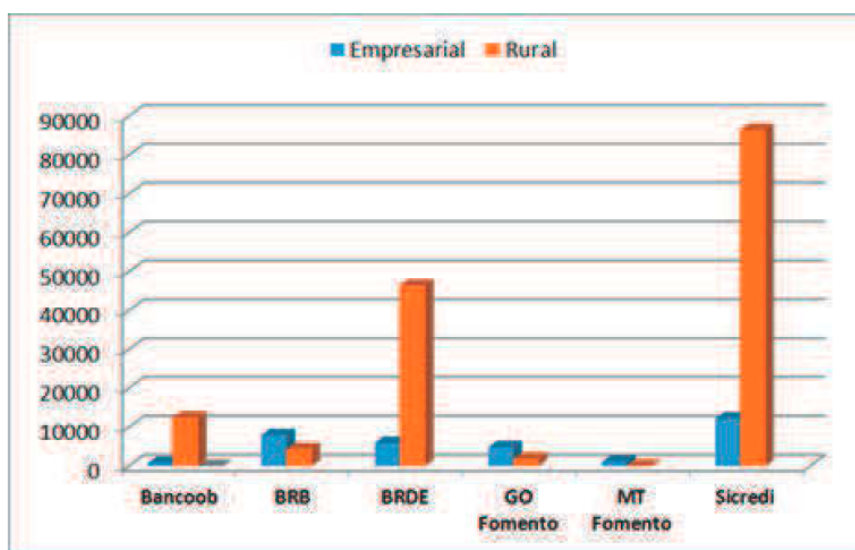
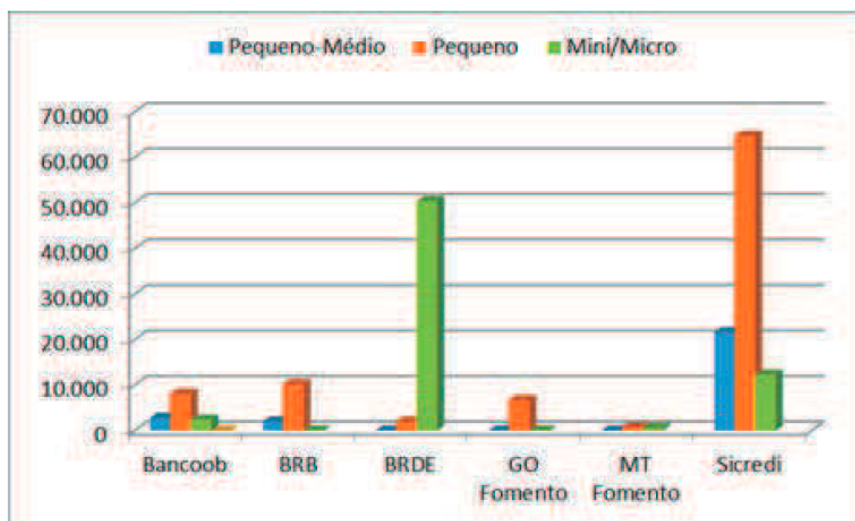


Gráfico 10 – Comparativo das Contratações por Instituição e Porte



### 3.10. Beneficiários de Primeira Contratação



:: SEI / SUDECO - 0041406 - Parecer Técnico Condel/Sudeco ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)

De acordo com a Resolução Condel n.º 043, de 29.12.2015, que definiu os Indicadores e Metas de Gestão de Desempenho do FCO, a meta prevista para beneficiários de primeira contratação é de 20% do total de operações contratadas, sendo que o resultado atingiu 28,7%, superando a referida meta. Foram formalizadas 8.330 operações de um total de 29.051 contratos formalizados no Fundo.

O valor contratado com novos beneficiários foi de R\$ 1.108,4 milhões, que a corresponde a 25,4% dos recursos aplicados (R\$ 4.355,4 milhões). Desses, 7.535 operações foram realizadas no setor rural, totalizando R\$ 877,6 milhões. Já o empresarial, contou com 795 operações no montante de R\$ 230,8 milhões.

Quadro 15: Contratações com novos beneficiários por Setor/Linha

(R\$ mil)									
UF	DF		GO		MS		MT		Total
Setor/Linha	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde. Valor
Empresarial	158	61.757	287	72.329	154	35.123	196	61.577	795 230.786
Industrial	12	13.436	34	13.265	17	7.418	9	1.486	72 35.605
Infraestrutura	-	-	13	6.448	-	-	3	19.990	16 26.438
Turismo	13	4.369	8	2.810	8	2.624	13	8.251	42 18.053
Com e Serviços	133	43.953	232	49.807	129	25.081	171	31.850	665 150.691
Rural	253	25.847	3.015	318.475	1.343	136.418	2.924	396.825	7.535 877.564
Total	411	87.604	3.302	390.804	1.497	171.541	3.120	458.401	8.330 1.108.351

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

Os empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores contrataram R\$ 943,9 milhões em 8.080 operações, correspondentes a 85,2% dos recursos aplicados (R\$ 1.108,4 milhões) e a 97,0% das operações formalizadas (8.330) com novos beneficiários. Os médios e grandes tomadores foram beneficiados com R\$ 164,4 milhões em 250 operações.

Quadro 16: Contratações com novos beneficiários por Porte

(R\$ mil)									
UF	DF		GO		MS		MT		Total
Porte	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde. Valor
Grande	3	1.670	16	5.729	13	20.870	14	39.023	46 67.292
Médio	14	18.881	90	24.972	50	20.498	50	32.793	204 97.145
Peq-médio	32	20.764	155	60.087	46	16.356	75	55.044	308 152.250
Pequeno	313	42.044	2.451	230.395	1.213	97.020	2.820	304.170	6.797 673.630
Mini/Micro	45	4.228	588	69.610	172	16.770	157	27.313	962 117.921
EI	4	18	2	12	3	27	4	57	13 114
Total	411	87.604	3.302	390.804	1.497	171.541	3.120	458.401	8.330 1.108.351

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

### 3.11 Renegociação de dívidas

De acordo com o § 1º, do art. 15, da Lei 7.827, de 27.09.1989, o Conselho Monetário Nacional, por meio de proposta do Ministério da Integração Nacional, definirá as condições em que os bancos administradores poderão renegociar dívidas, limitando os encargos financeiros de renegociação aos estabelecidos no contrato de origem da operação inadimplida.

Conforme estabelecido na Programação do FCO, o BB poderá aplicar, caso a caso, a prerrogativa de reprogramação de dívida no âmbito do FCO Empresarial, com os mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito, desde que se comprove a incapacidade de pagamento do mutuário em consequência de dificuldades de produção e/ou comercialização dos seus produtos e/ou serviços, decorrentes de fatores alheios à sua gestão.

Consoante o Relatório de Gestão do Fundo, apresentado pelo Banco, no âmbito do FCO Empresarial, foram reprogramados R\$ 37,9 milhões em operações (R\$ 7,2 milhões no exercício de 2015).

Para o FCO Rural, nos termos do Manual de Crédito Rural (MCR), capítulo 2, sessão 6, o BB também poderá aplicar a prerrogativa de prorrogação de dívida, com os mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito, desde que se comprove incapacidade de pagamento do mutuário em consequência de dificuldade de comercialização dos produtos, de frustração de safras por fatores adversos ou de eventuais ocorrências prejudiciais ao desenvolvimento das explorações.





:: SEI / SUDECO - 0041406 - Parecer Técnico Condel/Sudeco ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)

Dessa forma, o Banco informa que no exercício de 2016 foram prorrogados R\$ 28,7 milhões em operações frente à R\$ 72,1 milhões no ano de 2015.

### 3.12. Indicadores e Metas

Os Indicadores e Metas de Gestão de Desempenho do FCO foram definidos pelo Condel/Sudeco, por meio da Resolução n.º 043, de 29.12.2015, a saber:

#### Indicadores Quantitativos de Avaliação da Política Pública de Desenvolvimento Regional:

##### a.1.) Índice de Contratações por Porte – ICMP:

ICMP =	VCMP	Valor Contratado com Tomadores de Menor Porte no Exercício
	VCT	Valor Contratado Total no Exercício

*Objetivo:* avaliar o cumprimento do tratamento preferencial às atividades produtivas de pequeno-médios, pequenos e miniprodutores rurais e pequeno-médias, pequenas e microempresas.

##### a.2.) Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício – ICNB:

ICNB =	QONB	Quantidade de Operações Contratadas com Novos Beneficiários
	QOT	Quantidade de Operações Contratadas Total

*Objetivo:* avaliar o acesso ao crédito por parte de novos beneficiários, a fim de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste.

##### a.3.) Índice de Contratações por Tipologia dos Municípios – ICTM

ICTM =	VCTM	Valor Contratado nos Municípios Integrantes das microrregiões classificadas na Tipologia da PNDR como de Renda Estagnada e Dinâmica
	VCT	Valor Contratado Total no Exercício

*Objetivo:* avaliar a redução das disparidades intra-regionais, por meio da aplicação de recursos em municípios classificados na Tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) como de renda estagnada e dinâmica.



:: SEI / SUDECO - 0041406 - Parecer Técnico Condel/Sudeco ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)**a.4.) Índice de Desconcentração do Crédito – IDC**

<b>IDC =</b>	<b>VCT</b>	Valor Contratado Total no Exercício
	<b>QOC</b>	Quantidade Operações contratadas no Exercício

*Objetivo:* avaliar a desconcentração do crédito, a fim de permitir o acesso aos recursos do Fundo pelo maior número possível de beneficiários.

**a.5.) Índice de Cobertura das Contratações no Exercício – ICCE**

<b>ICCE =</b>	<b>MOC</b>	Quantidade de Municípios com Operações Contratadas
	<b>MR</b>	Quantidade de Municípios na Região Centro-Oeste

*Objetivo:* avaliar a redução das disparidades intra-regionais, por meio do atendimento aos municípios pertencentes à Região Centro-Oeste.

**a.6.) Índice de Contratações nos Municípios da Faixa de Fronteira – ICFF**

<b>ICFF =</b>	<b>VCFF</b>	Valor Contratado nos Municípios Integrantes da Faixa de Fronteira
	<b>VCT</b>	Valor Contratado Total no Exercício

*Objetivo:* avaliar a redução das disparidades intra-regionais, por meio da aplicação de recurso em municípios da Faixa de Fronteira da Região Centro-Oeste.

**Indicadores Quantitativos de Avaliação da Gestão do Administrador do Fundo:****b.1.) Índice de Aplicação – IA:**

<b>IA =</b>	<b>VCT</b>	Valor Contratado Total no Exercício
	<b>VDE</b>	Valor Distribuído no Exercício

*Objetivo:* avaliar o volume de contratação de recursos em relação aos valores distribuídos.

**b.2.) Índice de Inadimplência – II:**

<b>II =</b>	<b>SPV</b>	Saldo Devedor das Parcelas Vencidas (Risco 100% IF)
-------------	------------	-----------------------------------------------------



:: SEI / SUDECO - 0041406 - Parecer Técnico Condel/Sudeco ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)

<b>SDT</b>	Saldo Devedor Total das Operações de Crédito (Risco 100% IF)
------------	--------------------------------------------------------------

**Objetivo:** avaliar a qualidade da carteira de crédito do Fundo, de risco da Instituição Financeira, por meio da apuração dos tomadores que não honraram os seus compromissos nas datas apuradas.

### b.3.) Índice de Contratações por UF – ICUF:

<b>ICUF =</b>	<b>VCUF</b>	Valor Contratado nas Unidades Federativas
	<b>VCT</b>	Valor Contratado Total no exercício

**Objetivo:** avaliar a distribuição dos recursos entre as Unidades Federativas de acordo com os percentuais definidos na legislação do Fundo.

### b.4.) Índice de Contratações nas Atividades de Comércio e Serviços – ICCS:

<b>ICCS =</b>	<b>VCCS</b>	Valor Contratado no Setor de Comércio e Serviços no Exercício
	<b>VCT</b>	Valor Total Previsto para Aplicação no exercício

**Objetivo:** avaliar as contratações realizadas nas atividades de comércio e prestação de serviços de acordo com os percentuais definidos na legislação do Fundo.

Quadro 17: Indicadores e Metas - Resultados Atingidos no Exercício de 2016

Alínea	Indicador	Meta	Resultado
<b>Indicadores Quantitativos de Avaliação da Política Pública de Desenvolvimento Regional</b>			
a.1.	Índice de Contratações com Menor Porte	51,0%	79,6%
a.2.	Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual	20,0%	28,7%
a.3.	Índice de Contratações por Tipologia dos Municípios	57,0%	63,1%
a.4.	Índice de Desconcentração do Crédito (em R\$ 1,00)	R\$ 130.000	R\$ 149.923
a.5.	Índice de Cobertura das Contratações no Exercício	100,0%	99,6%
a.6.	Índice de Contratações nos Municípios da Faixa de Fronteira	17,5%	17,7%
<b>Indicadores Quantitativos de Avaliação da Gestão do Administrador do Fundo</b>			
b.1.	Índice de Aplicação	90,0%	57,2%
b.2.	Índice de Inadimplência (até)	1,0%	0,7%
b.3.	Índice de Contratações por UF	DF	19,0%
		GO	29,0%
		MT	29,0%
		MS	23,0%
b.4.	Índice de Contratações nas Atividades de Comércio e Serviços	30,0%	5,9%

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

### a.1.) Índice de Contratações com Menor Porte

As contratações com os segmentos de empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores atingiram o montante de R\$ 3.469,1 milhões. Considerando o total contratado na Região, de R\$ 4.355,4 milhões, o ICMP foi de 79,6%, resultado superior à meta de 51,0% estabelecida pelo Condel.





:: SEI / SUDECO - 0041406 - Parecer Técnico Condel/Sudeco ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)**a.2.) Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual**

Do total de 29.051 operações contratadas no Exercício de 2016, 8.330 (28,7%) foram formalizadas com novos beneficiários, percentual superior à meta de 20,0% estabelecida pelo Condel.

**a.3.) Índice de Contratações por Tipologia dos Municípios**

Os municípios integrantes de microrregiões de tipologia estagnada e dinâmica, segundo a classificação da PNDR, absorveram R\$ 2.746,4 milhões, correspondente a 63,1% do total contratado no exercício, acima da meta estipulada pelo CONDEL de 57,0%.

**a.4.) Índice de Desconcentração do Crédito**

No exercício de 2016, a meta de desconcentração do crédito não foi atingida, já que a previsão era de R\$ 130.000,00 e o IDC fechou em R\$ 149.923,00. O valor em questão ficou 15,3% acima da meta.

**a.5.) Índice de Cobertura das Contratações no Exercício**

Dos 467 municípios da Região Centro-Oeste, 465 contaram com financiamentos com recursos do FCO para empreendimentos em seus territórios, assim, embora a meta de 100% dos municípios não tenha sido atingida, apenas 2 municípios não tiveram contratações. O percentual de atingimento foi de 99,6%.

**a.6.) Índice de Contratações nos Municípios da Faixa de Fronteira – ICFF**

As contratações nos 72 municípios da Faixa de Fronteira totalizaram R\$ 770,0 milhões em 2016, o que representa 57,8% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço e 17,7% do total contratado (R\$ 4.355,4 milhões). Portanto, a meta de 17,5% foi superada.

**b.1.) Índice de Aplicação**

Em relação ao índice de aplicação, observa-se que devido à queda nas contratações no exercício de 2016 de R\$ 4.355,4 milhões em relação ao aumento dos recursos distribuídos para aplicação (R\$ 7.294,6 milhões), o IA correspondeu a 57,2%, portanto inferior à meta de 90,0%.

**b.2.) Índice de Inadimplência**

O índice de inadimplência das operações contratadas com risco exclusivo do Banco (relação entre as parcelas vencidas e o saldo devedor das operações) observado no final do Exercício de 2016, foi de 0,7%, inferior à meta estabelecida pelo Condel, de até 1,00%.

**b.3.) Índice de Contratações por UF**

O quadro abaixo demonstra o índice de contratação por UF comparado com a meta estipulada, após reprogramação.



:: SEI / SUDECO - 0041406 - Parecer Técnico Condel/Sudeco ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)

	Meta Prevista (%)	Realizada (%)
Distrito Federal (DF)	19,0	6,1
Goiás (GO)	29,0	38,6
Mato Grosso (MT)	29,0	35,9
Mato Grosso do Sul (MS)	23,0	19,5

De acordo com a métrica dos indicadores, os estados de Goiás e Mato Grosso ultrapassaram as metas previstas, enquanto que o Distrito Federal e Mato Grosso do Sul ficaram abaixo das respectivas metas. Os valores contratados, na ordem da tabela, foram de R\$ 264,0 milhões no DF, de R\$ 1.679,6 milhões em GO, de R\$ 1.561,7 milhões em MT e de R\$ 850,1 milhões em MS.

#### **b.4.) Índice de Contratações nas Atividades de Comércio e Serviços**

As contratações no segmento de Comércio e Serviços atingiram (5,9%) da meta prevista (30,0%). Do montante previsto para aplicação no exercício (R\$ 6.871,8 milhões), foram contratados R\$ 405,9 milhões. Portanto, cumprindo a meta de até 30%.

### **4. GESTÃO DO FUNDO**

#### **4.1. Formação de Alianças Institucionais**

Considerando seu importante papel no fomento ao desenvolvimento da Região Centro-Oeste, bem como para aplicação mais efetiva dos recursos do Fundo, a Sudeco, individualmente ou em parceria, fortaleceu, no exercício de 2016, por meio de diversas ações, a formação de alianças Institucionais, trazendo para discussão os mais variados parceiros, como governos estaduais e do DF, instituições operadoras, Sebrae etc. As principais ações foram:

- 08.03.2016: Setor Portuário: Desafios e Oportunidades – Cuiabá-MT;
- 09.03.2016: Abertura da Dinâmica Agropecuária – Campo Grande-MS;
- 18.03.2016: Expotec Embrapa – Santo Antônio de Goiás-GO;
- 31.03.2016: Seminário Agronegócios e Energias Renováveis – Goiânia-GO;
- 07.04.2016: Seminário Rotas da Integração – Goiânia-GO;
- 08.04.2016: Competitividade para os pequenos negócios do segmento do turismo no Centro-Oeste – Bonito-MS;
- 19.04.2016: Fórum Brasil Central – Cuiabá-MT;
- 12.05.2016: AgroBrasília – Brasília-DF;
- 17.05.2016: Inauguração do Observatório de Turismo – Brasília-DF;
- 09.06.2016: Exponop – Sinop-MT;
- 21.06.2016: Comissão de Desenvolvimento Econômico Vale do Rio de Cuiabá – Cuiabá-MT.
- 10.08.2016: Reunião com representante da Câmara de Comércio Brasil-Portugal Centro-Oeste;
- 01.09.2016: Evento na Embrapa-DF (Diversos temas);
- 12.09.2016: Turismo: Tendências e Oportunidades de Mercado - Rio de Janeiro/ RJ
- 02.12.2016: 6ª Reunião do Fórum dos Governadores do Brasil Central de 2016 com apresentação da



:: SEI / SUDECO - 0041406 - Parecer Técnico Condel/Sudeco ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)**Superintendência "Panorama de atuação e investimentos da SUDECO nos próximos anos".****4.2. Ações realizadas com a finalidade de estimular o atendimento**

A Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, atenta à necessidade de cumprimento da Programação do FCO, que prevê a aplicação de 51% dos recursos em empreendimentos de tomadores de menor porte, em articulação com o Banco do Brasil, os governos estaduais e do DF, dentre outros parceiros, realizaram algumas ações ao longo do exercício de 2016, com destaque:

- Em parceria com os Estados, a Sudeco realizou três grandes eventos para apresentação das condições de financiamento do FCO, conforme calendário abaixo:

25.04.2016: Cuiabá-MT

26.04.2016: Campo Grande-MS

28.04.2016: Goiânia-GO

**4.3 Ações realizadas pelo Banco do Brasil**

Com o objetivo de estimular as contrações, o BB informa que realizou as seguintes ações:

- disseminação de informações sobre as linhas de financiamento com recursos do FCO, junto às entidades de classe, federações e associações;
- prestação de atendimento especializado às demandas de propostas priorizadas pelos CDEs;
- prospecção de operações de investimento junto à rede de agências;
- treinamento junto à rede visando melhor aproveitamento dos recursos, além do melhor direcionamento das linhas e programas do FCO;
- reuniões com empresas de consultoria e assistência técnica para a disseminação de informações sobre as linhas do FCO;
- participação nas reuniões ordinárias dos CDEs para a prestação de contas sobre o desempenho nas aplicações do FCO.
- estímulo ao direcionamento/enquadramento dos negócios para linhas de financiamento do FCO, através de comunicados internos aos administradores e gerentes envolvidos;
- indução negocial para operações voltadas à produção de energia e biofertilizantes para o financiamento de tecnologia de biodigestores;
- indução negocial para financiar produção de energia limpa (eólica e solar, além dos biocombustíveis);
- estratégia Esteira Agro BB, credenciamento de correspondentes para realização de operações de FCO.

**4.4 Auditoria Externa**

De acordo com o § 2º do art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, deve ser contratada auditoria externa, às





:: SEI / SUDECO - 0041406 - Parecer Técnico Condel/Sudeco ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)

expensas do Fundo, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e legais estabelecidas, além do exame das contas e outros procedimentos usuais de auditoragem.

A empresa contratada para auditar as demonstrações contábeis do exercício de 2016 foi a KPMG Auditores Independentes. Em seu Relatório de 27.03.2017, a KPMG Auditores Independentes afirma que foram examinadas as demonstrações contábeis do FCO, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Chama a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, que descreve a base de elaboração das demonstrações contábeis do FCO, que foram elaboradas pela Administração para cumprir os requisitos dos normativos aplicáveis ao Fundo e, conseqüentemente, as referidas demonstrações contábeis podem não servir para outras finalidades. Salienta que em sua opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Registra, quanto à responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis, que a administração do Fundo é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com a regulamentação do Governo Federal aplicável aos Fundos Constitucionais e pelos controles internos necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Salienta os objetivos do auditor pela auditoria são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo a sua opinião. Reforça que segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, a garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Consoante a Nota Explicativa nº 2, a KPMG informa que as demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da legislação federal aplicada aos Fundos Constitucionais (Lei 7.827, de 27.09.1989, e Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005), normas e instruções do Banco Central do Brasil (Resolução 2.682, de 21.12.1999), legislação societária e pronunciamentos do Comitê de pronunciamentos Contábeis (CPC), no que couber. Finaliza informando que “a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31.12.2016, foi aprovada pela Administração do Fundo em 23.03.2017”.

Informa também, em sua Nota Explicativa nº 3, que as políticas adotadas pelo Fundo foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados em suas demonstrações contábeis.

## 5. PNDR

### 5.1. Impactos para o Desenvolvimento Regional

O Condel/Sudeco, em conformidade com o art. 14, inciso I, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, com a redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 03.01.2007, e o art. 10 da Lei Complementar nº 129, de 08.01.2009, definiu, por meio da Resolução Condel/Sudeco nº 37, de 27.10.2015, publicada no DOU de 28.10.2015, e alterada pela Resolução Condel/Sudeco nº 45, de 26.04.2016, publicada no DOU de 02.05.2016, as diretrizes e prioridades para a formulação da proposta de Programação e a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2016.



:: SEI / SUDECO - 0041406 - Parecer Técnico Condel/Sudeco ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)

As prioridades definidas pelo Condel foram as seguintes:

**a) projetos de apoio a mini, pequeno e pequeno-médios tomadores, inclusive de apoio aos empreendedores individuais e à agricultura familiar:**

Consoante os itens 3.5 e 3.10, retro, as contratações com tomadores de menor porte atingiram o montante de R\$ 3.469,1 milhões, o que representa 79,6% do total contratado na Região. Portanto, foi superada a meta de aplicação de, no mínimo, 51% junto a esses tomadores.

**b) projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária e/ou que possibilitem a estruturação e o fortalecimento de cadeias produtivas, de alianças mercadológicas e de arranjos produtivos locais, contribuindo para a dinamização dos mercados local e regional e a redução das desigualdades intra e inter-regionais:**

De acordo com informações prestadas no Relatório Circunstanciado, o BB informa uma estimativa de geração de 563,2 mil empregos no exercício de 2016, sendo 236,4 mil diretos e 326,8 mil indiretos.

**c) projetos voltados para a conservação e a proteção do meio ambiente, a recuperação de áreas degradadas/alteradas, de reserva legal, de matas ciliares e/ou de preservação permanente, a recuperação de vegetação nativa e o desenvolvimento de atividades sustentáveis, bem como projetos de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF):**

Criada com o objetivo de incentivar projetos voltados à conservação e à proteção do meio ambiente, à recuperação de áreas degradadas ou alteradas e ao desenvolvimento de atividades sustentáveis, a Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC): Modalidade 1 – Conservação da Natureza teve, no exercício de 2016, R\$ 64,5 milhões de recursos contratados.

Já a Modalidade 2 – Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) da Linha, criada com o objetivo de intensificar o uso da terra em áreas já desmatadas, por meio da disseminação de sistemas de produção sustentáveis e que integrem agricultura, pecuária e floresta, teve, no mesmo período, R\$ 7,5 milhões de recursos contratados.

Em síntese, foram realizadas, no âmbito da Linha (Modalidades 1 e 2), 73 operações no valor total de R\$ 72,0 milhões.

Embora os resultados estejam aquém do esperado, já que a Programação do FCO para 2016 prevê a estimativa de aplicação de, no mínimo, 5% dos recursos previstos no exercício (R\$ 301,4 milhões), o Banco do Brasil, destaca em seu Relatório Circunstanciado que tem fortalecido as parcerias com as entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa e entidades de classe, a fim de sensibilizar os produtores rurais quanto aos aspectos relevantes da implementação de empreendimentos sustentáveis.



:: SEI / SUDECO - 0041406 - Parecer Técnico Condel/Sudeco ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)

Quadro 18: Projetos voltados à preservação e recuperação do meio ambiente

UF	Conservação da Natureza		ILPF		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
DF	8	1.105	1	315	9	1.420
GO	12	3.000	4	1.702	16	4.702
MS	21	39.313	3	5.520	24	44.832
MT	24	21.049	-	0	24	21.049
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>64.467</b>	<b>8</b>	<b>7.537</b>	<b>73</b>	<b>72.004</b>

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

**d) projetos que utilizam tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário, inclusive projetos agropecuários de produção integrada e projetos que viabilizem a introdução de inovações tecnológicas nos sistemas produtivos, contemplando o apoio ao desenvolvimento tecnológico, implantação de infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento, aquisição de equipamentos, aquisição de licença de uso de tecnologias e processos, assim como o suporte às atividades de proteção do conhecimento (registro de marcas e patentes):**

No Relatório Circunstanciado do Banco Administrador (páginas 29 a 31), estão relacionadas algumas operações contratadas junto aos setores agropecuário, industrial, comercial e de serviços que evidenciam o atendimento da prioridade em epígrafe.

A Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir, destinada a financiar empreendimentos de implantação, ampliação ou modernização de atividades conduzidas em regime de integração, cujo processo produtivo esteja direcionado às necessidades da unidade integradora, teve, no exercício de 2016, 48 operações, num montante de R\$ 135,6 milhões de recursos aplicados.

**e) projetos do setor de turismo, especialmente para implantação, expansão e modernização de empreendimentos em pólos turísticos:**

No exercício de 2015, foram contratadas 132 operações, num montante de R\$ 45,6 milhões, o que representa 15,1% dos recursos previstos (R\$ 301,5 milhões) no âmbito das Linhas de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE e para MGE.

**f) projetos da indústria de alimentos;**

Além da Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial que tem como finalidade financiar todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização, adequação ambiental e sanitária ou realocização de empreendimentos industriais e agroindustriais, capital de giro associado e aquisição de insumos e matéria-prima, cabe destacar os projetos abrangidos pela Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural (Convir), destinada a financiar empreendimentos de implantação, ampliação ou modernização de atividades conduzidas em regime de integração, cujo processo produtivo esteja direcionado às necessidades da unidade integradora, tiveram, no exercício de 2016, 336 operações, num montante de R\$ 155,6 milhões, números menores do que os observados no exercício de





:: SEI / SUDECO - 0041406 - Parecer Técnico Condel/Sudeco ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)

2015, que teve 4.508 operações contratadas, num montante de R\$ 804,6 milhões de recursos aplicados.

**g) projetos dos setores comercial e de serviços**

No exercício de 2016, as aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços totalizaram R\$ 405,9 milhões, correspondentes a 28,0% dos recursos previstos para o exercício na referida Linha (R\$ 1.452,3 milhões). Em todas as UF's o resultado ficou aquém do esperado, conforme quadro a seguir:

Quadro 19: Contratações na Linha Comercial e de Serviços

	DF	GO	MS	MT	Região
Recursos previstos para o exercício (a)	528.949	420.899	182.882	319.540	1.452.269
Contratado no 1º semestre de 2016 (b)	90.124	122.068	67.566	126.176	405.935
% de Atingimento (b/a)	17,00%	29,00%	36,90%	39,50%	28,00%

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

Em relação à assistência aos setores de serviços de saúde, a previsão de 20% foi ultrapassada, atingindo 34,3% dos recursos previstos para o setor de comércio e serviços (R\$ 1.452,3 milhões), ficando abaixo somente no Distrito Federal (16,1%), conforme quadro que segue:

Quadro 20: Contratações na Linha Comercial e de Serviços em assistência ao setor de serviço de saúde

	DF	GO	MS	MT	Região
Recursos previstos com. e serv. no exercício (a)	528.949	420.899	182.882	319.540	1.452.269
Limite para assist. serviços de saúde no exercício (b)	105.790	84.180	36.576	63.908	290.454
Contratado no exercício de 2016 (c)	17.049	31.102	13.308	34.297	99.756
% de Atingimento (c/b)	16,10%	41,70%	36,40%	53,70%	34,30%

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

**h) projetos de apoio a empreendimentos não-governamentais de infraestrutura em abastecimento de água;**

Segundo o Banco não foram contratadas operações para atendimento a esta prioridade.

**i) projetos que contribuam para o desenvolvimento da agropecuária irrigada:**

De acordo com a Programação do FCO para 2016, a estimativa de aplicação dos recursos o FCO, no exercício de 2016, para o financiamento de projetos de irrigação é de no mínimo 2% dos recursos previstos no exercício (R\$ 137,4 milhões), sendo que no exercício de 2016 foram contratadas 18 operações no valor de R\$ 9,7 milhões, que equivale a 7,0% das estimativas de aplicações dos recursos nesse segmento para o exercício de 2016.

Consoante informações prestadas no Relatório Circunstanciado, embora o resultado esteja aquém da previsão da Programação, o Banco do Brasil esclarece que tem fortalecido as parcerias com entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa e entidades de classe, visando sensibilizar os produtores rurais quanto aos aspectos relevantes do desenvolvimento da agropecuária irrigada a fim de dinamizar as contratações em atendimento à prioridade.

**j) projetos que apoiem a criação de novos centros, atividades e pólos dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intra e inter-regionais de renda:**



:: SEI / SUDECO - 0041406 - Parecer Técnico Condel/Sudeco ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)

Segundo o Banco não foram contratadas operações para atendimento a esta prioridade.

**k) projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais, nos seguintes espaços, considerados prioritários segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR):**

- municípios da Faixa de Fronteira;
- municípios da Mesorregião de Águas Emendadas;
- municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FCO; e
- municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica.

Os valores das contratações para atendimento a esta prioridade ficaram abaixo do previsto no exercício, conforme verifica-se no quadro a seguir: abaixo apresenta o resumo das contratações:

Quadro 21: Projetos que contribuem para a redução das desigualdades regionais

Espaços Prioritários	Qtde	R\$ milhões		
		Valor Contratado	Valor Previsto para 2016	% de atingimento
Municípios da Faixa de Fronteira	5.192	770	1.333,1	57,8
Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas	3.983	509,7	584,1	87,3
Municípios de economia estagnada ou dinâmica	20.772	2.746,40	3.916,90	70,1
Municípios Goianos integrantes da Ride	810	162,7	199,3	81,6

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

**l) projetos que utilizem fontes alternativas de energia, contribuindo para a diversificação da base energética, observada a vedação de que trata o inciso I do art. 6º da Portaria MI n.º 201, de 28.08.2015, publicada no DOU de 31.08.2015, Seção 1, pp. 82-83, e alterada pela Portaria MI n.º 71, de 20.04.2016, publicada no DOU de 25.04.2016, Seção 1, p. 27:**

Consoante informações do BB, não foram contratadas operações em atendimento à prioridade no exercício de 2016.

## 6. SÍNTESE DAS OBSERVAÇÕES

A análise realizada com base na documentação fornecida pelo Banco, aí incluídos as demonstrações contábeis e o parecer da empresa de auditoria externa, revelou, conforme as abordagens feitas ao longo do presente Parecer, os seguintes aspectos:

- o orçamento realizado atingiu R\$ 7.294,6 milhões, o que corresponde a 106,2% do montante de recursos previstos para o exercício (R\$ 6.871,8 milhões);
- as contratações realizadas (R\$ 4.355,4 milhões) correspondem a 63,4% do montante de recursos previstos para o exercício (R\$ 6.871,8 milhões);
- das contratações realizadas (R\$ 4.355,4 milhões), R\$ 264,0 milhões (6,1%) beneficiaram o DF; R\$ 850,1 milhões (19,5%) o Estado de MS; R\$ 1.561,7 milhões (35,9%) o Estado de MT; e R\$ 1.679,6 milhões (38,6%) o Estado de GO;
- das 1.182 operações contratadas no DF, no montante de R\$ 264,0 milhões, 810 operações (68,5%) no valor de R\$ 162,7 milhões (61,6%) foram nos municípios de Goiás integrantes da RIDE-DF;



:: SEI / SUDECO - 0041406 - Parecer Técnico Condel/Sudeco ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)

- E. as contratações com o segmento de menor porte (R\$ 3.469,1 milhões) representaram 79,6% do total contratado na Região, superando a meta de 51,0% estabelecida pelo Condel;
- F. dos recursos contratados no período, R\$ 638,9 milhões (14,7%) beneficiaram o setor empresarial e R\$ 3.716,5 milhões (85,3%) o setor rural;
- G. as contratações do Pronaf, exceto Pronaf – Reforma Agrária, atingiram o montante de R\$ 788,8 milhões em 12.576 operações;
- H. o Pronaf – Reforma Agrária teve 1.260 operações no montante de R\$ 25,7 milhões;
- I. dos R\$ 4.355,4 milhões contratados, R\$ 1.609,1 milhões (36,9%) foram financiados nos municípios de Alta Renda, representando 8.279 operações (28,5%); R\$ 1.160,8 milhões (26,7%) nos municípios de economia dinâmica, representando 9.086 operações (31,3%); e R\$ 1.585,6 milhões (36,4%) nos municípios de economia estagnada, representando 11.686 operações (40,2%);
- J. conforme se observa nos itens 3.3.1, 3.3.2, 3.3.3 e 3.3.4, retro, as contratações em todos os Estados e DF no exercício de 2016 apresentaram decréscimo em relação a 2015, tanto na quantidade quanto no montante, exceto em Mato Grosso, no que tange ao montante contratado, que teve um incremento de 1,1%;
- K. do total de 29.051 operações contratadas no exercício, 8.330 (28,7%) foram formalizadas com novos beneficiários, absorvendo R\$ 1.108,4 milhões (25,4% dos recursos aplicados);
- L. as instituições operadoras do repasse contrataram R\$ 184,4 milhões, o que representa 38,3% do valor previsto para aplicação no exercício (R\$ 481,0 milhões), num total de 658 operações.
- M. o ticket médio em 2016 apresentou um aumento de 50,4% em relação ao exercício de 2015, sendo as maiores variações observadas no DF (88,4%) e MT (80,3%). A variação em GO foi de 38,7% e em MS de 35,6%;
- N. para os beneficiários de primeira contratação foram formalizadas 8.330 operações de um total de 29.051, no montante de R\$ 1.108,4 milhões, que corresponde a 25,4% do total de recursos aplicados (R\$4.355,4 milhões).
- O. foram atendidos 465 municípios de um total de 467 na região, o que corresponde a 99,5%;
- P. estima-se em 563,2 mil o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região (236,4 mil diretos e 326,8 mil indiretos), no exercício de 2016;
- Q. atualmente o retorno de financiamentos (R\$ 5.372,8 milhões) representa a maior fonte de recursos do Fundo, superando os repasses do Tesouro (R\$ 2.438,7 milhões).

## 7. PLANO DE PROVIDÊNCIAS

Em cumprimento ao que dispõem os arts. 14, inciso III, e 20, § 5º, da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e art. 10, *caput* e §§ 1º e 2º, da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, sugerimos encaminhar à deliberação do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) o Relatório Circunstanciado apresentado pelo Banco do Brasil S.A. referente às atividades desenvolvidas e aos resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO, no exercício de 2016, **com parecer** da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) **favorável à sua aprovação**.

Tendo em vista as análises e as considerações registradas no presente Parecer e com o objetivo de aprimorar a gestão do Fundo, sugerimos as seguintes recomendações:

- a. ao Banco do Brasil, desenvolver ações, em articulação com o Ministério da Integração Nacional,





:: SEI / SUDECO - 0041406 - Parecer Técnico Condel/Sudeco ::

[http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](http://sei.sudeco.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)

Sudeco, instituições operadoras nessa UF, Governo do DF e com o Conselho de Desenvolvimento (CDE), de forma a melhorar o resultado de aplicação nesta unidade federativa;

- b. aos administradores do Fundo (Banco do Brasil, Condel/Sudeco e Ministério da Integração Nacional) avaliarem a possibilidade e/ou a necessidade de rever os indicadores de desempenho adotados e propor alterações metodológicas, encerramento ou criação de novos indicadores, a fim de melhorar a qualidade das informações gerenciais, adequando-as às regras atuais do FCO e do cenário econômico.

Para tratamento da recomendação, as instituições financeiras operadoras do Fundo avaliarão a conveniência e a oportunidade de propor parcerias ou buscar apoio ou promover articulações com os administradores do FCO, definidos na Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, ou com outros órgãos e entidades com atuação relevante para o desenvolvimento regional.

Sugerimos, ainda, estabelecer o prazo de até 40 dias, a contar da publicação da Resolução que aprovar o Relatório, para que as Instituições Financeiras enviem à Secex, do Conselho, plano de providências para tratamento das recomendações, conforme modelo a seguir:

MODELO DE PLANO DE PROVIDÊNCIAS	
Parecer do FCO, referente ao exercício de _____	
Resolução Condel/Sudeco n.º _____, de _____. _____	
Instituição Financeira Operadora: _____	
1. Recomendação 1: (registrar a recomendação constante da Resolução Condel/Sudeco)	
1.1 Providências a serem implementadas (discorrer sobre a forma de implementação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento).	
1.2 Prazo: _____.	
2. Recomendação 2: (registrar a recomendação constante da Resolução Condel/Sudeco)	
2.1 Providências a serem implementadas (discorrer sobre a forma de implementação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento).	
2.2 Prazo: _____.	
Assinatura (Nome e Cargo)	

**ANTÔNIO CARLOS NANTES DE OLIVEIRA**

Superintendente

Secretário-Executivo do CONDEL/SUDECO



Documento assinado eletronicamente por Antonio Carlos Nantes de Oliveira, Superintendente, em 12/07/2017, às 15:14, conforme Decreto N.º 8.539 de 08/10/2015 e Decreto N.º 8.277 27/06/2014 da Presidência da República.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://bit.ly/292Spi1>, informando o código verificador 0041406 e o código CRC 5B8F5760.

Referência: Processo nº 59800.001817/2017-89

SEI nº 0041406



**SENADO FEDERAL**  
Presidência

00100.121635/2017-78  
04.02.03.92  
(2150/ECM.)

MEMO. Nº 335 /2017-PRESID-CG.Brasília, 11 de AGOSTO de 2017.


A Sua Senhoria o Senhor  
**FERNANDO SACHETTI**  
Diretor da Secretaria Legislativa do Senado Federal

Referência: Documento nº 00100.121449/2017-39.

Senhor Diretor,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Senhoria encaminho, para providências cabíveis, o Ofício nº 1482/2017/CONDEL-SUDECO, mediante o qual o Superintendente **Antônio Carlos Nantes de Oliveira**, da Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste, encaminha Relatório do Banco do Brasil S.A sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações dos recursos do FCO no exercício de 2016, as Demonstrações Contábeis de 31.12.2016, o Parecer nº 3/2017-CONDEL-SUDECO, de 10/07/2017 e a Resolução Condel/Sudeco nº 060/2017 de 31/08/20147.

Atenciosamente,

  
**JUSSANAN PORTELA DOS SANTOS**  
Chefe de Gabinete



## Ofício do Banco da Amazônia







# SENADO FEDERAL

## OFÍCIO "S" Nº 54, DE 2017

Encaminha, em cumprimento à Lei nº 7.827/89, art. 20, § 4º, o Relatório de Gestão, integrante do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) referente ao Exercício de 2016.

**AUTORIA:** Banco da Amazônia

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do ofício](#)

**DESPACHO INICIAL:** À Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.



[Página da matéria](#)



00100.113690/2017-94



Ref.: "DIREX/PRESI"  
Ofício n.º 2017/206

Belem (PA), 24 JUL. 2017

Ao  
Excelentíssimo Senhor  
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**  
DD. Presidente do Congresso Nacional  
**BRASÍLIA (DF)**

Assunto: **Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) – Exercício de 2016**


Senhor Senador,

Em cumprimento ao parágrafo 4º do art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27/09/1989, encaminhamos a Vossa Excelência, para efeito de fiscalização e controle, cópia digitalizada do Relatório de Gestão, integrante do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), alusivo ao exercício de 2016, onde se encontram, entre outros documentos, os balanços do Fundo, devidamente auditados.

Em caso de eventuais esclarecimentos, indicamos a empregada Socorro Barroso, coordenadora de Integração de Políticas, com lotação na Gerência de Gestão de Programas Governamentais (GPROG), para contato através do telefone (91)4008-3826 ou correio eletrônico [jesus.santos@bancoamazonia.com.br](mailto:jesus.santos@bancoamazonia.com.br).

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar os nossos votos de elevada estima e consideração.

  
**LUÍS PETRÔNIO NUNES AGUIAR**  
Diretor, no exercício da Presidência

  
**ODUVAL LOBATO NETO**  
Gerente GPROG





Governo da República Federativa do Brasil

Ministério da  
Integração Nacional

Ministério  
da Fazenda



***FNO***  
***FUNDO CONSTITUCIONAL DE***  
***FINANCIAMENTO DO NORTE***  
***(LEIS Nº 7.827/1989, Nº 9.126/1995 e Nº 10.177/2001)***

***PROCESSO DE CONTAS***  
***ORDINÁRIAS***  
***EXERCÍCIO DE 2016***

**Belém - Pará**  
**2017**







**BANCO DA AMAZÔNIA**  
**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**  
**BANCO DA AMAZÔNIA S/A**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016**

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como processo de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Portaria TCU nº 59/2017, bem como das Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e 72/2013; das Decisões Normativas TCU nº 154/2016 e 156/2016; das Resoluções TCU nº 234/2010 e 244/2011.

**Unidade Jurisdicionada:** Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO

BELÉM/2017



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

BACEN – Banco Central do Brasil

CGU – Controladoria Geral da União

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CONDEL – Conselho Deliberativo

FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

LOA – Lei Orçamentária Anual

MI – Ministério da Integração Nacional

PPA – Plano Plurianual

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SIAFI – Sistema de Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

TCU – Tribunal de Contas da União

UJ – Unidade Jurisdicionada

UPC – Unidade Prestadora de Contas



## LISTA DE TABELAS

N.º da Tabela	Título da Tabela	Página
Tabela 1	Área, Nº de Municípios, População, Densidade Demográfica e PIB dos Estados da Região Norte	14

## LISTA DE QUADROS

N.º do Quadro	Título do Quadro	Página
Quadro 1	Programação Orçamentária do FNO – Previsão de Aplicação - Exercício de 2016	23
Quadro 2	Distribuição Orçamentária do FNO por Unidade Federativa	24
Quadro 3	Distribuição Orçamentária do FNO por Setor e Unidade Federativa Exercício	24
Quadro 4	Distribuição Orçamentária do FNO por Setor e Unidade Federativa	25
Quadro 5	Distribuição Orçamentária do FNO por Porte do Beneficiário	26
Quadro 6	Distribuição Orçamentária do FNO por Atividade Econômica e Unidade Federativa	27
Quadro 7	Distribuição Orçamentária do FNO por Espaço Prioritário da PNDR e Unidade Federativa	28
Quadro 8	Distribuição Orçamentária do FNO por Mesorregiões Diferenciadas pela PNDR e Unidades Federativas	28
Quadro 9	Distribuição Orçamentária do FNO para o Programa Faixa de Fronteira da Região Norte	29
Quadro 10	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - Programa: 2012 - Agricultura Familiar – Pronaf - Código PPA 0411	31
Quadro 11	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - Programa: 2077 - Agropecuária Sustentável - Código PPA 0618	32
Quadro 12	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - Programa: 2077 - Agropecuária Sustentável - Código PPA 0618	33
Quadro 13	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - Programa: 2077 - Agropecuária Sustentável - Código PPA 0743	34
Quadro 14	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - Programa: 2077 - Agropecuária Sustentável - Código PPA 0747	35
Quadro 15	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - Programa: 2029 – Cultura Regional - Código PPA 0789	36
Quadro 16	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - Programa: 2029 – Desenvolvimento Regional e Territorial - Código PPA 0789	37
Quadro 17	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - Programa: 2029 – Micro e Pequenas Empresas - Código PPA 0789	38
Quadro 18	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - Programa: 2029– Turismo - Código PPA 0789	39
Quadro 19	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - Programa: 2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade - Código PPA 1066	40
Quadro 20	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - Programa: 2052 – Pesca e Aquicultura - Código PPA 1133	41





Quadro 21	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - Programa: 2071 – Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária - Código PPA 0289	42
Quadro 22	Receitas e Despesas do Fundo - Exercício de 2016	43
Quadro 23	Atendimento às Diretrizes e Prioridades do FNO - Exercício de 2016	46/48
Quadro 24	Avaliação do Sistema de Controles Internos e de Riscos da UPC	51/53
Quadro 25	Sistemas utilizados pelo FNO e suas respectivas funções	54
Quadro 26	Necessidade de novos sistemas informatizados ou funcionalidades	54
Quadro 27	Sistemas de informação da UPC	59
Quadro 28	Força de trabalho de pessoal de TI	60
Quadro 29	Manifestações recebidas pela Ouvidoria	65

## LISTA DE GRÁFICOS

N.º do Gráfico	Título do Gráfico	Página
Gráfico 1	Planejamento e Execução de ações em TI	55
Gráfico 2	Demonstrativo de terceirizados em TI ao final do exercício	62
Gráfico 3	Evolução da redução de despesas e aumento dos investimentos	63
Gráfico 4	Redução de fragilidades	63
Gráfico 5	Comparativo quadro TI	64



## LISTA DE ANEXOS

N.º do Anexo	Título da Tabela
Anexo 1	Relatório de Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos pelo FNO – Exercício de 2016
Anexo 2	Demonstrativos contábeis e Parecer da Auditoria Independente
Anexo 3	Rol de Responsáveis



## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2. VISÃO GERAL</b>	<b>11</b>
<b>2.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS</b>	<b>11</b>
<b>2.2 NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO</b>	<b>12</b>
<b>2.3 ORGANOGRAMA</b>	<b>13</b>
<b>3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS ALCANÇADOS</b>	<b>13</b>
<b>3.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL</b>	<b>13</b>
<b>3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do Exercício</b>	<b>23</b>
<b>3.1.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos</b>	<b>30</b>
<b>3.2 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO</b>	<b>30</b>
<b>3.2.1 Execução física e financeira das ações da lei orçamentária anual de responsabilidade da Unidade</b>	<b>30</b>
<b>3.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário e Restos a Pagar de exercícios anteriores</b>	<b>43</b>
<b>3.2.3 Informações sobre a realização das receitas</b>	<b>43</b>
<b>3.2.4 Informações sobre a execução das despesas</b>	<b>43</b>
<b>3.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO</b>	<b>45</b>
<b>4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS</b>	<b>49</b>
<b>4.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA</b>	<b>49</b>
<b>4.2 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS</b>	<b>51</b>
<b>5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO</b>	<b>54</b>
<b>5.1 GESTÃO DE PESSOAS</b>	<b>54</b>
<b>5.2 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</b>	<b>54</b>
<b>6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE</b>	<b>65</b>
<b>6.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO</b>	<b>65</b>
<b>6.2 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE</b>	<b>65</b>
<b>7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS</b>	<b>66</b>
<b>7.1 DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO</b>	<b>66</b>
<b>7.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS;</b>	<b>66</b>
<b>7.3 EVIDENCIAÇÃO DO DEL-CREDERE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>	<b>66</b>
<b>7.4 NOTAS EXPLICATIVAS DE CONCILIAÇÕES DOS REGIMES CONTÁBEIS ADOTADOS (LEI 4.320/1964 e 6.404/1976)</b>	<b>66</b>





<b>8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE</b>	<b>67</b>
<b>8.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU</b>	<b>67</b>
<b>8.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO</b>	<b>67</b>
<b>9. CONTEUDO ESPECÍFICO</b>	<b>70</b>
<b>9.1 OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO</b>	<b>70</b>



## 1. APRESENTAÇÃO

Em conformidade com a legislação vigente e as orientações e recomendações dos Órgãos de Controle, o Banco da Amazônia apresenta o **Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) referente ao exercício de 2016**.

O referido relatório integra o Processo de Contas Ordinárias do FNO a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada anualmente a apresentar nos termos do art. 70 da Constituição Federal, e está elaborado de acordo com as disposições da Portaria TCU nº 59/2017, bem como as orientações das Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e 72/2013; das Decisões Normativas TCU nº 154/2016 e 156/2016; das Resoluções TCU nº 234/2010 e 244/2011.

O Banco da Amazônia, na qualidade de agente financeiro do FNO, para a elaboração do referido Relatório de Gestão, observa a configuração identificada nos normativos retrocitados, em especial à estrutura indicada no Anexo Único da Portaria TCU nº 59/2017, formatando as informações conforme conteúdo estabelecido e aplicável à natureza jurídica desse Fundo Constitucional de Financiamento.

Assim, necessário ressaltar que no item 2 – VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS são apresentadas informações sobre a finalidade e competências desta UPC, bem assim sobre os normativos de criação, alteração e funcionamento.

O item 3 – “PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS” apresenta informações sobre as ações alinhadas às políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região Norte.

O item 4 – “GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS” descreve as estruturas e os mecanismos direcionados para garantir que o Fundo atue sempre alinhado com o interesse geral da sociedade.

No item 5 – “ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO”, o sub-item “GESTÃO DE PESSOAS”, ainda que previsto no Anexo Único da Portaria nº 59/2017 – TCU como integrantes do Relatório de Gestão, não se lhe aplica, eis que o FNO não se mostra como um executor de despesas. Por outro lado, na abordagem do sub-item “GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO” são apresentadas informações sobre o processamento de dados e os sistemas que mais contribuem para a realização da missão e objetivos institucionais.

O item 6 – “RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE” apresenta os canais de acesso do cidadão e os mecanismos de transparência das informações sobre a atuação desta UPC, visando bem informar aos cidadãos.

O item 7 – “DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS”, apresenta informações sobre a gestão financeira no exercício e os demonstrativos contábeis definidos legalmente.

De igual sorte, o item 8 – “CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE” apresenta o tratamento dado às determinações e recomendações do TCU e às recomendações do Órgão de Controle Interno.



No item 9 – “OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO” são juntados dados sobre saldos dos financiamentos, das renegociações, das ações de execução, dos ressarcimentos e da inadimplência, bem como, o Rol de Responsáveis, e as Declarações de cumprimento das disposições da Lei nº 8.730/1993, quanto à entrega das declarações de bens e rendas dos gestores do agente financeiro Banco da Amazônia.

Assim, as informações sobre a Gestão do FNO, prestadas através de seu agente financeiro Banco da Amazônia, mostram que as suas ações creditícias observam as diretrizes e prioridades contidas no Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo para 2016, tendo por metas a redução dos desequilíbrios intra e interregionais e a promoção da inclusão social, em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e demais políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região.

A ação do Fundo ratifica a importância desse instrumento creditício no processo de desenvolvimento sustentável da Região Norte, mediante o atendimento de 100% dos municípios e gerando benefícios socioeconômicos intra e interregionais.

Por fim, ressalta-se que os resultados obtidos através do FNO refletem, em grande parte, o trabalho desenvolvido com comprometimento pelo Banco da Amazônia, e, de forma compartilhada, com os seus parceiros institucionais e colaboradores, na busca por resultados para a melhoria da qualidade de vida da população e o desenvolvimento regional em bases mais sustentáveis.

**MARIVALDO GONÇALVES DE MELO**  
Presidente do Banco da Amazônia





## 2. VISÃO GERAL

### 2.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO foi criado pela Constituição Federal de 1988 para contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região, mediante a aplicação em programas de financiamento aos setores produtivos da Região Norte, através de sua instituição financeira de caráter regional.

<b>Definidas na Constituição Federal</b>
A Constituição Federal de 1988 em seu art. 159, inciso I, alínea “c”, destinou 3% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e imposto sobre produtos industrializados para aplicação em programas de financiamento aos setores produtivos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. No caso específico da Região Norte,
<b>Definidas em Leis Infraconstitucionais e em Normas Regimentais</b>
A Lei nº 7.827, de 27.09.1989, regulamentou o art. 159, inciso I, alínea “c” da Constituição Federal de 1988, criando os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social das referidas Regiões, destinando ao FNO 0,6% dos recursos previstos para os Fundos Constitucionais de Financiamento.
A Lei nº 9.126, de 10.11.1995 (Publicada no DOU de 13.11.95) - Dispõe sobre a aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, sobre empréstimos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e dos Fundos de Investimentos do Nordeste e da Amazônia e do Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo, e com recursos das Operações Oficiais de Crédito, altera dispositivos da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.
Lei nº 9.808, de 20.7.99 (Publicada no DOU de 21.7.99) - Define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências.
Lei nº 10.177, de 12.1.2001 (Publicada no DOU de 15.1.2001 e Retificada em 16.1.2001) - Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.
Lei nº 11.524, de 24.9.2007 (Publicada no DOU de 25.9.2007) - Dispõe sobre a utilização de recursos das exigibilidades de aplicação em crédito rural oriundos da poupança rural e dos depósitos a vista para financiamentos destinados à liquidação de dívidas de produtores rurais ou suas cooperativas com fornecedores de insumos, relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006; altera as Leis nos 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e 11.322, de 13 de julho de 2006, 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, 10.696, de 2 de julho de 2003, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 8.427, de 27 de maio de 1992, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 11.488, de 15 de junho de 2007, 11.491, de 20 de junho de 2007, e a Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
Lei nº 11.775, de 17.9.2008 (Publicada no DOU de 18.9.2008) - Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário; altera as Leis nos 11.322, de 13 de julho de 2006, 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 11.524, de 24 de setembro de 2007, 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 11.718, de 20 de junho de 2008, 8.427, de 27 de maio de 1992, 10.420, de 10 de abril de 2002, o Decreto-Lei no 79, de 19 de dezembro de 1966, e a Lei no 10.978, de 7 de dezembro de 2004; e dá outras providências.
Lei nº 11.945, de 4.6.2009 (Publicada no DOU de 5.6.2009) - Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.
Lei nº 12.716, de 21.09.2012 (Publicada no DOU de 24.09.2012) – Altera as Leis nos 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 11.524, de 24 de setembro de 2007, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 9.469, de 10 de julho de 1997, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.029, de 12 de abril de 1990, 10.954, de 29 de setembro de 2004, e 11.314, de 3 de julho de 2006; e



dá outras providências.

## 2.2 NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Poder e Órgão de Vinculação			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Integração Nacional - MI		<b>Código SIORG:</b> 042670	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b> Fundo Constitucional de Financiamento do Norte			
<b>Denominação abreviada:</b> FNO			
<b>Código SIORG:</b>	<b>Código LOA:</b> 53901	<b>Código SIAFI:</b> 537002	
<b>Situação:</b> ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Fundo Especial de Natureza Financeira (art. 71, § 2º do Decreto nº 93.872, de 23.12.1996)			
<b>Principal Atividade:</b> ATIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS		<b>Código CNAE:</b> 6499-9/99	
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(91) 4008-3888	Fax (91) 4008-3406	
<b>E-mail:</b>			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.bancoamazonia.com.br">http://www.bancoamazonia.com.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Av. Presidente Vargas, n.º 800, Centro. - CEP 66.017-000 - Belém (PA)			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação da Unidade Jurisdicionada			
<b>Criação:</b> A Constituição Federal de 1988-art. 159, inciso I, alínea “c”.			
Normas relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 7.827, de 27.09.1989 Lei nº 9.126, de 10.11.1995 Lei nº 9.808, de 20.7.1999 Lei nº 10.177, de 12.1.2001 Lei nº 11.524, de 24.9.2007 Lei nº 11.775, de 17.9.2008 Lei nº 11.945, de 4.6.2009 Lei nº 12.716, de 21.09.2012			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
537002	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	



537002	00001
--------	-------

### 2.3 ORGANOGRAMA

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO é um fundo especial de natureza financeira, não dispondo de áreas ou subunidades mais estratégicas de gestão. Por tal motivo não dispõe de elementos para elaboração de organograma.



### 3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS ALCANÇADOS

#### 3.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

O FNO foi criado pela Constituição Federal de 1988, que estabeleceu através do artigo 159, inciso I, alínea “c”, regulamentado pela Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, a obrigação de a União destinar 3% do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para serem aplicados em programas de financiamento aos setores produtivos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional.

Os recursos do FNO, provenientes de 0,6% da parcela de 3% da arrecadação do IR e IPI, são administrados pelo Banco da Amazônia, que os aplica em conformidade com a legislação vigente e de forma alinhada às orientações estratégicas do Governo Federal contidas nas políticas, planos e programas para a Amazônia, como o Plano Plurianual (PPA) -o “Plano Mais Brasil”; o Plano Brasil Maior; o Plano Brasil Sem Miséria; a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); o Plano Amazônia Sustentável (PAS); o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA); a Política Nacional de Agricultura Familiar; a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais; o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); o Plano Nacional de Turismo (PNT); o Programa Mais Cultura; a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas; e às políticas de desenvolvimento industrial e de incentivo às exportações, à pesca e aquicultura, além das políticas e prioridades dos estados da Região Norte.

A área de atuação do FNO é a Região Norte, formada por sete Estados (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e 450 municípios, abrangendo uma área territorial de 3.853.327,3 km<sup>2</sup>. A população atual da Região Norte é de 17,2 milhões de habitantes, com densidade demográfica de 4,47 hab/km<sup>2</sup> e renda per capita de R\$ 13,43 mil. O Produto Interno Bruto (PIB) regional é da ordem de R\$ 163,2 bilhões, equivalente a 7% do PIB brasileiro, que se encontra na ordem de R\$ 3.239,4 bilhões (v. Tabela 1).





Tabela 1 **Área, N° de Municípios, População, Densidade Demográfica e PIB dos Estados da Região Norte**

Estado	Extensão territorial (km <sup>2</sup> )	N.º de Municípios	População (Hab.)	Densidade Demográfica	PIB (R\$ Milhões)	Renda Per Capita (R\$ Mil)
Acre	152.581,40	22	790.101	5,18	9.629	12,19
Amapá	142.814,60	16	750.912	5,26	10.420	13,88
Amazonas	1.570.745,70	62	3.873.743	2,47	64.120	16,55
Pará	1.247.689,50	144	8.073.924	6,47	91.009	11,27
Rondônia	237.576,20	52	1.748.531	7,36	29.362	16,79
Roraima	224.299,00	15	496.936	2,22	7.314	14,72
Tocantins	277.620,90	139	1.496.880	5,39	19.530	13,05
<b>Região Norte</b>	<b>3.853.327,30</b>	<b>450</b>	<b>17.231.027</b>	<b>4,47</b>	<b>231.384</b>	<b>13,43</b>

Fonte: IB GE - Estimativa população 2014 / IB GE / PIB - base 2012

No Exercício de 2016, o Fundo foi operacionalizado através de 5 (cinco) programas de financiamento, quais sejam: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-Pronaf); Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável); Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-Biodiversidade); Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas e Microempreendedores Individuais (FNO-MPEI); e Programa de Financiamento em Apoio à Agricultura de Baixo Carbono (FNO-ABC).

As diretrizes estratégicas do Fundo foram voltadas para a concessão de financiamentos prioritários aos segmentos produtivos de menor porte (mini/micro e pequenos empreendedores), com ênfase para a agricultura de base familiar; empreendimentos que utilizam matérias-primas e mão de obra local e que produzam alimentos básicos para consumo da população e projetos com sustentabilidade socioambiental.

Os financiamentos concedidos com os recursos do FNO têm contribuído para a geração de novas oportunidades de ocupação de mão de obra, para o incremento no Valor Bruto da Produção (VBP) e no Produto Interno Bruto (PIB) regionais, a contínua redução do êxodo rural e da pobreza, a inclusão social, a minimização das desigualdades intra e inter-regionais, o aumento da massa salarial e a ampliação da arrecadação tributária.

A ação creditícia do FNO está alinhada às diretrizes definidas no Art. 3º da Lei n.º 7.827, de 27/09/1989; aos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); às orientações e estratégias da política macroeconômica do Governo Federal; e às Diretrizes e Prioridades para aplicação do Fundo no exercício de 2016, aprovadas Ad referendum pelo Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (CONDEL/ SUDAM), na forma das diretrizes e orientações gerais do Ministério da Integração Nacional estabelecidas na Portaria nº



202, de 28/08/2015, alteradas pelas Portarias nºs 67, de 20/04/2016, 288, de 05/09/2016.

a) DIRETRIZES

***Diretrizes Definidas no Art. 3º da Lei n.º 7.827/89***

- a) Concessão de financiamentos exclusivamente aos setores produtivos das regiões beneficiadas;
- b) Ação integrada com instituições federais sediadas nas regiões;
- c) Tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e mini produtores rurais e pequenas e microempresas, às de uso intensivo de matérias-primas e mão de obra local e as que produzam alimentos básicos para consumo da população, bem como, aos projetos de irrigação, quando pertencentes aos citados produtores, suas associações e cooperativas;
- d) Preservação do meio ambiente;
- e) Adoção de prazos e carência, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos;
- f) Conjuação do crédito com a assistência técnica, no caso de setores tecnologicamente carentes;
- g) Orçamentação anual das aplicações dos recursos;
- h) Uso criterioso dos recursos e adequada política de garantias, com limitação das responsabilidades de crédito por cliente ou grupo econômico, de forma a atender a um universo maior de beneficiários e assegurar racionalidade, eficiência, eficácia e retorno às aplicações;
- i) Apoio à criação de novos centros, atividades e polos dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intrarregionais de renda;
- j) Proibição de aplicação de recursos a fundo perdido;
- k) Programação anual das receitas e despesas com nível de detalhamento que dê transparência à gestão dos Fundos e favoreça a participação das lideranças regionais com assento no conselho deliberativo das superintendências regionais de desenvolvimento (Incluído pela Lei Complementar nº 129, de 2009); e
- l) Divulgação ampla das exigências de garantias e outros requisitos para a concessão de financiamento (Incluído pela Lei Complementar nº 129, de 2009).



***Diretrizes Recomendadas pelo Ato nº 33 do CONDEL/SUDAM***

- a) Atuar em observância às diretrizes estabelecidas no Artigo 3º da Lei nº 7.827/89, atualizado pela Lei Complementar nº 129 de 08/01/2009;
- b) Promover o Desenvolvimento Sustentável e Incluyente, na área de abrangência do FNO (estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), integrando a base produtiva regional de forma competitiva na economia nacional e internacional;
- c) Assegurar a geração de emprego e renda com observância aos potenciais e vocações locais;
- d) Utilizar os recursos do FNO em sintonia com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), Política Industrial da Amazônia Legal (PDIAL), assim como outras Políticas, Planos e Programas do Governo Federal direcionados para a Região Norte;
- e) Elevar a qualificação da mão de obra regional, objetivando o aumento da integração social, fortalecendo simultaneamente o capital humano e o capital social local;
- f) Disseminar a lógica da integração industrial horizontal e vertical, para formar redes de empresas e ampliar o alcance da redistribuição de renda, por meio da aplicação dos recursos oriundos dos programas do Governo Federal e outros entes da federação, com destaque para os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO);
- g) Promover e difundir a inovação nas atividades florestais de bases sustentáveis valorizando o reflorestamento, o manejo e a conservação/preservação da biodiversidade;
- h) Apoiar as estratégias de produção e de gestão ambiental definidas em Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE);
- i) Apoiar Arranjos Produtivos Locais (APLs) previamente identificados e selecionados nos estados beneficiários dos recursos do FNO;
- j) Estimular a agregação de valor às cadeias produtivas regionais;
- k) Apoiar a nacionalização da produção de bens;
- l) Apoiar empreendimentos que priorizem o uso sustentável dos recursos naturais, bem como, aqueles voltados para a recuperação de áreas de reserva legal e áreas degradadas/alteradas das propriedades rurais; e
- m) Apoiar projetos apresentados por agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas, produtores rurais e empresas de pequeno-médio porte, suas associações e cooperativas, bem como, microempreendedores individuais.



## b) PRIORIDADES SETORIAIS

- a) Projetos de modernização e diversificação de empreendimentos do setor industrial, sobretudo através da inovação tecnológica;
- b) Projetos de logística e infraestrutura de transportes para intensificar as transações econômicas e comerciais em caráter interregional e intrarregional;
- c) Projetos dos setores de pesca e aquicultura com melhores práticas produtivas, que promovam a abertura de novos canais de comercialização;
- d) Projetos de fruticultura, apicultura e de sistemas agroflorestais e agroextrativistas regionais, com ênfase nas organizações produtivas familiares;
- e) Projetos relacionados à produção de alimentos básicos para o consumo da população regional;
- f) Projetos de infraestrutura econômica com ênfase nos segmentos de energia, transporte, armazenagem, comunicação, abastecimento e tratamento de água, esgotamento sanitário e obras em Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs);
- g) Projetos que se beneficiem e potencializem o efeito das inversões do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC;
- h) Projetos de apoio à cadeia do turismo regional, em bases sustentáveis, especialmente empreendimentos de implantação, expansão e modernização;
- i) Projetos de apoio e valorização da cultura regional e de empreendimentos criativos;
- j) Projetos de reflorestamento e florestamento para fins de recuperação de áreas de reserva legal e áreas degradadas/alteradas das propriedades rurais;
- k) Projetos de inovação tecnológica com base na tecnologia de informação;
- l) Projetos para ampliação e consolidação da base científica e tecnológica regional;
- m) Projetos de produção agrícola em áreas degradadas/alteradas, contemplando o financiamento de máquinas e insumos;
- n) Projetos de reciclagens e resíduos;
- o) Projetos de desenvolvimento socioeconômico, em bases sustentáveis, para a integração das regiões inseridas na faixa de fronteira;
- p) Projetos de fomento à atividade de comércio e serviço;
- q) Projetos de apoio à agricultura de baixo carbono (ABC);
- r) Projetos não governamentais de infraestrutura em abastecimento de água;
- s) Bioindústria (farmacêutica, biocombustíveis, higiene pessoal, perfumaria e cosméticos);
- t) Indústria da verticalização minero-metalúrgica;





- u) Indústrias intensivas em trabalho (reciclagem, couro, artefatos, têxtil, confecções e movelaria);
- v) Indústria naval, inclusive fabricação de peças e componentes; e
- w) Indústria alimentícia (carne, peixe, cereais, frutas, leguminosas e seus derivados);
- x) Geração de energia para consumo próprio do empreendimento, admitida a comercialização da energia excedente, desde que limitada a 50% da capacidade de geração prevista no projeto;
- y) Geração, transmissão e distribuição de energia nos casos de empresas de distribuição de energia elétrica sob intervenção do poder concedente, nos termos da Lei nº 12.767, de 27/12/2012;
- z) Geração, transmissão e distribuição de energia nos casos de empreendimentos caracterizados como prioritários, mediante manifestação do Ministério de Minas e Energia, que já tenham contratado operações de financiamento com recursos do Fundo;
- aa) Geração de energia nos casos de empreendimentos voltados ao aproveitamento das fontes de biomassa, dentro do limite de participação dos recursos do Fundo, de até 60% (sessenta por cento) do investimento total do projeto; e
- bb) Geração de energia por Pequenas Centrais Hidrelétricas, parques eólicos e centrais fotovoltaicas, dentro do limite de participação dos recursos do Fundo, de até 60% (sessenta por cento) do investimento total do projeto.

#### c) PRIORIDADES ESPACIAIS

- a) Os municípios localizados na Faixa de Fronteira da Região Norte;
- b) Os municípios integrantes das mesorregiões diferenciadas do Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Bico do Papagaio (excetuando os municípios do Estado do Maranhão, assistidos pelo FNE), Chapada das Mangabeiras (municípios do Estado de Tocantins) e Xingu; e
- c) Os municípios classificados pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica.

Fundamentada na PNDR, a prioridade espacial considera o grau de desenvolvimento econômico e social, principalmente, dos estados com menor nível de renda e menor dinamismo econômico

As prioridades definidas pelos estados beneficiários do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), para o exercício de 2016, mantiveram consonância com as Diretrizes e Prioridades aprovadas pelo CONDEL da SUDAM.



#### d) RESTRIÇÕES

Na concessão de créditos através dos recursos do FNO foram rigorosamente observados os procedimentos restritivos decorrentes de imposição legal ou por não manterem compatibilidade com os princípios do desenvolvimento sustentável da Região, incorporados na política de financiamento do Banco da Amazônia. Assim, não poderão ser financiados pelo Fundo:

- a) Empreendimentos onde tenha sido comprovada a utilização de mão de obra infantil, escrava ou análoga à escrava;
- b) Proponentes que não estejam em dia com as obrigações trabalhistas;
- c) Empreendimentos do Setor Público, exceto aqueles de infraestrutura econômica, inclusive os de iniciativa de empresas públicas não dependentes de transferências financeiras do Poder Público, considerados prioritários para a economia pelo Conselho Deliberativo da SUDAM (conforme Art. 4º da Lei nº 7.827, de 1989, alterado pela Lei nº 11.775, de 2008);
- d) Produtores e empresas beneficiárias de fundos de incentivos regionais ou setoriais, que não se encontrem em situação regular para com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os citados fundos de incentivos (conforme Art. 4º da Lei nº 7.827, de 1989, alterado pela Lei nº 11.775, de 2008);
- e) Atividades, empreendimentos, planos ou projetos envolvidos de alguma forma em prática ilegal e/ou que utilize matéria-prima, insumos e/ou produtos em seu processo produtivo de origem ilegal;
- f) Atividades, empreendimentos, planos ou projetos e/ou bem a financiar que não se encontrem em consonância com a preservação do meio ambiente, observados a legislação vigente, o disposto no Plano Amazônia Sustentável e na Política Nacional de Desenvolvimento Regional, os princípios do Fundo e as políticas ambientais do Banco da Amazônia;
- g) Atividades, empreendimentos, planos ou projetos e/ou bem a financiar que se incompatibilizem com a inclusão social, observados a legislação vigente, o disposto no Plano Amazônia Sustentável e na Política Nacional de Desenvolvimento Regional, os princípios do Fundo e as políticas sociais do Banco da Amazônia;
- h) Cultivo de fumo; a fabricação de máquinas e aparelhos para a indústria do fumo; e a fabricação e/ou comercialização do fumo e produtos do fumo, de armas, de munições, de equipamentos militares, de explosivos, pólvoras e de artigos pirotécnicos, exceto, a empreendimentos comerciais, cujos itens não se constituam a principal fonte de receita do beneficiário;
- i) Saunas e termas, exceto quando integradas a empreendimentos de meios de hospedagem, de recreação, de lazer ou à atividades esportivas;



- j) Atividades de serviços financeiros; seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde, atividades auxiliares dos serviços financeiros, de seguros, de previdência complementar e de planos de saúde, exceto plano ou projeto que contemple apenas itens relativos ao funcionamento da empresa, tais como construção civil e instalações da sede própria e máquinas e equipamentos para o desempenho de sua atividade;
- k) Atividades imobiliárias, exceto:
  - I) imóveis destinados a locação em centros de logística, compreendendo a construção ou reforma de condomínios de galpões modulares ou outras edificações que sejam voltadas a oferecer estruturas e serviços relacionados ao fluxo e armazenamento de matérias-primas, materiais semi-acabados e produtos acabados, bem como de informações a eles relativas;
  - II) quando se tratar de plano ou projeto que contemple apenas itens relativos ao funcionamento da empresa, tais como construção civil e instalações da sede própria e máquinas e equipamentos e capital de giro para o desempenho de sua atividade;
- l) Aluguéis de veículos, embarcações e aeronaves, exceto quando se tratar de:
  - I) empreendimentos turísticos, de recreação, de lazer, ou a eles integrados;
  - II) plano ou projeto que contemple apenas itens relativos ao funcionamento da empresa, tais como construção civil e instalações da sede própria e máquinas e equipamentos para o desempenho de sua atividade;
- m) Atividades de jogos de azar e motéis;
- n) Aquisição de imóveis (terrenos e/ou edificações), exceto para as microempresas e empresas de pequeno porte quando for financiamento para ampliação, localização ou realocação do empreendimento;
- o) Unidades em construção, exceto itens que tenham se iniciado, comprovadamente, após a data de entrada do pedido de financiamento no Banco da Amazônia;
- p) Projetos de geração, transmissão e distribuição de energia, exceto:
  - I) nos casos de geração de energia para consumo próprio do empreendimento, admitida a comercialização da energia excedente, desde que limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de geração prevista no projeto;
  - II) nos casos de empresas de distribuição de energia elétrica sob intervenção do poder concedente, nos termos da Lei n.º 12.767, de 27 de dezembro de 2012;



- III) nos casos de empreendimentos, caracterizados como prioritários mediante manifestação do Ministério de Minas e Energia, que já tenham contratado operações de financiamento com recursos do Fundo;
- IV) nos casos de empreendimentos voltados à geração de energia por aproveitamento das fontes de biomassa; e
- V) nos casos de geração de energia por Centrais Geradoras Hidrelétricas, Pequenas Centrais Hidrelétricas, fontes eólica e solar;
- q) Item de plano ou projeto relativo à construção e/ou reforma de casa-sede, de casa do administrador ou de outro tipo de moradia, com área superior a 60m<sup>2</sup>;
- r) Aquisição de plantas ornamentais, para fins decorativos de ambiente;
- s) Máquinas, equipamentos, veículos, embarcações e aeronaves não relacionados diretamente com o desempenho da atividade ou do plano ou projeto do beneficiário e máquinas, equipamentos, veículos, embarcações e aeronaves usados, com percentual de vida útil inferior a 60%;
- t) Aplicação de recursos a fundo perdido;
- u) Encargos financeiros e refinanciamento de dívidas;
- v) Tributos federais, estaduais e municipais como item específico de orçamento para financiamento;  
Nota: Não estão incluídos nesta restrição, portanto, os tributos que compõem o preço dos produtos, bens e serviços financiados.
- w) Recuperação de capitais já investidos ou pagamento de dívidas (saneamento de passivo), exceto quando se referirem a itens financiáveis integrantes do plano ou projeto e tiverem sido efetuados, comprovadamente, após o ingresso do pedido de financiamento no Banco da Amazônia;
- x) Helicópteros e aviões, exceto aviões para pulverização agrícola, aviões para empresa aérea regional de transporte de passageiros e de cargas e aviões e helicópteros para empresa de táxi aéreo homologada pela ANAC para transporte de passageiros enfermos, limitado a uma operação por beneficiário; e
- y) Aquisição de máquinas, veículos, aeronaves, embarcações ou equipamentos importados ou que apresentem índices de nacionalização, em valor, inferior a 60% (sessenta por cento), para beneficiários com faturamento bruto anual superior a R\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), exceto nos casos em que, alternativamente:
  - I) não haja produção nacional da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento; ou
  - II) a máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento cumpra o Processo Produtivo Básico (PPB); ou





- III) a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento importado tiver alíquota 0% do Imposto de Importação; ou
- IV) quando for para aquisição de sistemas fotovoltaicos destinados à geração de energia.

Nota 1: As máquinas, veículos, aeronaves, embarcações ou equipamentos passíveis de financiamento deverão constar, com índice de nacionalização, em valor, igual ou superior a 60%, do Credenciamento de Fabricantes Informatizado (CFI) ou do Catálogo de Produtos do Portal de Operações do Cartão BNDES, criados e mantidos pelo BNDES, resguardadas as exceções I a III da alínea acima.

Nota 2: A comprovação de que não há produção nacional será feita por consulta à lista dos bens contemplados pelo regime de Ex-tarifário, divulgada por Resolução da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX); ou por anotação nas respectivas licenças de importação, realizada pelo Departamento de Comércio Exterior (DECEX); ou por consulta à entidade representativa dos fabricantes nacionais de bens afins ao bem importado.

Nota 3: Para comprovação de que a máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento cumpre o Processo Produtivo Básico (PPB), deverá ser apresentado laudo técnico emitido pela Secretaria de Política de Informática do MCTI (Sepin), Secretaria do Desenvolvimento da Produção do MDIC (SDP) ou Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), quando a empresa estiver sediada no Polo Industrial de Manaus, que ateste o cumprimento do PPB conforme estabelece a Portaria Interministerial correspondente ao produto, emitida pelos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), publicada no Diário Oficial da União.

Nota 4: Deverão, ainda, ser observados os itens "s" e "x" das Restrições do FNO, no tocante ao financiamento de máquinas, equipamentos, veículos, embarcações, aviões e helicópteros.



## 3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do Exercício

**Recursos Previstos para Aplicação**

O valor previsto na programação orçamentária do FNO para aplicação no exercício de 2016 era de R\$ 3.380,0 milhões, com a previsão de reembolso de R\$ 6.376,8 milhões e de desembolso de R\$ 2.996,8 milhões, conforme quadro 1.

**Quadro 1 - Programação Orçamentária do FNO – Previsão de Aplicação  
Exercício de 2016**

<b>Discriminação</b>	<b>R\$ Milhões</b>
<b>Origem de Recursos (A)</b>	<b>6.376,80</b>
Disponibilidades ao final do exercício de 2015 <sup>(1)</sup>	1.467,04
Estimativa de reembolsos dos financiamentos já concedidos	2.807,67
Estimativa de ingressos via repasses da STN	1.608,62
Remuneração das disponibilidades do FNO	179,30
Retorno ao FNO dos valores relativos aos riscos assumidos pelo Banco da Amazônia	194,17
Outras Receitas (recuperação de créditos em atraso)	120,00
<b>Aplicação de Recursos (B)</b>	<b>2.996,80</b>
Despesas com pagamento da taxa de administração	321,72
Despesas de auditoria externa independente	0,17
Despesas com bônus de adimplência	156,31
Despesas com rebates <sup>(2)</sup>	0,00
Despesas com <i>Del credere</i>	608,23
Liberações/desembolsos de recursos previstos para 2016 decorrentes de operações contratadas em anos anteriores	1.700,00
Despesas com a remuneração das operações do PRONAF	199,83
Outras despesas (renegociações e descontos) <sup>(3)</sup>	10,53
<b>Disponibilidade (C=A-B)</b>	<b>3.380,00</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FNO 2016

(1) Recursos disponíveis para aplicação em 2016.

(2) Pelos normativos vigentes, os descontos concedidos nos pagamentos são a título de bônus de adimplência, não havendo no Banco provisionamento contábil de “despesas com rebates”, que estão inseridas em “outras despesas”.

(3) Benefícios dados ao tomador do crédito por normativos legais



### Orçamento por Unidade Federativa

Tomando-se por base a disponibilidade prevista para contratação com recursos do FNO em 2016 e as expectativas de investimento de cada uma das Unidades Federativas da Região Norte em conformidade com seus planos plurianuais, foi configurada a matriz espacial da distribuição dos recursos com o propósito de dinamizar a economia regional e maximizar os resultados das contratações, conforme quadro 2.

**Quadro 2 Distribuição Orçamentária do FNO por Unidade Federativa  
Exercício de 2016**

UF	R\$ Milhões	Participação %
Acre	236,60	7,0
Amapá	169,00	5,0
Amazonas	642,20	19,0
Pará	1.014,00	30,0
Rondônia	574,60	17,0
Roraima	169,00	5,0
Tocantins	574,60	17,0
<b>Total</b>	<b>3.380,00</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FNO 2016

### Orçamento por Setor e Unidade Federativa

Para o exercício de 2016, o valor do FNO orçado para o financiamento dos empreendimentos do setor rural corresponde a R\$ 2.380,0 milhões (54,0% do total previsto) e dos demais setores R\$ 1.000,0 milhões (46,0%), conforme quadro 3.

**Quadro 3 Distribuição Orçamentária do FNO por Setor e Unidade Federativa  
Exercício de 2016**

UF	Setor Rural R\$ Milhões	Demais Setores R\$ Milhões	Todos os Setores R\$ Milhões	Participação %
Acre	144,19	92,46	236,60	7,0
Amapá	66,04	102,96	169,00	5,0
Amazonas	289,27	352,93	642,20	19,0
Pará	782,25	231,75	1.014,00	30,0
Rondônia	520,88	53,72	574,60	17,0
Roraima	78,65	90,35	169,00	5,0
Tocantins	498,77	75,83	574,60	17,0
<b>Total</b>	<b>2.380,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>3.380,00</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FNO 2016



### Distribuição por Atividade Econômica

As metas de aplicação dos recursos financeiros do FNO por estado e por programa de financiamento constituem um balizamento para o planejamento das ações de financiamentos aos setores produtivos da Região Norte e são passíveis de ajustes ao longo do exercício, em função das prioridades possíveis de serem definidas por políticas setoriais, bem como pela dinâmica do desenvolvimento da economia regional e especificidades dos estados.

O cumprimento de tais metas depende ainda de fatores externos à capacidade de governança do Agente Financeiro. Nesse sentido, o Banco da Amazônia intensificou ações de fortalecimento e expansão das parcerias com os agentes locais, buscando a integração, a cooperação e a coresponsabilidade de todos no processo de desenvolvimento regional sustentável. (ver quadro 4)

**Quadro 4 Distribuição Orçamentária do FNO por Setor e Unidade Federativa  
Exercício de 2016**

R\$ Milhões

ATIVIDADES	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO	TOTAL
<b>Empreendimentos Rurais</b>	<b>144,14</b>	<b>289,27</b>	<b>66,04</b>	<b>782,25</b>	<b>520,88</b>	<b>78,65</b>	<b>498,77</b>	<b>2.380,00</b>
Agricultura Familiar	63,85	54,34	18,90	287,62	157,90	1,39	116,00	<b>700,00</b>
Agricultura de Baixo Carbono	18,75	11,88	21,04	78,95	56,25	0,63	62,50	<b>250,00</b>
Agropecuária	50,18	217,85	21,45	393,08	288,74	76,10	305,60	<b>1.353,00</b>
Pesca e Aquicultura	7,61	2,82	0,95	6,82	6,23	0,40	2,17	<b>27,00</b>
Floresta	3,75	2,38	3,70	15,78	11,76	0,13	12,50	<b>50,00</b>
<b>Empreendimentos Não Rurais</b>	<b>92,46</b>	<b>352,93</b>	<b>102,96</b>	<b>231,75</b>	<b>53,72</b>	<b>90,35</b>	<b>75,83</b>	<b>1.000,00</b>
Agroindústria	4,42	18,06	6,24	5,78	7,41	5,06	7,03	<b>54,00</b>
Indústria	8,62	86,46	21,52	32,28	8,13	14,39	16,60	<b>188,00</b>
Turismo	2,40	23,14	2,11	33,09	8,00	2,86	8,40	<b>80,00</b>
Cultura	1,30	5,78	1,70	7,62	4,99	0,72	3,89	<b>26,00</b>
Infraestrutura	2,20	30,98	1,77	28,92	5,14	15,79	9,20	<b>94,00</b>
Exportação	2,69	1,23	0,25	1,61	1,58	0,44	1,20	<b>9,00</b>
Comércio e Serviços	69,72	185,10	68,94	117,42	16,65	50,73	27,44	<b>536,00</b>
Microempreendedor Individual	1,11	2,18	0,43	5,03	1,82	0,36	2,07	<b>13,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>236,60</b>	<b>642,20</b>	<b>169,00</b>	<b>1.014,00</b>	<b>574,60</b>	<b>169,00</b>	<b>574,60</b>	<b>3.380,00</b>





### Distribuição por Porte do Beneficiário

A estimativa de aplicação dos recursos financeiros por porte do beneficiário expressa a definição das prioridades estaduais, mantendo consonância com as diretrizes do FNO, em dispensar tratamento preferencial aos empreendimentos de menor tamanho na estrutura econômica regional, conforme demonstrado no quadro 5 a seguir:

Quadro 5 **Distribuição Orçamentária do FNO por Porte do Beneficiário**  
**Exercício de 2016**

Porte dos Beneficiários	R\$ Milhões	% de Recursos
Empreendedor Individual, Mini/Micro, Pequeno e Pequeno-Médio	1.723,80	Mínimo de 51% (*)
Médio e Grande	1.656,20	Máximo de 49%
<b>TOTAL</b>	<b>3.380,00</b>	

(\*) Respeitando o limite mínimo de 30% para os beneficiários de mini/micro e pequeno porte.

### Distribuição por Atividade Econômica

As metas de aplicação dos recursos financeiros do FNO por estado e por programa de financiamento constituem um balizamento para o planejamento das ações de financiamentos aos setores produtivos da Região Norte e são passíveis de ajustes ao longo do exercício, em função das prioridades possíveis de serem definidas por políticas setoriais, bem como pela dinâmica do desenvolvimento da economia regional e especificidades dos estados.

Do mesmo modo, o cumprimento de tais metas depende ainda de fatores externos à capacidade de governança do Agente Financeiro. Nesse sentido, o Banco da Amazônia intensificou ações de fortalecimento e expansão das parcerias com os agentes locais, buscando a integração, a cooperação e a coresponsabilidade de todos no processo de desenvolvimento regional sustentável.

O quadro 6, a seguir, apresenta o desdobramento das metas de aplicação por atividade econômica em cada estado:



Quadro 6 - Distribuição Orçamentária do FNO por Atividade Econômica e Unidade Federativa  
Exercício de 2016

R\$ Milhões

ATIVIDADES	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO	TOTAL
<b>Empreendimentos Rurais</b>	<b>144,14</b>	<b>289,27</b>	<b>66,04</b>	<b>782,25</b>	<b>520,88</b>	<b>78,65</b>	<b>498,77</b>	<b>2.380,00</b>
Agricultura Familiar	63,85	54,34	18,90	287,62	157,90	1,39	116,00	<b>700,00</b>
Agricultura de Baixo Carbono	18,75	11,88	21,04	78,95	56,25	0,63	62,50	<b>250,00</b>
Agropecuária	50,18	217,85	21,45	393,08	288,74	76,10	305,60	<b>1.353,00</b>
Pesca e Aquicultura	7,61	2,82	0,95	6,82	6,23	0,40	2,17	<b>27,00</b>
Floresta	3,75	2,38	3,70	15,78	11,76	0,13	12,50	<b>50,00</b>
<b>Empreendimentos Não Rurais</b>	<b>92,46</b>	<b>352,93</b>	<b>102,96</b>	<b>231,75</b>	<b>53,72</b>	<b>90,35</b>	<b>75,83</b>	<b>1.000,00</b>
Agroindústria	4,42	18,06	6,24	5,78	7,41	5,06	7,03	<b>54,00</b>
Indústria	8,62	86,46	21,52	32,28	8,13	14,39	16,60	<b>188,00</b>
Turismo	2,40	23,14	2,11	33,09	8,00	2,86	8,40	<b>80,00</b>
Cultura	1,30	5,78	1,70	7,62	4,99	0,72	3,89	<b>26,00</b>
Infraestrutura	2,20	30,98	1,77	28,92	5,14	15,79	9,20	<b>94,00</b>
Exportação	2,69	1,23	0,25	1,61	1,58	0,44	1,20	<b>9,00</b>
Comércio e Serviços	69,72	185,10	68,94	117,42	16,65	50,73	27,44	<b>536,00</b>
Microempreendedor Individual	1,11	2,18	0,43	5,03	1,82	0,36	2,07	<b>13,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>236,60</b>	<b>642,20</b>	<b>169,00</b>	<b>1.014,00</b>	<b>574,60</b>	<b>169,00</b>	<b>574,60</b>	<b>3.380,00</b>

#### Distribuição por Espaço Prioritário da PNDR

Em atendimento às determinações do TCU, constantes do Acórdão nº 1352/2011, item 9.2.2.1, o Banco da Amazônia passou a apresentar no Plano de Aplicação do FNO as metas distribuídas por microrregião instituída pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), considerando os seguintes critérios: prioridades estaduais e setoriais; série histórica do comportamento das contratações anuais; e dinâmica da economia local. O Banco está disponibilizando recursos para todos os municípios agrupados pelas tipologias da PNDR, conforme distribuição a seguir:



**Quadro 7 - Distribuição Orçamentária do FNO por Espaço Prioritário da PNDR e Unidade Federativa**

**Exercício de 2016**

R\$ Milhões

TIPOLOGIA DA PNDR	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO	Total	%
Alta Renda	73,35	353,21	70,98	152,10	143,65	40,56	143,65	<b>977,50</b>	28,9
Baixa Renda	-	224,77	15,21	152,10	-	35,49	57,46	<b>485,03</b>	14,4
Dinâmica	78,08	32,11	70,98	304,20	229,84	84,50	51,71	<b>851,42</b>	25,2
Estagnada	85,17	32,11	11,83	405,60	201,11	8,45	321,78	<b>1.066,05</b>	31,5
<b>TOTAL</b>	<b>236,60</b>	<b>642,20</b>	<b>169,00</b>	<b>1.014,00</b>	<b>574,60</b>	<b>169,00</b>	<b>574,60</b>	<b>3.380,00</b>	<b>100,0</b>

**Distribuição por Mesorregiões Diferenciadas Definidas pela PNDR para a Região Norte e nos Municípios do Programa Faixa de Fronteira**

Dos recursos financeiros previstos para os estados do Acre, Amazonas, Pará e Tocantins, referente ao exercício de 2016, foi destinado o valor de **R\$ 361,8 milhões** para as Mesorregiões Diferenciadas da Região Norte definidas pela PNDR, conforme distribuição apresentada no quadro abaixo:

**Quadro 8 Distribuição Orçamentária do FNO por Mesorregiões Diferenciadas pela PNDR e Unidades Federativas**  
**Exercício de 2016**

Mesorregião Diferenciada	Estado	N.º Municípios	Valor (R\$)
Alto Solimões	Amazonas	9	<b>1.689.000,00</b>
Vale do Rio Acre	Amazonas	2	2.695.000,00
	Acre	11	158.787.000,00
	<b>Total Vale do Rio Acre</b>		<b>161.482.000,00</b>
Bico do Papagaio	Pará	25	118.246.000,00
	Tocantins	25	43.920.000,00
	<b>Total Bico do Papagaio</b>		<b>162.166.000,00</b>
Chapada das Mangabeiras	Tocantins	8	<b>1.013.000,00</b>
Xingu	Pará	10	<b>35.475.000,00</b>
<b>TOTAL MESORREGIÕES DIFERENCIADAS</b>			<b>361.825.000,00</b>

Foram disponibilizados ainda **R\$ 882,8 milhões** para os projetos localizados nos municípios pertencentes ao Programa Faixa de Fronteira da Região Norte, conforme distribuição a seguir:



**Quadro 9 Distribuição Orçamentária do FNO para o Programa Faixa de Fronteira da Região Norte**

**Exercício de 2016**

<b>FAIXA DE FRONTEIRA DA REGIÃO NORTE</b>	
<b>Estado</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Acre	236.600.000,00
Amapá	125.060.000,00
Amazonas	15.886.000,00
Pará	15.210.000,00
Rondônia	321.100.000,00
Roraima	169.000.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>882.856.000,00</b>





### 3.1.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A ação creditícia do FNO se mantém vinculada às diretrizes definidas no Art. 3º da Lei n.º 7.827, de 27/09/1989; aos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); às orientações e estratégias da política macroeconômica do Governo Federal; e às Diretrizes e Prioridades para aplicação do Fundo no exercício de 2016, aprovadas *Ad referendum* pelo Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (CONDEL/ SUDAM), na forma das diretrizes e orientações gerais do Ministério da Integração Nacional estabelecida na Portaria nº 202, de 28/08/2015, alterada pelas Portarias nºs 67, de 20/04/2016, e 288, de 05/09/2016.

Assim, verifica-se que o Planejamento Anual do FNO é elaborado tendo por base a preocupação maior de disponibilizar meios para suplantar desigualdades regionais, mediante a formatação de programas e ações de incentivo aos sistemas produtivos locais.

Durante a fase anual de planejamento, há o envolvimento, em cada estado, dos atores sociais, que contribuem para estabelecer a atividade econômica a ser priorizada.

Na prática, a dinamicidade do planejamento contribuiu para a definição de estratégias, em fiel observância à política macroeconômica do Governo Federal e às Diretrizes e Prioridades para melhor aplicação dos recursos do Fundo no período a que o planejamento se destina, sempre observando suas aprovações *Ad referendum* pelo Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (CONDEL/ SUDAM).

## 3.2 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

Este item informa a relação entre a previsão e a execução das principais rubricas do Exercício de 2016 desta UPC, com informação sobre os objetivos específicos, bem como uma análise sobre os resultados alcançados.

### 3.2.1 Execução física e financeira das ações da lei orçamentária anual de responsabilidade da Unidade

Importante destacar que no decorrer do exercício de 2016, houve necessidade de serem realizados ajustes na programação orçamentária, em função de alterações em algumas rubricas tanto da origem quanto da aplicação de recursos, especialmente nos desembolsos com operações contratadas em exercícios anteriores.

Assim, com a reprogramação orçamentária, a disponibilidade de recursos para aplicação nas atividades econômicas desenvolvidas na Região em 2016 corresponde a R\$ 3.380,0 milhões. Contudo, tais ajustes não se refletiam nas dotações definidas para as ações da Lei Orçamentária Anual, motivo pelo qual em alguns programas, nada obstante os expressivos volumes de recursos contratados chegam a ser verificados modestos percentuais de desempenho.



**a) QUADRO 10 - Programa: 2012 - Agricultura Familiar – Pronaf (0411) / MDA**

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Integral ( <input type="checkbox"/> ) Parcial					
Código	<b>2012</b> Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Título	<b>Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar – MDA</b>					
Objetivo	Ampliar o acesso e qualificar os instrumentos de crédito, de proteção da produção, de garantia de preços mínimos e de garantia e renda para a agricultura familiar. Código: 0411					
Programa	<b>Agricultura Familiar – Pronaf (0411) / MDA</b> Código: 2012 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Unidade Orçamentária	<b>49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)</b>					
Ação Prioritária	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Sim ( <input type="checkbox"/> ) Não Caso positivo: ( <input type="checkbox"/> ) PAC ( <input type="checkbox"/> ) Brasil sem Miséria ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
700.000.000,00	423.590.289,83	423.590.289,83	423.590.289,83	423.590.289,83	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Informações sobre os resultados alcançados		Percentual	100,00%	-	60,51%	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	
Fórmula de Cálculo do Índice = (Dotação final / dotação inicial)x100%						
Análise do Resultado Alcançado						
No exercício de 2016 o volume de contratações atingiu 60,51% da meta financeira do Programa. O resultado atesta um volume expressivo de recursos direcionados com vistas ao fomento à pequena produção de base familiar, mediante a disponibilização de linhas de financiamento vinculadas ao PRONAF, para assegurar as continuadas opções de emprego e renda para o agricultor familiar, bem como uma maior geração de alimentos, produtos e serviços para a sociedade como um todo. Estima-se que a execução total do orçamento foi sensivelmente prejudicada em função do momento econômico do país, que contribuiu para a redução da demanda e, em decorrência, afetou todos os setores da economia.						

Fonte: Banco da Amazônia (Gerência de Microfinanças e Agricultura Familiar - GEMAF, base 31/12/2016).



**b) QUADRO 11 - Programa: 2077 - Agropecuária Sustentável (0618) / MAPA**

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Integral ( <input type="checkbox"/> ) Parcial					
Código	<b>2077</b> Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Título	Programa Agropecuária Sustentável					
Objetivo	Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural e a outras fontes de financiamento. Objetivo 0618. Iniciativa 0087 - Concessão de crédito ao médio produtor rural da Região Norte ao amparo do Pronamp- (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural – Resol. Bacen 3987 de 30.06.11) abrangendo recursos direcionados do FNO.					
Programa	<b>Agropecuária Sustentável (0618) / MAPA</b> Código: 2077 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Unidade Orçamentária	<b>22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)</b>					
Ação Prioritária	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Sim ( <input type="checkbox"/> ) Não Caso positivo: ( <input type="checkbox"/> ) PAC ( <input type="checkbox"/> ) Brasil sem Miséria ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
338.643.000,00	536.781.501,88	536.781.501,88	536.781.501,88	536.781.501,88	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Informações sobre os resultados alcançados		Percentual	100,00%	-	158,51%	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	
Fórmula de Cálculo do Índice = (Dotação final / dotação inicial)x100%						
Análise do Resultado Alcançado						
O volume de contratações do Programa atingiu 158,51% da meta financeira para o Exercício 2016. Os números, sob uma macroanálise, mostram o direcionamento das contratações para o abastecimento agroalimentar regional, através do financiamento das atividades agropecuárias desenvolvidas na Região Amazônica. O esforço desenvolvido pelo Banco da Amazônia ampliou a disponibilidade e o acesso de crédito ao médio produtor rural, estimulando o aumento da produtividade para o fortalecimento do setor agropecuário regional sustentável.						

Fonte: Banco da Amazônia (Sistema SIG/Controper, base 31/12/2016).



**c) QUADRO 12 - Programa: 2077 - Agropecuária Sustentável (0618) / MAPA**

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Integral ( <input type="checkbox"/> ) Parcial					
Código	<b>2077</b> Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Título	Programa Agropecuária Sustentável.					
Objetivo	Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural e a outras fontes de financiamento. Objetivo 0618. Iniciativa 000K - Concessão de crédito aos produtores rurais da Região Norte pelo Banco da Amazônia, abrangendo recursos direcionados do FNO.					
Programa	<b>Agropecuária Sustentável (0618) / MAPA</b> Código: 2077 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Unidade Orçamentária	<b>22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)</b>					
Ação Prioritária	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Sim ( <input type="checkbox"/> ) Não Caso positivo: ( <input type="checkbox"/> ) PAC ( <input type="checkbox"/> ) Brasil sem Miséria ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.000.000.000,00	1.258.878.463,13	1.258.878.463,13	1.258.878.463,13	1.258.878.463,13	-	-
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Informações sobre os resultados alcançados	Percentual	100,00%	-	125,89%		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	
Fórmula de Cálculo do Índice = (Dotação final / dotação inicial)x100%						
Análise do Resultado Alcançado						
O volume de contratações do Programa atingiu 125,89% da meta financeira do Exercício 2016. Os números, sob uma macroanálise, mostram o direcionamento das contratações para o abastecimento agroalimentar regional, através do financiamento das atividades agropecuárias desenvolvidas na Região Amazônica. Houve, ao longo do exercício de 2016, um aumento da produtividade do setor agropecuário, como resultante do estímulo ao crescimento de financiamentos aos produtores rurais, bem como à adoção de meios sustentáveis de produção por parte dos agricultores regionais.						

Fonte: Banco da Amazônia (Sistema SIG/Controper, base 31/12/2016).





**d) QUADRO 13 - Programa: 2077 - Agropecuária Sustentável (0743) / MAPA**

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Integral ( <input type="checkbox"/> ) Parcial					
Código	<b>2077</b> Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Título	Programa Agropecuária Sustentável.					
Objetivo	Promover o conhecimento e elevar a adoção da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) - Objetivo 0743. Iniciativa 00EM - Linhas de crédito do Banco da Amazônia para financiamento em apoio à Agricultura de Baixo Carbono (ABC) na Região Norte, abrangendo recursos direcionados do FNO.					
Programa	<b>Agropecuária Sustentável (0743) / MAPA</b> Código: 2077 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Unidade Orçamentária	<b>22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)</b>					
Ação Prioritária	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Sim ( <input type="checkbox"/> ) Não Caso positivo: ( <input type="checkbox"/> ) PAC ( <input type="checkbox"/> ) Brasil sem Miséria ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
260.000.000,00	89.307.215,00	89.307.215,00	89.307.215,00	89.307.215,00	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Informações sobre os resultados alcançados		Percentual	100,00%	-	34,35%	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	
Fórmula de Cálculo do Índice = (Dotação final / dotação inicial)x100%						
Análise do Resultado Alcançado						
No exercício de 2016 o volume de contratações atingiu 34,35% da meta financeira do Programa. O resultado atesta um volume expressivo de recursos direcionados com vistas ao fomento à pequena produção de base rural, mediante a disponibilização de linhas de financiamento vinculadas à agricultura de baixo carbono, para assegurar as continuadas opções de emprego e renda para o agricultor, bem como uma maior geração de alimentos, produtos e serviços para a sociedade como um todo. Estima-se que a execução total do orçamento foi sensivelmente prejudicada em função do momento econômico do país, que contribuiu para a redução da demanda e, em decorrência, afetou todos os setores da economia.						

Fonte: Banco da Amazônia (Sistema SIG/Controper, base 31/12/2016).



**e) QUADRO 14- Programa: 2077 - Agropecuária Sustentável (0747) / MAPA**

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( X ) Integral ( ) Parcial					
Código	<b>2077</b> Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Título	Programa Agropecuária Sustentável.					
Objetivo	Fortalecer o cooperativismo e o associativismo rural visando à melhoria da qualidade de vida, organização e sustentabilidade da base produtiva, geração de trabalho, emprego e renda, inclusão social e redução das desigualdades regionais. Objetivo 0747. Iniciativa 000P - Concessão de crédito às Cooperativas e Associações pelo BASA, na Região Norte, com recursos direcionados do FNO.					
Programa	<b>Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização (0747) / MAPA</b> Código: 2077 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Unidade Orçamentária	<b>22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)</b>					
Ação Prioritária	( X ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( X ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
11.000.000,00	13.316.864,00	13.316.864,00	13.316.864,00	13.316.864,00	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Informações sobre os resultados alcançados		Percentual	100,00%	-	121,06%	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	
Fórmula de Cálculo do Índice = (Dotação final / dotação inicial)x100%						
Análise do Resultado Alcançado						
O volume de contratações do Programa atingiu 121,06% da meta definida para o exercício de 2016. Os números, sob uma macroanálise, mostram o direcionamento das contratações para o abastecimento agroalimentar regional, através do financiamento das atividades agropecuárias desenvolvidas na Região Amazônica por cooperativas e associações de produtores rurais. O esforço desenvolvido pelo Banco da Amazônia ampliou a disponibilidade e o acesso de crédito às cooperativas e associações de produtores rurais, estimulando o aumento da produtividade para o fortalecimento do setor agropecuario regional sustentável.						

Fonte: Banco da Amazônia (Sistema SIG/Controper, base 31/12/2016).



**f) QUADRO 15 - Programa: 2029 – Cultura Regional (0789) / MI**

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Integral ( <input type="checkbox"/> ) Parcial					
Código	<b>2029</b> Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Título	<b>Programa de Desenvolvimento Regional e Territorial - MI</b>					
Objetivo	Promover o desenvolvimento regional e o ordenamento do território brasileiro por meio do planejamento da ocupação e do uso do espaço de forma sustentável e com abordagem territorial. Código: 0789 Iniciativa 00G3 - Promover a cultura regional através da concessão de financiamento aos empreendimentos culturais.					
Programa	<b>Cultura Regional (0789) / MI</b> Código: 2029 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Unidade Orçamentária	<b>53000 Ministério da Integração Nacional (MI)</b>					
Ação Prioritária	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Sim ( <input type="checkbox"/> ) Não Caso positivo: ( <input type="checkbox"/> ) PAC ( <input type="checkbox"/> ) Brasil sem Miséria ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
38.413.000,00	11.658.449,00	11.658.449,00	11.658.449,00	11.658.449,00	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Informações sobre os resultados alcançados		Percentual	100,00%	-	30,35%	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	
Fórmula de Cálculo do Índice = (Dotação final / dotação inicial)x100%						
Análise do Resultado Alcançado						
O volume de contratações do Programa atingiu 30,35% da meta estabelecida para o exercício de 2016. Os resultados alcançados foram sensibilizados devido a apresentação de projetos artístico-culturais aquém do planejado. Apesar da disponibilidade de recursos de financiamento voltados para a atividade cultural regional, os números registrados ao término do exercício de 2016 indicam que a situação econômica do país influenciou de forma significativa a baixa demanda do setor de cultura.						

Fonte: Banco da Amazônia (Sistema SIG/Controper, base 31/12/2016).



**f) QUADRO 16 - Programa: 2029 – Desenvolvimento Regional e Territorial (0789)/MI**

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( X ) Integral ( ) Parcial					
Código	<b>2029</b> Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Título	<b>Programa de Desenvolvimento Regional e Territorial - MI</b>					
Objetivo	Promover o desenvolvimento regional e o ordenamento do território brasileiro por meio do planejamento da ocupação e do uso do espaço de forma sustentável e com abordagem territorial. Código: 0789 Iniciativa 00KS - Concessão de crédito para promoção do desenvolvimento regional e territorial sustentável e diminuição das desigualdades intra e inter-regionais – (Aplicação dos recursos do FNO).					
Programa	<b>Desenvolvimento Regional e Territorial (0789)</b> Código: 2029 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Unidade Orçamentária	<b>53000 Ministério da Integração Nacional (MI)</b>					
Ação Prioritária	( X ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( X ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.400.000.000,00	2.333.853.275,00	2.333.853.275,00	2.333.853.275,00	2.333.853.275,00	-	-
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Informações sobre os resultados alcançados	Percentual	100,00%	-	43,22 %		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	
Fórmula de Cálculo do Índice = (Dotação final / dotação inicial)x100%						
Análise do Resultado Alcançado						
O volume de contratações do Programa atingiu 43,22% da meta estabelecida para o exercício de 2016. Os resultados alcançados foram sensibilizados devido a apresentação de projetos voltados à promoção do desenvolvimento regional sustentável aquém do planejado. Apesar da disponibilidade de recursos de financiamento, os números registrados ao término do exercício de 2016 indicam que a situação econômica do país influenciou de forma significativa a baixa demanda do setor.						

Fonte: Banco da Amazônia (Sistema SIG/Controper, base 31/12/2016).





**g) QUADRO 17 - Programa: 2029 – Micro e Pequenas Empresas (0789) / MI**

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		( X ) Integral ( ) Parcial				
Código		<b>2029</b> Tipo: Programas de Governo - Finalísticos				
Título		<b>Programa de Desenvolvimento Regional e Territorial - MI</b>				
Objetivo		Promover o desenvolvimento regional e o ordenamento do território brasileiro por meio do planejamento da ocupação e do uso do espaço de forma sustentável e com abordagem territorial. Código: 0789 Iniciativa 00BR - Concessão de crédito para as microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais da Região.				
Programa		<b>Micro e Pequenas Empresas (0789) / MI</b> Código: 2029 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos				
Unidade Orçamentária		<b>53000 Ministério da Integração Nacional (MI)</b>				
Ação Prioritária		( X ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( X ) Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
497.910.000,00	123.155.205,06	123.155.205,06	123.155.205,06	123.155.205,06	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Informações sobre os resultados alcançados		Percentual	100,00%	-	24,73%	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	
Fórmula de Cálculo do Índice = (Dotação final / dotação inicial)x100%						
Análise do Resultado Alcançado						
O volume de contratações do Programa atingiu 24,73% da meta estabelecida para o exercício de 2016. Os resultados alcançados foram sensibilizados devido a apresentação de projetos voltados à concessão de crédito para as microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais da Região aquém do planejado. Apesar da disponibilidade de recursos de financiamento, os números registrados ao término do exercício de 2016 indicam que a situação econômica do país influenciou de forma significativa a baixa demanda do setor. Os resultados alcançados através dos financiamentos às micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em APL's, bem como a empreendedores individuais contribuíram para a capacitação, a inovação, o acesso ao crédito, elevando a disponibilização de novas oportunidades de geração de renda e de ocupação de mão-de-obra na Região. Apesar dos esforços do Banco, com toda sua rede de distribuição voltada ao incentivo ao fomento das micro e pequenas empresas, a demanda por novos financiamentos foi afetada de forma significativa pela situação econômica do país, que influenciou na baixa demanda dessa linha de crédito.						
Fonte: Banco da Amazônia (Sistema SIG/Controper, base 31/12/2016).						



**h) QUADRO 18 - Programa: 2029– Turismo (0789) / MI**

Identificação da ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		( X ) Integral ( ) Parcial				
Código		<b>2029</b> Tipo: Programas de Governo - Finalísticos				
Título		<b>Programa de Desenvolvimento Regional e Territorial - MI</b>				
Objetivo		Promover o desenvolvimento regional e o ordenamento do território brasileiro por meio do planejamento da ocupação e do uso do espaço de forma sustentável e com abordagem territorial. Código: 0789 Iniciativa 005M - Concessão de crédito para o turismo regional.				
Programa		<b>Desenvolvimento Regional e Territorial (0789)/ MI</b> Código: 2029 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos				
Unidade Orçamentária		<b>53000 Ministério da Integração Nacional (MI)</b>				
Ação Prioritária		( X )Sim ( )Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( X ) Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
386.733.000,00	28.149.861,00	28.149.861,00	28.149.861,00	28.149.861,00	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Informações sobre os resultados alcançados		Percentual	100,00%	-	7,63%	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	
Fórmula de Cálculo do Índice = (Dotação final / dotação inicial)x100%						
Análise do Resultado Alcançado						
O volume de contratações do Programa atingiu 7,63% da meta estabelecida para o exercício de 2016. Não obstante existir disponibilidade de recursos de financiamento voltados para o turismo, o baixo desempenho no setor foi afetado de forma significativa pela situação econômica do país, que teve como consequência a queda na renda das famílias, refletindo no setor de serviços voltados ao lazer.						

Fonte: Banco da Amazônia (Sistema SIG/Controper, base 31/12/2016).



**i) QUADRO 19 - Programa: 2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade (1066)/MMA**

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( X ) Integral ( ) Parcial					
Código	<b>2078</b> Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Título	<b>Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade/ MMA</b>					
Objetivo	Ampliar a produção florestal sustentável e o conhecimento sobre as florestas brasileiras. Objetivo 2078. Iniciativa 00E7 - Financiamento de projetos de manejo florestal, implantação e manutenção de florestas comerciais e reflorestamento.					
Programa	<b>Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade (1066)</b> Código: 2078 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Unidade Orçamentária	<b>44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)</b>					
Ação Prioritária	( X ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( X ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
147.000.000,00	31.908.786,46	31.908.786,46	31.908.786,46	31.908.786,46	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Informações sobre os resultados alcançados		Percentual	100,00%	-	21,71%	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	
Fórmula de Cálculo do Índice = (Dotação final / dotação inicial)x100%						
Análise do Resultado Alcançado						
O volume de contratações do Programa atingiu 21,71% da meta estabelecida para o exercício de 2016. O resultado atesta um volume expressivo de recursos direcionados com vistas a projetos de manejo florestal, implantação e manutenção de florestas comerciais e reflorestamento. Contudo, estima-se que a execução total do orçamento foi sensivelmente prejudicada em função do momento econômico do país, que contribuiu para a redução da demanda e, em decorrência, afetou todos os setores da economia.						

Fonte: Banco da Amazônia (Sistema SIG/Controper, base 31/12/2016).



**j) QUADRO 20 - Programa: 2052 – Pesca e Aquicultura (1133) / MAPA**

Identificação da ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( X ) Integral ( ) Parcial					
Código	<b>2052</b> Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Título	<b>Programa Pesca e Aquicultura / MAPA</b>					
Objetivo	Estimular a ampliação da produção aquícola e pesqueira de forma sustentável e competitiva. Objetivo 2052. Iniciativa 003C - Concessão de crédito aos pescadores (as) e e aquicultores (as) para a Região Norte com recursos direcionados do FNO.					
Programa	<b>Pesca e Aquicultura (1133) / MAPA.</b> Código: 2052 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos					
Unidade Orçamentária	<b>22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)</b>					
Ação Prioritária	( X ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( X ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
30.000.000,00	42.518.200,59	42.518.200,59	42.518.200,59	42.518.200,59	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Informações sobre os resultados alcançados		Percentual	100,00%	-	141,73%	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	
Fórmula de Cálculo do Índice = (Dotação final / dotação inicial)x100%						
Análise do Resultado Alcançado						
No exercício de 2016 a meta financeira do Programa atingiu 141,73%. Os resultados alcançados atestam o direcionamento dos financiamentos para o atendimento creditício aos pescadores e aquicultores regionais, com o fim de aumentar a produção de organismos aquáticos de forma sustentável, contribuindo para o aumento da disponibilização de novas oportunidades de geração de renda e de ocupação de mão-de-obra na Região.						
Fonte: Banco da Amazônia (Sistema SIG/Controper, base 31/12/2016).						





**k) QUADRO 21 - Programa: 2071 – Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária (0289) / MTE**

Identificação da ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		( <input checked="" type="checkbox"/> ) Integral ( <input type="checkbox"/> ) Parcial				
Código		<b>2071</b> Tipo: Programas de Governo - Finalísticos				
Título		<b>Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária/MTE.</b>				
Objetivo		Fomentar oportunidades de trabalho, emprego e renda, por meio da concessão de crédito direcionado a atividades empreendedoras e ao microcrédito produtivo orientado. Objetivo 2071 Iniciativa 00FW - Concessão de financiamento às instituições de microcrédito operadoras em 2º piso e/ou operações de 1º piso buscando atender diretamente os micronegócios, assessorando também os microempreendedores populares.				
Programa		<b>Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária (0289) / MTE</b> Código: 2071 Tipo: Programas de Governo - Finalísticos				
Unidade Orçamentária		<b>38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)</b>				
Ação Prioritária		( <input checked="" type="checkbox"/> ) Sim ( <input type="checkbox"/> ) Não Caso positivo: ( <input type="checkbox"/> ) PAC ( <input type="checkbox"/> ) Brasil sem Miséria ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
173.345.790,67	79.519.981,94	79.519.981,94	79.519.981,94	79.519.981,94	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Informações sobre os resultados alcançados		Percentual	100,00%	-	45,87%	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	
Fórmula de Cálculo do Índice = (Dotação final / dotação inicial)x100%						
Análise do Resultado Alcançado						
O volume de contratações do Programa atingiu 45,87% da meta estabelecida para o exercício de 2016. O resultado atesta um volume expressivo de recursos direcionados com vistas a fomentar oportunidades de trabalho, emprego e renda, por meio da concessão de crédito direcionado a atividades empreendedoras e ao microcrédito produtivo orientado. Contudo, estima-se que a execução total do orçamento foi sensivelmente prejudicada em função do momento econômico do país, que contribuiu para a redução da demanda e, em decorrência, afetou todos os setores da economia.						

Fonte: Banco da Amazônia (Sistema SIG/Controper, base 31/12/2016).



### 3.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário e Restos a Pagar de exercícios anteriores

Esse item, ainda que previsto nas Portarias – TCU nº 321/2015 e 59/2017 como integrante do Relatório de Gestão, não se lhe aplica, eis que o FNO não se mostra como um executor de despesas e, nessa qualidade, não dispõe de valores inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores.

### 3.2.3 Informações sobre a realização das receitas

No que diz respeito ao item 3.2.3, ressaltamos que no exercício de 2016 as receitas do FNO atingiram o valor de R\$ 6.376,8 milhões, sendo compostas pela disponibilidade ao final de 2015, as transferências da União via Secretaria do Tesouro Nacional, os reembolsos de créditos em 2016, a remuneração das disponibilidades, o retorno ao FNO dos valores relativos aos riscos e a recuperação de crédito. O valor das despesas correspondeu a R\$ 2.996,8 milhões, contemplando a taxa de administração do Fundo, a despesa com auditoria externa, o bônus de adimplência, a despesa com del credere, os rebates, a remuneração do Banco da Amazônia sobre operações do PRONAF, os desembolsos com operações contratadas em exercícios anteriores e a renegociação de créditos baixados, conforme quadro 22.

**Quadro 22 Receitas e Despesas do Fundo  
Exercício de 2016**

Discriminação	R\$ Milhões	Participação %
<b>Origem de Recursos (Receitas)</b>	<b>6.376,8</b>	<b>100,0</b>
Disponibilidade Prevista ao Final do Exercício Anterior	1.467,0	23,0
Transferências da União	1.608,6	25,3
Reembolsos de Créditos em 2016	2.807,7	44,0
Remuneração das Disponibilidades	179,3	2,8
Retorno ao FNO dos Valores Relativos aos Riscos	194,2	3,0
Outras Receitas (Recuperação de Crédito)	120,0	1,9
<b>Aplicação de Recursos (Despesas)</b>	<b>2.996,8</b>	<b>100,0</b>
Taxa de Administração	321,7	10,7
Despesa com Auditoria Externa	0,2	0,0
Bônus de Adimplência	156,3	5,2
Despesa com Del Credere	608,3	20,3
Rebates	-	0,0
Remuneração do Banco da Amazônia sobre Operações do PRONAF	199,8	6,7
Desembolsos com Operações Contratadas em Exercícios Anteriores	1.700,0	56,7
Outras Despesas (Renegociação de Crédito)	10,5	0,4

Fonte: Banco da Amazônia / GECON

### 3.2.4 Informações sobre a execução das despesas

Importante destacar que o item 3.2.4 - informações sobre a execução das despesas, ainda que previsto nas Portarias – TCU nº 321/2015 e 59/2017 como



integrante do Relatório de Gestão, não se lhe aplica, eis que o FNO não se mostra como um executor de despesas e, nessa qualidade, não dispõe de valores que se enquadrem nas perspectivas demandadas por esse Órgão de Controle.



### 3.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

Em sua ação creditícia, o Banco da Amazônia atendeu a todas as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo CONDEL/SUDAM para o exercício 2016, na forma das diretrizes e orientações gerais do Ministério da Integração Nacional e das recomendações da Controladoria Geral da União (CGU), de aperfeiçoar o acompanhamento quantitativo e qualitativo de cada diretriz e prioridade no atendimento aos recursos do Fundo, conforme quadro 23.





Quadro 23 Atendimento às Diretrizes e Prioridades do FNO  
Exercício de 2016

Diretrizes e Prioridades do FNO	Discriminação	Programado / Reprograma do R\$ mi (A)	Realizado R\$ mi (B)	Indicador1		Avaliaçã o³	Justificativa (necessária para avaliação menor q III)
				$I_{rel} = \left( \frac{B}{A} \right) \times 100$	%		
1. Diretrizes							
a) Atuar em observância às diretrizes estabelecidas no Artigo 3o. da Lei nº 7.827/89, atualizada pela Lei Complementar nº 129 de 2009.	Financiamentos para todos os empreendimentos e setores produtivos privados da Região Norte	3.380,0	2.333,9	-	69,1%	II	Balanco do exercicio de 2016.
b) Promover o Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo, na área de abrangência do FNO (Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Roraima e Tocantins), integrando a base produtiva regional de forma competitiva na economia nacional e internacional.	Financiamentos para os municípios tipificados pela PNDR como de baixa renda, esboçados de média renda e dinâmicos de menor renda.	2.402,5	1.879,1	-	78,2%	II	Balanco do exercicio de 2016
c) Assegurar a geração de emprego e renda com observância aos potenciais e vocações locais.	Contribuição do FNO para o incremento do salário e criação de novas oportunidades de trabalho	3.380,0	2.333,9	-	69,1%	II	A aplicação do FNO contribuiu para incremento de R bilhões na massa salarial. A aplicação do FNO contribuiu para incremento maior de 388.826 postos de trabalho (95,9% da meta do ex
d) Utilizar os recursos do FNO em sintonia com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), Política Industrial da Amazônia Legal (PIAL), assim como outras Políticas, Planos e Programas do Governo Federal direcionados para a Região Norte.	Financiamentos para agricultura familiar, turismo, cultura, micro e pequena empresa e pesca e aquicultura	1.446,0	954,7	-	66,0%	II	Balanco do exercicio de 2016
e) Elevar a qualificação da mão de obra regional, objetivando o aumento da integração social, fortalecendo simultaneamente o capital humano e o capital social local.	Quantidade de pessoal qualificado para operacionalização do Pronaf	Não há meta financeira para este item.	-	-	-	-	Não houve quantificação para esse indicador.
f) Disseminar a lógica da integração industrial horizontal e vertical, para formar redes de empresas e ampliar o alcance da redistribuição de renda, por meio da aplicação dos recursos oriundos dos programas do Governo Federal e outros entes da federação, com destaque para os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).	*Financiamentos para INDÚSTRIA	188,0	109,2	-	58,1%	II	Balanco do exercicio de 2016
g) Promover e difundir a inovação nas atividades florestais de bases sustentáveis valorizando o reflorestamento, o manejo e a conservação/preservação da biodiversidade.	Financiamentos para florestamento, reflorestamento e manejo florestal sustentável em áreas de uso alternativo do solo e áreas de reserva legal (FNO-Biodiversidade)	50,0	31,9	-	63,8%	II	Balanco do exercicio de 2016
h) Apoiar as estratégias de produção e de gestão ambiental definidas em Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE).	Financiamentos para projetos/emprendimentos localizados em áreas de ZEEs	Não há meta financeira para este item	-	-	-	-	Em sua ação creditícia, o Banco aplica recursos do F projetos/emprendimentos localizados nas áreas de , concluídos pelos estados, porém, não há ferramentas para mensurar tais aplicações.
i) Apoiar Atividades Produtivas Locais (APLs) previamente identificadas e selecionadas nos Estados beneficiários dos recursos do FNO.	Financiamentos para projetos/emprendimentos localizados no âmbito das APLs	Não há meta financeira para este item	-	-	-	I	Em sua ação creditícia, o Banco aplica recursos do F projetos/emprendimentos no âmbito das APLs, porém há ferramentas que possam mensurar tais aplicações
j) Estimular a agregação de valor às cadeias produtivas regionais.	Financiamentos para o agronegócio regional (agricultura, pecuária e agroindústria)	1.407,0	1.195,8	-	85,0%	III	Balanco do exercicio de 2016
k) Apoiar a nacionalização da produção de bens	Financiamentos para projetos/emprendimentos em apoio à nacionalização da produção de bens	Não há meta financeira para este item	-	-	-	-	Em sua ação creditícia, o Banco aplica recursos do F projetos/emprendimentos em apoio à nacionalização produção de bens, porém, não há ferramentas que possam mensurar tais aplicações.



ii) Apoiar empreendimentos que priorizem o uso sustentável dos recursos naturais, bem como, aqueles voltados para a recuperação de áreas de reserva legal e áreas degradadas/alteradas das propriedades rurais, e	Financiamentos para florestamento, reflorestamento e manejo florestal sustentável em áreas de uso alternativo do solo e áreas de reserva legal (FNO-Biodiversidade)	50,0	31,9	-	63,8%	II	Balanco do exercicio de 2016
iii) Apoiar projetos apresentados por agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas, bem como, empreendedores individuais.	Financiamentos para os agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas, e empreendedores individuais	1.723,8	1.370,8	-	79,5%	II	Balanco do exercicio de 2016
2. Prioridades Setoriais							
1. Projetos de modernização e diversificação de empreendimentos do setor industrial, sobretudo através da inovação tecnológica.	*Financiamentos para INDÚSTRIA	188,0	109,2	-	58,1%	II	Balanco do exercicio de 2016
2. Projetos de logística e infraestrutura de transportes para intensificar as transações econômicas e comerciais em caráter interregional e intraregional	Financiamentos para projetos de logística e infraestrutura de transporte	94,0	0,0	-	-	-	Não houve demanda.
3. Projetos dos setores de pesca e aquicultura com melhores práticas produtivas, que promovam a abertura de novos canais de comercialização.	Financiamentos para pesca e aquicultura	27,0	42,5	-	157,4%	V	Balanco do exercicio de 2016
4. Projetos de fruticultura, apicultura e de sistemas agroflorestais e agroextrativistas regionais, com ênfase nas organizações produtivas familiares.	Financiamentos com recursos do FNO-Pronaf Mais Alimentos e FNO-Pronaf Floresta	Apenas o Pronaf-A tem metas de aplicação; as metas para as demais linhas são aprovadas.	335,9	-	-	-	Balanco do exercicio de 2016
5. Projetos relacionados à produção de alimentos básicos para o consumo da população regional.	Financiamentos para agricultura familiar, pesca e aquicultura e agropecuária	2.080,0	1.593,2	-	76,6%	I	Balanco do exercicio de 2016
6. Projetos de infraestrutura econômica com ênfase nos segmentos de energia (principalmente renovável), transporte (em especial ao individual e ligado ao turismo), armazenagem, comunicação, abastecimento e tratamento de água esgoto/saneamento e obras em Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs)	*Financiamentos para INFRAESTRUTURA	94,0	0,0	-	-	-	Não houve demanda.
7. Projetos que se beneficiem e potencializem o efeito das injeções do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).							
8. Projetos de apoio à cadeia do turismo regional, em bases sustentáveis, especialmente empreendimentos de implantação, expansão e modernização.	Financiamentos para os empreendimentos turísticos sustentáveis na região	80,0	28,2	-	35,2%	I	Balanco do exercicio de 2016
9. Projetos de apoio e valorização da cultura regional e de empreendimentos criativos.	Financiamentos para projetos culturais	26,0	10,4	-	39,9%	I	Balanco do exercicio de 2016
10. Projetos de reflorestamento e florestamento para fins de recuperação de áreas de reserva legal e áreas degradadas/alteradas das propriedades rurais.	Financiamentos para projetos florestais em áreas de reserva legal e áreas degradadas/alteradas (operações florestais)	50,0	31,9	-	63,8%	II	Balanco do exercicio de 2016
11. Projetos de inovação tecnológica com base na tecnologia de informação.	Financiamento de projetos para inovação tecnológica	5,0	0,94	-	0,19%	I	Balanco do exercicio de 2016
12. Projetos para ampliação e consolidação da base científica e tecnológica regional.	Financiamento de projetos para ampliação e consolidação da base científica e tecnológica regional						
13. Projetos de produção agrícola em áreas degradadas/alteradas, contemplando o financiamento de máquinas e insumos.	Financiamentos para projetos de produção agrícola em áreas de reserva legal	50,0	31,9	-	63,8%	II	Balanco do exercicio de 2016
14. Projetos de reciclagem e resíduos.	*Financiamentos para INDÚSTRIA	188,0	109,2	-	58,1%	II	Balanco do exercicio de 2016
15. Projetos de desenvolvimento socioeconômico, em bases sustentáveis, para a integração das regiões inseridas na faixa de fronteira.	Financiamentos para os municípios localizados na Faixa de Fronteira da Região Norte	882,9	667,3	-	75,6%	II	Balanco do exercicio de 2016
16. Projetos de fomento à atividade de comércio e serviço.	Financiamentos para as atividades de comércio e serviço	536,0	480,3	-	89,6%	III	Balanco do exercicio de 2016



17. Projeto de Apoio à Agricultura de Baixo Carbono.	Financiamentos para atividades com baixa emissão de gases de efeito estufa	250,0	89,3	-	37,7%	I	Balanco do Exercício de 2016
18. Projetos não governamentais de infraestrutura em abastecimento de água	*Financiamentos para INFRAESTRUTURA	94,0	0,0	-	-	-	Não houve demanda.
19. Biotecnologia (farmacêutica, biocombustíveis, higiene pessoal, perfumaria e cosméticos).	*Financiamentos para INDÚSTRIA	188,0	109,2	-	58,1%	II	Balanco do exercício de 2016
20. Indústria de verticalização minero-metálica.							
21. Indústrias intensivas de trabalho (reciclagem, couro e artefatos, têxtil, confecções moveleiras).							
22. Indústria Naval, inclusive fabricação de peças e componentes.							
23. Indústria alimentícia (carne peixe, cereais, frutas leguminosas e seus derivados).	*Financiamentos para INFRAESTRUTURA	94,0	0,0	-	-	-	Não houve demanda.
24. Geração de energia para consumo próprio do empreendimento, admitida a comercialização da energia excedente, desde que limitada a 50% da capacidade de geração prevista no projeto.							
25. Geração, transmissão e distribuição de energia nos casos de empresas de distribuição de energia elétrica sob intervenção do poder concedente, nos termos da Lei nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012.							
26. Geração, transmissão e distribuição de energia nos casos de empreendimentos caracterizados como prioritários, mediante manifestação do Ministério de Minas e Energia, que já tenham contratado operações de financiamento com recursos do fundo.							
27. Geração de energia nos casos de empreendimentos voltados ao aproveitamento das fontes de biomassa, dentro do limite de participação dos recursos do Fundo, de até 60% (sessenta por cento) do investimento total do projeto.							
28. Geração de energia por Pequenas Centrais Hidrelétricas, pequenas eólicas e centrais fotovoltaicas, dentro do limite de participação dos recursos do Fundo, de até 60% (sessenta por cento) do investimento total do projeto.							
3. Prioridades Espaciais							
1. Projetos nos municípios localizados na Faixa de Fronteira da Região Norte.	Financiamentos para os municípios localizados na Faixa de Fronteira da Região Norte.	882,9	667,3	-	75,6%	I	Balanco do exercício de 2016
2. Projetos nos municípios integrantes das mesorregiões do Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Bico do Papagaio (excetuando os municípios do Estado do Maranhão, assistidos pelo PNE), da Chapada das Mangabeiras (municípios do Estado do Tocantins) e do Xingu.	Financiamentos para os municípios integrantes das mesorregiões diferenciadas da Região Norte pelo PNDR.	361,8	425,8	-	117,7%	V	Balanco do exercício de 2016
3. Projetos nos municípios classificados pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnados ou dinâmicos.	Financiamentos para os municípios tipificados pela PNDR como de baixa renda, estagnados de média renda e dinâmicos de menor renda.	2.402,5	1.879,1	-	78,2%	I	Balanco do exercício de 2016

Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FND para 2016 / Sistema SIG-Contrapp 8.  
(1) Meta Atendida  
(2) Valor dos Financiamentos Realizados dividido pelo Valor dos Financiamentos Programados, vezes 100.  
(3) I) até 50% = meta não atingida; II) a partir de 50% até 80% = meta parcialmente atingida; III) a partir de 80% até 95% = meta satisfatoriamente atingida; IV) a partir de 95% até 100% = meta atingida; e V) acima de 100% = meta superada  
(4) A meta corresponde ao mínimo de 51% do orçamento do FND para 2016, para os beneficiários de menor porte  
Obs\*: as prioridades foram agrupadas na mesma discriminação por estarem correlacionadas as características setoriais.



#### 4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

##### 4.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

O Fundo tem como objetivo principal o de promover o desenvolvimento socioeconômico da Região Norte, tendo como gestor o Banco da Amazônia, mediante a execução de programas específicos de financiamento aos setores produtivos.

O Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – CONDEL/SUDAM tem por competência estabelecer as diretrizes de ação para o desenvolvimento regional. O CONDEL/SUDAM é presidido pelo Ministro da Integração Nacional e é integrado, ainda, pelas seguintes autoridades: os Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento; seis Ministros de Estado das demais áreas de atuação do Poder Executivo; os nove governadores da Amazônia Legal; três prefeitos de municípios de Estados diferentes indicados pela Associação Brasileira de Municípios, pela Confederação Nacional de Municípios e pela Frente Nacional de Prefeitos; três representantes da classe empresarial de Estados diferentes indicados pelas entidades da Agricultura, do Comércio e da Indústria; três representantes da classe dos trabalhadores indicados pelas entidades de trabalhadores da Agricultura, do Comércio e da Indústria, e pelo Superintendente da Sudam e pelo Presidente do Banco da Amazônia.

Em obediência às boas práticas de Governança Corporativa, o Banco da Amazônia adota como linhas mestras a transparência, a equidade, apresentação de contas e a responsabilidade corporativa através de um conjunto eficiente de mecanismos, tanto de incentivos quanto de monitoramento. Governança Corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo na gestão do FNO os relacionamentos entre Conselho de Administração, Diretoria, Auditoria Independente e Conselho Fiscal.

A preocupação da governança corporativa é criar um conjunto eficiente de mecanismos, tanto de incentivos quanto de monitoramento, a fim de assegurar que o comportamento dos executivos esteja sempre alinhado com o interesse geral da sociedade.

A estrutura da Governança do Banco da Amazônia, assim como sua composição, funcionamento, atribuições e competências obedecem às regulamentações vigentes e ao seu Estatuto Social.

O Conselho de Administração é composto de seis membros, um dos quais indicado pelos acionistas minoritários para exercer atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e fiscalizadoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas. Na sua composição é proibida a presença dos diretores do Banco e a nomeação do Presidente para presidi-lo e possui ainda as seguintes unidades subordinadas.





O Comitê de Auditoria funciona como unidade de apoio ao Conselho de Administração e a ele é subordinado, atendendo às instruções emanadas CMN, através da Resolução nº 3.198/2004.

A Auditoria Independente, selecionada através de processo de licitação, é aprovada pelo Conselho de Administração, e não prestará serviços relevantes de consultoria que conflite com as suas funções.

A Auditoria Interna é vinculada, tecnicamente, ao Conselho de Administração e, administrativamente, à Presidência do Banco da Amazônia.

A Diretoria Executiva é o órgão da administração integrado pelo Presidente e cinco Diretores, dos quais, pelo menos dois, profissionais da atividade bancária. O Presidente é nomeado pelo Presidente da República e por ele demissível “ad nutum”. Os Diretores são eleitos, entre acionistas ou não, e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração. Os Diretores possuem mandato coincidente de três anos admitida a reeleição, estendendo-se o período de respectiva gestão até a investidura de novos membros.

O Banco dispõe também, em sua estrutura organizacional, de uma Ouvidoria, com a atribuição de assegurar observância das normas legais e regulamentares, e de atuar como canal de comunicação entre a Instituição e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos.

Como forma de estar alinhado às boas práticas de governança corporativa, o Banco possui quatorze Comitês para analisar e deliberar sobre os assuntos relevantes da Organização.



## 4.2 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Ver informações no Quadro 24, abaixo

**Quadro 24–Avaliação do Sistema de Controles Internos e de Riscos da UPC**

<b>ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS</b>	<b>VALORES</b>				
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UPC são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UPC é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UPC na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UPC.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UPC.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UPC ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações				X	



úteis à tomada de decisão.					
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UPC, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UPC são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UPC possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UPC são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UPC é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UPC são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UPC é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UPC, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UPC, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UPC é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UPC tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UPC tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	



**Análise Crítica:**

A análise e avaliação dos quesitos considerou os aspectos de controles internos constantes no Relatório de Avaliação de Controles Internos (RACI) e Relatório de Risco Operacional (RRO), do segundo semestre/2016, elaborados pela Gerência de Controles Internos e aprovados pelo Conselho de Administração do Banco da Amazônia, nos quais constam os indicadores utilizados pela Instituição para monitorar o nível dos riscos e a efetividade dos controles internos implementados.

**LEGENDA****Níveis de Avaliação:**

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UPC.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UPC, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UPC.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UPC, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UPC.





## 5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

### 5.1 GESTÃO DE PESSOAS

O item 5.1 – “GESTÃO DE PESSOAS” ainda que previsto nas Portarias – TCU nº 321/2015 e 59/2017 como integrantes do Relatório de Gestão, não se lhe aplica, eis que o FNO não se mostra como um executor de despesas.

### 5.2 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO utiliza os seguintes sistemas computacionais, que se mostram diretamente relacionados aos macroprocessos finalísticos e objetivos estratégicos dessa UPC:

Relação de sistemas utilizados e suas respectivas funções:

Quadro 25 Sistemas utilizados pelo FNO e suas respectivas funções

NOME DO SISTEMA	FUNÇÃO
CONTROPER	Controle de operações de crédito de fomento (mainframe).
SGF	Gestão de Fomento (plataforma baixa).

Fonte: Banco da Amazônia – Gerência de Tecnologia da Informação, base 31/12/2016

Eventuais necessidades de novos sistemas informatizados ou funcionalidades

Quadro 26 Necessidade de novos sistemas informatizados ou funcionalidades

SISTEMAS/FUNCIONALIDADE	JUSTIFICATIVA	MEDIDAS
• Projeto de desativação da plataforma Mainframe e porte do código fonte (COBOL) do CONTROPER para plataforma baixa.	Migrar os sistemas residentes no mainframe para uma nova plataforma de fácil evolução e com custos adequados	No ano de 2016 foram realizados os estudos de viabilidade para que a execução seja iniciada em 2017.

Fonte: Banco da Amazônia – Gerência de Tecnologia da Informação, base 31/12/2016

Informações relevantes:

#### a) Plano Diretor do TI (PDTI)

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2016-2019 do Banco da Amazônia foi elaborado no ano de 2015 e aprovado pela Diretoria Executiva do Banco da Amazônia em Janeiro/2016. O Instrumento Institucional foi concebido a partir dos objetivos estratégicos da empresa e a partir das diretrizes emanadas pela área de estratégia sobre os planejamentos táticos das áreas de negócios do Banco. Foram considerados na elaboração deste PDTI as necessidades de melhorias da própria área de TI, com foco na mitigação dos riscos apontados pelas auditorias, bem como nas melhorias de processos de TI orientados pela consultoria Gartner, tudo com o objetivo



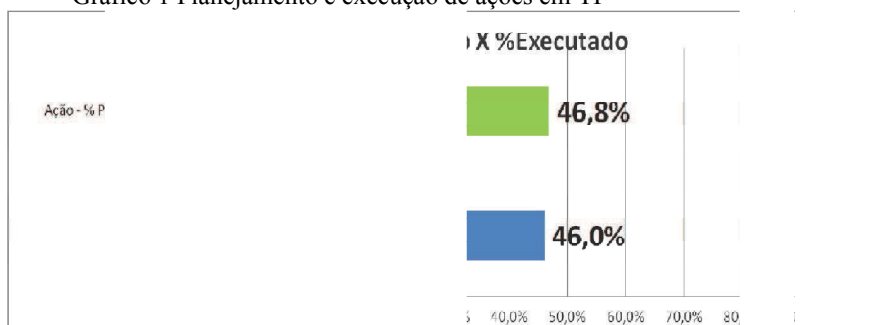
de tornar a “máquina TI” mais eficiente e com condições de entregar com qualidade os projetos demandados, além também, de estar apta para prestar serviços adequados de suporte tecnológico para os negócios do Banco.

Em síntese, o PDTI vigente foi elaborado para suportar o crescimento dos negócios do Banco, e, de onde podemos destacar os principais objetivos a serem alcançados por ele:

- *Manter o parque computacional adequado as necessidades da empresa;*
- *Eliminar erros em sistemas legados lançando constantes versões de melhorias;*
- *Agilizar e qualificar melhor o suporte operacional de Tecnologia às agências;*
- *Contribuir para a automatização dos processos de trabalho tanto da matriz quanto das agências;*
- *Manter evolução nos processos de Governança de TI e mitigar riscos apontados;*
- *Atender com qualidade todas as demandas de TI originadas a partir dos comitês de priorização;*
- *Lançar novos produtos e serviços alinhados à estratégia comercial do Banco.*

Adicionalmente informamos que no ano de 2016 houve uma revisão no plano de ações do PDTI 2016-2019, buscando manter a aderência à revisão da estratégia corporativa do Banco, materializando novos produtos e serviços para a Empresa. O Gráfico 1 abaixo demonstra o % Planejado VS % Realizado execução do PDTI vigente:

Gráfico 1 Planejamento e execução de ações em TI



Fonte: Banco da Amazônia



**b) Comitê Gestor de TI****Atividades:**

Os comitês de priorização de demandas a TI, CPORT (Comitê de Gestão de Portfólio de TI) e COGES (Comitê de Gestão em Manutenção de Sistemas), vem tendo importante papel dentro do encaminhamento das demandas à área de TI.

Efetivamente se preencheu a lacuna entre as solicitações de serviços à TI, sua relevância e resultados para a instituição, através da priorização tendo como principal balizador a estratégia corporativa. O resultado disso foi o alinhamento das ações de TI sob a perspectiva corporativa com as prioridades sugeridas pela Metodologia de Priorização de Demandas e sua avaliação pelos comitês. Essa era uma fragilidade por vezes apontada em relatórios de conformidade e risco que diziam respeito às ações de TI em consonância com a estratégia institucional. Segue abaixo as atribuições e atividades de cada comitê:

**Sobre o CPORT:**

O CPORT tem por finalidade definir as prioridades dos projetos de Tecnologia da Informação, identificando e priorizando os projetos de TI conforme a sua importância para os resultados do Banco e mensuração de riscos.

Suas competências são:

**a) Apreciar e deliberar sobre:**

- novos projetos de TI no âmbito do Banco da Amazônia;
- programação orçamentária de TI.

**b) Avaliar e submeter à apreciação da DIREX, com sua manifestação:**

- as demandas que necessitem de recursos não previstos no orçamento de TI;
- os projetos de TI considerados de grande porte e/ou corporativos e/ou estruturantes para ratificação ou retificação da ordem de prioridade sugerida pelo comitê aos mesmos;
- o Plano Estratégico e Diretor de TI – PDTI e suas respectivas atualizações.
- novos projetos de TI no âmbito do Banco da Amazônia;
- orçamento de TI e rubricas referentes aos principais investimentos, despesas e dispêndios da TI;
- priorização dos projetos de grande porte, ou seja, os projetos cuja duração estimada seja maior que 18 meses;
- andamento dos projetos em tramitação na área de TI aprovados pelo Comitê, como também sobre a alteração da ordem de execução se necessário;
- paralisação das atividades em execução para proporcionar o desenvolvimento de outras que julgar mais importantes;



- ocorrências que prejudiquem ou causem impactos no cumprimento dos cronogramas e solicitações de mudanças nos projetos;

- c) Monitorar a execução das demandas e projetos de TI, recomendando alterações, quando necessário;
- d) Apreçar e deliberar sobre demandas de manutenção de sistemas de Tecnologia da Informação que necessitem de recursos não previstos no orçamento de TI, oriundas do COGES;
- e) Encaminhar semestralmente à Diretoria relatório contendo portfólio de demandas de TI, inclusive as relativas aos sistemas, com acompanhamento de sua execução.

O Comitê é constituído dos seguintes membros:

Permanentes com direito a voto:

- a) Secretaria Executiva de Rede de Distribuição – SERED;
- b) Secretaria Executiva de Estratégia, Organização e Projetos – SEORP;
- c) Secretaria Executiva de Produtos e Serviços e de Tecnologia da Informação – SECTI;
- d) Gerência de Contadoria – GECON;
- e) Gerência de Planejamento, Políticas e Normas de Crédito – GEPEC;
- f) Gerência de Suporte Operacional – GESOP.

Permanentes sem direito a voto:

- a) Gerência de Desenvolvimento e Gestão de Produtos, Serviços e de Soluções Tecnológicas – GPROT;

São considerados como membros transitórios, sem direito a voto, Secretários Executivos e Gerentes Executivos das demais unidades do Banco, quando os assuntos em pauta exigirem suas presenças.

A Coordenação do CPORT será exercida pelo Secretário Executivo da SEORP. Nas ausências regulamentares será exercida pelo Secretário Executivo da SERED.

No ano de 2016, o CPORT realizou 22 reuniões, cuja principal deliberação relacionada ao crédito de fomento foi a Migração/Porte dos códigos fontes escritos em SADS/COBOL com as regras de negócio de todas as rotinas inerentes ao processo de RECÁLCULO do sistema CONTROPER para a linguagem PL/SQL e suas respectivas bases de dados UNISYS-DMSII para o Banco de dados relacional ORACLE 11G.

### **Sobre o COGES**

O Comitê de Gestão de Manutenção em Sistemas – COGES, de caráter deliberativo, tem por finalidade definir as prioridades das demandas de manutenção de





sistemas de Tecnologia da Informação, identificando e priorizando tais demandas conforme a sua importância para os resultados do Banco e mensuração de riscos.

Suas competências são:

- a) Apreciar e deliberar sobre novas demandas de manutenção de sistemas de TI no âmbito do Banco da Amazônia;
- b) Avaliar e submeter à apreciação do CPORT, com sua manifestação, as demandas que necessitem de recursos não previstos no orçamento de TI;
- c) Monitorar a execução das demandas de manutenção de TI, recomendando alterações, quando necessário;
- d) Garantir que as decisões do comitê sejam respaldadas em metodologia específica para priorização de demandas;
- e) Encaminhar semestralmente ao CPORT relatório contendo portfólio de demandas de sistemas com acompanhamento de sua execução.

O Comitê é constituído dos seguintes membros permanentes com direito a voto:

- a) Gerência de Administração de Sistemas – GSIST;
- b) Gerência de Microfinanças e Agricultura Familiar – GEMAF;
- c) Gerência de Suporte Operacional – GESOP;
- d) Gerência de Planejamento, Políticas e Normas de Crédito – GEPEC;

A Coordenação do COGES será exercida pela Gerência de Suporte Operacional – GESOP. Nos casos de sua ausência, será exercida pelo Gerente Executivo da GSIST.

O Comitê reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente, quando necessário, por convocação do Coordenador, ou membros da Diretoria Executiva do Banco ou, ainda, por solicitação de quaisquer dos seus membros permanentes.

Dentre suas principais decisões estão:

- *Priorização de todas as demandas nas coordenações da Gerência de Sistemas que atua na sustentação;*
- *Acompanhamento e priorização sobre as demandas da sustentação e evolução.*

No ano de 2016, o COGES realizou 33 reuniões cujas principais deliberações relacionadas ao crédito de fomento foram:

- *Implantação do Plano SAFRA 2016-2017 - PRONAF;*
- *Implantação no CONTROPER: BNDES - FINAME Agrícola;*
- *Implantação do novo SIGCONTROPER, o SIG WEB - Sistema de Geração de Relatório do Fomento;*
- *Desenvolvimento de funcionalidade no Controper para o débito automático dos contratos inadimplentes, visando atender a central de crédito;*
- *Automatização das rotinas do FDA – Fase 1;*



- *SISCÉDULA – Sistema para geração automática das cédulas de crédito;*
- *Criação de relatório de gestão da inadimplência/provisão - INAD 90.*

#### a) Sistemas de informação da UPC

Quadro 27 - Sistemas de informação da UPC

SISTEMA	FUNÇÃO	CRITICIDADE
CONTROPER	Controle de operações de crédito de fomento (mainframe).	Alta
SGF	Gestão de Fomento (plataforma baixa).	Alta

Fonte: Banco da Amazônia – Gerência de Tecnologia da Informação, base 31/12/2016

#### b) Plano de capacitação do pessoal de TI

O plano de capacitação de TI (PCTI) consiste no conjunto das capacitações necessárias para viabilizar ao pessoal de TI as competências necessárias para execução do PDTI 2016-2019. Tais capacitações foram planejadas para que os funcionários alocados nas unidades de TI adquiram o conhecimento necessário para suportar tecnicamente os produtos e serviços oferecidos pelo Banco. Os treinamentos concluídos no ano de 2016 foram:

Treinamento / Evento	Tipo Evento
Análise, modelagem e automação de processos com Bizagi	Treinamento Interno
Engenharia de Requisitos	Treinamento Interno
Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) com Alfresco	Treinamento Interno
Indicadores e Métricas de Desempenho em TI	Treinamento Interno
Pentaho - Banco de Dados	Treinamento Interno
TOGAF Foundation 9.1	Treinamento Interno
TSHOOT - Troubleshooting and Maintaining Cisco IP Networks	Treinamento Interno
GPWEB	Treinamento Interno
Treinamento Oficial de Zabbix in company	Treinamento Interno
Mercado Financeiro: Produtos e Serviços	Treinamento Interno
VMware vCenter Site Recovery Manager: Install, Configure, Manage [V5.1]	Treinamento Interno
VMware vSphere: Install, Configure, Manage [V5.5]	Treinamento Interno
Evento Gartner – Data Center	Evento Externo
Evento Gartner – Segurança e Riscos	Evento Externo
Evento Gartner – Simpósio CIO	Evento Externo
CIAB - Congresso de Tecnologia da Informação para Instituições Financeiras	Evento Externo
AIM Banking Brazil 2016	Evento Externo
Evento USTDA – Vale do Silício – São Francisco - Califórnia	Evento Externo

#### c) Quantitativo de pessoas que compõem a força de trabalho de TI

Quadro 28 - Força de trabalho de pessoal de TI



a. quantitativo aprovado como força de trabalho em TI.	<b>194</b>
b. quantitativo necessário (ideal) como força de trabalho em TI.	<b>244</b>
c. quantitativo total da força de trabalho existente (real) em TI.	<b>177</b>
d. quantitativo de servidores/empregados públicos efetivos da carreira de TI da própria instituição.	<b>130</b>
e. quantitativo de servidores/empregados públicos efetivos de outras carreiras (não TI) da própria instituição.	<b>49</b>
f. quantitativo de servidores/empregados públicos cedidos de outras instituições públicas.	<b>0</b>
g. quantitativo de servidores/empregados públicos não efetivos em cargos de livre nomeação.	<b>0</b>
h. quantitativo de estagiários lotados na área de TI.	<b>6</b>
i. quantitativo de terceirizados de TI que trabalham regularmente no ambiente da instituição (contratos de serviços continuados com cessão de mão de obra).	<b>26</b>
j. quantitativo de terceirizados de TI que trabalham no ambiente da instituição para execução de projetos de tempo determinado.	<b>0</b>
k. quantitativo de servidores/empregados públicos do quadro de TI que NÃO atuam na área de TI da instituição.	<b>23</b>
l. quantitativo de servidores/empregados públicos do quadro de TI que NÃO atuam na instituição.	<b>0</b>

Fonte: Banco da Amazônia – Gerência de Tecnologia da Informação, base 31/12/2016

**d) Processos de gerenciamento de serviços TI, relacionados com crédito de fomento, implementados na Unidade e em alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI**

O Banco possui atualmente 20 processos (chamados internamente de Norma de Procedimento) de TI publicados em seu Sistema Corporativo de Normativos. Tais processos buscam padronizar as atividades da empresa relacionadas à tecnologia da informação, buscando qualidade e excelência nos serviços entregues pela TI, independente de quem os execute. Abaixo a lista dos processos publicados na Intranet do Banco:

- NP 020 - Homologação de Produtos e Serviços de TI
- NP 021 - Gestão de Acesso ao Ambiente Corporativo
- NP 023 - Administração de Dados
- NP 024 - Gestão de Integração de Dados, Sistemas e Serviços de TI
- NP 025 - Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação
- NP 026 - Administração de Banco de Dados
- NP 029 - Arquitetura de Sistemas
- NP 032 - Gestão de Política de Backup
- NP 036 - Gerenciar Serviços Terceirizados de TI
- NP 037 - Monitorar e Avaliar o Desempenho de TI
- NP 038 - Gerenciar Mudanças e Liberações



- NP 039 - Gerenciar Central de Serviços e os Incidentes
- NP 040 - Gerenciar a Configuração
- NP 041 - Gerenciar Problemas
- NP 042 - Gerenciar Portfólio e Projetos de TI
- NP 044 - Gestão de Operações de TI
- NP 045 - Definir um plano estratégico de TI
- NP 046 - Definir e Gerenciar Níveis de Serviço
- NP 047 - Gerenciar o Desempenho e a Capacidade
- NP 048 - Gerenciar Eventos e Monitoramento de Infraestrutura de TI

Além dos processos já publicados, no ano de 2016 foram iniciadas diversas frentes para de revisão e elaboração de Normas e Procedimentos, conforme abaixo:

Elaboração de Novas NPs (ainda em elaboração ou pendente de publicação):

- NP 028 - Processo de Software;
- NP 031 - Gerenciar o Portfólio de TI;
- NP 049 - Gerenciar o Orçamento de TI.

Revisão de NP's Já publicadas:

- NP 037 - Monitorar e Avaliar o Desempenho de TI;
- NP 038 - Gerenciar Mudanças e Liberações;
- NP 039 - Gerenciar Central de Serviços e os Incidentes;
- NP 029 - Arquitetura de Sistemas;
- NP 042 - Gerenciar Portfólio e Projetos de TI
- NP 047 - Gerenciar o Desempenho e a Capacidade

**e) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a Unidade**

Atualmente o Banco da Amazônia não possui dependência de terceiros para sustentar seus processos críticos de negócio. Desde 2012 o Banco vem reduzindo o nível de terceirização, mantendo-os em patamares aceitáveis. No ano de 2016 a área de TI encerrou o ano com 26 prestadores de serviço terceirizados (realizando serviços continuados com cessão de mão de obra), cujo as atividades se concentraram principalmente em serviços de 1º nível como monitoramento TI e suporte na Central de Serviços de TI, não oferecendo riscos de dependência tecnológica. Abaixo gráfico 2, comparativo de prestadores de serviços terceirizados ao final de cada exercício.





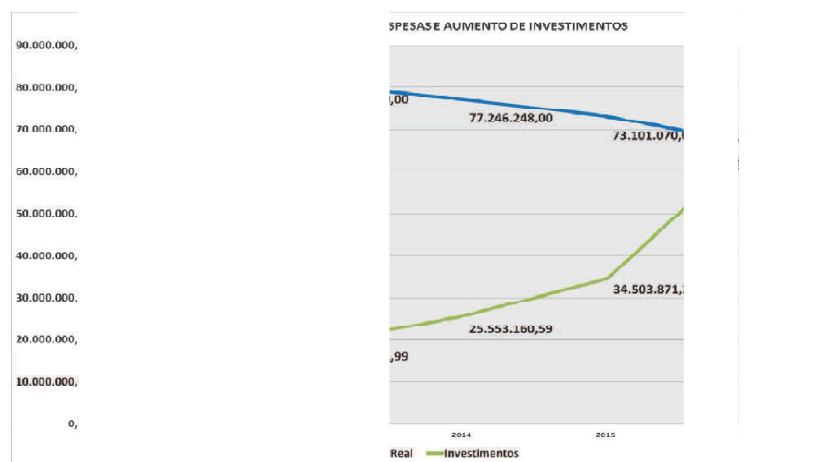
Gráfico 2 – Demonstrativo de terceirizados ao final do exercício



Fonte: Banco da Amazônia - Gerência de Tecnologia da Informação, base 31/12/2016



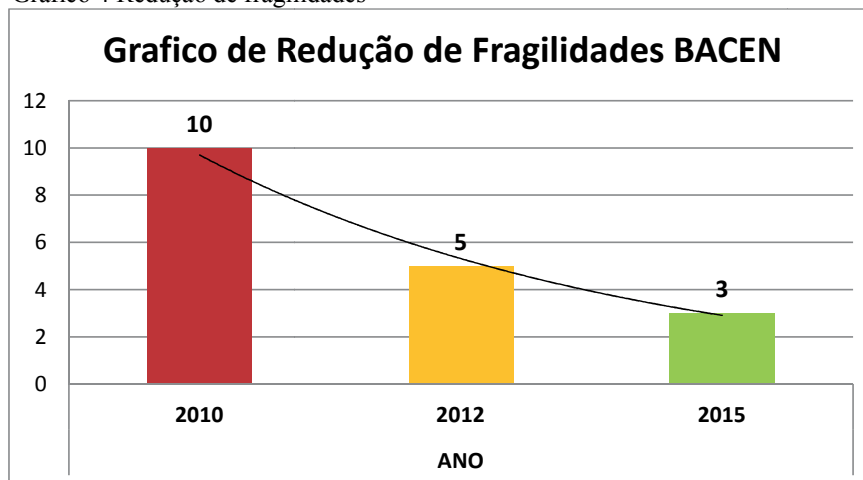
Gráfico 3 – Evolução da redução de despesas e do aumento de investimentos



Fonte: Banco da Amazônia – Gerência de Tecnologia da Informação, base 31/12/2016

Outro fato que merece destaque é a redução de fragilidades apontadas pelo Banco Central do Brasil – BACEN na área de tecnologia, saindo de um quadro de 10 fragilidades em 2010, consideradas gravíssimas, para 3 (três) deficiências de controle em 2015 conforme gráfico 4, abaixo:

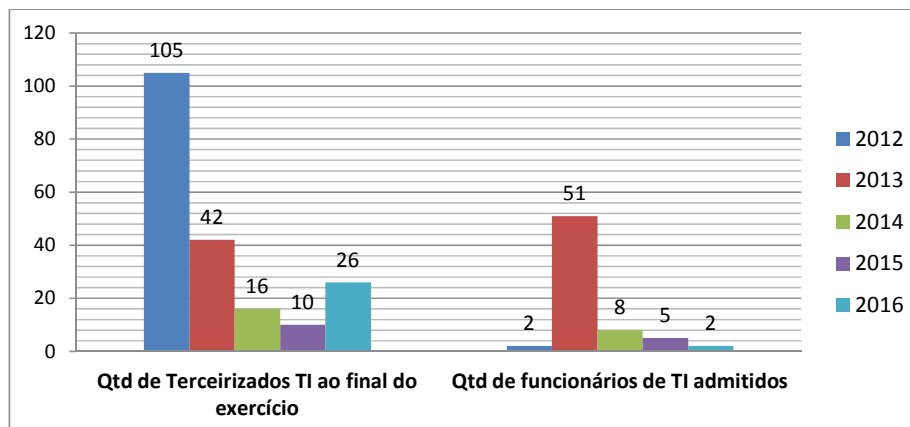
Gráfico 4 Redução de fragilidades



Fonte: Banco da Amazônia – Gerência de Tecnologia da Informação, base 31/12/2016

- Redução do quadro de terceirizados e o aumento do quadro de empregados de TI admitidos através de concurso público pode ser visualizados através do gráfico 5, abaixo:



*Gráfico 5 - Comparativo quadro TI*

Fonte: Banco da Amazônia S/A – Gerência de Tecnologia da Informação, base 31/12/2016



## 6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

### 6.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

O Banco dispõe em sua estrutura organizacional de uma Ouvidoria com a atribuição de assegurar observância das normas legais e regulamentares, e de atuar como canal de comunicação entre a Instituição e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos.

Em relação às operações de crédito, a Ouvidoria do Banco recebeu, em 2016, um total de 29 manifestações, sendo 25 reclamações, 02 denúncias e 02 solicitações.

O total de manifestações no exercício de 2016 foi 3,57% superior ao registrado no exercício de 2015, que foi em número de 28, sendo 21 reclamações, 05 denúncias e 02 solicitações.

Os números se encontram expressos no quadro 25, abaixo:

Quadro 29 - Manifestações recebidas pela Ouvidoria

MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS NA OUVIDORIA	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2016	2015/2016 Δ%
Reclamação	21	25	19,05
Denúncia	5	2	-60,00
Solicitação	2	2	0,00
TOTAL	28	29	3,57

Fonte: Banco da Amazônia - Ouvidoria

### 6.2 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

As informações sobre os financiamentos concedidos com os recursos do FNO são publicadas no portal desta UJ na Internet, para amplo conhecimento da sociedade e transparência da gestão do Fundo.

As informações da gestão do Fundo são disponibilizadas no seguinte endereço eletrônico: <http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/relatorio-gestao>





## 7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### 7.1 DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO

Esse item demonstra os resultados obtidos por esta UPC na condução de sua gestão financeira, com informações relevantes sobre o fluxo financeiro de forma a demonstrar a compatibilidade e sincronismo entre ingressos e dispêndios financeiros.

Assim, ao final de 2016, no ativo do Balanço Patrimonial, foram registradas disponibilidades do Fundo no valor de R\$ 3.089,5 milhões, havendo incremento de 105,5% em comparação às verificadas ao término do exercício de 2015, no valor de R\$ 1.503,6 milhões.

Quanto ao Patrimônio Líquido do FNO, este totalizou R\$ 23.277,0 milhões, representando incremento de 11,8% ao registrado no mesmo período de 2015, no valor de R\$ 20.824,9 milhões.

O ativo circulante, onde se incluem as disponibilidades e as operações de crédito, atingiu R\$ 6.989,1 milhões, havendo incremento de 41,4% em relação ao valor registrado no exercício de 2015, de R\$ 4.942,1 milhões.

### 7.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

### 7.3 EVIDENCIAÇÃO DO DEL-CREDERE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 7.4 NOTAS EXPLICATIVAS DE CONCILIAÇÕES DOS REGIMES CONTÁBEIS ADOTADOS (LEI 4.320/1964 e 6.404/1976)

As demonstrações contábeis e Notas Explicativas do FNO, exigidas pela Lei nº 4.320/64, encontram-se pormenorizadas no Apêndice deste Relatório.



## **8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE**

### **8.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU**

Não foi internalizado na Secretaria Executiva de Auditoria Interna-SEAUD, em 2016, Acórdão do TCU para o Órgão/Entidade Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO que contivesse Determinações e/ou Recomendações.

A instância de “acompanhamento do atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União – TCU” é a Secretaria Executiva de Auditoria Interna-SEAUD, que recebe as demandas e as encaminha aos setores responsáveis, por e-mail ou outro documento para as devidas providências. Com base no conteúdo das respostas, a Auditoria Interna classifica o atendimento das determinações/recomendações, de modo a decidir pela continuidade do envio de cobranças às áreas responsáveis. Contudo, o monitoramento da determinação somente é encerrado após a emissão de acórdão pelo TCU considerando a determinação/recomendação atendida. As formas de acompanhamento são por meio de planilhas eletrônicas (Excel).

Em atendimento à instrução normativa CGU 24 de 17 de novembro de 2015, a Auditoria Interna elabora o Relatório Gerencial Mensal contendo a situação das recomendações emitidas pela Auditoria Interna, pelos órgãos de controle interno e externo, pelo Conselho Fiscal, pelo Conselho de Administração e por outros órgãos ou entidades de regulação e fiscalização.

### **8.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO**

O acompanhamento das recomendações dos Órgãos de Controle é realizado pela Secretaria Executiva de Auditoria Interna (Coordenadoria de Auditoria Contábil e Tributária).

Para acompanhamento das recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno, a Coordenadoria utiliza como ferramentas de controle o sistema corporativo – EXTRANET-CGU, além de planilhas eletrônicas (Excel). O referido sistema denominado MONITOR centraliza o monitoramento das recomendações emitidas pela Secretaria Federal de Controle Interno com os gestores, possibilitando um trabalho colaborativo e de ágil comunicação entre a CGU e o Banco, além de acesso aos processos em tempo real. Dessa forma com o Sistema Monitor as recomendações feitas pela CGU ao Banco da Amazônia passaram a ser acompanhadas online.

No exercício 2016 foram monitoradas pelo Banco três (3) recomendações oriundas de exercícios anteriores, haja vista que nesse exercício nenhuma nova recomendação referente ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO fora internalizada nesta Instituição.

Das três recomendações em monitoramento, a CGU prorrogou o prazo de atendimento para uma e considerou duas atendidas. Abaixo um resumo das recomendações em monitoramento durante o exercício de 2016:



**Relatório de Auditoria 201109666:****Constatação 6:**

Irregularidades na aprovação de financiamento, com recursos do FNO, no valor de R\$ 6.075.801,27.

**Recomendação 62715:**

Reveja os procedimentos relacionados à apuração do Risco de Crédito, certificando-se que o sistema utilizado pelo Banco reflete a realidade dos fatos na análise.

**Situação:** Prazo de atendimento prorrogado.

**Constatação 14:**

Baixo nível de execução das fiscalizações planejadas nos empreendimentos financiados com recursos do FNO.

**Recomendação 36195:**

Realize um planejamento adequado das fiscalizações nos projetos financiados com recursos do FNO, de modo a otimizar os recursos humanos disponíveis.

**Situação:** Considerada atendida pela CGU, em 18/05/2017.

**Relatório de Auditoria 141655****Constatação 1.2.2.1:**

Ausência de indicadores de eficiência para medir a gestão do FNO.

**Recomendação 141655:**

Providenciar a instituição de indicadores para medir a eficiência na atuação do Banco operador na aplicação dos recursos do fundo.

**Situação:** Considerada atendida pela CGU, em 24/04/2017.

Assim, do total de três (3) recomendações em monitoramento, restou apenas uma recomendação pendente de atendimento traduzindo o resultado do tratamento adequado, dispensado pelo Banco às recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno.

Importante registrar que referidas recomendações monitoradas no exercício provocaram impacto positivo na gestão da unidade, conforme abaixo:

**Recomendação 62715 - RA 201109666****Descrição da Recomendação**

*Rever os procedimentos relacionados à apuração do Risco de Crédito, certificando-se que o sistema utilizado pelo Banco reflete a realidade dos fatos na análise.*



A recomendação acima possibilitou ao Banco através da Gerência de Planejamento Política e Normas de Crédito – GEPEC retomar o processo de reconstrução de modelos para avaliar o risco de crédito de empresas. O Modelo dedicado às micro, pequenas e médias empresas do setor comercial (MPME Comercial) teve seu desenvolvimento finalizado e o modelo PJ Industrial (Micro, Pequenas e Médias empresas) está em fase final de construção com a realização dos testes de desempenho do modelo.

As manifestações do Banco sobre a citada recomendação encontram-se registradas no sistema corporativo Extranet-CGU, com status de “prorrogada”.

### **Recomendação 36195 - RA RA 201109666**

#### Descrição da Recomendação

*Realize um planejamento adequado das fiscalizações nos projetos financiados com recursos do FNO, de modo a otimizar os recursos humanos disponíveis*

A recomendação possibilitou ao Banco, através da Gerência de Acompanhamento de Crédito Comercial e de Fomento - GEAF0, na busca pela otimização do processo, efetuar o monitoramento mensal junto às Superintendências, que, por sua vez, monitoram as agências com a finalidade de cumprir 100% da meta das fiscalizações programadas. O processo de gerenciamento de programação, acompanhamento e fiscalizações obrigatórias fica disponibilizado no servidor, tendo acompanhamento periódico tanto pela Matriz, quanto pelas Superintendências. Foi desenvolvido indicadores quanto ao cumprimento das fiscalizações obrigatórias, incluídas no Acordo de Trabalho do Sistema de Avaliação de Resultado e Desempenho (SISARD), tanto para as Agências, quanto para as Superintendências e também para a matriz. Com isso a CGU considerou a recomendação atendida.

### **Recomendação 141655 - RA 201407551**

#### Descrição da Recomendação

*Providenciar a instituição de indicadores para medir a eficiência na atuação do Banco operador na aplicação dos recursos do fundo.*

A recomendação acima possibilitou o Banco através da Gerência de Gestão de Programas Governamentais - GPROG, incorporar no Relatório de Atividades do FNO os seguintes indicadores institucionais para medir a eficiência operacional do fundo. a) Índice de Retorno do Patrimônio Líquido do FNO (IRPL); b) Margem Financeira Sobre o Patrimônio Líquido do FNO (MFPL); c) Evolução da Inadimplência do FNO (EINAD); d) Destinação dos Recursos por Porte do Beneficiário (DRPB); e) Volume de Crédito Contratado (VCC); f) Volume de Crédito Liberado (VCL); g) Índice de Qualidade da Carteira (IQC); h) Percentual de Retrabalho na Análise das Operações (PRET); e i) Custo de Análise dos Projetos (CAP). Com a implementação dos indicadores a CGU, considerou a recomendação atendida.





## 9. CONTEUDO ESPECÍFICO

### 9.1 OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO

As informações a respeito dos saldos dos financiamentos, das renegociações, das ações de execução, dos ressarcimentos e da inadimplência constam do conteúdo do Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos do FNO – Exercício 2016, cuja cópia integral se encontra juntada no Anexo 1.

O Rol de Responsáveis, bem como as Declarações de cumprimento das disposições da Lei nº 8.730/1993, quanto à entrega das declarações de bens e rendas dos gestores da UJ, se encontram juntadas nos Anexos 2 e 3, respectivamente.





## Governo da República Federativa do Brasil



Ministério da  
Integração Nacional

Ministério da  
Fazenda



# FNO

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE  
(LEIS Nº 7.827/1989, Nº 9.126/1995 e Nº 10.177/2001)

## RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E DOS RESULTADOS OBTIDOS NO EXERCÍCIO DE 2016

**Belém  
2017**



**Diretoria Executiva**

**Marivaldo Gonçalves de Melo**  
Presidente

**Francimar Rodrigues Maciel**  
Diretor de Análise e Reestruturação

**Luis Petrônio Nunes Aguiar**  
Diretor de Controle e Risco

**Luiz Cláudio Teixeira Sampaio**  
Diretor Comercial e de Distribuição

**Luiz Otávio Monteiro Maciel Júnior**  
Diretor de Gestão de Recursos

**Valdecir José de Souza Tose**  
Diretor de Infraestrutura do Negócio



## Estrutura

### Perspectivas:

- Aspectos Gerais
- PNDR
- Sustentabilidade do Fundo

### Base Normativa:

- Decreto nº 6.047/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)
- Diretrizes e Orientações Gerais (Ministério da Integração Nacional)
- Diretrizes e Prioridades (CONDEL/SUDAM)
- Programação Anual (Banco da Amazônia)

### Período do Relatório:

Exercício de 2016

### Data Limite para Apresentação do Relatório ao MI e ao CONDEL/SUDAM:

31/3/2017

### Responsável pelo Relatório:

Oduval Lobato Neto

### Telefone:

(91) 4008-3512 / (91) 98814-1622







## Sumário

<b>Perspectiva: Aspectos Gerais.....</b>	<b>5</b>
<i>Introdução .....</i>	<i>5</i>
1 Apresentação .....	5
2. <i>Programação Orçamentária.....</i>	<i>7</i>
2.1 Recursos Previstos para Aplicação .....	7
2.2 Orçamento por Unidade Federativa .....	7
2.3 Orçamento por Setor Produtivo e Unidade Federativa .....	8
3. <i>Execução Orçamentária.....</i>	<i>9</i>
<b>Perspectiva PNDR .....</b>	<b>10</b>
4 <i>Análise das Contratações .....</i>	<i>10</i>
4.1 Contratações por Unidade Federativa.....	10
4.2 Contratações por Município Conforme Tipologia da PNDR .....	10
4.3 Contratações por Área Prioritária da PNDR.....	11
4.4 Contratações por Programa de Financiamento.....	11
4.5 Contratações por Setor Produtivo.....	12
4.6 Contratações por Finalidade do Crédito .....	13
4.7 Contratações por Linha de Financiamento.....	13
4.8 Contratações por Porte do Beneficiário .....	13
4.9 Contratações por Pessoa Física e Pessoa Jurídica .....	14
4.10 Contratações em Apoio à Agricultura Familiar .....	14
4.11 Contratações por Faixa de Valores .....	15
4.12 Contratações por Outras Instituições Financeiras.....	15
4.13 Contratações pela Primeira Vez .....	15
4.14 Contratações em Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) .....	16
4.15 Ticket Médio das Contratações.....	16
<b>Perspectiva: Sustentabilidade do Fundo.....</b>	<b>17</b>
5 <i>Demais informações sobre as contratações .....</i>	<i>17</i>
5.1 Contratações em Atendimento às Diretrizes e Prioridades Estabelecidas pelo CONDEL/SUDAM .....	17
6 <i>Gestão do FNO pelo Banco da Amazônia .....</i>	<i>20</i>
6.1 Formação de Alianças Institucionais .....	20
6.2 Estímulo ao Desenvolvimento das Áreas Prioritárias da PNDR .....	20
6.3 Priorização dos Empreendimentos de Menor Porte.....	20
6.4 Extensão do Crédito para Novos Clientes .....	22
7 <i>Impactos Macroeconômicos do FNO.....</i>	<i>22</i>
7.1 Estimativa dos Impactos Macroeconômicos.....	22
7.2 Análise dos Impactos Macroeconômicos .....	23
8 <i>Perfil da Carteira de Crédito .....</i>	<i>24</i>
8.1 Composição das Propostas em Carteira.....	24
8.2 Índices de Inadimplência.....	24
8.3 Composição da Conta de Provisão .....	25
8.4 Renegociação de Dívidas.....	26
9 <i>Demonstração do Resultado .....</i>	<i>26</i>
9.1 Demonstração do Fluxo de Caixa.....	26
9.2 Demonstração das Receitas e Despesas .....	27
9.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	28
10 <i>Plano de Providência sobre as Recomendações do MI.....</i>	<i>28</i>
11 <i>Avaliação do FNO .....</i>	<i>29</i>
11.1 Avaliação do Desempenho Acumulado.....	29
11.2 Avaliação pelos Indicadores de Eficácia, Efetividade e Eficiência .....	29



<b>Apêndice A Tabelas .....</b>	<b>32</b>
<b>Apêndice B – Plano de Providências .....</b>	<b>52</b>
<b>Apêndice C – Demonstrações Contábeis.....</b>	<b>55</b>





## Perspectiva: Aspectos Gerais

### 1 Introdução

#### 1 Apresentação

O Banco da Amazônia apresenta o **Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) no Exercício de 2016**. Este Relatório foi elaborado conforme a legislação vigente e as orientações e recomendações do Ministério da Integração Nacional.

O FNO foi criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei nº 7.827/1989, posteriormente alterada pelas leis nº 9.126/1995 e nº 10.177/2001, cabendo-lhe a parcela de 20% do valor destinado para aplicação pelos Fundos Constitucionais de Financiamento. Seu objetivo é promover o desenvolvimento sustentável e integrado da Região Norte mediante a concessão de financiamentos aos setores produtivos regionais, inclusive comércio e prestação de serviços.

No exercício de 2016 foram contratadas 19.691 operações de crédito, no valor total de R\$ 2.333,9 milhões. O setor rural contratou R\$ 1.714,4 milhões (73,5% das contratações) e os demais setores R\$ 619,5 milhões (26,5%), com a priorização dos segmentos produtivos de menor porte, os quais absorveram 99,1% do total das operações de crédito contratadas no período (19.511 operações).

Atenção especial foi dispensada aos municípios tipificados pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) como de baixa renda, dinâmicos de menor renda e estagnados de média renda, que são comprovadamente mais carentes de uma melhor infraestrutura econômica e social. Essas localidades demandaram 80,5% do total contratado no exercício de 2016 (R\$ 1.879,1 milhões) e 89,8% das operações de crédito contratadas (17.673 operações).

A ação creditícia do FNO confirma a sua importância como principal instrumento econômico-financeiro indutor do desenvolvimento sustentável da Região Norte, contribuindo para a obtenção de significativos benefícios como o incremento do valor bruto da produção e do PIB regionais, a redução das desigualdades intra e inter-regionais, a melhoria da qualidade de vida da população amazônica, a criação de novas oportunidades de trabalho no campo e nas cidades, a mitigação da pobreza, a inclusão social, a diminuição do êxodo rural, o fortalecimento da agricultura familiar e das micro e pequenas empresas, a expansão do turismo e do agronegócio e a elevação da arrecadação fiscal dos estados.

**Marivaldo Gonçalves de Melo**

Presidente do Banco da Amazônia









## 2. Programação Orçamentária

### 2.1 Recursos Previstos para Aplicação

O valor previsto na programação orçamentária do FNO para aplicação no exercício de 2016 corresponde a R\$ 3.380,0 milhões, com a previsão de reembolso de R\$ 6.376,8 milhões e de desembolso de R\$ 2.996,8 milhões, conforme quadro 1.

Quadro 1 **Programação Orçamentária do FNO – Previsão de Aplicação**  
Exercício de 2016

Discriminação	R\$ Milhões
Origem de Recursos (A)	6.376,8
Disponibilidade Prevista ao Final do Exercício Anterior	1.467,0
Transferências da União	1.608,6
Reembolsos de Créditos em 2016	2.807,7
Remuneração das Disponibilidades	179,3
Retorno ao FNO dos Valores Relativos aos Riscos	194,2
Outras Receitas (Recuperação de Crédito)	120,0
Aplicação de Recursos (B)	2.996,8
Taxa de Administração	321,7
Despesa com Auditoria Externa	0,2
Bônus de Adimplência	156,3
Despesa com Del Credere	608,3
Rebates	-
Remuneração do Banco da Amazônia sobre Operações do PRONAF	199,8
Desembolsos com Operações Contratadas em Exercícios Anteriores	1.700,0
Outras Despesas (Renegociação de Crédito)	10,5
Disponibilidade (C=A-B)	3.380,0

Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FNO 2016

### 2.2 Orçamento por Unidade Federativa

Com base na disponibilidade prevista para contratação do FNO em 2016 e expectativa de investimento de cada Unidade Federativa da Região Norte, em conformidade com seus planos plurianuais, foi configurada a matriz espacial da distribuição dos recursos com o propósito de dinamizar a economia regional e maximizar os resultados das contratações, conforme quadro 2.





**Quadro 2 Distribuição Orçamentária do FNO por Unidade Federativa  
Exercício de 2016**

UF	R\$ Milhões	Participação %
Acre	236,6	7,0
Amapá	169,0	5,0
Amazonas	642,2	19,0
Pará	1.014,0	30,0
Rondônia	574,6	17,0
Roraima	169,0	5,0
Tocantins	574,6	17,0
<b>Total</b>	<b>3.380,0</b>	<b>100,0</b>

### 2.3 Orçamento por Setor Produtivo e Unidade Federativa

Para o exercício de 2016, o valor do FNO orçado para o financiamento dos empreendimentos do setor rural corresponde a R\$ 2.380,0 milhões (70,4% do total previsto) e dos demais setores R\$ 1.000,0 milhão (29,6%), conforme quadro 3.

**Quadro 3 Distribuição Orçamentária do FNO por Setor Produtivo e Unidade Federativa  
Exercício de 2016**

UF	Setor Rural R\$ Milhões	Demais Setores R\$ Milhões	Todos os Setores R\$ Milhões	Participação %
Acre	144,1	92,5	236,6	7,0
Amapá	66,0	103,0	169,0	5,0
Amazonas	289,3	352,9	642,2	19,0
Pará	782,3	231,7	1.014,0	30,0
Rondônia	520,9	53,7	574,6	17,0
Roraima	78,6	90,4	169,0	5,0
Tocantins	498,8	75,8	574,6	17,0
<b>TOTAL</b>	<b>2.380,0</b>	<b>1.000,0</b>	<b>3.380,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FNO 2016





### 3. Execução Orçamentária

O valor previsto na programação orçamentária do FNO para o exercício de 2016 corresponde a R\$ 3.380,0 milhões, sendo R\$ 6.376,8 milhões em reembolsos e R\$ 2.996,8 milhões em desembolsos. Ao final do exercício de 2016, o total de reembolsos foi de R\$ 7.542,4 milhões (superior 18,3% da meta) e os desembolsos R\$ 4.453,0 milhões (48,6% acima da meta), conforme quadro 4.

Quadro 4 **Execução Orçamentária do FNO Exercício de 2016**

Discriminação	Previsão Exercício de 2016 R\$ Milhões (A)	Realizado Exercício de 2016 R\$ Milhões (B)	% (B/A)
Origem de Recursos (A)	6.376,8	7.542,4	118,3
Disponibilidade Prevista ao Final do Exercício Anterior	1.467,0	1.503,6	102,5
Transferências da União	1.608,6	2.438,8	151,6
Reembolsos de Créditos em 2016	2.807,7	3.120,0	111,1
Remuneração das Disponibilidades	179,3	268,3	149,6
Retorno ao FNO dos Valores Relativos aos Riscos	194,2	186,8	96,2
Outras Receitas (Recuperação de Crédito)	120,0	24,9	20,8
Aplicação de Recursos (B)	2.996,8	4.453,0	148,6
Taxa de Administração	321,7	416,2	129,4
Despesa com Auditoria Externa	0,2	0,2	100,0
Bônus de Adimplência	156,3	167,3	107,0
Despesa com Del Credere	608,3	567,2	0,0
Rebates	-	-	0,0
Remuneração do Banco da Amazônia sobre Operações do PRONAF	199,8	95,9	48,0
Desembolsos com Operações Contratadas em Exercícios Anteriores	1.700,0	3.154,1	185,5
Outras Despesas (Renegociação de Crédito)	10,5	52,1	496,2

Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FNO 2016 / GECON







## Perspectiva PNDR

### 4 Análise das Contratações

#### 4.1 Contratações por Unidade Federativa

No exercício de 2016 foram contratadas pelo FNO 19.691 operações de crédito, no valor de R\$ 2.333,9 milhões (69,1% do total orçado para o exercício, correspondente a R\$ 3.380,0). A demanda pelas Unidades Federativas é influenciada, entre outros fatores, pela dinâmica da economia local, melhor organização da produção, disponibilização de infraestrutura logística mais eficiente e melhores oportunidades para a realização de investimentos e negócios sustentáveis. As contratações mais expressivas foram dos estados de Rondônia, com R\$ 692,0 milhões (29,7% do total contratado); Pará, com R\$ 642,9 milhões (27,5%); e Tocantins, com R\$ 563,5 milhões (24,1%), conforme Apêndice A – tabela 1.

Destaque para as contratações no Estado de Roraima (R\$ 70,6 milhões), superior 127,0% em relação às contratações no exercício de 2015 (R\$ 31,1 milhões). Este resultado foi possível graças às ações desenvolvidas pelo Banco da Amazônia no Estado, a exemplo da otimização no processo de análise, possibilitando a contratação de R\$ 19,6 milhões para implantação de um grande frigorífico na Cidade de Boa Vista. A produção de carne pelo frigorífico destina-se ao consumo dos estados de Roraima, Amazonas e Rondônia e exportação para a Venezuela. Houve também a contratação de R\$ 11,4 milhões destinados à avicultura, piscicultura, compra de matrizes bovinas e reprodutores e aquisição de maquinário para implementação e desenvolvimento da fruticultura no Estado.

#### 4.2 Contratações por Município Conforme Tipologia da PNDR

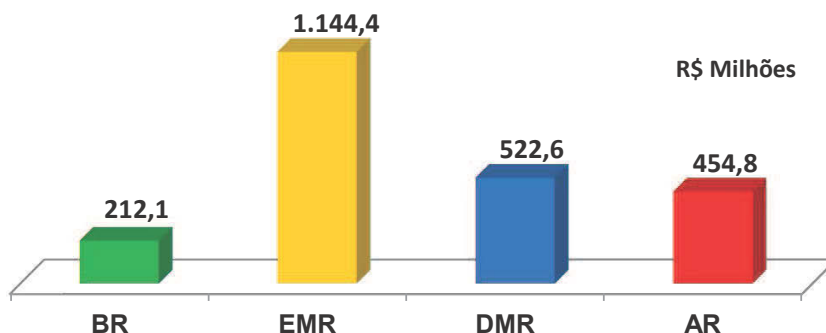
Os municípios tipificados pela PNDR como de baixa renda (BR), dinâmicos de menor renda (DMR) e estagnados de média renda (EMR), os quais são prioritários nos financiamentos do FNO, contrataram no exercício de 2016 o valor de R\$ 1.879,1 milhões (80,5% do total contratado) mediante a contratação de 17.673 operações de crédito (89,8% das operações contratadas), conforme gráfico 1 e Apêndice A – tabela 2.





Gráfico 1 **Contratações do FNO por Município Conforme Tipologia da PNDR**  
**Exercício de 2016**

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper



#### 4.3 Contratações por Área Prioritária da PNDR

Os municípios que integram as áreas prioritárias da PNDR para financiamentos do FNO (municípios localizados nas mesorregiões diferenciadas do Alto Solimões, da Chapada das Mangabeiras, do Vale do Rio Acre, do Bico do Papagaio e do Xingu, bem como os municípios que compõem a Faixa de Fronteira da Região Norte) receberam atenção especial do Banco da Amazônia nas contratações do FNO realizadas no exercício de 2016. Os municípios localizados nas mesorregiões diferenciadas contrataram o valor de R\$ 425,8 milhões (superior 17,7% da meta prevista para o exercício, no valor de R\$ 361,8 milhões), sendo contratadas 2.874 operações de crédito. Os municípios da Faixa de Fronteira contrataram R\$ 667,3 milhões (75,6% da meta para o exercício, no valor de R\$ 882,9 milhões), com a contratação de 5.404 operações, conforme Apêndice A – tabelas 3 e 4.

#### 4.4 Contratações por Programa de Financiamento

O Programa FNO-Amazônia Sustentável, cujas linhas de crédito contemplam a todos os setores e empreendimentos regionais, foi o que apresentou o melhor desempenho nas contratações realizadas no exercício de 2016, com a demanda de R\$ 1.665,9 milhões (71,4% do total contratado), seguido pelo Programa FNO-PRONAF, com a contratação de R\$ 423,6 milhões (18,1%). Os programas FNO-Biodiversidade, FNO-ABC e FNO-MPEI absorveram juntos 10,5% das contratações realizadas, correspondente a R\$ 244,4 milhões, conforme gráfico 2 e Apêndice A – tabela 5.

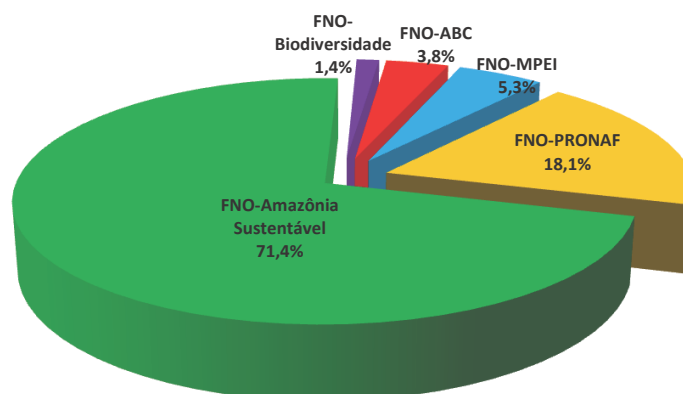
O Estado do Pará foi o que mais demandou recursos nos programas FNO-PRONAF, FNO-Biodiversidade e FNO-MPEI, enquanto que Rondônia se destacou na contratação dos Programas FNO-Amazônia Sustentável e FNO-ABC.





**Gráfico 2 Participação dos Programas de Financiamento nas Contratações do FNO  
Exercício de 2016**

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper



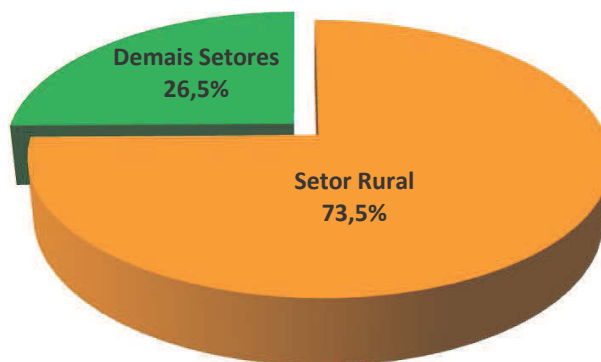
#### 4.5 Contratações por Setor Produtivo

No exercício de 2016 foram contratadas 19.691 operações de crédito do FNO, no valor total de R\$ 2.333,9 milhões. Os empreendimentos rurais demandaram 16.145 operações (82,0% das operações contratadas), no valor de R\$ 1.714,4 milhões (73,5% do total contratado). Os empreendimentos dos demais setores contrataram 3.546 operações (18,0%), no valor de R\$ 619,5 milhões (26,5%), conforme gráfico 3 e Apêndice A – tabela 6.

No setor rural, os estados que mais contrataram recursos foram Rondônia (R\$ 549,7 milhões), Tocantins (R\$ 502,2 milhões) e Pará (R\$ 478,9 milhões). Nos demais setores, as maiores demandas foram dos estados do Pará (R\$ 164,1 milhões), Rondônia (R\$ 142,3 milhões) e Amazonas (R\$ 125,9 milhões).

**Gráfico 3 Participação dos Setores Produtivos nas Contratações do FNO  
Exercício de 2016**

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper





#### 4.6 Contratações por Finalidade do Crédito

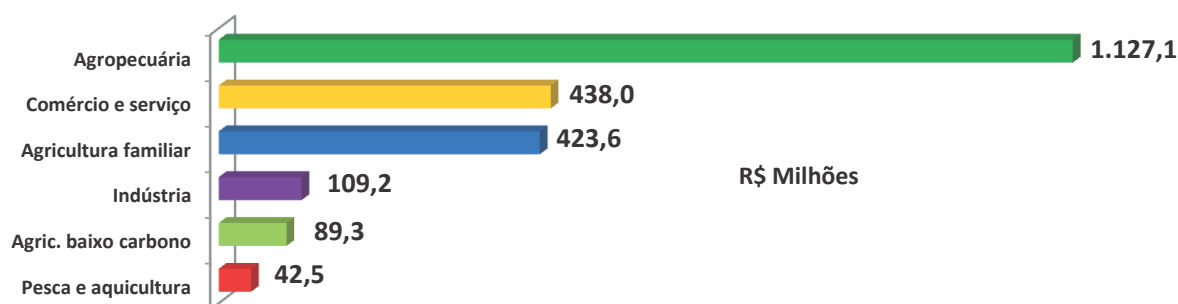
Considerando as contratações do FNO por finalidade do crédito, R\$ 1.455,2 milhões foram destinados para investimento (62,4% do total contratado), em 15.313 operações de crédito (77,8% das operações contratadas); R\$ 292,1 milhões para capital de giro associado ao investimento e aquisição de matéria-prima/insumos e aquisição de bens para formação de estoques (12,5%), em 2.896 operações (14,7%); e R\$ 586,6 milhões para custeio (25,1%), em 1.482 operações (7,5%), conforme Apêndice A – tabela 7.

#### 4.7 Contratações por Linha de Financiamento

As linhas de financiamento que mais demandaram recursos do FNO no exercício de 2016 foram agropecuária, com R\$ 1.127,1 milhões (48,3% do total contratado); comércio e serviço, com R\$ 438,0 milhões (18,8%); e agricultura familiar, com R\$ 423,6 milhões (18,1%). Essas linhas de financiamento absorveram 85,2% das contratações realizadas, conforme gráfico 4 e Apêndice A – tabela 8.

**Gráfico 4 Contratações do FNO por Linha de Financiamento**  
**Exercício de 2016**

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper



#### 4.8 Contratações por Porte do Beneficiário

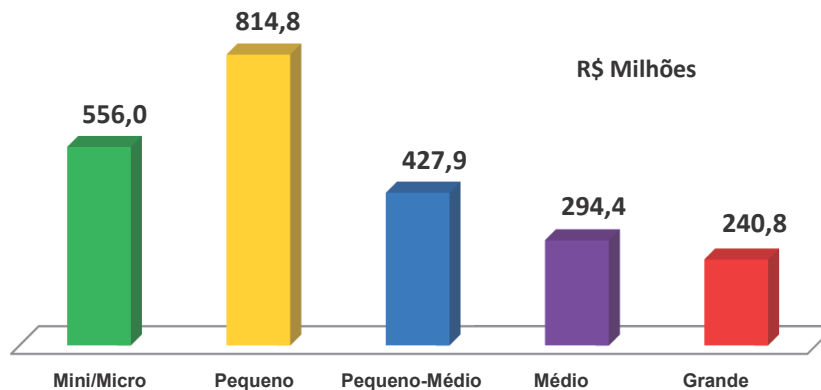
No exercício de 2016 os segmentos produtivos de menor porte contrataram recursos do FNO no valor de R\$ 1.798,7 milhões (77,1% do total contratado), mediante a contratação de 19.511 operações de crédito (99,1% das operações contratadas). O resultado obtido no volume total de recursos contratados para os beneficiários de menor porte é maior 26,1% em relação ao limite de 51,0% estabelecido para esse público. Os empreendedores mini/micro e pequeno, juntos, contrataram R\$ 1.370,8 milhões (76,2%) e o restante (23,8%) foram destinados aos empreendimentos de pequeno-médio porte. Relativamente ao número de operações, os empreendimentos de mini/micro empreendedores foram os que apresentaram o maior número de operações contratadas (16.281 operações) e os empreendimentos de pequeno porte foram os que mais contrataram recursos (R\$ 814,8 milhões), conforme gráfico 5 e Apêndice A – tabela 9.





**Gráfico 5 Contratações do FNO por Porte do Beneficiário  
Exercício de 2016**

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper



#### 4.9 Contratações por Pessoa Física e Pessoa Jurídica

Do valor total contratado pelo FNO no exercício de 2016, os empreendimentos de pessoa física contrataram R\$ 1.634,5 milhões (70,0% do total contratado) e os de pessoa jurídica R\$ 699,4 milhões (30,0%). O Estado de Rondônia foi o que mais contratou recursos por pessoa física (R\$ 542,3 milhões) e o Estado do Pará por pessoa jurídica (R\$ 185,3 milhões), conforme Apêndice A – tabela 10.

#### 4.10 Contratações em Apoio à Agricultura Familiar

No exercício de 2016 o Banco da Amazônia financiou, em apoio à agricultura familiar, 14.432 operações de crédito do FNO (73,3% das operações contratadas), no valor de R\$ 423,6 milhões (18,1% do total contratado), proporcionando a geração de aproximadamente 58 mil novas oportunidades de trabalho no campo.

O Estado que apresentou o melhor desempenho foi Roraima, ultrapassando em 212,9% a meta de contratação prevista. Em termos de linhas de financiamento, o destaque foi o PRONAF Mais Alimentos Familiar, que contratou 4.525 operações, no valor de R\$ 299,9 milhões (70,8% das contratações realizadas pelo Programa FNO-PRONAF), conforme Apêndice A – tabelas 11 e 12.

Importante registrar que das últimas cinco edições do Plano Safra do Governo Federal, em quatro delas, o apoio financeiro do Banco da Amazônia ultrapassou as metas estabelecidas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo que no período 2015/2016 foi atingido 78,4% da meta. No atual Plano Safra 2016/2017, o Banco da Amazônia financiou, de julho a dezembro de 2016, R\$ 180,0 milhões (37,5% da meta prevista, no valor de R\$ 480,0 milhões), conforme quadro 5.







Quadro 5 Apoio do Banco da Amazônia ao Plano Safra

Plano Safra	Meta R\$ Milhões	Realizado R\$ Milhões	Índice de Consecução %
2011/2012	500,0	552,0	110,4
2012/2013	550,0	823,0	149,6
2013/2014	600,0	697,0	116,2
2014/2015	700,0	736,0	105,1
2015/2016	700,0	548,7	78,4
2016/2017	480,0	180,0 (*)	37,5

Fonte: Banco da Amazônia

(\*) Período: julho a dezembro de 2016

#### 4.11 Contratações por Faixa de Valores

Tanto no setor rural quanto nos demais setores, a maior demanda por financiamentos do FNO no exercício de 2016, em termos de operações contratadas, contemplou projetos na faixa entre R\$ 1,0 a R\$ 10,0 mil, com a contratação, no setor rural, de 6.791 operações de crédito (42,1% do total das operações contratadas pelo setor) e, nos demais setores, de 1.168 operações (32,9% das contratações dos demais setores).

Quanto aos valores financiados, a maior demanda ocorreu na faixa entre R\$ 1,0 e R\$ 10,0 milhões, tanto no setor rural quanto nos demais setores, com o financiamento, no setor rural, de R\$ 714,0 milhões (41,7% dos financiamentos do setor) e, nos demais setores, de R\$ 195,1 milhões (31,4% dos financiamentos dos demais setores), conforme Apêndice A – tabela 13.

#### 4.12 Contratações por Outras Instituições Financeiras

O Banco da Amazônia continua envidando esforços para cumprir o disposto no artigo 9º da Lei nº 7.827/1989 e artigo 2º da Portaria nº 616/2003, que tratam sobre o repasse de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento pelos bancos administradores a outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Atualmente vem mantendo contato com as seguintes instituições: Agência de Fomento do Estado do Tocantins (FomentO), Banco Cooperativo do Brasil (BANCOOB) e Banco do Estado do Pará (BANPARÁ). Devido às dificuldades de natureza operacional dessas instituições, ainda não foi possível a realização de repasses de recursos do Fundo.

#### 4.13 Contratações pela Primeira Vez

No exercício de 2016 foram contratadas 8.776 operações de crédito formalizadas por clientes que operaram pela primeira vez com recursos do FNO (44,6% das operações contratadas), no valor de R\$ 647,4 milhões (27,7% do total contratado). O Estado do Pará, com R\$ 188,0 milhões (29,0%), e os mini/micro empreendedores, com R\$ 258,0 milhões





(39,9%), foram os que mais contrataram recursos do Fundo pela primeira vez, conforme Apêndice A – tabela 14.

#### 4.14 Contratações em Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

O Banco da Amazônia contribui com o Governo Federal no apoio ao PAC por meio do financiamento de projetos voltados ao desenvolvimento dos setores estratégicos da economia regional. No período de 2007, quando ocorreu o lançamento do PAC, até dezembro de 2016, foram financiados pelo FNO 36 projetos, no valor total de R\$ 3.134,5 milhões. No exercício de 2016 não houve contratações no âmbito do PAC.

#### 4.15 Ticket Médio das Contratações

No exercício de 2016 o ticket médio das contratações do FNO (valor contratado dividido pelo número de operações de crédito) foi de R\$ 118,5 milhões, inferior 13,4% em relação ao exercício de 2015, cujo ticket médio das contratações foi de R\$ 136,9 milhões. O ticket médio mais elevado foi do Estado do Tocantins (R\$ 308,3 milhões), seguido pelos estados de Roraima (R\$ 238,5 milhões), Rondônia (R\$ 163,2 milhões) e Amazonas (R\$ 148,9 milhões), conforme quadro 6.

Registra-se que a redução no valor do ticket médio das contratações no exercício de 2016 em comparação a 2015 foi decorrente, fundamentalmente, da conjuntura atual de desaceleração da economia brasileira, via retração dos investimentos, que tem atingido praticamente todos os segmentos econômicos.

Quadro 6 Ticket Médio das Contratações do FNO

UF	Exercício de 2016 R\$ Milhões	Exercício de 2015 R\$ Milhões
Acre	106,0	80,7
Amapá	68,4	82,7
Amazonas	148,9	134,5
Pará	63,3	104,9
Rondônia	163,2	185,0
Roraima	238,5	84,1
Tocantins	308,3	250,2
<b>Total</b>	<b>118,5</b>	<b>136,9</b>

Fonte: Banco da Amazônia





## Perspectiva: Sustentabilidade do Fundo

### 5 Demais informações sobre as contratações

#### 5.1 Contratações em Atendimento às Diretrizes e Prioridades Estabelecidas pelo CONDEL/SUDAM

No exercício de 2016 as contratações do FNO atenderam a todas as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo CONDEL/SUDAM para o período, definidas por meio do Ato nº 27, de 27/10/2015, conforme quadro 7.



Quadro 7 Atendimento às Diretrizes e Prioridades do FNO Exercício de 2016

Diretrizes e Prioridades do FNO	Discriminação	Programado / Reprogramado R\$ mi (A)	Realizado R\$ mi (B)	Indicador1		Avaliação <sup>3</sup>	Justificativa (necessária para avaliação menor que III)
				$I_{rel} = \left(\frac{B}{A}\right) \times 100$ %	%		
1. Diretrizes							
a) Atuar em observância às diretrizes estabelecidas no Artigo 3o, da Lei nº 7.827/89, atualizada pela Lei Complementar nº 129 de 2009.	Financiamentos para todos os empreendimentos e setores produtivos privados da Região Norte	3.380,00	2.333,9	-	69,1%	I	Balanco do exercicio de 2016.
b) Promover o Desenvolvimento Sustentável e Incluyente, na área de abrangência do FNO (Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), integrando a base produtiva regional de forma competitiva na economia nacional e internacional.	Financiamentos para os municípios litorâneos pela FNDR como de baixa renda, estagnados de média renda e distânicos de menor renda	2.402,50	1.879,1	-	78,2%	I	Balanco do exercicio de 2016
c) Assegurar a geração de emprego e renda com observância aos potenciais e vocações locais.	Contribuição do FNO para o incremento do salário e criação de novas oportunidades de trabalho	Não há metas para incremento do salário	-	-	-	-	A aplicação do FNO contribuiu para incremento de R\$ 2,3 bilhão na massa salarial.
	Criação/manutenção de 388.936 novos postos de trabalho	-	-	-	-	-	A aplicação do FNO contribuiu para incremento/manutenção de 388.936 postos de trabalho (99,9% da meta do exercicio).
d) Utilizar os recursos do FNO em sintonia com as Políticas, Planos e Programas do Governo Federal para a Região Norte, evidenciando-se os Planos Safra, Brasil Maior e Brasil Sem Miséria.	Financiamentos para agricultura familiar, turismo, cultura, micro e pequena empresa e pesca e aquicultura	1.446,00	954,7	-	66,0%	I	Balanco do exercicio de 2016
e) Elevar a qualificação da mão de obra regional, objetivando o aumento da integração social, fortalecendo simultaneamente o capital humano e o capital social local.	Quantidade de pessoal qualificado para operacionalização do Pronaf	Não há meta financeira para este item.	-	-	-	-	Não houve quantificação para esse indicador.
f) Disseminar a lógica da integração industrial horizontal e vertical, para formar redes de empresas e ampliar o alcance da redistribuição de renda, por meio da aplicação dos recursos oriundos dos programas do Governo Federal e outros entes da federação, com destaque para os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).	Financiamentos para indústria	188,00	109,2	-	58,1%	I	Balanco do exercicio de 2016
g) Promover e difundir a inovação nas atividades florestais de bases sustentáveis valorizando o reflorestamento, o manejo e a conservação/preservação da biodiversidade.	Financiamentos para florestamento, reflorestamento e manejo florestal sustentável em áreas de uso alternativo do solo e áreas de reserva legal (FNO-Biodiversidade)	50,00	31,9	-	63,8%	I	Balanco do exercicio de 2016
h) Apoiar as estratégias de produção e de gestão ambiental definidas em Zonameento Ecológico-Econômico (ZEE).	Financiamentos para projetos/empreendimentos localizados em áreas de ZEEs	Não há meta financeira para este item	-	-	-	-	Em sua ação creditícia, o Banco aplica recursos do FNO nos projetos/empreendimentos localizados nas áreas de ZEEs concluídos pelos estados, porém, não há ferramentas que possam mensurar tais aplicações.
i) Estimular a competitividade regional em setores e atividades prioritários.	Financiamentos para projetos de inovação tecnológica	5,00	0,00	-	-	I	Não houve demanda.
j) Apoiar Arranjos Produtivos Locais (APLs) previamente identificados e selecionados nos Estados beneficiários dos recursos do FNO.	Financiamentos para projetos/empreendimentos localizados no âmbito dos APLs	Não há meta financeira para este item	-	-	-	-	Em sua ação creditícia, o Banco aplica recursos do FNO nos projetos/empreendimentos no âmbito dos APLs, porém, não há ferramentas que possam mensurar tais aplicações.
k) Estimular a agregação de valor às cadeias produtivas regionais.	Financiamentos para o agronegócio regional (agricultura, pecuária e agroindústria)	1.407,00	1.195,8	-	85,0%	I	Balanco do exercicio de 2016
l) Apoiar a nacionalização da produção de bens	Financiamentos para projetos/empreendimentos em apoio à nacionalização da produção de bens	Não há meta financeira para este item	-	-	-	-	Em sua ação creditícia, o Banco aplica recursos do FNO nos projetos/empreendimentos em apoio à nacionalização da produção de bens, porém, não há ferramentas que possam mensurar tais aplicações.
m) Apoiar projetos apresentados por agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas, bem como, empreendedores individuais.	Financiamentos para os agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas, e empreendedores individuais <sup>4)</sup>	1.723,80	1.370,8	-	79,5%	II	Balanco do exercicio de 2016
2. Prioridades Setoriais							
a) Projetos de modernização e diversificação de empreendimentos do setor industrial, sobretudo através da inovação tecnológica.	Financiamentos para indústria	188,00	109,2	-	58,1%	I	Balanco do exercicio de 2016
b) Projetos de logística e infraestrutura de transportes para intensificar as transações econômicas e comerciais em caráter intraregional	Financiamentos para projetos de logística e infraestrutura de transporte	Não há meta financeira para este item.	-	-	-	-	Não houve demanda.



c) Projetos dos setores de pesca e aquicultura com melhores práticas produtivas, que promovam a abertura de novos canais de comercialização.	Financiamentos para pesca e aquicultura	27,00	42,5	-	157,4%	III	Balanco do exercicio de 2016
d) Projetos de fruticultura, apicultura e de sistemas agroflorestais e agroextrativistas regionais, com ênfase nas organizações produtivas familiares.	Financiamentos com recursos do FNO-Pronaf Mais Alimentos e FNO-Pronaf Floresta		335,9	-	-	-	Balanco do exercicio de 2016
e) Projetos relacionados à produção de alimentos básicos para o consumo da população regional.	Financiamentos para agricultura familiar, pesca e aquicultura e agropecuária	2.080,00	1.593,2	-	76,6%	I	Balanco do exercicio de 2016
f) Projetos de infraestrutura econômica com ênfase nos segmentos de energia (principalmente renovável), transporte (em especial ao hidroviário e ligado ao turismo), armazenagem, comunicação, abastecimento e tratamento de água, esgotamento sanitário e obras em Zonas de Processamento de Exportação (ZPEA).	Financiamentos para os projetos do PAC		0,00	-	-	-	Não houve demanda.
g) Projetos que se beneficiam e potencializam o efeito das inversões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).	Financiamentos para os projetos do PAC		0,00	-	-	-	Não houve demanda.
h) Projetos de apoio à cadeia do turismo regional, em bases sustentáveis, especialmente empreendimentos de implantação, expansão e modernização.	Financiamentos para os empreendimentos turísticos sustentáveis na região	80,00	28,2	-	35,2%	I	Balanco do exercicio de 2016
i) Projetos de apoio e valorização da cultura regional e de empreendimentos criativos.	Financiamentos para projetos culturais	26,00	10,4	-	39,9%	I	Balanco do exercicio de 2016
j) Projetos de reflorestamento e florestamento para fins de recuperação de áreas de reserva legal e áreas degradadas/alteradas das propriedades rurais.	Financiamentos para projetos florestais em áreas de reserva legal e áreas degradadas/alteradas (operações florestais)	50,00	31,9	-	63,8%	I	Balanco do exercicio de 2016
k) Projetos de inovação tecnológica com base na tecnologia de informação.	Financiamento de projetos para inovação tecnológica	5,00	0,00	-	-	I	Não houve demanda.
l) Projetos para ampliação e consolidação da base científica e tecnológica regional.	Financiamento de projetos para ampliação e consolidação da base científica e tecnológica regional	5,00	0,00	-	-	I	Não houve demanda.
m) Projetos de produção agrícola em áreas degradadas/alteradas, contemplando o financiamento de máquinas e insumos.	Financiamentos para projetos de produção agrícola em áreas de reserva legal		0,00	-	-	-	Não houve demanda.
n) Projetos de reciclagem e resíduos.	Financiamentos para projetos de reciclagem e resíduos		0,00	-	-	-	Não houve demanda.
o) Projetos de desenvolvimento socioeconômico, em bases sustentáveis, para a integração das regiões inseridas na faixa de fronteira.	Financiamentos para os municípios localizados na Faixa de Fronteira da Região Norte	882,86	667,3	-	75,6%	I	Balanco do exercicio de 2016
p) Projetos de fomento à atividade de comércio e serviço.	Financiamentos para as atividades de comércio e serviço	536,00	480,3	-	89,6%	I	Balanco do exercicio de 2016
3. Prioridades Espaciais							
a) Projetos nos municípios localizados na Faixa de Fronteira da Região Norte.	Financiamentos para os municípios localizados na Faixa de Fronteira da Região Norte	882,86	667,3	-	75,6%	I	Balanco do exercicio de 2016
b) Projetos nos municípios integrantes das mesorregiões do Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Bico do Papagaio (excetuando os municípios do Estado do Maranhão, assistidos pelo FNE), da Chapada das Mangabeiras (municípios do Estado do Tocantins) e do Xingu.	Financiamentos para os municípios integrantes das mesorregiões diferenciadas da Região Norte pela PNDR.	361,82	425,8	-	117,7%	II	Balanco do exercicio de 2016
c) Projetos nos municípios classificados pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica.	Financiamentos para os municípios tipificados pela PNDR como de baixa renda, estagnados de média renda e dinâmicos de menor renda.	2.402,50	1.879,1	-	78,2%	I	Balanco do exercicio de 2016

Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FNO para 2016 / Sistema SIG-Contropar

(1) Meta Atingida

(2) Valor dos Financiamentos Realizados dividido pelo Valor dos Financiamentos Programados, vezes 100.

(3) I) Até 50% = meta não atingida; II) a partir de 50% até 80% = meta parcialmente atingida; III) a partir de 80% até 95% = meta satisfatoriamente atingida; IV) a partir de 95% até 100% = meta atingida; e V) acima de 100% = meta superada.

(4) A meta corresponde ao mínimo de 51% do orçamento do FNO para 2016, de R\$ 1,72 bilhões para os beneficiários de menor porte.







## 6 Gestão do FNO pelo Banco da Amazônia

### 6.1 Formação de Alianças Institucionais

O processo de desenvolvimento sustentável de uma região com as características e complexidades da Amazônia não pode ser conduzido de forma isolada por uma instituição. É indispensável a integração, de forma sinérgica e complementar, das iniciativas dos agentes que atuam em prol do desenvolvimento regional visando potencializar os resultados a serem alcançados, considerando a expertise, a experiência e o conhecimento de cada entidade.

Sob essa perspectiva, o Banco da Amazônia tem construído um amplo e sólido sistema de alianças com os atores representativos da esfera pública, privada e da sociedade civil organizada resultando na formação de arranjos institucionais fortes e capazes de mobilizar sinergias e de superar os desafios existentes, possibilitando a transformação das potencialidades regionais em reais oportunidades de negócios sustentáveis.

Entre as ações voltadas para o fortalecimento das alianças institucionais destaca-se o planejamento participativo para a aplicação das fontes de recursos financeiros sob gestão do Banco da Amazônia. Anualmente são realizados em todos os estados da Amazônia encontros técnicos de planejamento, os quais são organizados pelo Banco da Amazônia e contam com a efetiva participação de seus parceiros institucionais, cuja finalidade é discutir a aplicação eficiente dos recursos financeiros, com vistas a maximizar os benefícios decorrentes dos financiamentos.

Além disso, para tornar as ações planejadas em iniciativas com maior força político-institucional, o Banco da Amazônia, por meio de sua Alta Gestão, vem atuando de forma integrada com os governos estaduais e municipais, firmando com essas esferas de Poder protocolos de intenções visando a implementação de ações voltadas para a expansão dos financiamentos, especialmente do FNO.

### 6.2 Estímulo ao Desenvolvimento das Áreas Prioritárias da PNDR

As mesorregiões do Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Bico do Papagaio, Chapada das Mangabeiras e Xingu, bem como os municípios da Faixa de Fronteira da Região Norte, que são considerados áreas prioritárias pela PNDR para financiamentos do FNO, têm recebido tratamento diferenciado da política de crédito do Banco da Amazônia. No exercício de 2016 foram contratadas nessas áreas 8.278 operações de crédito do Fundo, no valor de R\$ 1.093,1 milhões.

### 6.3 Priorização dos Empreendimentos de Menor Porte

Em observância às diretrizes do FNO, os financiamentos concedidos têm priorizado os empreendimentos de menor porte (agricultores familiares, mini, pequenos e pequeno-médios produtores rurais e suas cooperativas e associações, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno e pequeno-médio porte), com ênfase para a valorização da pequena produção de base familiar. No exercício de 2016 os empreendimentos de menor porte foram beneficiados com a contratação de 19.511





operações de crédito (99,1% das operações contratadas) e R\$ 1.798,7 milhões (77,1% do total contratado).

No âmbito da agricultura familiar, além de auxiliar o Governo Federal na execução da Política Nacional de Reforma Agrária, o Banco da Amazônia financia, por meio do Programa FNO-PRONAF, atividades produtivas desenvolvidas pelos agricultores familiares na Região Norte. No exercício de 2016 foram financiadas pelo Programa 14.432 operações de crédito, no valor de R\$ 423,6 milhões, gerando aproximadamente 58 mil novas oportunidades de trabalho no campo. O apoio financeiro do Banco da Amazônia aos agricultores familiares tem contribuído decisivamente para o fortalecimento do segmento na economia regional, a fixação do produtor no campo, a democratização do crédito, a inclusão social e bancária, a melhoria dos padrões de produção e qualidade de vida no meio rural amazônico, a viabilização das condições para exploração das vocações regionais em bases sustentáveis e a geração de ocupações de mão de obra e renda para a população rural da Região.

Entre as ações desenvolvidas pelo Banco da Amazônia visando incrementar os financiamentos do FNO à agricultura de base familiar destacam-se:

- a. Contribuição na realização do Plano Safra do Governo Federal, com a contratação, nas últimas cinco edições do Plano, do valor de R\$ 3.356,7 milhões. No atual Plano Safra 2016/2017, o Banco da Amazônia financiou, de julho a dezembro de 2016, R\$ 180,0 milhões;
- b. Realização anual de encontros técnicos de planejamento para a aplicação das fontes de recursos financeiros do Banco da Amazônia, em todos os estados da Região, com discussões específicas voltadas para os segmentos mais representativos da economia regional, entre os quais o da agricultura familiar;
- c. Realização de seminários com a participação de técnicos das prestadoras de assistência técnica e elaboração de projetos, com ampla discussão das questões inerentes à agricultura familiar;
- d. Organização de fóruns com a participação de mini e pequenos produtores rurais, onde são apresentadas as condições operacionais do Programa FNO-PRONAF;
- e. Agilização das análises para concessão de crédito, com as propostas internalizadas no Banco da Amazônia não ultrapassando o prazo de 60 dias para apreciação;
- f. Permanente diálogo com as instituições parceiras no sentido de expandir o crédito para os agricultores familiares;
- g. Construção de cronogramas institucionais para a aplicação dos créditos dos PRONAF A e A/C;
- h. Criação da rede da agricultura familiar com a participação de técnicos do Banco da Amazônia, cujo objetivo é criar um fluxo de relacionamento e informações sobre a agricultura familiar, com vistas a aprimorar a atuação junto a esse segmento;
- i. Realização de visitas aos assentamentos para reunião com produtores, associações e cooperativas, levando esclarecimentos e dirimindo dúvidas sobre as linhas de crédito do FNO-PRONAF;





- j. Realização de curso à distância (EAD) sobre agricultura familiar e crédito rural; e
- k. Participação em feiras, exposições, dia de campo e outros eventos promovidos por associações de agricultores familiares e órgãos de assistência técnica e extensão rural.

Outra prioridade na atuação do Banco da Amazônia tem sido o apoio às micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais da Região. No exercício de 2016 foram financiados pelo Programa FNO-MPEI 1.437 projetos de incentivo ao desenvolvimento do segmento, com a contratação de R\$ 123,2 milhões. Entre as iniciativas da Instituição em apoio às micro e pequenas empresas regionais destacam-se a participação no Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), e a parceria firmada com o SEBRAE Nacional visando o desenvolvimento de ações voltadas à ampliação do atendimento e da melhoria do acesso ao crédito pelos micro e pequenos empreendedores regionais.

#### 6.4 Extensão do Crédito para Novos Clientes

Ao longo de mais de duas décadas de operacionalização do FNO pelo Banco da Amazônia, 100% dos municípios que integram a base político-institucional da Região Norte já foram contemplados com financiamentos. Esse resultado foi possível graças ao esforço do Banco da Amazônia de levar o crédito às localidades de difícil acesso, sendo fundamental nesse processo de expansão creditícia as parcerias firmadas com os atores representativos da esfera pública, privada e da sociedade civil organizada.

Uma das principais ações para o alcance da cobertura espacial integral dos financiamentos do Fundo é a realização dos seminários do FNO-Itinerante, os quais são organizados pelo Banco da Amazônia e contam com a parceria do Ministério da Integração Nacional e participação do SEBRAE e dos governos estaduais e municipais. No período de 2010 a dezembro de 2016 foram realizados 105 seminários do FNO-Itinerante contemplando municípios de todos os estados da Região Norte, em especial os de baixa renda com histórico de pouca ou nenhuma operação de crédito contratada. Somente no exercício de 2016 foram realizados 13 seminários resultando na contratação/prospecção de 212 operações de crédito, no valor de R\$ 15,0 milhões.

No exercício de 2016 foram contratadas 8.776 novas operações de crédito com clientes que operaram pela primeira vez com recursos do FNO (44,6% do total das operações contratadas), no valor de R\$ 647,4 milhões (27,7% do total contratado), fato que ratifica o compromisso do Banco da Amazônia de combater a pobreza, a exclusão social e as desigualdades intra e inter-regionais.

## 7 Impactos Macroeconômicos do FNO

### 7.1 Estimativa dos Impactos Macroeconômicos

A partir de simulações realizadas com base na metodologia de insumo-produto, cujos resultados foram calculados com o auxílio do *software Amazonsys*, estima-se que os





financiamentos do FNO concedidos no exercício de 2016 apresentam potencial para incrementar em R\$ 23.049,5 milhões o valor bruto da produção regional, aumentar em R\$ 11.861,6 milhões o PIB da Região Norte, criar 388.827 novas oportunidades de trabalho no campo e nas cidades, gerar salários no valor de R\$ 2.281,2 milhões e elevar a arrecadação de tributos em R\$ 3.287,2 milhões, conforme quadro 8.

**Quadro 8 Estimativa dos Impactos Macroeconômicos do FNO  
Exercício de 2016**

<b>Variável</b>	<b>Estimativa de Impacto (R\$ Milhões, exceto Empregos)</b>
<b>Valor Bruto da Produção (VBP)</b>	23.049,5
<b>Produto Interno Bruto (PIB)</b>	11.861,6
<b>Salários</b>	2.281,2
<b>Tributos</b>	3.287,2
<b>Empregos</b>	388.827

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema Amazonsys

## 7.2 Análise dos Impactos Macroeconômicos

Os financiamentos concedidos com recursos do FNO no exercício de 2016 deverão impactar de forma positiva na economia local, regional e nacional. Prospecta-se que os créditos do Fundo contribuirão para a elevação do produto, da renda, do emprego, dos salários e da arrecadação tributária nas regiões onde se efetivam os empreendimentos financiados, bem como em outras regiões com as quais são estabelecidos fluxos econômicos, via efeito transbordamento.

No exercício de 2016 foi financiado pelo FNO o valor de R\$ 2.333,9 milhões mediante a contratação de 19.691 operações de crédito. Estima-se que os efeitos multiplicadores dos financiamentos realizados possuem potencial para incrementar em R\$ 23.049,5 milhões o valor bruto da produção regional e expandir o PIB da Região Norte em R\$ 11.861,6 milhões, além de proporcionar retornos significativos para as contas públicas por meio dos tributos a serem gerados pelos projetos financiados, no valor de R\$ 3.287,2 milhões.

Outro aspecto relevante a ser considerado como efeito dos financiamentos do FNO refere-se à qualidade de vida dos trabalhadores, já que a massa salarial, renda que remunera o fator de produção trabalho, deverá apresentar um crescimento de R\$ 2.281,2 milhões, com a geração de aproximadamente 389 mil novos postos de trabalho diretos, indiretos ou induzidos no campo e nas cidades.

Os impactos macroeconômicos estimados para a ação creditícia do Fundo no exercício de 2016 ratificam a sua importância como principal instrumento econômico-financeiro propulsor do desenvolvimento regional sustentável, bem como o papel do Banco da Amazônia como agente executor das políticas, planos e programas do Governo Federal para





a Região Amazônica, com reflexos significativos na redução das desigualdades intra e inter-regionais e nos indicadores sociais da Região, a exemplo da melhoria da qualidade de vida da população, a mitigação da pobreza e a inclusão social.

## 8 Perfil da Carteira de Crédito

### 8.1 Composição das Propostas em Carteira

Ao final do exercício de 2016, a carteira de crédito do FNO apresentou a seguinte composição: 19.691 propostas apresentadas e contratadas, no valor de R\$ 2.333,9 milhões; 93 propostas aprovadas a contratar, no valor de R\$ 76,9 milhões; 1.292 propostas em análise, no valor de R\$ 1.204,3 milhões; e 39 propostas indeferidas, no valor de R\$ 52,0 milhões. Assim, foram apresentadas ao Banco da Amazônia 21.115 propostas de financiamento do Fundo no exercício de 2016, no valor total de R\$ 3.667,1 milhões, conforme Apêndice A – tabelas 15 a 18.

### 8.2 Índices de Inadimplência

No encerramento do exercício de 2016, havia 86.997 operações do FNO em situação de atraso, sendo 81.110 operações do setor rural (93,2%) e 5.887 operações dos demais setores (6,8%). O saldo em atraso atingiu R\$ 696,9 milhões, dos quais R\$ 455,1 milhões (65,3%) foram do setor rural e R\$ 241,8 (34,7%) dos demais setores. A inadimplência total atingiu 3,3%.

Os estados que apresentaram os menores níveis de inadimplência foram Rondônia (1,7%) e Acre (2,6%), enquanto os índices mais elevados foram atingidos pelos estados do Pará (4,9%) e Roraima (4,6%). Em termos de porte de empreendedores, a menor inadimplência foi registrada por grande porte (2,0%) e a maior por mini/micro (5,9%).

Considerando a inadimplência por risco de crédito, as contratações com risco compartilhado entre o FNO e o Banco da Amazônia representaram 85,7% da inadimplência total (R\$ 597,3 milhões) e com risco integral do Fundo 14,3% (R\$ 96,6 milhões), conforme Apêndice A – tabelas 19 a 23.

Registra-se que a inadimplência do FNO verificada no exercício de 2016 foi uma das mais baixas dos últimos sete anos, resultado que demonstra a preocupação do Banco da Amazônia com a qualificação do crédito, conforme quadro 9.

Quadro 9 Inadimplência do FNO

Período	Inadimplência (%)	Variação (%)
Exercício de 2010	5,2	-
Exercício de 2011	5,8	11,5
Exercício de 2012	4,8	- 17,2
Exercício de 2013	4,3	- 10,4
Exercício de 2014	3,9	- 9,3
Exercício de 2015	2,8	- 28,2
<b>Exercício de 2016</b>	<b>3,3</b>	<b>17,9</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper







### 8.3 Composição da Conta de Provisão

Até 31/12/2016 o saldo dos créditos de liquidação duvidosa (principal mais encargos vencidos) totalizou R\$ 466,8 milhões em operações com atraso até 180 dias e R\$ 233,6 milhões em operações com atraso de 181 a 360 dias, totalizando R\$ 700,4 milhões.

Considerando as operações com risco compartilhado entre o FNO e o Banco da Amazônia, o saldo dos créditos de liquidação duvidosa correspondeu a R\$ 408,0 milhões em operações com atraso até 180 dias e R\$ 195,8 milhões em operações com atraso de 181 a 360 dias.

No que se refere às operações com risco integral do Fundo, o saldo dos créditos de liquidação duvidosa atingiu o valor de R\$ 58,8 milhões em operações com atraso até 180 dias e R\$ 37,8 milhões em operações com atraso de 181 a 360 dias, conforme quadro 10.

**Quadro 10 Créditos de Liquidação Duvidosa de Operações Contratadas pelo FNO  
Exercício de 2016**

Natureza da Operação	Tamanho do Atraso	
	Até 180 dias R\$ Milhões	De 181 a 360 dias R\$ Milhões
Com Risco Compartilhado entre o FNO e o Banco da Amazônia	408,0	195,8
Com Risco Integral do FNO	58,8	37,8
<b>Total</b>	<b>466,8</b>	<b>233,6</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Ao final do exercício de 2016, o valor total dos créditos contabilizados como prejuízo alcançou R\$ 299,4 milhões, sendo R\$ 242,6 milhões em operações realizadas com risco compartilhado entre o FNO e o Banco da Amazônia e R\$ 56,8 milhões em operações contratadas com risco integral do Fundo, conforme quadro 11.

**Quadro 11 Prejuízos Contabilizados pelo FNO - Exercício de 2016**

Natureza da Operação	Prejuízos Contabilizados R\$ Milhões
<b>Assumidos em Razão do Risco Compartilhado</b>	<b>242,6</b>
Contabilizados pelo FNO	121,3
Contabilizados pelo Banco da Amazônia	121,3
<b>Assumidos pelo FNO em Razão de Risco Integral</b>	<b>56,8</b>
<b>Total</b>	<b>299,4</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

No exercício de 2016 o Banco da Amazônia realizou a renegociação e recuperação de 743 operações de crédito do FNO, no valor total de R\$ 64,4 milhões. Os estados do Pará, com 354 operações (47,7%) e R\$ 33,0 milhões (51,2%), e Tocantins, com 152 operações (20,5%) e R\$ 19,6 milhões (30,4%), foram os que apresentaram o melhor desempenho tanto





em quantidade de operações renegociadas e recuperadas quanto em valores renegociados e recuperados, conforme quadro 12.

**Quadro 12 Renegociação e Recuperação do Crédito do FNO - Exercício de 2016**

UF	Nº de Operações	%	R\$ Milhões	%
<b>Acre</b>	79	10,6	6,5	10,1
<b>Amapá</b>	7	0,9	0,1	0,2
<b>Amazonas</b>	33	4,4	0,7	1,1
<b>Pará</b>	354	47,7	33,0	51,2
<b>Rondônia</b>	92	12,4	3,4	5,3
<b>Roraima</b>	26	3,5	1,1	1,7
<b>Tocantins</b>	152	20,5	19,6	30,4
<b>Total</b>	<b>743</b>	<b>100,0</b>	<b>64,4</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

#### 8.4 Renegociação de Dívidas

No exercício de 2016 foram realizadas renegociações de dívidas com base nas resoluções nº 4.314 e 4.315, ambas de 27/3/2014, conforme Apêndice A – tabelas 24 e 25.

## 9 Demonstração do Resultado

### 9.1 Demonstração do Fluxo de Caixa

No exercício de 2016 foi contratado o valor de R\$ 2.333,9 milhões com recursos do FNO (69,1% da previsão de contratação para o exercício, no valor de R\$ 3.380,0 milhões). O Estado de Rondônia foi o que apresentou o melhor desempenho (superior 20,4% da previsão), seguido por Tocantins e Acre, respectivamente 98,1% e 72,2% da previsão. Comparativamente com o exercício de 2015 (R\$ 3.964,9 milhões), as contratações realizadas no exercício de 2016 apresentaram uma retração de 41,1%, conforme quadro 13.

Importante registrar que a retração nos financiamentos do Fundo verificada no exercício de 2016 decorreu, fundamentalmente, por força de fatores exógenos à política de crédito do Banco da Amazônia, ou seja, foi diretamente influenciada pela conjuntura econômica nacional.





**Quadro 13 Fluxo de Caixa do FNO  
Exercício de 2016**

Discriminação	UF							Total
	AC	AP	AM	PA	RO	RR	TO	
<b>Previsão Exercício de 2016</b>	236,6	169,0	642,2	1.014,0	574,6	169,0	574,6	<b>3.380,0</b>
<b>Realizado Exercício de 2016</b>	170,8	31,6	162,5	642,9	692,0	70,6	563,5	<b>2.333,9</b>
<b>Índice de Consecução (%)</b>	72,2	18,7	25,3	63,4	120,4	41,8	98,1	<b>69,1</b>
<b>Realizado Exercício de 2015</b>	197,9	69,6	333,9	1.475,5	943,0	31,1	913,9	<b>3.964,9</b>
<b>Comparação entre Exercícios de 2016 e 2015 (%)</b>	-13,7	-54,6	-51,3	-56,4	-26,6	127,0	-38,3	<b>-41,1</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FNO 2016 / Sistema SIG-Controper

## 9.2 Demonstração das Receitas e Despesas

No exercício de 2016 as receitas do FNO atingiram o valor de R\$ 6.376,8 milhões, sendo compostas pela disponibilidade ao final de 2015, as transferências da União via Secretaria do Tesouro Nacional, os reembolsos de créditos em 2016, a remuneração das disponibilidades, o retorno ao FNO dos valores relativos aos riscos e a recuperação de crédito. O valor das despesas correspondeu a R\$ 2.996,8 milhões, contemplando a taxa de administração do Fundo, a despesa com auditoria externa, o bônus de adimplência, a despesa com del credere, os rebates, a remuneração do Banco da Amazônia sobre operações do PRONAF, os desembolsos com operações contratadas em exercícios anteriores e a renegociação de créditos baixados, conforme quadro 14.

**Quadro 14 Receitas e Despesas do FNO Exercício de 2016**

Discriminação	R\$ Milhões	Participação %
<b>Origem de Recursos (Receitas)</b>	<b>6.376,8</b>	<b>100,0</b>
Disponibilidade Prevista ao Final do Exercício Anterior	1.467,0	23,0
Transferências da União	1.608,6	25,3
Reembolsos de Créditos em 2016	2.807,7	44,0
Remuneração das Disponibilidades	179,3	2,8
Retorno ao FNO dos Valores Relativos aos Riscos	194,2	3,0
Outras Receitas (Recuperação de Crédito)	120,0	1,9
<b>Aplicação de Recursos (Despesas)</b>	<b>2.996,8</b>	<b>100,0</b>
Taxa de Administração	321,7	10,7
Despesa com Auditoria Externa	0,2	0,0
Bônus de Adimplência	156,3	5,2
Despesa com Del Credere	608,3	20,3
Rebates	-	0,0
Remuneração do Banco da Amazônia sobre Operações do PRONAF	199,8	6,7
Desembolsos com Operações Contratadas em Exercícios Anteriores	1.700,0	56,7
Outras Despesas (Renegociação de Crédito)	10,5	0,4

Fonte: Banco da Amazônia / GECON





### 9.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

No encerramento do exercício de 2016, o Patrimônio Líquido do FNO totalizou R\$ 23.276,98 milhões, incremento de 11,78% ao registrado no final de 2015 (R\$ 20.824,9 milhões). O ativo circulante, onde se incluem as disponibilidades e as operações de crédito, atingiu R\$ 6.989,1 milhões, crescimento de 41,41% em relação ao valor obtido no exercício de 2015 (R\$ 4.942,1 milhões).

Foi registrado, também, ao final do exercício de 2016, no ativo do Balanço Patrimonial, disponibilidades do Fundo no valor de R\$ 3.089,5 milhões, aumento de 105,47% em comparação às verificadas ao término de 2015 (R\$ 1.503,6 milhões). As demonstrações contábeis do FNO se encontram pormenorizadas no Apêndice C deste Relatório.

## 10 Plano de Providência sobre as Recomendações do MI

Em observância às recomendações exaradas no Parecer Conjunto nº 95/2015/SFRI/SUDAM/MI, de 22/7/2015, o Banco da Amazônia adotou as seguintes providências, conforme quadro 15.

**Quadro 15 Cumprimento das Recomendações do Parecer Conjunto nº 95/2015/SFRI/SUDAM/MI  
Plano de Providências**

Recomendação	Providência Adotada ou a ser Implementada	Prazo Proposto	Situação Atual
I. Instituir plano para melhoria de gestão da cobrança das operações	Conforme Apêndice B – Plano de Providências	31/12/2016	Sem alteração
II. Rever o planejamento para incrementar a atuação nos estados do Amapá e Roraima	Conforme Apêndice B – Plano de Providências	Permanente	Sem alteração
III. Estabelecer metas para as agências e indutores de comportamento para atuar em todos os 450 municípios da Região e em todos os setores prioritários	Conforme Apêndice B – Plano de Providências	31/12/2016	Sem alteração

Fonte: Banco da Amazônia





## 11 Avaliação do FNO

### 11.1 Avaliação do Desempenho Acumulado

Ao longo de mais de duas décadas e meia de operacionalização do FNO pelo Banco da Amazônia, foram contratadas 675.999 operações de crédito, injetando na economia regional R\$ 38.541,1 milhões. Do total das operações contratadas, 635.137 (94,0%) contemplaram empreendimentos do setor rural, sendo a maior parte contratações em apoio à agricultura de base familiar (479.889 operações), evidenciando a preocupação do Banco da Amazônia no sentido de atender prioritariamente os beneficiários de menor porte. Os empreendimentos dos demais setores foram contemplados com 40.862 operações (6,0%).

Em termos de valores financiados, os segmentos produtivos do setor rural absorveram R\$ 19.709,7 milhões (51,1% do total financiado) enquanto os segmentos dos demais setores contrataram R\$ 18.831,4 milhões (48,9% da demanda global). Esses números demonstram que o Banco da Amazônia tem procurado alocar os recursos do FNO de forma equilibrada entre os setores da economia regional, conforme quadro 16.

Quadro 16 **Contratações Acumuladas do FNO - Período: 1989 a 2016**

Setor Produtivo	Nº de Operações	%	Valor R\$ Milhões	%
Setor Rural	635.137	94,0	19.709,7	51,1
▪ Agricultura Familiar	479.889	75,6	6.337,4	32,2
▪ Demais Segmentos	155.248	24,4	13.372,3	67,8
Demais Setores	40.862	6,0	18.831,4	48,9
<b>Total</b>	<b>675.999</b>	<b>100,0</b>	<b>38.541,1</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Apesar do desempenho satisfatório na gestão dos recursos do FNO, o Banco da Amazônia tem consciência que ainda há espaço para a expansão dos financiamentos do Fundo, considerando as imensas potencialidades e oportunidades existentes na Região. No entanto, paralelamente existem, também, algumas necessidades, especialmente de natureza infraestrutural, que precisam ser atendidas para que o crédito do FNO não apenas contemple todos os municípios que compõem a base político-institucional da Região Norte, fato que já é uma realidade, mas também, possibilite a redução mais acentuada das desigualdades intra e inter-regionais, do êxodo rural, da pobreza extrema e dos níveis de desemprego, mediante a criação de mais oportunidades de trabalho no campo e nas cidades.

### 11.2 Avaliação pelos Indicadores de Eficácia, Efetividade e Eficiência

O quadro 17, demonstrado a seguir, apresenta uma síntese de alguns indicadores de eficácia, efetividade e eficiência na aplicação do FNO no exercício de 2016. São indicadores que medem o desempenho quantitativo do Fundo, em termos de geração de emprego e renda, crescimento do PIB regional e outros agregados macroeconômicos, bem como o cumprimento das diretrizes e prioridades estabelecidas pelo CONDEL/SUDAM, em consonância com a PNDR e demais políticas públicas voltadas para a Região.





Quadro 17 Indicadores de Eficácia, Efetividade e Eficiência do FNO - Exercício de 2016

Nome do Indicador	Descrição do Indicador	Fórmula de Cálculo	Meta 2016	Resultado – 2016	% Realização
<b>1. Comparativo do Resultado da Programação Orçamentária (CPO)</b>	Indicador que estabelece o comparativo percentual entre os valores da programação orçamentária previstos e os efetivamente realizados, para fins de verificação de desempenho (em %).	$CPO_n = \left( \frac{V_R}{V_P} \right) \times 100$ Onde: VR é o valor realizado; VP é o valor programado; e n é o item orçamentário.	Ver Capítulo 3 Quadro 4	Ver Capítulo 3 - Quadro 4	Ver Capítulo 3 - Quadro 4
<b>2. Atendimento às Diretrizes e Prioridades do FNO (ADP)</b>	Indicador que mede o cumprimento do Banco da Amazônia às diretrizes e prioridades do FNO, estabelecidas pelo CONDEL da SUDAM (em %).	$ADP_n = \left( \frac{V_R}{V_P} \right) \times 100$ Onde: VR é o valor realizado; VP é o valor programado; e n é a diretriz ou prioridade.	Ver Capítulo 5 Item 5.1 Quadro 7	Ver Capítulo 5 - Item 5.1 - Quadro 7	Ver Capítulo 5 Item 5.1 Quadro 7
<b>3. Avaliação dos Impactos do FNO com base na Matriz de Insumo-Produto</b>	Metodologia que avalia os impactos macroeconômicos na Região, devido à atuação do FNO, considerando a distribuição dos recursos conforme o recorte de oito setores com base no Cadastro Nacional de Atividades Econômicas/CNAE (resultados obtidos pelo sistema AMAZONSYS, desenvolvido pelo Banco da Amazônia).	Indicadores de crescimento do PIB, VBP, Tributos, Salários e Postos de Trabalho.	Ver Capítulo 7 Quadro 8	Ver Capítulo 7 - Quadro 8	Ver Capítulo 7 - Quadro 8
<b>4. Índice de Consecução do Fluxo de Caixa (ICFC)</b>	Indicador que mede o índice percentual de consecução dos valores programados e realizados no exercício (em %).	Onde: é o valor realizado; e é o valor programado.	Ver Capítulo 9 Item 9.1 Quadros 13	Ver Capítulo 9 - Item 9.1 - Quadros 13	Ver Capítulo 9 Item 9.1 Quadros 13
<b>5. Índice de Retorno do Patrimônio Líquido do FNO (IRPL)</b>	Indicador que mede a rentabilidade ou retorno do Patrimônio Líquido do FNO em relação ao lucro líquido do Fundo no exercício corrente, tomando como base o patrimônio líquido do exercício anterior (em %).	$IRPL = (LQ / PLa) \times 100$ Onde: LQ é o lucro líquido do Fundo no exercício; e PLa é o Patrimônio Líquido do FNO no exercício anterior	-	PL dez/2015: R\$ 20.824,85 mi PL dez/2016: R\$ 23.276,98 mi Lucro líquido-dez/2016: R\$ 13,38 mi $IRPL = \left( \frac{13,38}{20.824,85} \right) \times 100 = 0,06\%$	Rentabilidade do PL foi de 0,06%
<b>6. Margem Financeira Sobre o Patrimônio Líquido do FNO (MFPL)</b>	Indicador que mede a margem financeira sobre o Patrimônio Líquido do FNO, com base no comparativo direto entre as operações de risco e o patrimônio líquido do Fundo no exercício corrente (em %).	$MFPL = (MF / PL) \times 100$ , sendo MF = PL - OCR Onde: OCR são as operações de crédito que oferecem risco para o FNO; MF é a margem financeira do PL; e PL é o Patrimônio Líquido do FNO no exercício corrente.	-	Op.credito: R\$ 20.676,39 mi PL dez/2016: R\$ 23.276,98 mi MF: R\$ 2.600,59 mi $IRPL = \left( \frac{2.600,59}{23.276,98} \right) \times 100 = 11,17\%$	Margem financeira do FNO é 11,17% do PL
<b>7. Evolução da Inadimplência do FNO (EINAD)</b>	Indicador que mede a evolução da inadimplência do FNO, com base no comparativo entre o saldo vencido das operações e o saldo total da carteira (em %).	$EI = (SV / ST) \times 100$ Onde: SV é o saldo vencido das operações; ST é o saldo total da carteira.	-	Saldo vencido 31/12/16: R\$ 696,92 mi Saldo total 31/12/16: R\$ 20.831,23 mi $EINAD = \left( \frac{696,92}{20.831,23} \right) \times 100 = 3,35\%$	% dez/2012: 4,8% % dez/2013: 4,5% % dez/2014: 4,0% % dez/2015: 2,8% % dez/2016: <b>3,35%</b>
<b>8. Volume de Crédito Contratado (VCC)</b>	Indicador que representa o total das contratações dos recursos do FNO no exercício (em R\$)	$VCC = \left( \frac{TC}{TCE} \right) \times 100$ Onde: TC é o total das contratações no exercício; e TCE é o total estimado de contratações.	R\$ 3.380,0 mi	Contratado total: R\$ 2.333,9 mi $VCC = \left( \frac{2.333,9}{3.380,0} \right) \times 100 = 69,05\%$	69,05%



Nome do Indicador	Descrição do Indicador	Fórmula de Cálculo	Meta 2016	Resultado – 2016	% Realização
9. Destinação dos Recursos por Porte do Beneficiário (DRPB)	Indicador que mede o cumprimento do Banco da Amazônia à diretriz do FNO de financiamento aos beneficiários de mini/micro, pequeno e pequeno-médio porte, incluindo os microempreendedores individuais, até o limite mínimo de 51%, respeitando o limite mínimo de 30% para os beneficiários de mini/micro e pequeno porte (em % - este índice tem que ser igual ou maior do que 51%).	$DRPB = \left( \frac{TC_{mpe}}{TC} \right) \times 100$  Onde: TC <sub>mpe</sub> é o total das contratações para os beneficiários de mini/micro, pequeno e pequeno-médio porte + microempreendedores individuais; e TC é o total das contratações no exercício.	51%	Contratado MPE2: R\$ 1.798,7 mi Contratado total: R\$ 2.333,9 mi  $DRPB = \left( \frac{1.798,7}{2.333,9} \right) \times 100 = 77,1\%$	151,18%
10. Volume de Crédito Liberado (VCL)	Indicador que representa o total das liberações dos recursos do FNO no exercício (em R\$)	$VCL = \left( \frac{TL}{TLE} \right) \times 100$  Onde: TL é o total das liberações no exercício; e TLE é o total estimado de liberações.	R\$ 1.700,00 mi	Liberado total: R\$ 2.032,83 mi  $VCC = \left( \frac{2.032,83}{1.700,0} \right) \times 100 = 19,58\%$	119,58%
11. Índice de Qualidade da Carteira (IQC)	Indicador que mede a qualidade da carteira de crédito do Banco, incluindo FNO (em % - o índice aceitável no mercado é em torno de 7,5%)	$IQC = IPFCRN - IPFRA$  Onde: IPFCRN é o Índice Ponderado por Faixa de Risco Curso Normal; e IPFRA é o Índice Ponderado por Faixa de Risco Atrasado.	7,8%	IPFCRN3: 7,69% IPFRA3: 1,08% IQC= IPFCRN-IPFRA  IQC= 7,69-1,08= 6,62%	84,87%
12. Percentual de Retrabalho na Análise das Operações (PRET)	Indicador que mede o percentual de retrabalho na análise das operações do FNO (em %). Quanto menor o percentual, melhor a qualidade da análise.	$PRET = \left( \frac{TP_{apre}}{TP} \right) \times 100$  Onde: TP <sub>apre</sub> é o total de propostas reapresentadas para análise na matriz do Banco4; e TP é o total de propostas internalizadas na matriz do Banco4.	-	TP <sub>apre</sub> : 113 propostas TP: 270 propostas  $PRET = \left( \frac{113}{270} \right) \times 100 = 41,85\%$	41,85%

(1) Inadimplência apurada com base na Portaria Interministerial MI/MF nº 11/2015, a qual considera apenas o valor das parcelas em atraso, e não o saldo da operação.  
(2) MPE = beneficiários de mini/micro, pequeno e pequeno-médio porte e microempreendedor individual.  
(3) Extraídos do Sistema de Avaliação de Risco-SISiqc – base: 31/12/2016 (Banco da Amazônia).  
(4) Propostas acima de R\$ 2 milhões.





## Apêndice A Tabelas







**Tabela 1 Contratações por Unidade Federativa  
Exercício de 2016**

UF	Nº Op.	%	R\$ 1,00	%
Acre	1.612	8,2	170.836.494	7,3
Amapá	462	2,4	31.590.067	1,4
Amazonas	1.091	5,5	162.375.686	7,0
Pará	10.163	51,6	642.948.336	27,5
Rondônia	4.239	21,5	691.980.538	29,7
Roraima	296	1,5	70.628.615	3,0
Tocantins	1.828	9,3	563.493.540	24,1
<b>TOTAL</b>	<b>19.691</b>	<b>100,0</b>	<b>2.333.853.276</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

**Tabela 2 Contratações por Município Conforme Tipologia da PNDR e Unidade Federativa  
Exercício de 2016**

UF	Tipologia da PNDR										
	Baixa Renda		Estagnada de Média Renda		Dinâmica de Menor Renda		Alta Renda		Total		
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	%
Acre	-	-	503	46.362.292	975	75.960.998	134	48.513.204	1.612	170.836.494	7,3
Amapá	151	3.560.466	11	220.470	145	6.489.775	155	21.319.356	462	31.590.067	1,4
Amazonas	308	18.961.477	154	16.421.729	463	23.983.641	166	103.008.839	1.091	162.375.686	7,0
Pará	3.761	71.511.522	2.396	276.017.886	3.700	253.956.364	306	41.462.564	10.163	642.948.336	27,5
Rondônia	-	-	2.571	474.548.438	795	102.668.554	873	114.763.546	4.239	691.980.538	29,7
Roraima	14	7.143.148	1	20.000	185	14.038.014	96	49.427.453	296	70.628.615	3,0
Tocantins	403	110.968.614	916	330.784.748	221	45.419.616	288	76.320.562	1.828	563.493.540	24,1
Total	4.637	212.145.227	6.552	1.144.375.563	6.484	522.516.962	2.018	454.815.524	19.691	2.333.853.276	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper







Tabela 3 Contratações por Área Prioritária da PNDR – Municípios das Mesorregiões Diferenciadas

Exercício de 2016

UF	Exercício de 2010 Área Prioritária da PNDR											
	Alto Solimões				Chapada das Mangabeiras				Vale do Rio Acre			
	Nº de Municípios	Nº de Municípios Atendidos	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº de Municípios	Nº de Municípios Atendidos	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº de Municípios	Nº de Municípios Atendidos	Nº Op.	R\$ 1,00
Acre	-	-	-	-	-	-	-	-	11	11	861	118.765.737
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	9	7	58	2.812.915	-	-	-	-	2	2	74	4.639.429
Pará	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rondônia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	-	8	7	69	14.196.633	-	-	-	-
Total	9	7	58	2.812.915	8	7	69	14.196.633	13	13	935	123.405.166
Municípios Atendidos %	77,8				87,5				100,0			
UF	Área Prioritária da PNDR											
	Bico do Papagaio				Xingu				Total			
	Nº de Municípios	Nº de Municípios Atendidos	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº de Municípios	Nº de Municípios Atendidos	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº de Municípios	Nº de Municípios Atendidos	Nº Op.	R\$ 1,00
Acre	-	-	-	-	-	-	-	-	11	11	861	118.765.737
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	-	-	-	-	-	-	-	-	11	9	132	7.452.344
Pará	25	23	1.054	171.892.703	10	9	440	57.781.618	35	33	1.494	229.674.321
Rondônia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tocantins	25	24	318	55.714.921	-	-	-	-	33	31	387	69.911.554
Total	50	47	1.372	227.607.624	10	9	440	57.781.618	90	83	2.874	425.803.956
Municípios Atendidos %	94,0				90,0				92,2			

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper





Tabela 4 Contratações por Área Prioritária da PNDR – Municípios da Faixa de Fronteira  
Exercício de 2016

UF	Nº de Municípios	Nº de Municípios Atendidos	Municípios Atendidos %	Nº Op.	R\$ 1,00
Acre	22	22	100,0	1.612	170.836.494
Amapá	8	5	62,5	219	24.888.034
Amazonas	21	16	76,2	235	13.303.667
Pará	5	5	100,0	499	13.872.233
Rondônia	26	26	100,0	2.543	373.813.155
Roraima	15	14	93,3	296	70.628.615
Tocantins	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>97</b>	<b>88</b>	<b>90,7</b>	<b>5.404</b>	<b>667.342.198</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 5 Contratações por Programa de Financiamento e Unidade Federativa  
Exercício de 2016

UF	PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO											
	FNO-PRONAF		FNO-Amazônia Sustentável		FNO-Biodiversidade		FNO-ABC		FNO-MPEI		Total	
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00
Acre	1.144	66.915.714	301	74.023.471	2	1.640.948	8	8.157.495	157	20.098.866	1.612	170.836.494
Amapá	305	5.917.485	95	23.862.255	-	-	-	-	62	1.810.327	462	31.590.067
Amazonas	493	15.082.406	412	125.725.482	3	4.241.142	-	-	183	17.326.656	1.091	162.375.686
Pará	8.337	171.385.101	1.223	404.946.575	18	12.915.560	12	21.861.658	573	31.839.442	10.163	642.948.336
Rondônia	3.218	123.374.970	801	496.583.589	3	8.585.366	32	34.646.336	185	28.790.277	4.239	691.980.538
Roraima	101	4.348.785	113	60.502.392	-	-	1	1.300.926	81	4.476.512	296	70.628.615
Tocantins	834	36.565.829	771	480.249.280	6	4.525.861	21	23.340.800	196	18.811.770	1.828	563.493.540
<b>TOTAL</b>	<b>14.432</b>	<b>423.590.290</b>	<b>3.716</b>	<b>1.665.893.044</b>	<b>32</b>	<b>31.908.877</b>	<b>74</b>	<b>89.307.215</b>	<b>1.437</b>	<b>123.153.850</b>	<b>19.691</b>	<b>2.333.853.276</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper





**Tabela 6 Contratações por Setor Produtivo e Unidade Federativa  
Exercício de 2016**

UF	Setor Produtivo					
	Setor Rural		Demais Setores		Total	
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00
<b>Acre</b>	1.293	115.997.466	319	54.839.028	1.612	170.836.494
<b>Amapá</b>	310	8.987.409	152	22.602.658	462	31.590.067
<b>Amazonas</b>	526	36.436.961	565	125.938.725	1.091	162.375.686
<b>Pará</b>	8.800	478.883.127	1.363	164.065.209	10.163	642.948.336
<b>Rondônia</b>	3.728	549.713.120	511	142.267.418	4.239	691.980.538
<b>Roraima</b>	138	22.137.779	158	48.490.836	296	70.628.615
<b>Tocantins</b>	1.350	502.221.767	478	61.271.773	1.828	563.493.540
<b>TOTAL</b>	<b>16.145</b>	<b>1.714.377.629</b>	<b>3.546</b>	<b>619.475.647</b>	<b>19.691</b>	<b>2.333.853.276</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

**Tabela 7 Contratações por Finalidade do Crédito  
Exercício de 2016**

Finalidade do Crédito	Nº Op.	%	R\$ 1,00	%
<b>Custeio</b>	1.482	7,5	586.610.710	25,1
<b>Investimento</b>	15.313	77,8	1.455.184.130	62,4
<b>Capital de Giro</b>	2.896	14,7	292.058.436	12,5
<b>Infraestrutura</b>	-	0,0	-	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>19.691</b>	<b>100,0</b>	<b>2.333.853.276</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper





Tabela 8 Contratações por Linha de Financiamento e Unidade Federativa  
Exercício de 2016

Linha de Financiamento	UF													
	Acre		Amapá		Amazonas		Pará		Rondônia		Roraima		Tocantins	
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00
<b>Setor Rural</b>	<b>1.293</b>	<b>115.997.466</b>	<b>310</b>	<b>8.987.409</b>	<b>526</b>	<b>36.436.961</b>	<b>8.800</b>	<b>478.883.127</b>	<b>3.728</b>	<b>549.713.120</b>	<b>138</b>	<b>22.137.779</b>	<b>1.350</b>	<b>502.221.767</b>
<b>1. FNO- PRONAF</b>	<b>1.144</b>	<b>66.915.714</b>	<b>305</b>	<b>5.917.485</b>	<b>493</b>	<b>15.082.406</b>	<b>8.337</b>	<b>171.385.101</b>	<b>3.218</b>	<b>123.374.970</b>	<b>101</b>	<b>4.348.785</b>	<b>834</b>	<b>36.565.829</b>
PRONAF A	360	7.909.354	48	1.258.378	2	33.790	152	3.869.608	275	7.003.155	69	1.761.466	189	4.560.804
PRONAF A/C	12	81.217	-	-	-	-	1	7.473	15	101.064	4	25.630	5	34.682
PRONAF Agroindústria	1	1.815.997	-	-	-	-	-	-	2	194.112	-	-	-	3
PRONAF B	65	162.249	4	10.000	131	327.500	1.229	3.071.060	732	1.825.187	-	-	74	185.000
PRONAF B - MPO	-	-	71	265.520	45	128.273	2.733	9.146.021	-	-	-	-	-	2.849
PRONAF Custeio	43	15.230.307	1	39.668	5	103.729	312	6.927.076	267	5.833.976	5	465.061	27	437.402
PRONAF Ecologia	-	-	-	-	-	-	12	979.844	-	-	-	-	-	12
PRONAF Floresta	-	-	179	4.336.419	-	-	1.444	31.476.655	8	229.064	-	-	-	1.631
PRONAF Jovem	1	14.977	-	-	-	-	9	107.786	120	1.769.414	-	-	2	29.796
PRONAF Mais Alimentos Familiar	637	41.578.690	-	-	308	14.441.807	1.411	105.751.864	1.662	104.877.605	23	2.096.628	484	31.123.497
PRONAF Mulher	25	122.923	2	7.500	2	47.307	1.034	10.047.714	137	1.541.393	-	-	53	194.648
<b>2. FNO-Amazônia Sustentável</b>	<b>139</b>	<b>39.283.309</b>	<b>5</b>	<b>3.069.924</b>	<b>30</b>	<b>17.113.413</b>	<b>433</b>	<b>272.720.808</b>	<b>475</b>	<b>383.106.448</b>	<b>36</b>	<b>16.488.068</b>	<b>489</b>	<b>437.789.277</b>
Agropecuária	93	36.484.039	4	2.376.898	17	13.493.859	379	270.992.486	395	360.751.295	27	10.081.574	462	432.872.896
Pesca e Aquicultura	46	2.799.270	1	693.026	13	3.619.554	54	1.728.322	80	22.355.153	9	6.406.494	27	4.916.381
<b>3. FNO- ABC</b>	<b>8</b>	<b>8.157.495</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12</b>	<b>21.861.658</b>	<b>32</b>	<b>34.646.336</b>	<b>1</b>	<b>1.300.926</b>	<b>21</b>	<b>23.340.800</b>
Agricultura de Baixo Carbono	8	8.157.495	-	-	-	-	12	21.861.658	32	34.646.336	1	1.300.926	21	23.340.800
<b>4. FNO- Biodiversidade</b>	<b>2</b>	<b>1.640.948</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>4.241.142</b>	<b>18</b>	<b>12.915.560</b>	<b>3</b>	<b>8.585.366</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6</b>	<b>4.525.861</b>
Floresta	2	1.640.948	-	-	3	4.241.142	18	12.915.560	3	8.585.366	-	-	6	4.525.861





Linha de Financiamento	UF															
	Acre		Amapá		Amazonas		Pará		Rondônia		Roraima		Tocantins		Total	
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00
<b>Demais Setores</b>	<b>319</b>	<b>54.839.028</b>	<b>152</b>	<b>22.602.658</b>	<b>565</b>	<b>125.938.725</b>	<b>1.363</b>	<b>164.065.209</b>	<b>511</b>	<b>142.267.418</b>	<b>158</b>	<b>48.490.836</b>	<b>478</b>	<b>61.271.773</b>	<b>3.546</b>	<b>619.475.647</b>
<b>1. FNO-Amazônia Sustentável</b>	<b>162</b>	<b>34.740.162</b>	<b>90</b>	<b>20.792.331</b>	<b>382</b>	<b>107.674.579</b>	<b>790</b>	<b>132.225.767</b>	<b>326</b>	<b>113.477.141</b>	<b>77</b>	<b>44.014.324</b>	<b>282</b>	<b>42.460.003</b>	<b>2.109</b>	<b>495.384.307</b>
Comércio e Serviço	139	33.214.142	73	19.321.799	312	84.436.349	649	70.898.923	271	87.529.874	60	23.357.164	225	32.886.303	1.729	351.644.554
Cultura	2	139.700	-	-	1	80.000	11	1.698.307	6	4.240.164	1	99.000	6	339.800	27	6.596.971
Turismo	11	564.200	7	614.000	21	3.661.068	47	10.261.664	23	1.777.650	11	755.500	36	2.383.900	156	20.017.982
Agroindústria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	19.601.470	-	-	1	19.601.470
Indústria	10	822.120	10	856.532	48	19.497.162	83	49.366.873	26	19.929.453	4	201.190	15	6.850.000	196	97.523.330
<b>2. FNO-MPEI</b>	<b>157</b>	<b>20.098.866</b>	<b>62</b>	<b>1.810.327</b>	<b>183</b>	<b>18.264.146</b>	<b>573</b>	<b>31.839.442</b>	<b>185</b>	<b>28.790.277</b>	<b>81</b>	<b>4.476.512</b>	<b>196</b>	<b>18.811.770</b>	<b>1.437</b>	<b>124.091.340</b>
Comércio e Serviço	38	17.676.994	2	1.547.366	28	14.089.110	25	15.029.053	52	21.111.745	8	3.833.412	22	13.094.818	175	86.382.498
Cultura	2	965.470	-	-	-	-	2	1.314.594	1	500.653	-	-	1	1.000.000	6	3.780.717
Turismo	1	827.640	-	-	5	2.499.705	3	1.236.558	3	2.629.620	-	-	2	938.356	14	8.131.879
Agroindústria	-	-	-	-	-	-	1	6.586.252	-	-	-	-	-	-	1	6.586.252
Indústria	-	-	-	-	2	683.038	2	4.617.214	4	3.718.632	-	-	4	2.634.424	12	11.653.308
Microempreendedor Individual	116	628.762	60	262.961	148	992.293	540	3.055.771	125	829.627	73	643.100	167	1.144.172	1.229	7.556.686
<b>Total</b>	<b>1.612</b>	<b>170.836.494</b>	<b>462</b>	<b>31.590.067</b>	<b>1.091</b>	<b>162.375.686</b>	<b>10.163</b>	<b>642.948.336</b>	<b>4.239</b>	<b>691.980.538</b>	<b>296</b>	<b>70.628.615</b>	<b>1.828</b>	<b>563.493.540</b>	<b>19.691</b>	<b>2.333.853.276</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper







Tabela 9 Contratações por Porte do Beneficiário e Unidade Federativa  
Exercício de 2016

UF	PORTE											
	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno-Médio		Médio		Grande		Total	
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00
Acre	1.331	78.593.681	251	58.037.422	19	10.592.960	8	16.886.693	3	6.725.738	1.612	170.836.494
Amapá	371	6.338.478	82	10.873.091	3	2.440.830	4	1.900.000	2	10.037.668	462	31.590.067
Amazonas	668	18.957.254	362	50.113.718	27	23.451.368	28	51.040.691	6	18.812.655	1.091	162.375.686
Pará	9.024	201.035.159	966	237.332.347	122	110.663.965	33	46.261.177	18	47.655.688	10.163	642.948.336
Rondônia	3.541	172.800.442	580	210.971.294	72	96.768.655	32	99.019.137	14	112.421.010	4.239	691.980.538
Roraima	183	6.371.785	95	16.271.277	12	11.477.651	3	2.000.000	3	34.507.902	296	70.628.615
Tocantins	1.163	71.889.100	516	231.240.319	123	172.511.810	20	77.250.540	6	10.601.771	1.828	563.493.540
Total	16.281	555.985.899	2.852	814.839.468	378	427.907.239	128	294.358.238	52	240.762.432	19.691	2.333.853.276

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 10 Contratações por Pessoa Física/Pessoa Jurídica e Unidade Federativa  
Exercício de 2016

UF	Pessoa Física		Pessoa Jurídica		Total	
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00
Acre	1.288	100.284.509	324	70.551.985	1.612	170.836.494
Amapá	310	8.987.409	152	22.602.658	462	31.590.067
Amazonas	525	34.569.359	566	127.806.327	1.091	162.375.686
Pará	8.789	457.632.603	1.374	185.315.733	10.163	642.948.336
Rondônia	3.726	542.266.247	513	149.714.291	4.239	691.980.538
Roraima	138	22.137.779	158	48.490.836	296	70.628.615
Tocantins	1.334	468.610.296	494	94.883.244	1.828	563.493.540
Total	16.110	1.634.488.202	3.581	699.365.074	19.691	2.333.853.276

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper





**Tabela 11 Contratações em Apoio à Agricultura Familiar**  
**Exercício de 2016**

UF	Nº Op.	%	R\$ 1,00	%	Previsão R\$ 1,00	Índice de Consecução %
Acre	1.144	7,9	66.915.714	15,8	63.850.000	104,8
Amapá	305	2,1	5.917.485	1,4	18.900.000	31,3
Amazonas	493	3,4	15.082.406	3,6	54.340.000	27,8
Pará	8.337	57,8	171.385.101	40,5	287.620.000	59,6
Rondônia	3.218	22,3	123.374.970	29,1	157.900.000	78,1
Roraima	101	0,7	4.348.785	1,0	1.390.000	312,9
Tocantins	834	5,8	36.565.829	8,6	116.000.000	31,5
<b>TOTAL</b>	<b>14.432</b>	<b>100,0</b>	<b>423.590.290</b>	<b>100,0</b>	<b>700.000.000</b>	<b>60,5</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

**Tabela 12 Contratações por Linha de Financiamento do PRONAF**  
**Exercício de 2016**

Linha de Financiamento PRONAF	Nº Op.	%	R\$ 1,00	%	Oportunidades de Trabalho
PRONAF A	1.095	7,6	26.396.555	6,2	4.380
PRONAF A/C	37	0,3	250.066	0,0	148
PRONAF Agroindústria	3	0,0	2.010.109	0,5	12
PRONAF B	2.235	15,5	5.580.996	1,3	8.940
PRONAF B - MPO	2.849	19,6	9.539.814	2,3	11.396
PRONAF Custeio	660	4,6	29.037.219	6,9	2.640
PRONAF Ecologia	12	0,1	979.844	0,2	48
PRONAF Floresta	1.631	11,3	36.042.138	8,5	6.524
PRONAF Jovem	132	0,9	1.921.973	0,5	528
PRONAF Mais Alimentos Familiar	4.525	31,4	299.870.091	70,8	18.100
PRONAF Mulher	1.253	8,7	11.961.485	2,8	5.012
<b>TOTAL</b>	<b>14.432</b>	<b>100,0</b>	<b>423.590.290</b>	<b>100,0</b>	<b>57.728</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper





Tabela 13 Contratações por Faixa de Valores  
Exercício de 2016

Faixa de Valores	Setor Rural											
	PRONAF A		PRONAF B		PRONAF Demais		Biodiversidade		Amazônia Sustentável/ABC		Total	
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	%
Até R\$ 1.000,00	-	-	-	-	1	1.000	-	-	-	-	1	0,0
Acima de R\$ 1.000,00 Até R\$ 10.000,00	51	366.418	2.235	5.580.996	4.504	16.291.597	-	-	1	9.750	6.791	42,1
Acima de R\$ 10.000,00 Até R\$ 35.000,00	1.044	26.030.137	-	-	2.925	65.003.262	-	-	50	1.277.575	4.019	24,9
Acima de R\$ 35.000,00 Até R\$ 100.000,00	-	-	-	-	2.901	192.978.850	1	95.000	253	18.190.689	3.155	19,5
Acima de R\$ 100.000,00 Até R\$ 200.000,00	-	-	-	-	755	100.801.345	2	314.576	303	44.702.653	1.060	6,6
Acima de R\$ 200.000,00 Até R\$ 500.000,00	-	-	-	-	13	3.219.821	7	2.654.324	426	141.684.189	446	2,8
Acima de R\$ 500.000,00 Até R\$ 1.000.000,00	-	-	-	-	-	-	13	10.089.232	348	266.212.141	361	2,2
Acima de R\$ 1.000.000,00 Até R\$ 10.000.000,00	-	-	-	-	2	2.816.864	9	18.755.745	294	692.390.586	305	1,9
Acima de R\$ 10.000.000,00	-	-	-	-	1	10.500.000	-	-	6	94.410.879	7	0,0
Total	1.095	26.396.555	2.235	5.580.996	11.102	391.612.739	32	31.908.877	1.681	1.258.878.462	16.145	100,0

Faixa de Valores	Demais Setores											
	Agroindústria		Indústria		Turismo/Cultura		Exportação		Infraestrutura		Comércio e Serviço	
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00
Até R\$ 1.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acima de R\$ 1.000,00 Até R\$ 10.000,00	-	-	4	40.000	4	33.350	-	-	-	38	319.200	1.122
Acima de R\$ 10.000,00 Até R\$ 35.000,00	-	-	39	945.722	45	1.137.150	-	-	-	407	10.038.848	107
Acima de R\$ 35.000,00 Até R\$ 100.000,00	-	-	68	4.656.543	91	5.953.700	-	-	-	898	59.850.426	-
Acima de R\$ 100.000,00 Até R\$ 200.000,00	-	-	19	2.674.540	29	4.014.729	-	-	-	243	35.832.519	-
Acima de R\$ 200.000,00 Até R\$ 500.000,00	-	-	36	11.147.313	15	5.011.602	-	-	-	167	53.516.015	-
Acima de R\$ 500.000,00 Até R\$ 1.000.000,00	-	-	19	15.069.205	14	10.130.512	-	-	-	75	55.156.669	-
Acima de R\$ 1.000.000,00 Até R\$ 10.000.000,00	1	6.586.252	21	43.723.082	5	12.246.506	-	-	-	72	132.538.280	-
Acima de R\$ 10.000.000,00	1	19.601.470	2	30.920.233	-	-	-	-	-	5	90.775.095	-
Total	2	26.187.722	208	109.176.638	203	38.527.549	-	-	-	1.904	438.027.052	1.229

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper





Tabela 14 Contratações pela Primeira Vez  
Exercício de 2016

	PORTE											
	Mini/Micro		Pequeno		Pequeno-Médio		Médio		Grande		Total	
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00
Acre	624	26.637.872	91	26.815.464	3	1.706.841	-	-	1	1.925.738	719	57.085.915
Amapá	235	5.037.161	37	4.254.842	-	-	2	1.000.000	1	7.137.668	275	17.429.671
Amazonas	369	8.843.172	192	26.608.159	12	8.192.887	12	31.433.659	-	-	585	75.077.877
Pará	4.131	108.455.483	317	57.905.580	25	11.109.083	5	9.751.814	1	750.000	4.479	187.971.960
Rondônia	1.667	71.945.768	139	56.812.103	10	17.058.281	6	5.650.000	-	-	1.822	151.466.152
Roraima	124	2.688.335	48	6.981.068	2	2.278.033	-	-	1	19.601.470	175	31.548.906
Tocantins	572	34.418.614	131	67.093.067	11	8.300.681	5	14.997.396	2	2.000.000	721	126.809.758
<b>TOTAL</b>	<b>7.722</b>	<b>258.026.405</b>	<b>955</b>	<b>246.470.283</b>	<b>63</b>	<b>48.645.806</b>	<b>30</b>	<b>62.832.869</b>	<b>6</b>	<b>31.414.876</b>	<b>8.776</b>	<b>647.390.239</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper





Tabela 15 Composição das Propostas em Carteira por Setor Produtivo  
Exercício de 2016

Setor	Propostas apresentadas e Contratadas no Exercício de 2016		Propostas Aprovadas a Contratar		Propostas em Análise		Propostas Indeferidas		Total de Propostas Apresentadas	
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00
Setor Rural	16.145	1.714.377.629	60	43.825.012	1.208	446.030.902	37	42.281.947	17.450	2.246.515.490
Demais Setores	3.546	619.475.647	33	33.053.136	84	758.278.231	2	9.748.382	3.665	1.420.555.396
Total	19.691	2.333.853.276	93	76.878.148	1.292	1.204.309.133	39	52.030.329	21.115	3.667.070.886

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 16 Composição das Propostas em Carteira por Unidade Federativa  
Exercício de 2016

UF	Propostas apresentadas e Contratadas no Exercício de 2016		Propostas Aprovadas a Contratar		Propostas em Análise		Propostas Indeferidas		Total de Propostas Apresentadas	
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00
Acre	1.612	170.836.494	2	2.536.933	14	158.875.638	-	-	1.628	332.249.065
Amapá	462	31.590.067	2	1.985.401	17	203.166.095	-	-	481	236.741.563
Amazonas	1.091	162.375.686	13	14.071.657	20	117.121.632	1	7.324.991	1.125	300.893.966
Pará	10.163	642.948.336	28	15.986.542	1.069	352.118.607	25	3.894.924	11.285	1.014.948.409
Rondônia	4.239	691.980.538	9	12.666.951	17	55.743.352	2	20.363.362	4.267	780.754.203
Roraima	296	70.628.615	1	632.000	1	10.110.625	-	-	298	81.371.240
Tocantins	1.828	563.493.540	38	28.998.664	154	307.173.184	11	20.447.052	2.031	920.112.440
Total	19.691	2.333.853.276	93	76.878.148	1.292	1.204.309.133	39	52.030.329	21.115	3.667.070.886

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper







Tabela 17 Composição das Propostas em Carteira por Porte do Beneficiário  
Exercício de 2016

Porte	Propostas apresentadas e Contratadas no Exercício de 2016		Propostas Aprovadas a Contratar		Propostas em Análise		Propostas Indeferidas		Total de Propostas Apresentadas	
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00
Setor Rural	16.145	1.714.377.629	60	43.825.012	1.208	446.030.902	37	42.281.947	17.450	2.246.515.490
Mini	14.953	544.782.197	23	3.527.596	1.028	23.084.977	31	2.907.355	16.035	574.302.125
Pequeno	903	569.892.338	31	33.549.503	140	121.062.356	5	22.819.363	1.079	747.323.560
Pequeno-Médio	249	369.486.440	5	6.640.913	25	139.416.825	1	16.555.229	280	532.099.407
Médio	35	176.292.303	1	107.000	8	129.344.846	-	-	44	305.744.149
Grande	5	53.924.351	-	-	7	33.121.898	-	-	12	87.046.249
Demais Setores	3.546	619.475.647	33	33.053.136	84	758.278.231	2	9.748.382	3.665	1.420.555.396
Micro	1.328	11.203.702	5	2.636.139	4	720.930	-	-	1.337	14.560.771
Pequeno	1.949	244.947.130	16	11.953.622	34	28.678.036	1	2.423.390	2.000	288.002.178
Pequeno-Médio	129	58.420.799	4	4.685.401	9	16.907.713	-	-	142	80.013.913
Médio	93	118.065.935	6	7.710.883	16	216.525.154	1	7.324.992	116	349.626.964
Grande	47	186.838.081	2	6.067.091	21	495.446.398	-	-	70	688.351.570
Total	19.691	2.333.853.276	93	76.878.148	1.292	1.204.309.133	39	52.030.329	21.115	3.667.070.886

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper





Tabela 18 Composição das Propostas em Carteira por Linha de Financiamento  
Exercício de 2016

Linha de Financiamento	Propostas Apresentadas e Contratadas no Exercício de 2016		Propostas Aprovadas a Contratar		Propostas em Análise		Propostas Indeferidas		Total de Propostas Apresentadas	
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00
Setor Rural	16.145	1.714.377.629	60	43.825.012	1.208	446.030.902	37	42.281.947	17.450	2.246.515.490
Agricultura Familiar	14.432	423.590.290	17	1.239.567	1.045	13.321.140	27	1.599.632	15.521	439.750.629
Agricultura de Baixo Carbono	74	89.307.215	13	13.083.471	32	64.953.499	5	19.103.127	124	186.447.312
Agropecuária/ Pesca e Aquicultura	1.607	1.169.571.247	29	28.864.226	129	365.630.390	5	21.579.188	1.770	1.585.645.051
Floresta	32	31.908.877	1	637.748	2	2.125.873	-	-	35	34.672.498
Demais Setores	3.546	619.475.647	33	33.053.136	84	758.278.231	2	9.748.382	3.665	1.420.555.396
Comércio e Serviço	1.904	438.027.052	25	26.358.772	68	272.571.986	-	-	1.997	736.957.810
Agroindústria	2	26.187.722	-	-	2	36.510.898	-	-	4	62.698.620
Indústria	208	109.176.638	6	5.454.758	14	449.195.347	1	7.324.992	229	571.151.735
Turismo/Cultura/Microempreendedor Individual	1.432	46.084.235	2	1.239.606	-	-	1	2.423.390	1.435	49.747.231
Total	19.691	2.333.853.276	93	76.878.148	1.292	1.204.309.133	39	52.030.329	21.115	3.667.070.886

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper





**Tabela 19 Inadimplência por Setor Produtivo**  
**Posição em 31/12/2016**

Setor	Nº Op. em Atraso	%	Saldo Total R\$ 1,00 (A)	%	Saldo em Atraso R\$ 1,00 (B)	%	Inadimplência % (B/A)
Setor Rural	81.110	93,2	9.788.236.575	47,0	455.112.272	65,3	4,6
Demais Setores	5.887	6,8	11.042.994.754	53,0	241.807.909	34,7	2,2
Total	86.997	100,0	20.831.231.329	100,0	696.920.181	100,0	3,3

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

**Tabela 20 Inadimplência por Unidade Federativa**  
**Posição em 31/12/2016**

Setor Rural			
UF	Saldo Total R\$ 1,00 (A)	Saldo em Atraso R\$ 1,00 (B)	Inadimplência % (B/A)
Acre	571.087.428	18.406.155	3,2
Amapá	99.098.320	9.419.122	9,5
Amazonas	402.370.745	64.440.652	16,0
Pará	3.650.778.981	237.653.270	6,5
Rondônia	2.154.673.549	22.961.158	1,1
Roraima	90.901.438	8.007.179	8,8
Tocantins	2.819.326.114	94.224.736	3,3
Total	9.788.236.575	455.112.272	4,6
Demais Setores			
UF	Saldo Total R\$ 1,00 (A)	Saldo em Atraso R\$ 1,00 (B)	Inadimplência % (B/A)
Acre	590.643.356	12.102.196	2,0
Amapá	415.008.077	7.390.760	1,8
Amazonas	2.712.990.801	40.562.144	1,5
Pará	3.155.148.462	94.540.513	3,0
Rondônia	3.140.235.951	65.483.967	2,1
Roraima	181.578.193	4.542.123	2,5
Tocantins	847.389.914	17.186.206	2,0
Total	11.042.994.754	241.807.909	2,2
Todos os Setores			
UF	Saldo Total R\$ 1,00 (A)	Saldo em Atraso R\$ 1,00 (B)	Inadimplência % (B/A)
Acre	1.161.730.784	30.508.351	2,6
Amapá	514.106.397	16.809.882	3,3
Amazonas	3.115.361.546	105.002.796	3,4
Pará	6.805.927.443	332.193.783	4,9
Rondônia	5.294.909.500	88.445.125	1,7
Roraima	272.479.631	12.549.302	4,6
Tocantins	3.666.716.028	111.410.942	3,0
Total	20.831.231.329	696.920.181	3,3

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper





**Tabela 21 Inadimplência por Porte do Beneficiário**  
**Posição em 31/12/2016**

<b>Setor Rural</b>			
Porte	Saldo Total R\$ 1,00 (A)	Saldo em Atraso R\$ 1,00 (B)	Inadimplência % (B/A)
Mini	4.247.524.636	249.018.608	5,9
Pequeno	2.345.919.982	60.861.160	2,6
Pequeno-Médio	1.226.742.794	27.206.201	2,2
Médio	1.136.337.831	66.959.406	5,9
Grande	831.711.332	51.066.897	6,1
Total	<b>9.788.236.575</b>	<b>455.112.272</b>	<b>4,6</b>
<b>Demais Setores</b>			
Porte	Saldo Total R\$ 1,00 (A)	Saldo em Atraso R\$ 1,00 (B)	Inadimplência % (B/A)
Micro	103.179.320	7.435.591	7,2
Pequeno	1.885.227.855	84.537.463	4,5
Pequeno-Médio	507.795.195	12.584.064	2,5
Médio	2.090.024.820	44.437.221	2,1
Grande	6.456.767.564	92.813.570	1,4
Total	<b>11.042.994.754</b>	<b>241.807.909</b>	<b>2,2</b>
<b>Todos os Setores</b>			
Porte	Saldo Total R\$ 1,00 (A)	Saldo em Atraso R\$ 1,00 (B)	Inadimplência % (B/A)
Mini/Micro	4.350.703.956	256.454.199	5,9
Pequeno	4.231.147.837	145.398.623	3,4
Pequeno-Médio	1.734.537.989	39.790.265	2,3
Médio	3.226.362.651	111.396.627	3,5
Grande	7.288.478.896	143.880.467	2,0
Total	<b>20.831.231.329</b>	<b>696.920.181</b>	<b>3,3</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper





**Tabela 22 Inadimplência por Linha de Financiamento do PRONAF**  
**Posição em 31/12/2016**

<b>Linhas de Financiamento do PRONAF</b>	<b>Saldo Total R\$ 1,00 (A)</b>	<b>Saldo em Atraso R\$ 1,00 (B)</b>	<b>Inadimplência % (B/A)</b>
PRONAF A	361.557.597	25.130.633	7,0
PRONAF A/C	948.507	325.047	34,3
PRONAF Agregar	3.675.425	1.337.193	36,4
PRONAF Agricultor Familiar	495.574.670	67.943.407	13,7
PRONAF Agroindústria Familiar	312.539	23.915	7,7
PRONAF Agroindústria	6.078.403	432.941	7,1
PRONAF Amazônia Recuperação	25.992.327	-	0,0
PRONAF B	16.304.349	5.005.742	30,7
PRONAF B - MPO	18.397.274	3.405.475	18,5
PRONAF B - MPR	12.262	1.059	8,6
PRONAF C	12.541.555	3.517.204	28,0
PRONAF Custeio	35.054.005	4.289.143	12,2
PRONAF D	176.543.738	49.152.448	27,8
PRONAF E	12.919.699	4.476.572	34,7
PRONAF ECO	76.799.460	219.981	0,3
PRONAF Emergencial – AF	94.473.655	16.912.638	17,9
PRONAF Emergencial – B	2.821.105	1.584.480	56,2
PRONAF Emergencial - Mais Alimentos	170.679	14.066	8,2
PRONAF Floresta	158.504.825	5.262.722	3,3
PRONAF Jovem	3.800.368	39.119	1,0
PRONAF Mais Alimentos Familiar	1.912.496.438	39.724.689	2,1
PRONAF MPO - Amazônia Florescer	32.040	8.861	27,7
PRONAF Mulher	13.124.105	1.827.835	13,9
PRONAF Mulher - MPO	30.339.427	417.810	1,4
PRONAF Mulher - MPO GP B	3.717.920	369.627	9,9
<b>TOTAL</b>	<b>3.462.192.372</b>	<b>231.422.607</b>	<b>6,7</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper







**Tabela 23 Inadimplência por Risco de Crédito**  
**Posição em 31/12/2016**

Risco de Crédito	Saldo Total R\$ 1,00 (A)	%	Saldo em Atraso R\$ 1,00 (B)	%	Inadimplência % (B/A)
Compartilhado entre o FNO e o Banco da Amazônia	19.638.124.575	94,3	597.326.739	85,7	3,0
Integral do FNO	1.193.106.754	5,7	99.593.442	14,3	8,3
<b>TOTAL</b>	<b>20.831.231.329</b>	<b>100,0</b>	<b>696.920.181</b>	<b>100,0</b>	<b>3,3</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

**Tabela 24 Dívidas Passíveis de Renegociação e Renegociadas com Base nos Normativos em Vigor**  
**Posição em 31/12/2016**

Total Passível de Renegociação + Renegociado			
Normativo: Resolução nº 4.315, de 27/3/2014 Setor Rural			
Medida	Setor	Nº de Operações	R\$ Mil
Renegociação	PRONAF	76.611	733.211
	Demais	42.686	823.236
Liquidação	PRONAF	-	-
	Demais	-	-
<b>Total</b>		<b>119.297</b>	<b>1.556.447</b>
Normativo: Resolução nº 4.314, de 27/3/2014 Demais Setores			
Medida	Setor	Nº de Operações	Valor (R\$ Mil)
Renegociação	PRONAF	-	-
	Demais	1.118	508.164
Liquidação	PRONAF	-	-
	Demais	-	-
<b>Total</b>		<b>1.118</b>	<b>508.164</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper





**Tabela 25 Dívidas Renegociadas com Base nos Normativos em Vigor  
Posição em 31/12/2016**

<b>Total Renegociado</b>			
Normativo: Resolução nº 4.315, de 27/3/2014 <b>Setor Rural</b>			
<b>Medida</b>	<b>Setor</b>	<b>Nº de Operações</b>	<b>R\$ Mil</b>
<b>Renegociação</b>	PRONAF	304	4.104
	Demais	416	47.005
<b>Liquidação</b>	PRONAF	-	-
	Demais	-	-
<b>Total</b>		<b>720</b>	<b>51.109</b>
Normativo: Resolução nº 4.314, de 27/3/2014 <b>Demais Setores</b>			
<b>Medida</b>	<b>Setor</b>	<b>Nº de Operações</b>	<b>Valor (R\$ Mil)</b>
<b>Renegociação</b>	PRONAF	-	-
	Demais	23	13.317
<b>Liquidação</b>	PRONAF	-	-
	Demais	-	-
<b>Total</b>		<b>23</b>	<b>13.317</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper





## Apêndice B – Plano de Providências







## **1 Recomendação 1: Instituir plano para melhoria de gestão da cobrança das operações**

### **1.1 Manifestação do Gestor**

Sem alteração em relação ao relatório apresentado ao final do exercício de 2015. Processo contínuo.

1.2 Prazo: 31/12/2016.

## **2 Recomendação 2: Rever o planejamento para incrementar a atuação nos Estados de Roraima e Amapá**

### **2.1 Manifestação do Gestor**

Sem alterações em relação ao relatório apresentado ao final do exercício de 2015, contudo, há que se registrar, o volume de contratações no Estado de Roraima no exercício de 2016, no valor de R\$ 70,6 milhões (41,8% da meta do exercício, correspondente a R\$ 169,0 milhões). Este resultado é superior 127,0% em relação ao exercício de 2015, quando Roraima contratou R\$ 31,1 milhões. A otimização no processo de análise e outras ações desenvolvidas pelo Banco da Amazônia no Estado possibilitaram a contratação de R\$ 19,6 milhões para implantação de um grande frigorífico na Cidade de Boa Vista. A produção de carne pelo frigorífico destina-se ao consumo dos estados de Roraima, Amazonas e Rondônia e exportação para a Venezuela. Houve também a contratação de R\$ 11,4 milhões destinados à avicultura, piscicultura, compra de matrizes bovinas e reprodutores e aquisição de maquinário para implementação e desenvolvimento da fruticultura no Estado.

2.2 Prazo: Permanente.

## **3 Recomendação 3: Estabelecer metas para as agências e indutores de comportamento para em todos os 450 Municípios da Região e em todos os setores prioritários**

### **3.1 Manifestação do Gestor**

Ao final do exercício de 2016, o Banco da Amazônia aplicou recursos do FNO em 420 municípios da Região Norte, correspondente a 93,3% do total de 450 municípios.

3.2 Prazo: 31/12/2016.







## Apêndice C – Demonstrações Contábeis







Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

# FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO

Lei nº 7.827, de 27/09/1989

## BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

ATIVO		31.12.2016	31.12.2015
<b>CIRCULANTE</b>		<b>6.989.096</b>	<b>4.942.132</b>
Disponibilidades	(Nota 4 a)	3.089.511	1.503.621
Recursos a Alocar		1.305.130	-
Recursos Alocados		1.724.175	1.503.621
Titulos e Créditos a Receber	(Nota 11 a)	30.980	32.555
Proagro a Receber - Rural	(Nota 11 b)	390	390
Devedores por Repasses	(Nota 5 a)	849	844
Operações de Crédito - Risco do Fundo	(Nota 5 a)	223.600	246.075
Financiamentos Pronaf		162.994	170.481
Financiamentos Rurais		100.422	134.937
Financiamentos Industriais/Agroindustriais		1.206	1.644
Provisão Operações de Crédito	(Nota 5 b)	(41.032)	(60.987)
Operações de Crédito - Risco Compartilhado	(Nota 5 a)	3.712.885	3.237.738
Financiamentos Pronaf		529.132	485.634
Financiamentos Rurais		1.049.430	1.406.243
Financiamentos Industriais/Agroindustriais		611.735	523.344
Financiamentos - Comércio e Serviços		1.021.699	896.749
Provisão Operações de Crédito	(Nota 5 b)	(98.302)	(14.232)
Provisão Bônus de Adimplência	(Nota 6 a)	(59.119)	(79.088)
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>16.399.207</b>	<b>15.922.451</b>
Devedores por Repasses	(Nota 5 a)	7.075	7.925
Operações de Crédito - Risco do Fundo	(Nota 5 a)	914.900	953.589
Financiamentos Pronaf		490.157	560.368
Financiamentos Rurais		434.175	463.309
Financiamentos Industriais/Agroindustriais		4.162	4.782
Provisão Operações de Crédito	(Nota 5 b)	(13.594)	(14.857)
Operações de Crédito - Risco Compartilhado	(Nota 5 a)	15.825.004	15.332.915
Financiamentos Pronaf		2.179.684	2.087.859
Financiamentos Rurais		4.252.053	3.993.485
Financiamentos Industriais/Agroindustriais		3.919.620	3.976.095
Financiamentos - Comércio e Serviços		5.484.581	5.278.621
Provisão Operações de Crédito	(Nota 5 b)	(1.934)	(3.342)
Provisão Bônus de Adimplência	(Nota 6 a)	(347.772)	(371.976)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>23.388.303</b>	<b>20.864.583</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>		<b>111.316</b>	<b>39.730</b>
Outras Obrigações	(Nota 7 a)	111.316	39.730
Taxa de Administração		111.316	39.730
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>23.276.987</b>	<b>20.824.853</b>
Patrimônio Líquido	(Nota 9)	23.276.987	20.824.853
Repasses do Tesouro no Exercício		2.438.748	2.131.594
Primeiro semestre		1.156.263	1.173.639
Segundo semestre		1.282.485	957.955
Repasses do Tesouro nos Exercícios Anteriores		20.452.720	18.271.126
Lucros de Exercícios Anteriores		422.133	558.954
Lucro (Prejuízo) no Exercício		13.386	(136.821)
Primeiro semestre		(57.047)	(190.778)
Segundo semestre		70.433	53.957
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>23.388.303</b>	<b>20.864.583</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Belém (PA), 31 de janeiro de 2017

**Conselho de Administração**

Carlos Augusto Moreira Araújo  
Presidente

Manoel G. Soares de Melo  
Conselheiro

Ivandro Nogueira da Silva  
Conselheiro

Alto Ribeiro Seno  
Conselheiro

Wilson Carvalho da Silva Junior  
Conselheiro

Flávio Maringer  
Conselheiro

**Diretoria Executiva**

Manoel G. Soares de Melo  
Diretor

Valdecir Antonio Souza Tole  
Diretor

Francisco Rodrigues Magalhães  
Diretor

Luiz Paulo de Aguiar  
Diretor

Luiz Otávio Monteiro Maciel Junior  
Diretor

Luiz Carlos Lemos Campião  
Diretor

**Contador**

Belém, 31 de janeiro de 2017  
CRC PA 00721710  
CPF 039.842.812-34





Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente 3.369/00001 - CNPJ 04.902.979/0001-44

### FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO

Lei Nº 7.827, de 27/09/1989

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

		<u>Exercício/2016</u>	<u>Exercício/2015</u>
<b>Receitas</b>		<b>1.054.226</b>	<b>1.018.961</b>
Operações de crédito	(Nota 5 i)	708.204	620.560
Remuneração das disponibilidades	(Nota 4 b)	268.310	220.526
Recuperação de créditos baixados	(Nota 5 g)	77.712	177.875
<b>Despesas</b>		<b>(1.040.840)</b>	<b>(1.155.782)</b>
De administração	(Nota 7 b)	(487.750)	(426.319)
De remuneração agente - Pronaf	(Nota 8 a)	(95.892)	(199.831)
De auditoria externa		(177)	(172)
De renegociações e descontos	(Nota 5 d e 5 e)	(10.995)	(11.025)
De bônus de adimplência	(Nota 6 b)	(133.094)	(195.910)
De provisão operações de crédito	(Nota 5 b)	(312.932)	(321.711)
De remissão Procerá	(Nota 5 f)	-	(814)
<b>Lucro (Prejuízo) no Exercício</b>		<b>13.386</b>	<b>(136.821)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Belém (Pa), 31 de janeiro de 2017.

#### Conselho de Administração

Carlos Augusto Moreira Araujo  
Presidente

Marivaldo Gonçalves de Melo  
Conselheiro

Ivandré Montiel da Silva  
Conselheiro

Fábio Ribeiro Servo  
Conselheiro

Wilson Carvalho da Silva Junior  
Conselheiro

Paulo Mauger  
Conselheiro

#### Diretoria Executiva

Marivaldo Gonçalves de Melo  
Presidente

Valdecir José de Souza Tose  
Diretor

Francimar Rodrigues Maciel  
Diretor

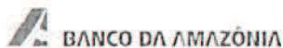
Luis Pedro Nunes Aguiar  
Diretor

Luiz Otávio Monteiro Maciel Junior  
Diretor

Luiz Claudio Teixeira Sampaio  
Diretor

Maria de Belém Silva Costa  
Contador  
CRC-PA 007217/O  
CPF-039.842.812-34





Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

### FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE-FNO

Lei Nº 7.827, de 27/09/1989

### DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

E V E N T O S		
<b>SALDO ANTERIOR EM 31.12.2014</b>		<b>18.830.080</b>
Recursos repassados no exercício	(Nota 9)	2.131.594
Resultado do exercício	(Nota 9)	(136.821)
<b>SALDO FINAL EM 31.12.2015</b>		<b>20.824.853</b>
Recursos repassados no exercício	(Nota 9)	2.438.748
Resultado do exercício	(Nota 9)	13.386
<b>SALDO FINAL EM 31.12.2016</b>		<b>23.276.987</b>

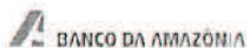
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Belém (Pa), 31 de janeiro de 2017.

<p><b>Conselho de Administração</b></p> <p> Carlos Augusto Moreira Araújo Presidente</p> <p> Marivaldo Gonçalves de Melo Conselheiro</p> <p> Ivandré Montiel da Silva Conselheiro</p> <p> Fábio Ribeiro Seixo Conselheiro</p> <p> Wilson Carvalho da Silva Junior Conselheiro</p> <p> Paulo Mauger Conselheiro</p>	<p><b>Diretoria Executiva</b></p> <p> Marivaldo Gonçalves de Melo Presidente</p> <p> Valdecir dos Santos Souza Toste Diretor</p> <p> Francimar Rodrigues Maciel Diretor</p> <p> Luis Pedro dos Anjos Aguiar Diretor</p> <p> Luiz Otávio Monteiro Maciel Junior Diretor</p> <p> Luiz Claudio Tereza Sampaio Diretor</p>	<p> Mano de Belém Silva Costa Contador CRC-PA 007217/O CPF-039.842.812-34</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------







Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

# FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE-FNO

Lei Nº 7.827, de 27/09/1989

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	31.12.2016	31.12.2015
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro (Prejuízo) no exercício	(Nota 9) 13.386	(136.821)
Despesa de provisão para operações de crédito	(Nota 5 b) 312.932	321.711
Despesa de provisão para bônus de adimplência	(Nota 6 b) 133.094	195.910
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>459.412</b>	<b>380.800</b>
Redução (Aumento) em títulos e créditos a receber	1.575	(2.546)
Redução de devedores por repasses	841	834
(Aumento) em operações de crédito	(1.386.273)	(3.682.001)
Aumento em outras obrigações	71.586	1.014
<b>Caixa líquido utilizado proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(1.312.271)</b>	<b>(3.682.699)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Recursos recebidos do Tesouro Nacional	(Nota 9) 2.438.748	2.131.594
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>2.438.748</b>	<b>2.131.594</b>
<b>Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.585.890</b>	<b>(1.170.305)</b>
<b>Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do período	1.503.621	2.673.926
No fim do período	(Nota 4 a) 3.089.511	1.503.621
<b>Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.585.890</b>	<b>(1.170.305)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Belém (Pa), 31 de janeiro de 2017

<p><b>Conselho de Administração</b></p> <p> Carlos Augusto Moreira Araújo Presidente</p> <p> Marivaldo Gonçalves de Melo Conselheiro</p> <p> Ivandro Monteiro da Silva Conselheiro</p> <p> Fábio Roberto Cervo Conselheiro</p> <p> Wilson Carvalho da Silva Junior Conselheiro</p> <p> Paulo Mauger Conselheiro</p>	<p><b>Diretoria Executiva</b></p> <p> Marivaldo Gonçalves de Melo Presidente</p> <p> Valdecir Soares de Souza Toste Diretor</p> <p> Francimar Rodrigues Marcel Diretor</p> <p> Luis Petronio Neves Aguiar Diretor</p> <p> Luiz Otávio Monteiro Maciel Junior Diretor</p> <p> Luiz Claudio Pereira Sampaio Diretor</p>	<p> Mariana Delmi N. da Costa Contador CRC-PA 007217/O CPF: 039.842.812-34</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------





## Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

### NOTA 1 - Contextualização

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) foi criado pela Constituição Federal de 1988, através do artigo 159, inciso I, alínea "c", e regulamentado pela Lei n.º 7.827, de 27 de setembro de 1989 e demais legislações referentes ao assunto. O FNO representa o principal instrumento econômico-financeiro para o desenvolvimento sustentável da Região Norte, sendo administrado pelo Banco da Amazônia S.A. (Banco), instituição financeira pública federal de caráter regional, que tem sede administrativa na Av. Presidente Vargas, n.º 800, Belém (PA).

#### a) Área de atuação

A área de atuação do FNO contempla os sete estados que integram a base político-institucional da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), abrangendo uma área territorial de 3.853.327,3 km², composta por 450 municípios.

#### b) Política de alocação de recursos

Os recursos do FNO são aplicados pelo Banco de acordo com o Plano Anual de Aplicação de Recursos Financeiros, elaborado em conformidade com a legislação vigente; contemplando políticas, planos e programas do Governo Federal; e, alinhamento com diretrizes, prioridades e orientações estratégicas, compreendendo:

- a) Diretrizes e prioridades definidas pelo Conselho Deliberativo (CONDEL) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM);
- b) Orientações estratégicas do Governo Federal contidas nas políticas, planos e programas para a Região, como o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 – o "Plano Mais Brasil", o Plano Brasil Maior, o Plano Brasil Sem Miséria, o Plano Amazônia Sustentável (PAS), o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), a Política Nacional de Agricultura Familiar, a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais, a Política Nacional de Turismo (PNT), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa Mais Cultura, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e as políticas de desenvolvimento industrial e de incentivo às exportações, à pesca e aquicultura; e
- c) Políticas e prioridades dos estados da Região Norte.

#### c) Programas de financiamento

Em 2016, o FNO está sendo operacionalizado através de cinco programas de financiamento, a saber: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-PRONAF), Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável); Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-Biodiversidade), Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas e Microempreendedores Individuais (FNO-MPEI) e Programa de Financiamento em Apoio à Agricultura de Baixo Carbono (FNO-ABC).

#### d) Fiscalização

Na forma exigida pelo art. 19 da Lei nº 7.827/1989, as demonstrações financeiras do FNO são auditadas e publicadas semestralmente. Além disso ficam à disposição dos Órgãos de fiscalização como Corregedoria Geral da União (CGU)/Tribunal de Contas da União (TCU), inclusive sendo encaminhadas anualmente ao Congresso Nacional.







## Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

### NOTA 2 - Base para a preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da legislação societária, quando aplicáveis, legislação federal aplicada aos Fundos Constitucionais, sobretudo a Lei nº 7.827/1989 e Portaria Interministerial MI/MF nº 11, de 28 de dezembro de 2005, instruções do Banco Central do Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras do FNO foi autorizada pelo banco administrador em 17 de fevereiro de 2017.

#### a) Base de mensuração moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional do FNO. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### NOTA 3 - Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco, para com o FNO, são:

#### a) Apropriação de receitas e despesas

As receitas são oriundas de:

- encargos financeiros das operações de crédito;
- recuperações de créditos baixados; e
- remuneração dos recursos disponíveis paga pelo Banco

As despesas são decorrentes de:

- taxa de administração;
- remuneração do agente financeiro PRONAF;
- serviços de auditoria externa;
- rebates, descontos e/ou expurgo de encargos financeiros, concedidos por ocasião das renegociações de créditos, quando autorizados por normativos dos órgãos reguladores;
- remissão dos financiamentos vinculados ao Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA);
- provisões de bônus de adimplência; e
- provisões para créditos de liquidação duvidosa.

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência.

Os encargos financeiros das operações de crédito são devidos e consequentemente calculados de acordo com as regras definidas pela Lei nº 10.177/2001 e suas alterações, enquanto que nos financiamentos vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e ao Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA) os encargos variam de acordo com as legislações e regulamentos dos Programas constantes no Manual de Crédito Rural (MCR), no capítulo 10, do Banco Central do Brasil (BACEN).







## Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

### b) Taxa de administração

A taxa de administração devida ao Banco é calculada mensalmente, com base na alíquota de 0,25% sobre o patrimônio líquido reduzido pelos saldos médios diários das operações de crédito vinculadas ao PRONAF B, A/C e Floresta, ou 20% dos recursos ingressados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), dos dois métodos o de menor valor, na forma do art. 3º do Decreto nº 5.641/2005.

### c) Remuneração do agente financeiro Pronaf

A remuneração do agente financeiro devida ao banco administrador é apurada, mensalmente, sobre os saldos médios diários das operações de crédito vinculadas ao PRONAF, em conformidade com as regras definidas nos itens 17, 17-A, 17-B, 18 e 19 da Seção 1, capítulo 10 do MCR do BACEN.

### d) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados pelos saldos dos recursos do FNO depositados no Banco, enquanto não liberados aos tomadores, formado pelas transferências oriundas da STN e dos retornos dos financiamentos, remunerações pela taxa extramercado divulgada pelo BACEN pagas pelo banco administrador, deduzindo as liberações de crédito, o del credere, as remunerações do agente financeiro PRONAF, as renegociações de operações já honradas pelo Banco e fundos garantidores e as despesas de taxa de administração e serviços de auditoria externa.

### e) Devedores por repasses

As operações de repasses a outras instituições financeiras estão demonstradas pelo valor principal do crédito, acrescido dos encargos financeiros calculados "pro rata dia" e apropriados pelo regime de competência.

### f) Operações de crédito

As operações de crédito são demonstradas pelo valor principal acrescido dos encargos financeiros calculados "pro rata dia" e apropriados pelo regime de competência. Nos créditos com risco compartilhado, os encargos incidentes sobre cada parcela vencida, inclusive os de inadimplência, são registrados em contas retificadoras de rendas a apropriar.

As operações de crédito vencíveis nos próximos 12 meses ao do fechamento de balanço são classificadas no ativo circulante e as vencíveis acima deste período são classificadas no ativo não circulante.

De acordo com a legislação vigente, o risco das operações com recursos do FNO está assim distribuído:

1. Risco integral do FNO - operações vigentes contratadas até 30 de novembro de 1998 de acordo com a Lei nº 7.827/1989, operações vinculadas aos programas do PROCERA, PRONAF A, B, A/C, Floresta, operações da linha de crédito emergencial e operações de repasses a outras instituições financeiras;
2. Risco compartilhado (50% para o Banco e 50% para o FNO) - operações vigentes contratadas a partir de 1º de dezembro de 1998, conforme regulamento da Lei 10.177/2001.

### g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão das operações de crédito consiste no total das parcelas de principal e encargos vencidas a partir de 180 dias, sendo baixadas como prejuízo quando atingem 360 dias de atraso, conforme disposto na Portaria Interministerial MIN/MF nº 11/2005.







## Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com base na Portaria Interministerial MI/MF nº 244, de 14 de outubro de 2008, as operações de crédito renegociadas com base na Lei nº 11.775/2008 retornaram à carteira com o seu respectivo registro de provisão, assim constituído:

- montante das parcelas que já haviam sido baixadas como prejuízo; e/ou
- valor da provisão existente antes da referida renegociação.

Essa provisão está registrada totalmente no ativo não circulante.

As renegociações das operações de crédito ocorridas através de normas internas do banco administrador reverterem provisão, se existente, em função do retorno do crédito à normalidade.

### h) Provisão para bônus de adimplência

Em conformidade com os normativos legais para os Fundos Constitucionais são concedidos bônus de adimplência aos tomadores de crédito, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do vencimento.

A provisão para bônus de adimplência é constituída somente para as operações em situação de normalidade, considerando o bônus a ser concedido até o vencimento final da operação, sendo classificada nos ativos circulante e não circulante.

### i) Patrimônio líquido

Os recursos repassados e creditados diretamente ao patrimônio líquido estão representados pelos valores originais depositados no Banco, acrescidos dos resultados operacionais.

### j) Sistemática contábil

O FNO possui contabilidade própria, valendo-se para tal do sistema contábil do Banco da Amazônia S.A., todos os registros de atos e fatos, incluindo a apuração de receitas e despesas são realizados em contas de compensação conforme previsto na Carta Circular do Banco Central nº2.217 de 09 de setembro de 1991.

### k) Isenção tributária

Conforme o artigo 8º da Lei nº 7.827/1989, o FNO goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento desonerados de qualquer tributo ou contribuição.

## NOTA 4 - Caixa e equivalentes de caixa

### a) Composição

	31/12/2016	31/12/2015
Recursos a alocar	1.365.336	-
Recursos alocados	1.724.175	1.503.621
	<b>3.089.511</b>	<b>1.503.621</b>

### b) Rendas sobre valores disponíveis

	31/12/2016	31/12/2015
Remuneração das disponibilidades	268.310	220.526







### Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### NOTA 5 - Operações de crédito

##### a) Composição da carteira

	Risco do Fundo					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Normal	Vencido	Total	Normal	Vencido	Total
Indústria, comércio e serviços	4.812	556	5.368	5.655	771	6.426
Pronaf	595.607	57.533	653.140	618.897	51.939	670.836
Rurais	493.194	41.404	534.598	533.006	65.240	598.246
<b>Subtotal</b>	<b>1.093.613</b>	<b>99.493</b>	<b>1.193.106</b>	<b>1.157.558</b>	<b>117.950</b>	<b>1.275.508</b>
Provisão para operações de crédito	(13.594)	(41.012)	(54.606)	(14.857)	(60.987)	(75.844)
Devedores por repasses	7.924	-	7.924	8.766	-	8.766
<b>Total líquido</b>	<b>1.087.943</b>	<b>58.481</b>	<b>1.146.424</b>	<b>1.151.467</b>	<b>56.963</b>	<b>1.208.430</b>

	Risco do Compartilhado					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Normal	Vencido	Total	Normal	Vencido	Total
Indústria, comércio e serviços	10.796.375	241.251	11.037.626	10.509.125	165.884	10.675.009
Pronaf	2.551.626	149.354	2.700.980	2.445.142	128.350	2.573.492
Rurais	5.692.796	206.723	5.899.519	5.245.175	154.551	5.399.726
<b>Subtotal</b>	<b>19.040.797</b>	<b>597.328</b>	<b>19.638.125</b>	<b>18.199.442</b>	<b>448.785</b>	<b>18.648.227</b>
Provisão para operações de crédito	(1.934)	(98.302)	(100.236)	(3.342)	(74.232)	(77.574)
<b>Total líquido</b>	<b>19.038.863</b>	<b>499.026</b>	<b>19.537.889</b>	<b>18.196.100</b>	<b>374.553</b>	<b>18.570.653</b>

Circulante	3.937.334	3.484.654
Não circulante	16.746.979	16.294.429

##### b) Movimentação da provisão das operações de crédito

Nas provisões dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram registradas as baixas das parcelas de principal e de encargos vencidas há mais de 360 dias, a seguir demonstradas:

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Saldo Inicial</b>	<b>(153.418)</b>	<b>(219.332)</b>
Risco Integral FNO	(75.844)	(132.719)
Risco Compartilhado	(77.574)	(86.613)
<b>Provisões constituídas</b>	<b>(312.932)</b>	<b>(321.711)</b>
Risco Integral FNO	(103.566)	(136.314)
Risco Compartilhado	(209.366)	(185.397)
<b>Valores baixados</b>	<b>311.508</b>	<b>387.625</b>
Risco Integral FNO	124.804	193.190
Risco Compartilhado	186.704	194.435
<b>Saldo final</b>	<b>(154.842)</b>	<b>(153.418)</b>
Risco Integral FNO	(54.606)	(75.844)
Risco Compartilhado	(100.236)	(77.574)





## Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### c) Créditos baixados

As parcelas de principal e encargos pendentes de pagamento há mais de 360 dias foram baixadas como prejuízo, cujo montante no exercício foi de R\$489.396 (R\$582.060 em 2015), sendo que R\$186.704 (R\$194.435 em 2015) foi assumido pelo Banco.

### d) Renegociações de operações ativas

As operações de crédito renegociadas no exercício totalizaram R\$1.766.564 (R\$715.267 em 2015), sendo que 3.975 (3.307 em 2015) operações, no valor de R\$1.763.340 (R\$455.359 em 2015) foram regularizadas por ação administrativa do agente financeiro e 801 (5.602 em 2015) operações, correspondente a R\$93.223 (R\$259.908 em 2015) tiveram por base medidas emanadas do Governo Federal.

Até 31.12.2016, não houve liquidação ou renegociação efetuada ao amparo da Lei 13.340, de 28 de setembro de 2016, regulamentada pelo Decreto 8.929, de 09/12/2016.

As despesas com renegociação neste exercício importaram R\$10.983 (R\$2.578 em 2015).

### e) Rebates

As Resoluções CMN nº 4.298 e 4.299/2014 autorizaram concessão de rebates de até 80% para a liquidação das operações contratadas ao amparo das linhas de crédito do Pronaf. No exercício foram registradas despesas de rebates no montante de R\$12 (R\$8.447 em 2015).

### f) Remissão - Procerá

Em cumprimento ao artigo 8º da Lei nº 13.001/2014 foi publicada a Resolução CMN nº 4.365/2014 que dispõe sobre a remissão e liquidação de dívidas das operações de crédito rural contratadas ao amparo do PROCERA. No exercício não houveram operações remitidas.

### g) Recuperação de créditos baixados

O FNO foi ressarcido pelo valor de R\$77.712 (R\$177.875 em 2015) e o Banco por R\$52.096 (R\$115.774 em 2015), referentes às recuperações de créditos baixados como prejuízo, entre renegociações e pagamentos pelos financiados.

### h) Outras despesas

Foi ressarcido ao Banco o valor de R\$8.643 (R\$ 2.987 em 2015), referente regularização de operações de crédito que tinham sido honradas integralmente pelo Banco ao FNO.

### i) Rendas de operações de crédito

As rendas de operações de crédito estão demonstradas pelo valor líquido do del credere do banco administrador:

	31/12/2016	31/12/2015
Encargos financeiros operações de crédito	1.275.376	1.129.565
Del Credere do banco administrador	(567.172)	(509.005)
Total líquido	708.204	620.560

## NOTA 6 - Provisão para bônus de adimplência

### a) Movimentação







### Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Saldo inicial</b>	<b>(451.066)</b>	<b>(411.362)</b>
Constituição	(133.094)	(195.910)
Concessão	167.269	156.206
<b>Saldo final</b>	<b>(416.891)</b>	<b>(451.066)</b>
<b>b) Despesas</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Despesas com bônus no exercício	(133.094)	(195.910)

#### NOTA 7 - Taxa de administração

A taxa de administração é calculada mensalmente, aplicando-se o percentual de 3% ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, limitada em cada exercício, a 20% do valor das transferências efetuadas pela STN, de que trata o art. 13 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001.

##### a) Obrigações

	31/12/2016	31/12/2015
Taxa de administração a pagar	111.316	39.730

Refere-se ao valor apropriado no mês de dezembro, cujo desembolso ocorre no primeiro dia útil subsequente.

A elevação se deu em razão do montante de repasses do Tesouro Nacional ocorrido em dezembro de 2016 de R\$672.423, sendo que em dezembro de 2015 foi de R\$198.648.

##### b) Despesas

	31/12/2016	31/12/2015
Taxa de administração do exercício	487.750	426.319

Neste exercício, a taxa de administração foi constituída pelo limitador de 20% dos repasses da STN, conforme sistemática de cálculo definida no art. 3º do Decreto nº 5.641/2005, a seguir demonstrada.

Exercício	Patrimônio Líquido final	0,25% a.m s/ PL ajustado (a)	Repasses STN	20% Repasses (b)	(b - a)
2016	23.276.987	654.309	2.438.748	487.750	(166.559)
2015	20.824.853	592.201	2.131.594	426.319	(165.882)

#### NOTA 8 - Remuneração agente PRONAF





## Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

No exercício de 2015 foi registrado o valor de R\$107.030, correspondente à remuneração adicional, incidente sobre as operações de PRONAF de risco compartilhado, devida no período de maio 2013 a dezembro 2014, que foi calculada de acordo com a Resolução CMN nº 4.213, de 30 de abril de 2013, constituindo-se evento não recorrente.

### a) Despesas

	31/12/2016	31/12/2015
Remuneração PRONAF risco integral FNO	15.870	18.398
Remuneração PRONAFf risco compartilhado	80.022	74.403
Remuneração PRONAF risco compartilhado (não-recorrente)	-	107.030
Total despesas	95.892	199.831

### NOTA 9 - Patrimônio líquido

O patrimônio líquido corresponde ao saldo do exercício anterior acrescido das transferências da STN e do resultado do exercício. De acordo com o art. 6º, inciso I, da Lei nº 7.827/1989, os repasses da STN aos Fundos Constitucionais de Financiamento são provenientes de 3% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados, na forma do art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal, cabendo ao FNO o percentual de 0,6% daquele montante arrecadado.

Os saldos das transferências da STN e do Lucro (Prejuízo) do exercício, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são os seguintes:

	31/12/2016	31/12/2015
Repasses da STN no exercício	2.438.748	2.131.594
Repasses da STN no exercício anterior	20.402.720	18.271.126
Lucros de exercícios anteriores	422.133	558.954
Lucro (Prejuízo) do exercício	13.386	(136.821)
Patrimônio Líquido	23.276.987	20.824.853

### NOTA 10 - Contingências

Até o final do exercício de 2016 e 2015, o Banco não teve conhecimento da existência de quaisquer obrigações contingentes imputadas ao FNO e que devam ser objeto de registro contábil. Estas avaliações são efetuadas com o apoio da consultoria jurídica do administrador Banco.

### NOTA 11 - Partes relacionadas

O FNO realiza transações bancárias com seu administrador, o Banco. A remuneração sobre os valores disponíveis é calculada e registrada, mensalmente, mediante a aplicação da taxa extramercado divulgada pelo BACEN, conforme previsto no art. 4º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, alterado pela Lei nº 10.177/2001, o que impossibilita a aplicação dos recursos disponíveis com outro indexador de rentabilidade.

As atualizações das movimentações de caixa e equivalentes de caixa, títulos e créditos a receber, outras obrigações e demais transações entre partes relacionadas são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias praticadas com terceiros e levando em conta a presumível ausência de risco.







## Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativo</b>		
Caixa e equivalentes de caixa – Nota 4(a)	3.089.511	1.503.621
Títulos e créditos a receber – Nota 11(a)	30.980	32.555
Proagro a receber – crédito rural – Nota 11(b)	390	390
<b>Passivo</b>		
Taxa de administração a pagar – Nota 7(a)	111.316	39.730
<b>Resultado</b>		
Rendas de remuneração das disponibilidades – Nota 4(b)	268.310	220.526
Despesas de administração – Nota 7(b)	487.750	426.319
Despesas de remuneração agente Pronaf – Nota 8(a)	95.892	199.831
Despesas de reembolsos operações indenizadas – Nota 5(h)	8.643	2.987

- a) Os títulos e créditos a receber serão efetivados no segundo dia útil subsequente, conforme permitido pela Portaria Interministerial MI/MF nº 11/2005, e estão assim constituídos correspondem a :
- Valores a serem repassados pelo Banco referentes aos 50% das parcelas baixadas, no mês de dezembro, assumido como prejuízo, em razão de sua responsabilidade face o risco ser compartilhado; e
  - Valores recebidos por recuperação de operações de crédito já baixadas como prejuízo, nos dois últimos dias úteis do mês de dezembro, .
- b) O Proagro a Receber é constituído pelos valores das parcelas de financiamentos rurais e das despesas de comprovação de perdas imputáveis ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), aguardando ressarcimento do BACEN.

### NOTA 12 - Gerenciamento de riscos

A Gestão de Riscos do FNO está inserida no ambiente de controle do Banco, seu administrador, e tem como objetivo permear os riscos existentes em todas as atividades do FNO, de modo a maximizar as oportunidades e minimizar os efeitos negativos, contribuindo para que os objetivos sejam alcançados, as causas geradoras de danos sejam eliminadas, ou os efeitos sejam mitigados de modo a não prejudicar ou fragilizar o regular andamento dos processos.

#### a) Risco de crédito

Risco de crédito está associado à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores dos financiamentos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos.

No caso do FNO, para se alinhar às melhores práticas de gestão do risco de crédito e aumentar a eficiência na gestão do seu capital econômico, o Banco, na função de administrador, utiliza sua política de risco de crédito, que tem como propósito estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da





**Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o FNO atua como uma das contrapartes.

A constituição da provisão para operações de crédito é feita utilizando-se os critérios estabelecidos na Portaria Interministerial MI/MF nº 11/2005, portanto considerando o total das parcelas de principal e encargos vencidas a partir de 180 dias, sendo baixadas como prejuízo quando atingem 360 dias de atraso, sobre a carteira de financiamentos, cujo risco é atribuído ao FNO.

O FNO compartilha o risco de sua carteira com o banco administrador.

**b) Risco de mercado**

Risco de Mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.

A exposição do FNO ao risco de mercado decorrente das alterações das taxas de juros, é mitigada, no mínimo em 50%, considerando que no exercício 2016 e 2015 cerca de 94% de sua carteira de crédito constitui risco compartilhado com o Banco.

Os métodos utilizados para gerenciar os riscos aos quais o FNO está sujeito não constituem garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pelo Fundo.

**NOTA 13 - Registro no Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal**

Os saldos do FNO estão disponíveis no Siafi, por força da Portaria Interministerial MI/MF nº 11/2005.

  
**Maria de Belém Silva Cotta**  
Contadora  
CRC-PA Reg. 007217/O  
CPF: 039.842.812-34





KPMG Auditores Independentes  
Tv. Dom Romualdo de Seixas, 1.476, salas 1.505 e 1.506  
Ed. Evolution - Bairro Umarizal  
66055-200 - Belém/PA - Brasil  
Caixa Postal 81 - CEP 66017-970 - Belém/PA - Brasil  
Telefone +55 (91) 3321-0150, Fax +55 (91) 3321-0151  
[www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Administradores do  
Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO  
(Administrado pelo Banco da Amazônia S.A.)  
Belém - PA

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO ("Fundo") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras do Fundo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis apresentadas na Nota Explicativa nº 2.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis e restrição de uso**

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve a sua base de elaboração. As demonstrações financeiras foram elaboradas pela Administração do Fundo para cumprir os requisitos do conjunto de normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.







#### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis apresentadas na Nota Explicativa nº 2 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não a garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório





de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belém, 17 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Marcelo Faria Pereira  
Contador CRC RJ-077911/O-2









MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	537002 - UNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO NORTE
ÓRGÃO SUPERIOR	53901 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM DO NORTE

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSION 12/01/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.978.274.901,81	1.467.037.942,99	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	3.490.987.400,12	3.045.159.587,97	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	3.699.399.650,90	3.259.466.047,04	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-208.432.250,78	-214.306.459,07	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
<b>Demais Créditos e Valores a Curto Prazo</b>	<b>31.338.799,93</b>	<b>31.458.145,35</b>	Obrigações de Reparação a Outros Entes	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Estoques	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	-	-
VPOs Pagas Antecipadamente	-	-			
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>16.776.447.647,47</b>	<b>16.280.078.390,52</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		
Ativo Realizável a Longo Prazo	16.776.447.647,47	16.280.078.390,52	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	16.776.447.647,47	16.280.078.390,52	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	17.139.748.457,65	16.670.254.770,90	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	-363.300.810,18	-390.176.380,38	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
<b>Investimentos</b>	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado Diferido	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Reservas de Capital	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Demais Reservas	-	-
<b>Imobilizado</b>	-	-	Resultados Acumulados	23.277.028.749,33	20.823.734.066,83
Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	2.453.294.682,50	1.993.663.717,75
Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	20.823.734.066,83	18.830.080.349,08
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>23.277.028.749,33</b>	<b>20.823.734.066,83</b>
Bens Imóveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
<b>Intangível</b>	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			

Parte integrante do Avulso do OFS nº 54 de 2017.

Página 150 de 179



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS		EMISSÃO 12/01/2017		PÁGINA 2	
SUBTÍTULO		537002 - UNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO NORTE					
ÓRGÃO SUPERIOR		53901 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM DO NORTE		VALORES EM UNIDADES DE REAL			
ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO		2016	2015	ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-				
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.		-	-				
Direitos de Uso de Imóveis		-	-				
Direitos de Uso de Imóveis		-	-				
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis		-	-				
Diferença		-	-				
TOTAL DO ATIVO		23.277.028.749,33	20.823.734.066,83	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		23.277.028.749,33	20.823.734.066,83

ATIVO			PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016 2015
ATIVO FINANCEIRO	3.009.613.701,74	1.498.496.088,34	PASSIVO FINANCEIRO	62.055.451,64 75.260.659,55
ATIVO PERMANENTE	20.267.415.047,59	19.325.237.978,49	PASSIVO PERMANENTE	- -
			SALDO PATRIMONIAL	23.214.973.297,69 20.748.473.407,28

## Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016 2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-
Direitos Convenidos e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Convenidas e Outros Instrum Congên	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-
TOTAL	-	-	TOTAL	-

## DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários			
Recursos Vinculados			2.947.558.250,10
Transferências Constitucionais e Legais			-62.055.451,64
Demais Recursos			3.009.613.701,74
TOTAL			2.947.558.250,10

M<sup>o</sup> de Belém S. Cotta  
Contador  
CRC-Pa-007217/O

Página 151 de 179 Parte integrante do Aviso do OFS nº 54 de 2017.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 12/01/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>		<b>4.110.861.155,35</b>	<b>3.682.396.425,51</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
<b>Contribuições</b>		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>		-	-
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>		<b>1.575.969.192,38</b>	<b>1.394.774.859,10</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		1.575.969.192,38	1.394.774.859,10
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>		<b>2.438.748.292,91</b>	<b>2.131.594.097,34</b>
Transferências Intergovernamentais		2.438.748.292,91	2.131.594.097,34
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		-	-
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>		<b>54.169.398,19</b>	<b>151.153.893,31</b>
Reavaliação de Ativos		-	-
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		54.169.398,19	151.153.893,31
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		<b>41.974.271,87</b>	<b>4.873.575,78</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-

Parte integrante do Avulso do OFS nº 54 de 2017.

Página 152 de 179



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	537002 - UNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO NORTE
ORGÃO SUPERIOR	53901 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORTE


EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 12/01/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	2016	2015	
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	41.974.271,87	4.873.575,76	
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-	
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>1.657.566.472,85</b>	<b>1.888.742.797,76</b>	
<b>Pessoal e Encargos</b>	-	-	
Remuneração a Pessoal	-	-	
Encargos Patronais	-	-	
Benefícios a Pessoal	-	-	
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-	
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	-	-	
Aposentadorias e Reformas	-	-	
Pensões	-	-	
Benefícios de Prestação Continuada	-	-	
Benefícios Eventuais	-	-	
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-	
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-	
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	-	-	
Uso de Material de Consumo	-	-	
Serviços	-	-	
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-	
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>1.163.240.258,16</b>	<b>1.155.806.713,46</b>	
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obidos	-	-	
Juros e Encargos de Mora	-	-	
Variações Monetárias e Cambiais	-	-	
Descontos Financeiros Concedidos	-	-	
Aportes ao Banco Central	-	-	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-	
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>1.163.240.258,16</b>	<b>1.155.806.713,46</b>	
Transferências Intergovernamentais	-	-	
Transferências Intergovernamentais	-	-	
Transferências a Instituições Privadas	-	-	
Transferências a Instituições Multip governamentais	-	-	
Transferências a Consórcios Públicos	-	-	
Transferências ao Exterior	-	-	
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-	
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-	
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>494.326.214,69</b>	<b>532.935.994,30</b>	
Reavaliação/Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	494.326.214,69	532.935.994,30	
Perdas com Alienação	-	-	
Perdas Involuntárias	-	-	
Incorporação de Passivos	-	-	
Desincorporação de Ativos	-	-	

Parte integrante do Avulso do OFS nº 54 de 2017.

Página 153 de 179



		<b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		<b>EXERCÍCIO</b> 2016		<b>PERÍODO</b> Anual	
<b>TÍTULO</b>		DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS		<b>EMIÇÃO</b> 12/01/2017		<b>PÁGINA</b> 3	
<b>SUBTÍTULO</b>		537002 - UNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO NORTE					
<b>ORGAO SUPERIOR</b>		53901 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM DO NORTE		<b>VALORES EM UNIDADES DE REAL</b>			
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS</b>							
				<b>2016</b>		<b>2015</b>	
<b>Tributárias</b>							
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria							
Contribuições							
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>							
Custo das Mercadorias Vendidas							
Custos dos Produtos Vendidos							
Custo dos Serviços Prestados							
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>							
Premiações							
Resultado Negativo de Participações							
Operações da Autoridade Monetária							
Incentivos							
Subvenções Econômicas							
Participações e Contribuições							
Constituição de Provisões							
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas							
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>				<b>2.453.294.682,50</b>		<b>1.993.653.717,75</b>	
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS</b>							
				<b>2016</b>		<b>2015</b>	


  
M<sup>re</sup> de Belém S. Cotta  
Contador  
CRC-Pa-007217/O

Parte integrante do Avulso do OFS nº 54 de 2017.

Página 154 de 179







MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO

2016

PERÍODO

Anual

TÍTULO

BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO

12/01/2017

PÁGINA

1

SUBTÍTULO

637002 - UNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO NORTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ÓRGÃO SUPERIOR

53901 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM DO NORTE

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	2.425.543.085,00	2.103.776.970,17
Ordinárias	-	-	Ordinárias	-	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	2.425.543.085,00	2.103.776.970,17
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	2.425.543.085,00	2.103.776.970,17
Transferências Financeiras Recebidas	2.438.748.292,91	2.131.594.097,34	Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Resultantes da Execução Orçamentária	2.363.487.633,36	2.028.516.310,62	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Repasse Recebido	2.363.487.633,36	2.028.516.310,62	Independentes da Execução Orçamentária	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	75.260.659,55	103.077.786,72	Aporte ao RPPS	-	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	75.260.659,55	103.077.786,72	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	2.736.532.668,62	1.231.067.373,01	Despesas Extraorçamentárias	1.238.500.917,71	2.427.056.908,89
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	62.055.451,64	75.260.659,55	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	75.260.659,55	103.077.786,72
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.163.240.258,16	1.155.806.713,46	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.163.240.258,16	1.155.806.713,46
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.511.236.658,82	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	1.168.172.408,71
Valores em Trânsito	119.345,42	-	Valores em Trânsito	-	1.056.334,89
Demais Recebimentos	1.511.117.613,40	-	Demais Pagamentos	1.167.114.074,12	-
Saldo do Exercício Anterior	1.467.037.942,99	2.635.210.351,70	Saldo para o Exercício Seguinte	2.978.274.901,81	1.467.037.942,99
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.467.037.942,99	2.635.210.351,70	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.978.274.901,81	1.467.037.942,99
TOTAL	6.642.318.904,52	5.997.871.822,05	TOTAL	6.642.318.904,52	5.997.871.822,05

M<sup>te</sup> de Belém S. Cotta  
Contador  
CRC-PA-007217/O

Parte integrante do Avulso do OFS nº 54 de 2017.

Página 155 de 179





**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE (FNO)  
(UG 537002)**

**Declaração**

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2016 refletem a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), com os ajustes citados em correspondência específica, face a exiguidade de tempo para encerramento no referido sistema.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Belém (PA), 01 de março de 2017

  
MARIA DE BELÉM SILVA COTTA  
Contador  
CRC-PA n. 007217/0  
CPF:039.842.812-34

DIREÇÃO GERAL: Av. Presidente Vargas, 800 - Belém / PA  
CEP 66.017-000 - Fone: (91) 4008-3340 - Fax: (91) 3223-5175  
www.bancoamazonia.com.br presidencia@bancoamazonia.com.br



**BANCO DA AMAZÔNIA**

Companhia Aberta - Carta Patente :3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO**  
**UG 537002**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016**

1. A movimentação do FNO referente ao mês de dezembro de 2016 foi inserida no SIAFI com valores estimados, considerando que o Banco da Amazônia S. A. não dispunha de todas as informações definitivas dentro do prazo exíguo de encerramento. Ao serem concluídas as peças contábeis com base na Lei nº 6.404/1976, inclusive com o Parecer dos Auditores Independentes, foi identificada divergência no Patrimônio Líquido em relação aos demonstrativos constantes no SIAFI.
2. Assim, no SIAFI 2017 foram registrados os seguintes ajustes:

<u>Ajustes modificativos</u>	<u>(Em milhares)</u>
Rendas de operações de crédito	(R\$ 17)
Rendas de remunerações disponíveis	(R\$ 24)
<b>Total ajustes</b>	<b>(R\$ 41)</b>

3. Conciliação Patrimônio Líquido:

<b>Patrimônio líquido (SIAFI)</b>	<b>RS23.277.028</b>
Ajustes modificativos	(R\$ 41)
<b>Patrimônio líquido final</b>	<b>RS23.276.987</b>

  
 Maria de Belém Silva Cotta  
 CRC/PA-007217/0  
 CPF:039.842.812-34

DIREÇÃO GERAL: Av. Presidente Vargas, 800 - Belém / PA  
 CEP 66017-000 - Fone: (91)4008-3340 - Fax: (91)3223-5175  
 www.bancoamazonia.com.br presidencia@bancoamazonia.com.br





## ROL DE RESPONSÁVEIS – BASE DEZ/2016

## I – Diretoria Executiva:

<b>UNIDADE JURISDICIONADA</b>		BANCO DA AMAZÔNIA S/A			
<b>DADOS DO RESPONSÁVEL</b>					
<b>Nome:</b>		MARIVALDO GONÇALVES DE MELO		<b>CPF:</b>	276.084.172-34
<b>Endereço Residencial:</b>		Rua Dom Romualdo de Seixas, 1080, apto 1801, Ed. Piazza San Pietro, Umarizal.			
<b>Cidade:</b>	Belém	<b>UF:</b>	PA	<b>CEP:</b>	66055-200
<b>Telefone:</b>	(91) 4008-3340	<b>Fax:</b>	-	<b>E-mail:</b>	<a href="mailto:marivaldo.melo@bancoamazonia.com.br">marivaldo.melo@bancoamazonia.com.br</a>
<b>INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO</b>					
<b>Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010)</b>					
<b>Nome do Cargo ou Função:</b>		Presidente do Banco.			
<b>Ato de designação</b>		<b>Ato de Exoneração</b>		<b>Período de gestão no exercício</b>	
<b>Nome e Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Nome e Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Início</b>	<b>Fim</b>
Nomeação pela Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União.	3/11/2015	-	-	1/1/2016	31/12/2016

<b>UNIDADE JURISDICIONADA</b>		BANCO DA AMAZÔNIA S/A			
<b>DADOS DO RESPONSÁVEL</b>					
<b>Nome:</b>		ANTONIO CARLOS DE LIMA BORGES		<b>CPF:</b>	064.153.422-15
<b>Endereço Residencial:</b>		Tv. Rui Barbosa, 770, apto. 803, Reduto.			
<b>Cidade:</b>	Belém	<b>UF:</b>	PA	<b>CEP:</b>	66053-260
<b>Telefone:</b>	(91) 4008-3580	<b>Fax:</b>	(91) 4008-3421	<b>E-mail:</b>	<a href="mailto:antonio.carlos@bancoamazonia.com.br">antonio.carlos@bancoamazonia.com.br</a>
<b>INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO</b>					
<b>Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010)</b>					
<b>Nome do Cargo ou Função:</b>		Membro da Diretoria Executiva. DINEG – Diretoria de Infraestrutura do Negócio.			
<b>Ato de designação</b>		<b>Ato de Exoneração</b>		<b>Período de gestão no exercício</b>	
<b>Nome e Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Nome e Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Início</b>	<b>Fim</b>
181ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração.	29/6/2009	262ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração	29/4/2016	1/1/2016	29/4/2016





<b>UNIDADE JURISDICIONADA</b>		BANCO DA AMAZÔNIA S/A			
<b>DADOS DO RESPONSÁVEL</b>					
<b>Nome:</b>		VALDECIR JOSÉ DE SOUZA TOSE		<b>CPF:</b>	560.192.542-91
<b>Endereço Residencial:</b>		Travessa Boaventura da Silva 1227, apto 504. Umarizal.			
<b>Cidade:</b>	Belém	<b>UF:</b>	PA	<b>CEP:</b>	66060-060
<b>Telefone:</b>	(91) 4008-3580	<b>Fax:</b>	(91) 3223-5175	<b>E-mail:</b>	<a href="mailto:valdecir.tose@bancoamazonia.com.br">valdecir.tose@bancoamazonia.com.br</a>
<b>INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO</b>					
<b>Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010)</b>					
<b>Nome do Cargo ou Função:</b>		Membro da Diretoria Executiva. DINEG – Diretoria de Infraestrutura do Negócio.			
<b>Ato de designação</b>		<b>Ato de Exoneração</b>		<b>Período de gestão no exercício</b>	
<b>Nome e Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Nome e Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Início</b>	<b>Fim</b>
262ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração	29/4/2016	-	-	29/4/2016	31/12/2016

<b>UNIDADE JURISDICIONADA</b>		BANCO DA AMAZÔNIA S/A			
<b>DADOS DO RESPONSÁVEL</b>					
<b>Nome:</b>		JOSÉ MARQUES DE LIMA		<b>CPF:</b>	143.485.191-53
<b>Endereço Residencial:</b>		Av. Gentil Bittencourt, 563, apto. 904, Ed. La Residence, Batista Campos.			
<b>Cidade:</b>	Belém	<b>UF:</b>	PA	<b>CEP:</b>	66035-340
<b>Telefone:</b>	(91) 3223-1106	<b>Fax:</b>	(91) 4008-3526	<b>E-mail:</b>	<a href="mailto:josemarques.lima@bancoamazonia.com.br">josemarques.lima@bancoamazonia.com.br</a>
<b>INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO</b>					
<b>Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010)</b>					
<b>Nome do Cargo ou Função:</b>		Membro da Diretoria Executiva. DICOR – Diretoria de Controle e Risco.			
<b>Ato de designação</b>		<b>Ato de Exoneração</b>		<b>Período de gestão no exercício</b>	
<b>Nome e Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Nome e Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Início</b>	<b>Fim</b>
264ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração.	27/6/2014	297ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração	29/2/2016	1/1/2016	29/2/2016







<b>UNIDADE JURISDICIONADA</b>		BANCO DA AMAZÔNIA S/A			
<b>DADOS DO RESPONSÁVEL</b>					
<b>Nome:</b>		LUIS PETRÔNIO NUNES AGUIAR		<b>CPF:</b>	411.063.261-72
<b>Endereço Residencial:</b>		Travessa Dom Pedro I, 575. Edifício Quadra Residence, apto 301. Umarizal.			
<b>Cidade:</b>	Belém	<b>UF:</b>	PA	<b>CEP:</b>	66050-100
<b>Telefone:</b>	(91) 4008-2408	<b>Fax:</b>	(91) 4008-3526	<b>E-mail:</b>	<a href="mailto:luis.aguiar@bancoamazonia.com.br">luis.aguiar@bancoamazonia.com.br</a>
<b>INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO</b>					
<b>Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010)</b>					
<b>Nome do Cargo ou Função:</b>		Membro da Diretoria Executiva. DICOR – Diretoria de Controle e Risco.			
<b>Ato de designação</b>		<b>Ato de Exoneração</b>		<b>Período de gestão no exercício</b>	
<b>Nome e Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Nome e Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Início</b>	<b>Fim</b>
262ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração	29/4/2016	-	-	29/4/2016	31/12/2016

<b>UNIDADE JURISDICIONADA</b>		BANCO DA AMAZÔNIA S/A			
<b>DADOS DO RESPONSÁVEL</b>					
<b>Nome:</b>		LUIZ OTÁVIO MONTEIRO MACIEL JÚNIOR		<b>CPF:</b>	377.765.842-15
<b>Endereço Residencial:</b>		Rua dos Caripunas, 1399, apto 301, bairro do Jurunas.			
<b>Cidade:</b>	Belém	<b>UF:</b>	PA	<b>CEP:</b>	66033-337
<b>Telefone:</b>	(91) 4008-2408	<b>Fax:</b>	(91) 3223-5175	<b>E-mail:</b>	<a href="mailto:otavio.jr@bancoamazonia.com.br">otavio.jr@bancoamazonia.com.br</a>
<b>INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO</b>					
<b>Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010)</b>					
<b>Nome do Cargo ou Função:</b>		Membro da Diretoria Executiva. DIREC – Diretoria de Gestão de Recursos.			
<b>Ato de designação</b>		<b>Ato de Exoneração</b>		<b>Período de gestão no exercício</b>	
<b>Nome e Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Nome e Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Início</b>	<b>Fim</b>
264ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração.	27/6/2014	-	-	1/1/2016	31/12/2016





<b>UNIDADE JURISDICIONADA</b>		BANCO DA AMAZÔNIA S/A			
<b>DADOS DO RESPONSÁVEL</b>					
<b>Nome:</b>		MARCO AURÉLIO DE QUEIROZ CAMPOS		<b>CPF:</b>	666.717.524-00
<b>Endereço Residencial:</b>		Av. Gentil Bittencourt, 563, apto 1702, Ed. La Residence, Batista Campos.			
<b>Cidade:</b>	Belém	<b>UF:</b>	PA	<b>CEP:</b>	66035-340
<b>Telefone:</b>	(91) 4008-3170	<b>Fax:</b>	(91) 3223-5175	<b>E-mail:</b>	<a href="mailto:ma.queiroz@bancoamazonia.com.br">ma.queiroz@bancoamazonia.com.br</a>
<b>INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO</b>					
<b>Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010)</b>					
<b>Nome do Cargo ou Função:</b>		Membro da Diretoria Executiva. DIARE – Diretoria de Análise e Reestruturação.			
<b>Ato de designação</b>		<b>Ato de Exoneração</b>		<b>Período de gestão no exercício</b>	
<b>Nome e Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Nome e Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Início</b>	<b>Fim</b>
277ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração.	20/3/2015	300ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração. Desligamento em 3/4/2016.	31/3/2016	1/1/2016	3/4/2016

<b>UNIDADE JURISDICIONADA</b>		BANCO DA AMAZÔNIA S/A			
<b>DADOS DO RESPONSÁVEL</b>					
<b>Nome:</b>		FRANCIMAR RODRIGUES MACIEL		<b>CPF:</b>	868.778.521-68
<b>Endereço Residencial:</b>		Av. Visconde de Inhaúma, 1370. Edifício G. Coutinho, apto 1206. Pedreira.			
<b>Cidade:</b>	Belém	<b>UF:</b>	PA	<b>CEP:</b>	66087-640
<b>Telefone:</b>	(91) 4008-3170	<b>Fax:</b>	(91) 3223-5175	<b>E-mail:</b>	<a href="mailto:francimar.maciell@bancoamazonia.com.br">francimar.maciell@bancoamazonia.com.br</a>
<b>INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO</b>					
<b>Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010)</b>					
<b>Nome do Cargo ou Função:</b>		Membro da Diretoria Executiva. DIARE – Diretoria de Análise e Reestruturação.			
<b>Ato de designação</b>		<b>Ato de Exoneração</b>		<b>Período de gestão no exercício</b>	
<b>Nome e Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Nome e Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Início</b>	<b>Fim</b>
262ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração	29/4/2016	-	-	29/4/2016	31/12/2016





<b>UNIDADE JURISDICIONADA</b>		BANCO DA AMAZÔNIA S/A			
<b>DADOS DO RESPONSÁVEL</b>					
<b>Nome:</b>		WILSON EVARISTO		<b>CPF:</b>	079.915.502-06
<b>Endereço Residencial:</b>		Avenida Magalhães Barata, 110, Ed Palazzo Verona, apto 1701. Nazaré.			
<b>Cidade:</b>	Belém	<b>UF:</b>	PA	<b>CEP:</b>	66040-901
<b>Telefone:</b>	(91) 4008-3461	<b>Fax:</b>	(91) 3223-5175	<b>E-mail:</b>	<a href="mailto:wilson.evaristo@bancoamazonia.com.br">wilson.evaristo@bancoamazonia.com.br</a>
<b>INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO</b>					
<b>Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010)</b>					
<b>Nome do Cargo ou Função:</b>		Membro da Diretoria Executiva. DICOM – Diretoria Comercial e de Distribuição.			
<b>Ato de designação</b>		<b>Ato de Exoneração</b>		<b>Período de gestão no exercício</b>	
<b>Nome e Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Nome e Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Início</b>	<b>Fim</b>
203ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração.	28/10/2011	262ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração	29/4/2016	1/1/2016	29/4/2016

<b>UNIDADE JURISDICIONADA</b>		BANCO DA AMAZÔNIA S/A			
<b>DADOS DO RESPONSÁVEL</b>					
<b>Nome:</b>		LUIZ CLÁUDIO TEIXEIRA SAMPAIO		<b>CPF:</b>	454.931.702-72
<b>Endereço Residencial:</b>		Avenida José Bonifácio, 788. Edifício Pedra de Jade, apto 1302. São Brás.			
<b>Cidade:</b>	Belém	<b>UF:</b>	PA	<b>CEP:</b>	66063-075
<b>Telefone:</b>	(91) 4008-3461	<b>Fax:</b>	(91) 3223-5175	<b>E-mail:</b>	<a href="mailto:luiz.sampaio@bancoamazonia.com.br">luiz.sampaio@bancoamazonia.com.br</a>
<b>INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO</b>					
<b>Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010)</b>					
<b>Nome do Cargo ou Função:</b>		Membro da Diretoria Executiva. DICOM – Diretoria Comercial e de Distribuição.			
<b>Ato de designação</b>		<b>Ato de Exoneração</b>		<b>Período de gestão no exercício</b>	
<b>Nome e Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Nome e Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Início</b>	<b>Fim</b>
262ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração	29/4/2016	-	-	29/4/2016	31/12/2016





## ROLRES

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA  
L.40009.AN ROL DE RESPONSÁVEIS EMISSAO: 07/06/2017  
ORGAO : 53901 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORTE PAGINA : 001  
UG : 537002 - FUNDO CONSTITUCIONAL FINANCIAMENTO NORTE REF. : 2017  
GESTAO : 00001 - TESOIRO NACIONAL

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : ORDENADOR DE DESPESAS  
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR  
AGENTE : 411.063.261-72 - LUIS PETRONIO NUNES AGUIAR  
E-MAIL :  
ENDERECO : AV. PRESIDENTE VARGAS Nº 800 - BELEM-PARA  
MUNICIPIO : 427 - BELEM UF: PA CEP: 66017-000  
CARGO : DIRETOR DE CONTROLE BANCO DA AMAZONIA  
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
29/Abr/2016 262 ORD CA 01/Jan/2017 A  
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO  
03/Mai/2016

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO  
AGENTE : 248.657.612-68 - ANA MARIA TOLOTTI LIMA  
E-MAIL : ANA.LIMAO@BANCOAMAZONIA.COM.BR  
ENDERECO : AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 800 - BELEM PARA  
MUNICIPIO : 427 - BELEM UF: PA CEP: 66017-000  
CARGO : GERENTE EXECUTIVO TITULAR  
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
23/Dez/2016 ATA DIR 4171 01/Jan/2017 A  
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO  
23/Dez/2016

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESP PELA CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTAO  
SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO  
AGENTE : 328.219.722-53 - VALDECIR DA SILVA CAMPOS  
E-MAIL : VALDECIR.CAMPOS@BANCOAMAZONIA.COM.BR  
ENDERECO : AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 800 3º ANDAR  
MUNICIPIO : 427 - BELEM UF: PA CEP: 66017-000  
CARGO : ANALISTA  
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
31/Dez/2011 CI GECON2011 01/Jan/2017 A  
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO  
31/Dez/2011

SEQ: 001 - TIPO: TITULAR  
AGENTE : 081.803.002-00 - NORMA CELIA PEREIRA REYMAO  
E-MAIL : NORMA.REYMAO@BANCOAMAZONIA.COM.BR  
ENDERECO : AV PRESIDENTE VARGAS, 800 BELEM PARA  
MUNICIPIO : 427 - BELEM UF: PA CEP: 66017-000  
CARGO : COORDENADOR  
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
26/Dez/2016 XXXXXXXX 01/Jan/2017 A  
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESP P/CONTROLE OP CRE, AVAIS, GAR E DIREITOS  
SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO  
AGENTE : 931.726.643-68 - NELIO DE JESUS GUSMAO JUNIOR  
E-MAIL : NELIO.GUSMAO@BANCOAMAZONIA.COM.BR  
ENDERECO : AV PRESIDENTE VARGAS Nº 800.  
MUNICIPIO : 427 - BELEM UF: PA CEP: 66017-000  
CARGO : GERENTE GERAP

CONTINUA...

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA  
L.40009.AN ROL DE RESPONSÁVEIS EMISSAO: 07/06/2017  
ORGAO : 53901 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORTE PAGINA : 002  
UG : 537002 - FUNDO CONSTITUCIONAL FINANCIAMENTO NORTE REF. : 2017  
GESTAO : 00001 - TESOIRO NACIONAL  
CONTINUACAO...  
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
11/Mar/2015 RES 2015/003 13/Jan/2017 RES 2017/002 01/Jan/2017 A 12/Jan/2017  
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO  
12/Mar/2015 14/Jan/2017

SEQ: 001 - TIPO: TITULAR  
AGENTE : 868.778.521-68 - FRANCIMAR RODRIGUES MACIEL





## ROLRES

E-MAIL : FRANCIMAR.MACIEL@BANCOAMAZONIA.COM.BR  
 ENDEREÇO : AV PRESIDENTE VARGAS Nº800  
 MUNICIPIO : 427 - BELEM  
 CARGO : DIRETOR DIARE BANCO DA AMAZONIA S. A  
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO  
 29/Abr/2016 262 ORD CA  
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO  
 03/Mai/2016

UF: PA CEP: 66017-000

PERIODO(S) GESTAO  
 01/Jan/2017 A

SEQ: 001 -

TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 180.750.452-20 - MARILENE DE SENA RIBEIRO  
 E-MAIL : MARILENE.RIBEIRO@BANCOAMAZONIA.COM.BR  
 ENDEREÇO : AV PRESIDENTE VARGAS, 800 BELEM/ PARA  
 MUNICIPIO : 427 - BELEM  
 CARGO : GERENTE GERAN  
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO  
 13/Jan/2017 RES 2017/002  
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

UF: PA CEP: 66017-000

PERIODO(S) GESTAO  
 13/Jan/2017 A

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIGENTE MAXIMO DE BANCO OPERADOR

SEQ: 001 -

TIPO: TITULAR

AGENTE : 276.084.172-34 - MARIVALDO GONCALVES DE MELO  
 E-MAIL : PRESIDENCIA@BANCOAMAZONIA.COM.BR  
 ENDEREÇO : IBAMA-BOCA DO ACRE  
 MUNICIPIO : 139 - RIO BRANCO  
 CARGO : PRESIDENTE DO BANCO DA AMAZONIA  
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO  
 30/Out/2015 DECRETO  
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO  
 03/Nov/2015

UF: AC CEP: 69900-000

PERIODO(S) GESTAO  
 01/Jan/2017 A

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSÁVEL PELA CONFORMIDADE CONTABIL

SEQ: 001 -

TIPO: TITULAR

AGENTE : 039.842.812-34 - MARIA DE BELEM SILVA COTTA  
 E-MAIL : MARIADBELEM@BANCOAMAZONIA.COM.BR  
 ENDEREÇO : AV. PRESIDENTE VARGAS Nº 800 - 3º ANDAR - CENTRO - BELEM / PARA  
 MUNICIPIO : 427 - BELEM  
 CARGO : CONTADOR RESPONSÁVEL BANCO DA AMAZONIA S.A.  
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO  
 19/Mar/2003 RES.2003/002  
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO  
 19/Mar/2003

UF: PA CEP: 66017-000

PERIODO(S) GESTAO  
 01/Jan/2017 A

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG MAX ORGAO OU ENTIDADE SUPERV OU GESTORA

SEQ: 001 -

TIPO: TITULAR

CONTINUA...

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA

L.40009.AN

ROL DE RESPONSÁVEIS

EMISSAO: 07/06/2017

ORGAO : 53901 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORTE

PAGINA : 003

UG : 537002 - FUNDO CONSTITUCIONAL FINANCIAMENTO NORTE

REF. : 2017

GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL

CONTINUACAO...

AGENTE : 625.943.702-15 - HELDER ZAHLUTH BARBALHO

E-MAIL : HELDER.BARBALHO@INTEGRACAO.GOV.BR

ENDEREÇO : RESIDENCIAL LAGO AZUL, AL. WADY CHAMIE, N 11

MUNICIPIO : 415 - ANANINDEUA

UF: PA CEP: 67020-340

CARGO : MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

12/Mai/2016 DECRETO

01/Jan/2017 A

PUBLICACAO DESIGNACAO

PUBLICACAO EXONERACAO

13/Mai/2016

  
 Maria de Belém S. Cotta  
 2151 - Gerente GECON  
 ENCARREGADO DO SETOR

  
 DIRIGENTE DA UNIDADE

Luís Petrônio Nunes Aguiar  
 Diretoria de Controle e Risco



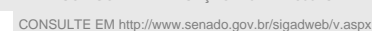


CONSELHEIROS CONDEL/SUDAM - 2017						
	ORGÃO	CONTATO	CONSELHEIRO	EMAIL	TELEFONE	ENDEREÇO
1	Ministério da Integração Nacional	(61)2034-5827	Helder Zahluth Barbalho (titular) - Ministro de Estado da Integração Nacional.	gustavo.camuto@integracao.gov.br	(61) 2034-5815	Esplanada dos Ministérios, Bloco E - 8º andar
		(61) 2034-5837	Emília Maria Silva Ribeiro Curi (suplente) - Secretária-Executiva do Ministério da Integração Nacional.	emilia.curi@integracao.gov.br	(61) 2034-5801	
2	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	(61) 2020-4102/4103 - FAX: 55 (61) 2020-5009	Dyogo Henrique de Oliveira (Ministro interino) (titular)	gabinete.ministro@planejamento.gov.br	(61)2020-4102/2020-4103.	Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 6º Andar CEP:70040-906 - Brasília-DF.
		(61) 2020-4300/4301- FAX: 55 (61) 2020-7745	Dyogo Henrique de Oliveira (Secretário Executivo) (suplente)			
3	Ministério da Fazenda	(61) 3412 2515 / Fax: (61) 3412 1720	Henrique de Campos Meirelles- Ministro de Estado do Ministério da Fazenda (titular)	gabinete.ministro@fazenda.gov.br/ henrique.meirelles@fazenda.gov.br/ agendamf@fazenda.gov.br	(61)3412-2515/3412-1721(fax)	Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 5º Andar CEP:70048-900- Brasília/DF.
		(61) 3412 2407 / 2411	Eduardo Refinetti Guardia-Secretário Executivo do Ministério da Fazenda. (suplente)	gabinete.se.df@fazenda.gov.br	(61)3412-2410	
4	Governo do Estado do Pará	(91) 3216 - 8869/8887/8848/8849/8841	Simão Robison Oliveira Jatene- Governador do Estado do Pará. (titular)	auxineri@gmail.com/ cerimonial@palacio.pa.gov.br	(91) 99279-9704/3216-8869/98895-7007/98835-	Avenida Dr. Freitas, 2.531, Bairro Marco. CEP: 66087-812
		(91) 3201-3622/3631/3600/993009649(vice-gov)	José da Cruz Marinho-Vice Governador do Estado do Pará. (suplente)	vicegov.pa@gmail.com	(91) 98321-8958/3201-3622/3201-3631/3201-	
5	Governo do Estado do Acre	(68)3215-2812/2813/2829	Sebastião Afonso Viana Macedo Neves (Tião Viana)-Governador do Estado do Acre. (titular)	gabinete.civil@ac.gov.br/ gabinete.governador@ac.gov.br/rosana.calderu@ac.gov.br/eventos.gabinete@ac.gov.br.	(68)3215-2812/3215-2813/3215-2829(fax)/3215-	Av. Brasil, nº 297 - Bairro Centro- C.T.P: 69900-078 - Rio Branco-AC.
		(68) 3224-4345/4062	Nazareth Lambert-Vice-governadora do Estado do Acre. (suplente)	gabinete.vicegovernadora@ac.gov.br/vicegovernadora@ac.gov.br/nazareth.araujo@ac.gov.br.	(68)3224-4345/3224-4062/9985-4446/9946-	



6	Governo do Estado do Amapá	(96) 9152-7275(gov)/2101-8437/8404/9920 5-3412	Antonio Waldez Góes da Silva- Governador do Estado do Amapá. (titular)	secretaria@amapa.gov.br gabinetegovernador@amapa.gov.br/m arcelo.iroza@gmail.com/cerimonial.ga bgov@gmail.com	(96) 98100-9488/2101-8437/2101-8404/2101-	Rua. General Rondon, nº 259- Bairro Centro, CEP: 68906-130, Macapá-AP.
		(96) 3212-1026	João Bosco Papaleo Paes-Vice- Governador do Estado do Amapá. (suplente)	papaleopaes@vicegov.ap.gov.br/camill cmagalhaes@vicegov.ap.gov.br	(96) 99971-6549/3212-1026/98133-7003	
7	Governo do Estado do Amazonas		David Antonio Abisai Pereira de Almeida -Governador do Estado do Amazonas ( em exercício ) (titular)	agenda_gagov@casacivil.am.gov.br	(92) 3303-8343/84/47	AV. Brasil nº 3925, Compensa II- Manaus-AM. Cep:69036-110
8	Governo do Estado do Mato Grosso	(65)3613-4129/4140/4100/3853	José Pedro Gonçalves Taques- Governador do Estado do Mato Grosso (titular)	agendagov@gabgoverno.mt.gov.br/ agendagov@governador@ac.gov.br/ga binete@governadoriamt.gov.br/cerimo nial.mt.gov.br	(65) 3613-4122/3613-4140/	Rua Centro Político Administrativo, Palácio Paiaguas- Cuiabá-MT-CEP:78050-970.
		(65)3613-3800/3803/3804	Carlos Henrique Baqueta Fávoro-Vice Governador do Estado de Mato Grosso (suplente)	agendagab@vicegovernadoria.mt.gov. br/ agendagov@gabverno.mt.gov.br/carlos favaro@vicegovernadoriamt.gov.br/as agendagovernadorconfucio@gmail.co m/gabelfini3030@gmail.com/confucio moura@gmail.com.br/confuciomoura @yahoo.com/waldemarbuquerque@g mail.com/michelelemachado1704@hot mail.com/decomra@gmail.com	(65) 3613-3853/3613-3800/3613-3803/3613- (69) 3216-5028/3216-5024/3216-5025/8484-7166/3216-5074/3216- (69) 99256-8756/3216-5168/3216-5179/3216- (98) 2108-9220/21089000-72108-9215/2108-9231/2108-2220/2108-0526	
9	Governo do Estado de Rondônia	(69) 3216-5024/5025/5028/98482-7575	Confúcio Aires Moura-Governador do estado de Rondônia (titular)	danielpereira140@uol.com.br/oficialp mro@gmail.com/vgro@gmail.com	(69) 3216-5028/3216-5024/3216-5025/8484-7166/3216-5074/3216- (69) 99256-8756/3216-5168/3216-5179/3216- (98) 2108-9220/21089000-72108-9215/2108-9231/2108-2220/2108-0526	Palácio Presidente, Vargas, Praça Getúlio Vargas s/n CEP: 78.900-000 - Porto Velho- RO
		(69) 32165168/5179/5166	Daniel Pereira-Vice-Governador do Estado de Rondônia (suplente)			
10	Governo do Estado do Maranhão	(98)3214-1718/3214-1723/1766/2108-9220	Flavio Dino de Castro e Costa- Governador do Estado do Maranhão (titular)	agenda.gov@governadoria.ma.gov.br/ gabinetema2015@gmail.com/gabgov @casacivil.ma.gov.br/cerimonialpl@c asacivil.ma.gov.br/ cerimonialgov.ma@gmail.com; gabinete.gov@governadoria.ma.gov.br	(98) 3214-1798/3214-1766/98121-4925/3214-	Av. D. Pedro II. s/n. Palácio dos Leões. CEP: 65010-904-São Luís - MA
		(98)3214-1766/1798	Carlos Orleans Brandão Junior-Vice- governador do estado do Maranhão. (suplente)	wallmoraes@gmail.com/ lfvaquim@gmail.com		



Página 167 de 179



16	CNA	(96)3242-1049/1055 / Fax: (96) 3242-1055	Luiz Iraçu Guimarães Colares- Presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Amapá- FAEAP	irassu.colares@senar-ap.org.br / irassucolares@yahoo.com.br / lu.santos@senar-ap.org.br / lsf.freitas@bol.com.br	(96) 3242-1049/3242-11055 (fax)	Av. Dr. Diógenes Silva, 2045-Bairro Buritizal - CEP: 68.901-326 Macapá-AP.
		(92) 3198-8400/8401 Fax: (92) 3233-3933	Muni Lourenço Silva Júnior- Presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas-FAIEA.	muni.lourenco@faea.org.br/ karollynchastos@gmail.com	(92) 3198-8401/(92)3198-8400/(92)3233-3933 (fax)	Rua José Paraguanã, nº 435- Bairro Centro CEP: 69.005-130-Manaus-AM.
17	CNC	(61) 3329-9561/3329-9500 / 3329-9501	José Roberto Tadros (titular) - Presidente da Federação do Comércio do estado do Amazonas.	fecomercio-am@fecomercio-am.org.br / agr@cnc.org.br / cassiamarques@cnc.org.br	(92)3234-5668	Alameda Luiz Mendes nº 555 - Adrianópolis, Manaus - Amazonas - CEP:69057250
		(91) 3223-7570/ 3224-7763	Ademir dos Santos (suplente) - presidente da Federação do Comércio do Estado de Roraima.	santosrepre@terra.com.br	(95)3224-5353	Rua General Penha Brasil nº 1423 359 - Bairro São Francisco - Boa Vista-Roraima - CEP:69.305130
18	CNI	(91) 4009-4806/(91) 4009-4808	José conrado Azevedo santos (titular) - Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará.	presidencia@fiepa.org.br;	(91)40094806	Trav. Quintino Bocaiuva, nº 1588 - 8º andar - Belém-PA - CEP:66035-190
		(91) 4009-4807	Marcelo Thomé da Silva de Almeida (suplente) presidente da da Federação das Insústrias do Estado de Rondônia.	marcelo.thome@fiero.org.br/ jane.moraes@fiero.org.br/representacao@cni.org.br	(69) 9968-3495/3216-3457/3216-3458	v. Rui Barbosa, 1112,Arigolândia-Porto Velho-RO
19	CNM	(63)99249-4619	Jairo Soares Mariano Prefeito de Pedro Afonso/TO	presidente@cnm.org.br/ gabjairomariano@gmail.com	(61)2101-6000/(63) 3466-1220 /	Prefeitura Municipal de Pedro Afonso Rua, Getulio Vargas, nº 400 - Estado de Tocantins- CEP: 77.710-000
		(63) 3466-1220	Gilmar Lacerda (suplente) - Vice- Prefeito de Pedro Afonso/TO	presidente@cnm.org.br/prefeitogilmarlac@cnm.org.br	(94)99132-1019	Prefeitura Municipal de Pedro Afonso Rua, Getulio Vargas, nº 400 - Estado de Tocantins CEP :77.710-000
20	CNTC	(65) 3325-11-40/ 99622-7769 (61) 3217-7100, (81)3019-	Valdemar Manrich (titular) - Diretor Tesoureiro da Federação dos Empregados no Comércio do Estado de Mato Grosso.	valdemar_tga@hotmail.com/ presidencia@secegs.org.br	(65)3644-1967/(65)3325-1140/3325-1915.	Av. Bosque da Saúde - Cuiabá-MT - CEP:78050-000
		(81)98726-4655	Saulo Silva (suplente) - Presidente da Federação dos Empregados no Comércio do Estado do Mato Grosso	saulo.silva@cnc.org.br/ss@fecmt.com.br	(65)3644-1967	Av. Bosque da Saúde - Cuiabá-MT - CEP:78050-000



21	CONTI	(61) 3448-9900. (91)998107-8338	Ronci de Lima (titular) - Presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias do Estado do Mato Grosso - FETIEMT.	fetiemt@hotmail.com sgeral@cnti.org.br/claudefetiemt@hotmail.com	(65)3623-1661/(65)999821730	Rua São Luiz nº 476, Bairro Lixeira - Cuiabá-MT - CEP:78008-515.
		(96) 3242-8516/99128-6594	Diego Fernando Oliveira (suplente) - Advogado da FETIEMT.	diegof_oliveira@hotmail.com	(65)98117-0811	Rua São Luiz nº 476, Bairro Lixeira - Cuiabá-MT - CEP:78008-515.
22	CONTAG	(61) 2102-2288/2102-2299	Carlos Augusto Santos Silva (titular) - Secretário de Formação e Organização Sindical da Contag.	guto@contag.org.br	(61) 98285-0930	SMPW QD 01, Conjunto 02, Lote 02- Brasília-DF CEP: 71735-102
		(96) 99904-8611	Maria Eliene da Silva Costa (suplente) - Secretária-Geral da Fettagrap/presidente do STTR	fettagrap@gmail.com	(96) 99904-8611	PA Nova Vida, Linha - F, Zona Rural - Tartarugalzinho/AP CEP: 68990000
23	FNP		Falta indicação			

Parte integrante do Avulso do OFS nº 54 de 2017.

Página 169 de 179





## DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da Lei, que tem por objetivo a formalização da Prestação de Contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2016, que estou em dia com a exigência de apresentação da minha Declaração de Bens e Rendas.

Belém(PA), 16 de junho de 2017.

  
**MARIVALDO GONÇALVES DE MELO**  
Presidente do Banco da Amazônia



## DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da Lei, que tem por objetivo a formalização da Prestação de Contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2016, que estou em dia com a exigência de apresentação da minha Declaração de Bens e Rendas.

Belém(PA), 16 de junho de 2017.



**FRANCIMAR RODRIGUES MACIEL**  
Diretor de Análise e Reestruturação



**DECLARAÇÃO**

Declaro, sob as penas da Lei, que tem por objetivo a formalização da Prestação de Contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2016, **que estou em dia com a exigência de apresentação da minha Declaração de Bens e Rendas.**

Belém(PA), 16 de junho de 2017.



**LUIS PETRÔNIO NUNES AGUIAR**  
Diretor de Controle e Risco do Banco da Amazônia



## DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da Lei, que tem por objetivo a formalização da Prestação de Contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2016, que estou em dia com a exigência de apresentação da minha Declaração de Bens e Rendas.

Belém(PA), 16 de junho de 2017.



**LUIZ CLÁUDIO TEIXEIRA SAMPAIO**  
Diretor Comercial e de Distribuição



**DECLARAÇÃO**

Declaro, sob as penas da Lei, que tem por objetivo a formalização da Prestação de Contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2016, **que estou em dia com a exigência de apresentação da minha Declaração de Bens e Rendas.**

Belém(PA), 16 de junho de 2017.



**LUIZ OTÁVIO MONTEIRO MACIEL JÚNIOR**  
Diretor de Gestão de Recursos





## DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da Lei, que tem por objetivo a formalização da Prestação de Contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2016, **que estou em dia com a exigência de apresentação da minha Declaração de Bens e Rendas.**

Belém(PA), 16 de junho de 2017.

  
**VALDECIR JOSÉ DE SOUZA TOSE**  
Diretor de Infraestrutura do Negócio





## COMUNICAÇÃO INTERNA

Origem:	Destino:	Data:
SECRE	GECON	20 FEV. 2017
Assunto:		

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FNO REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2016.

Senhora Gerente Executiva,

Para os devidos fins, comunicamos que o Conselho de Administração em sua 272ª reunião ordinária, realizada em 16 e 17/2/2017, tomou conhecimento das demonstrações financeiras do FNO relativas ao exercício de 2016, objeto da Proposição 2017/014 de 13/2/2017.

Referido assunto foi aprovado pela Diretoria Executiva em sua 4.183ª reunião extraordinária, realizada em 10/2/2017, com base no Parecer GECON-COANC 2017/02, de 6/2/2017.

Assim, devolvemos através da presente o processo capeado pela decisão da Diretoria Executiva.

Atenciosamente,

ROSEANE SILVA ROCHA  
Secretária Executiva Int"

PATRICK FERNANDES FONSECA  
Consultor Especial





## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## PROPOSIÇÃO CA Nº 2017/014

Ref.: DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO  
CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE –  
FNO – EXERCÍCIO 2016

Senhor Presidente,  
Senhor(a) Conselheiro(a),

Com base nos princípios fundamentais de contabilidade, nas instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na legislação tributária e das sociedades por ações e nas determinações da Diretoria Executiva do Banco da Amazônia, procedeu-se ao levantamento do balanço e das demonstrações financeiras do exercício de 2016.

2. A Diretoria Executiva em sua 4.183ª reunião extraordinária, realizada em 10/2/2017, aprovou as demonstrações financeiras do FNO referentes ao exercício de 2016 na forma do Parecer GECON-COANC 2017/02, de 6/2/2017.

3. Vale destacar que o patrimônio líquido do FNO é constituído pelos ingressos de recursos do Tesouro Nacional e os resultados do Fundo. No exercício, o patrimônio líquido cresceu 23,55%, justificado pelo aumento dos repasses (R\$2.131.594 em 2015, R\$2.438.748 em 2016). Comparativamente com o período de 2015, os valores seguem abaixo:

## FNO

## 1. Patrimônio líquido

	2016	2015	Δ%
Patrimônio líquido inicial	20.824.853	18.830.080	23,62
Recursos repassados pela STN	2.438.748	2.131.594	14,41
(Prejuízo) Lucro do exercício	13.386	(135.821)	(109,78)
Patrimônio líquido final	23.276.987	20.824.853	23,55

4. Assim, de acordo com o art. 33, inciso XI do Estatuto Social, e considerando que os demonstrativos do FNO, exercício 2016, corresponderem ao que está registrado nas movimentações contábeis ocorridas no período, submetemos o assunto à deliberação do Conselho de Administração, propondo sua aprovação.

Belém (PA), 13 de fevereiro de 2017.

MARIVALDO GONÇALVES DE MELO  
Conselheiro





## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## PROPOSIÇÃO CA Nº 2017/014

Ref.: DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO  
CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE –  
FNO – EXERCÍCIO 2016

Senhor Presidente,  
Senhor(a) Conselheiro(a),

Com base nos princípios fundamentais de contabilidade, nas instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na legislação tributária e das sociedades por ações e nas determinações da Diretoria Executiva do Banco da Amazônia, procedeu-se ao levantamento do balanço e das demonstrações financeiras do exercício de 2016.

2. A Diretoria Executiva em sua 4.183ª reunião extraordinária, realizada em 10/2/2017, aprovou as demonstrações financeiras do FNO referentes ao exercício de 2016 na forma do Parecer GECON-COANC 2017/02, de 6/2/2017.

3. Vale destacar que o patrimônio líquido do FNO é constituído pelos ingressos de recursos do Tesouro Nacional e os resultados do Fundo. No exercício, o patrimônio líquido cresceu 23,55%, justificado pelo aumento dos repasses (R\$2.131.594 em 2015, R\$2.438.748 em 2016). Comparativamente com o período de 2015, os valores seguem abaixo:

## FNO

## 1. Patrimônio líquido

	2016	2015	Δ%
Patrimônio líquido inicial	20.824.853	18.830.080	23,62
Recursos repassados pela STN	2.438.748	2.131.594	14,41
(Prejuízo) Lucro do exercício	13.386	(135.821)	(109,78)
Patrimônio líquido final	23.276.987	20.824.853	23,55

4. Assim, de acordo com o art. 33, inciso XI do Estatuto Social, e considerando que os demonstrativos do FNO, exercício 2016, corresponderem ao que está registrado nas movimentações contábeis ocorridas no período, submetemos o assunto à deliberação do Conselho de Administração, propondo sua aprovação.

Belém (PA), 13 de fevereiro de 2017.

MARIVALDO GONÇALVES DE MELO  
Conselheiro





**DIRETORIA**

ORIGEM/GERÊNCIA: **DICOR/GECON**  
DOCUMENTO(S): **PARECER GECON-COANC 2017/02, DE 06.02.2017.**  
ASSUNTO: **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FNO  
RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2016.**  
**4.183ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) - DATA: 10.02.2017 - PAUTA Nº 2017/010  
ASSUNTO Nº 10**

**DECISÃO DA DIRETORIA**

A Diretoria do Banco da Amazônia S.A., em reunião realizada nesta data, resolveu APROVAR as Demonstrações Financeiras do FNO, relativas ao exercício de 2016, que trata o Parecer GECON/COANC 2017/02, de 06.02.2017, devendo o assunto ser submetido à apreciação do Conselho de Administração, na forma prevista no Art. 34, inciso XI do Estatuto Social.

Belém (PA), 10 de fevereiro de 2017.

  
ROSEANNE SILVA ROCHA  
Secretária Executiva interina





# Ofício do Ministro de Estado da Educação



Ofício nº 165, de 9 de agosto de 2017, do Ministro de Estado da Educação, em resposta ao Requerimento de Informações nº 370, de 2017, de autoria do Senadora Fátima Bezerra; As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente, por meio digital. O Requerimento vai ao Arquivo.



## Pareceres





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 94, DE 2017

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o processo Ofício "S" nº50, de 2015, que Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 21/2015, de que trata o PDC nº 1994/09, referente à transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens da Empresa Pioneira de Televisão S.A., no município de São Carlos - SP.

**PRESIDENTE EVENTUAL:** Senador Waldemir Moka

**RELATOR:** Senador Otto Alencar

09 de Agosto de 2017



**PARECER Nº , DE 2017**

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 21, de 2015, remetido ao Senado Federal por meio do Ofício “S” nº 50, de 2015 (OFC nº 78, de 2015, na Câmara dos Deputados), que *comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da **Empresa Pioneira de Televisão S.A.**, concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens no município de São Carlos, Estado de São Paulo.*



Relator: Senador **OTTO ALENCAR**

**I – RELATÓRIO**

Vem novamente ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática (CCT) o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 21, de 2015, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da *Empresa Pioneira de Televisão S.A.*, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens no município de São Carlos, Estado de São Paulo.

A matéria foi remetida ao Senado Federal pela Câmara dos Deputados por meio do Ofício “S” nº 50, de 2015 (OFC nº 78, de 2015, na origem), que encaminha a Mensagem nº 358, de 29 de junho de 2010, acompanhada do Despacho de 27 de maio de 2010 e da Exposição de Motivos nº 239, de 29 de abril de 2010, do Ministro de Estado das Comunicações, que apresenta os novos quadros societário e diretivo da concessionária.

Em 24 de novembro de 2015, a CCT aprovou o Parecer nº 1.113, que concluiu pelo encaminhamento do Requerimento de Informações nº 1.368, de 2015, ao Ministro de Estado das Comunicações.





---

2<sup>3</sup>

As respostas ao mencionado requerimento estão contidas na Nota Informativa nº 2.503/2016/SEI-MCTIC e foram encaminhadas por meio do Ofício nº 46.412/2016/SEI-MCTIC, de 23 de novembro de 2016, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

## II – ANÁLISE

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CCT, entre outras atribuições, examinar questões atinentes aos serviços de radiodifusão, inclusive a outorga, renovação e transferência de suas licenças.

A referida alteração contratual se dá nos termos do § 2º do art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e vem ao Congresso Nacional em cumprimento ao que determinam o § 5º do art. 222 da Constituição Federal e o art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

A apreciação, pelo Colegiado, das comunicações de transferências diretas ou indiretas em empresas executantes de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, encontra disciplina no Ato Normativo nº 2, de 2011 – CCT.

Em seu art. 4º, o mencionado ato determina que os processos referentes a avisos de alteração societária datados até 31 de dezembro de 2010 serão conhecidos e arquivados por esta Comissão, preferencialmente com os respectivos processos de outorga ou renovação.

Como se viu, o aviso acerca da mudança no quadro societário da Empresa Pioneira de Televisão S.A. foi encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 358, **de 29 de junho de 2010**, oriunda da Presidência da República.

Além disso, a Consultoria Jurídica do então Ministério das Comunicações manifestou-se favoravelmente à transferência, por entender que os novos sócios preenchem as qualificações exigidas pelas normas que regem o serviço.

De ter-se, assim, por efetivada a devida comunicação ao Congresso Nacional, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002.

df2017-05414



4

3

### III – VOTO

Em vista do exposto, opinamos pelo arquivamento do Ofício “S” nº 50, de 2015, que comunica a transferência indireta, para outros grupos de cotistas, do controle societário da Empresa Pioneira de Televisão S.A., concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens no município de São Carlos, Estado São Paulo.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



df2017-05414





Senado Federal

5

## Relatório de Registro de Presença

**CCT, 09/08/2017 às 08h30 - 19ª, Extraordinária**

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PMDB			
TITULARES		SUPLENTE	
WALDEMIR MOKA	<a href="#">PRESENTE</a>	1. AIRTON SANDOVAL	<a href="#">PRESENTE</a>
VAGO		2. HÉLIO JOSÉ	
VALDIR RAUPP	<a href="#">PRESENTE</a>	3. DÁRIO BERGER	
JOÃO ALBERTO SOUZA		4. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
PAULO ROCHA	<a href="#">PRESENTE</a>	1. GLEISI HOFFMANN	
VAGO		2. LINDBERGH FARIAS	
JORGE VIANA		3. ÂNGELA PORTELA	<a href="#">PRESENTE</a>
ACIR GURGACZ		4. REGINA SOUSA	<a href="#">PRESENTE</a>

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
FLEXA RIBEIRO	<a href="#">PRESENTE</a>	1. DAVI ALCOLUMBRE	
RICARDO FERRAÇO		2. VAGO	
JOSÉ AGRIPINO		3. VAGO	

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
OMAR AZIZ	<a href="#">PRESENTE</a>	1. GLADSON CAMELI	
OTTO ALENCAR	<a href="#">PRESENTE</a>	2. IVO CASSOL	<a href="#">PRESENTE</a>

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
RANDOLFE RODRIGUES		1. LÍDICE DA MATA	<a href="#">PRESENTE</a>
VAGO		2. CRISTOVAM BUARQUE	<a href="#">PRESENTE</a>

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
VAGO		1. PEDRO CHAVES	<a href="#">PRESENTE</a>
MAGNO MALTA		2. EDUARDO LOPES	<a href="#">PRESENTE</a>

### Não Membros Presentes

FÁTIMA BEZERRA  
ROMERO JUCÁ  
CIDINHO SANTOS  
JOSÉ MEDEIROS  
PAULO PAIM  
VICENTINHO ALVES



**DECISÃO DA COMISSÃO****(OFS 50/2015)**

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, APÓS A LEITURA DO RELATÓRIO, ENCERRADA A DISCUSSÃO, COLOCADO EM VOTAÇÃO, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DE AUTORIA DO SENADOR OTTO ALENCAR, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCT, PELO CONHECIMENTO E ARQUIVAMENTO DA MATÉRIA.

09 de Agosto de 2017

Senador WALDEMIR MOKA

Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,  
Comunicação e Informática





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 95, DE 2017

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o processo Ofício "S" nº14, de 2017, que Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 28/2016, encaminhado por meio do Ofício s/nº, da RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S.A.

**PRESIDENTE EVENTUAL:** Senador Waldemir Moka

**RELATOR:** Senador Otto Alencar

09 de Agosto de 2017





**PARECER Nº , DE 2017**

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o *Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 28, de 2016, remetido ao Senado Federal por meio do Ofício "S" nº 14, de 2017 (OFC nº 21, de 2017, na Câmara dos Deputados), que comunica a alteração do controle societário da empresa jornalística **RBS – ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S.A.***



RELATOR: Senador **OTTO ALENCAR**

**I – RELATÓRIO**

Por meio do Ofício "S" nº 14, de 2017 (OFC nº 21, de 2017, na origem), a Câmara dos Deputados encaminha comunicação acerca da alteração do controle societário da RBS – Zero Hora Editora Jornalística S.A.

A referida comunicação indica que a empresa, com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, procedeu a transferência de seu acervo patrimonial, representado pelos jornais *Diário Catarinense*, *Hora de Santa Catarina*, *Jornal de Santa Catarina* e *A Notícia*, todos sediados e com circulação no Estado de Santa Catarina, para a NC Comunicações S.A. Note-se que a mencionada operação de transferência de ativos configura alteração de controle societário de empresas jornalísticas.

Nesse sentido, a alteração no controle societário em tela vem ao Congresso Nacional em cumprimento ao que determinam o § 5º do art. 222 da Constituição Federal e o art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

**II – ANÁLISE**

---

3  
2

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), entre outras atribuições, examinar questões atinentes à comunicação e à imprensa.

O art. 222 da Constituição Federal estabelece que pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

Nesse mesmo sentido, o art. 2º da Lei nº 10.610, de 2002, que dispõe sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, determina que:

**Art. 2º** A participação de estrangeiros ou de brasileiros naturalizados há menos de dez anos no capital social de empresas jornalísticas e de radiodifusão não poderá exceder a trinta por cento do capital total e do capital votante dessas empresas e somente se dará de forma indireta, por intermédio de pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede no País.

De acordo com as informações encaminhadas, a NC Comunicações S.A. é controlada pela NC Broadcast Participações S.A., detentora de 80% do seu capital social, tendo ainda como acionistas a RBS – Zero Hora Editora Jornalística S.A. e a RBS Empresa de TVA Ltda., com participação social de 19,66% e 0,34%, respectivamente.

A NC Broadcast Participações S.A., por sua vez, é controlada pela Salmont Fundo de Investimentos em Participações, cujas cotas são integralmente detidas pelo Senhor Carlos Eduardo Sanchez que é, segundo o documento, brasileiro nato.

Verifica-se, portanto, que estão atendidos os requisitos legais e constitucionais que tratam da matéria.

mu2017-03528

SF/17145.07593-56



4

3

### III – VOTO

Em vista do exposto, opinamos pelo **conhecimento** e pelo subsequente **arquivamento** do Ofício “S” nº 14, de 2017.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



mu2017-03528





Senado Federal

5

## Relatório de Registro de Presença

**CCT, 09/08/2017 às 08h30 - 19ª, Extraordinária**

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PMDB			
TITULARES		SUPLENTE	
WALDEMIR MOKA	<a href="#">PRESENTE</a>	1. AIRTON SANDOVAL	<a href="#">PRESENTE</a>
VAGO		2. HÉLIO JOSÉ	
VALDIR RAUPP	<a href="#">PRESENTE</a>	3. DÁRIO BERGER	
JOÃO ALBERTO SOUZA		4. VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
PAULO ROCHA	<a href="#">PRESENTE</a>	1. GLEISI HOFFMANN	
VAGO		2. LINDBERGH FARIAS	
JORGE VIANA		3. ÂNGELA PORTELA	<a href="#">PRESENTE</a>
ACIR GURGACZ		4. REGINA SOUSA	<a href="#">PRESENTE</a>
Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
FLEXA RIBEIRO	<a href="#">PRESENTE</a>	1. DAVI ALCOLUMBRE	
RICARDO FERRAÇO		2. VAGO	
JOSÉ AGRIPINO		3. VAGO	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
OMAR AZIZ	<a href="#">PRESENTE</a>	1. GLADSON CAMELI	
OTTO ALENCAR	<a href="#">PRESENTE</a>	2. IVO CASSOL	<a href="#">PRESENTE</a>
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
RANDOLFE RODRIGUES		1. LÍDICE DA MATA	<a href="#">PRESENTE</a>
VAGO		2. CRISTOVAM BUARQUE	<a href="#">PRESENTE</a>
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
VAGO		1. PEDRO CHAVES	<a href="#">PRESENTE</a>
MAGNO MALTA		2. EDUARDO LOPES	<a href="#">PRESENTE</a>

### Não Membros Presentes

FÁTIMA BEZERRA  
ROMERO JUCÁ  
CIDINHO SANTOS  
JOSÉ MEDEIROS  
PAULO PAIM  
VICENTINHO ALVES



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(OFS 14/2017)**

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, APÓS A LEITURA DO RELATÓRIO, ENCERRADA A DISCUSSÃO, COLOCADO EM VOTAÇÃO, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DE AUTORIA DO SENADOR OTTO ALENCAR, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCT, PELO CONHECIMENTO E ARQUIVAMENTO DA MATÉRIA.

09 de Agosto de 2017

Senador WALDEMIR MOKA

Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,  
Comunicação e Informática





Foram encaminhados à publicação os Pareceres n<sup>os</sup> 94 e 95, de 2017-CCT, que concluem pelo arquivamento dos Ofícios n<sup>os</sup> S/50, de 2015; e S/14, de 2017, respectivamente. A Presidência, em cumprimento às suas conclusões, encaminha as matérias ao Arquivo.





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 96, DE 2017

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o processo Ofício "S" nº19, de 2017, que Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 33/2017, encaminhado por meio da Mensagem nº 51, de 2017, a transferência indireta e a modificação do quadro direto da TV SBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda., no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**PRESIDENTE EVENTUAL:** Senador Waldemir Moka

**RELATOR:** Senador Otto Alencar

09 de Agosto de 2017



**PARECER Nº , DE 2017**

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº33, de 2017, remetido ao Senado Federal por meio do Ofício “S” nº 19, de 2017 (OFC nº 26, de 2017, na Câmara dos Deputados), que comunica *a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da TV SBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.*



Relator: Senador **OTTO ALENCAR**

**I – RELATÓRIO**

Vem ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática (CCT) o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 33, de 2017, que comunica *a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da TV SBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.*

A matéria foi remetida ao Senado Federal pela Câmara dos Deputados por meio do Ofício “S” nº 19, de 2017 (OFC nº 26, de 2017, na origem), que encaminha a Mensagem nº 51, de 23 de fevereiro de 2017, acompanhada do Decreto de 22 de fevereiro de 2017 e da Exposição de Motivos nº 73, de 14 de outubro de 2016, do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que apresenta o novo quadro societário da concessionária, além de declarar que a Consultoria Jurídica daquela Pasta manifestou-se favoravelmente à transferência, por entender que os novos sócios preenchem as qualificações exigidas pelas normas que regem o serviço.



---

2<sup>3</sup>

## II – ANÁLISE

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CCT, entre outras atribuições, examinar questões atinentes aos serviços de radiodifusão, inclusive a outorga, renovação e transferência de suas licenças.

A referida alteração contratual se dá nos termos do § 2º do art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e vem ao Congresso Nacional em cumprimento ao que determinam o § 5º do art. 222 da Constituição Federal e o art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

A apreciação, pelo Colegiado, das comunicações de transferências diretas ou indiretas em empresas executantes de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, encontra disciplina no Ato nº 2, de 2011 – CCT.

Em seu art. 2º, o ato determina que Ofícios “S” datados a partir de 1º de janeiro de 2011 devem conter informações mínimas que permitam ao Senado Federal a verificação do efetivo cumprimento das obrigações legais associadas às transferências diretas e indiretas de outorgas.

Com efeito, diante da atribuição de fiscalizar os atos do Poder Executivo, o Legislativo deve atentar à necessidade de avaliar, inclusive, uma eventual concentração de outorgas na localidade envolvida, bem como o cumprimento de mandamento constitucional que limita a participação de estrangeiros em empresas de radiodifusão.

De outra parte, o ato estabelece que as informações que não constem do processo sejam solicitadas ao Ministro das Comunicações, na forma prevista no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e determina que a tramitação dos processados com informação incompleta seja sobrestada até que a resposta ao pedido de informação correspondente tenha sido recebida pela Comissão.



### III – VOTO

Em vista do exposto, voto pelo **encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do requerimento de informações** a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nº 19, de 2017, nos termos do art. 335 do Risf.

### REQUERIMENTO Nº , DE 2017

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato nº 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações referentes à transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da TV SBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, de que trata o Ofício “S” nº 19, de 2017:

I - data de publicação do ato de outorga do serviço de radiodifusão cujo controle foi transferido;

II - data de publicação de ato, se existir, que tenha autorizado a última alteração no controle societário da entidade que detém a outorga do referido serviço de radiodifusão (alteração anterior à que foi comunicada);

III - números de registro nos cadastros oficiais de pessoas físicas ou jurídicas de todos que passaram a ter alguma participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

IV - comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

V - relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou





---

4<sup>5</sup>

jurídica que direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



fq2017-03531





6

Senado Federal

## Relatório de Registro de Presença

**CCT, 09/08/2017 às 08h30 - 19ª, Extraordinária**

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PMDB			
TITULARES		SUPLENTE	
WALDEMIR MOKA	<a href="#">PRESENTE</a>	1. AIRTON SANDOVAL	<a href="#">PRESENTE</a>
VAGO		2. HÉLIO JOSÉ	
VALDIR RAUPP	<a href="#">PRESENTE</a>	3. DÁRIO BERGER	
JOÃO ALBERTO SOUZA		4. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
PAULO ROCHA	<a href="#">PRESENTE</a>	1. GLEISI HOFFMANN	
VAGO		2. LINDBERGH FARIAS	
JORGE VIANA		3. ÂNGELA PORTELA	<a href="#">PRESENTE</a>
ACIR GURGACZ		4. REGINA SOUSA	<a href="#">PRESENTE</a>

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
FLEXA RIBEIRO	<a href="#">PRESENTE</a>	1. DAVI ALCOLUMBRE	
RICARDO FERRAÇO		2. VAGO	
JOSÉ AGRIPINO		3. VAGO	

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
OMAR AZIZ	<a href="#">PRESENTE</a>	1. GLADSON CAMELI	
OTTO ALENCAR	<a href="#">PRESENTE</a>	2. IVO CASSOL	<a href="#">PRESENTE</a>

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
RANDOLFE RODRIGUES		1. LÍDICE DA MATA	<a href="#">PRESENTE</a>
VAGO		2. CRISTOVAM BUARQUE	<a href="#">PRESENTE</a>

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
VAGO		1. PEDRO CHAVES	<a href="#">PRESENTE</a>
MAGNO MALTA		2. EDUARDO LOPES	<a href="#">PRESENTE</a>

### Não Membros Presentes

FÁTIMA BEZERRA  
ROMERO JUCÁ  
CIDINHO SANTOS  
JOSÉ MEDEIROS  
PAULO PAIM  
VICENTINHO ALVES



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(OFS 19/2017)**

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, APÓS A LEITURA DO RELATÓRIO, ENCERRADA A DISCUSSÃO, COLOCADO EM VOTAÇÃO, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DE AUTORIA DO SENADOR OTTO ALENCAR, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCT, PELO SOBRESTAMENTO DO OFÍCIO "S" Nº 19, DE 2017, NOS TERMOS DO ART. 335 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, E PELA APROVAÇÃO DE REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES DIRIGIDO AO MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.

09 de Agosto de 2017

Senador WALDEMIR MOKA

Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,  
Comunicação e Informática





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 97, DE 2017

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o processo Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº95, de 2016, que Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA DE PRATINHA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pratinha, Estado de Minas Gerais.

**PRESIDENTE EVENTUAL:** Senador Waldemir Moka

**RELATOR:** Senador Pedro Chaves

09 de Agosto de 2017



2

1



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

## PARECER Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 95, de 2016 (nº 471, de 2016, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA DE PRATINHA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pratinha, Estado de Minas Gerais.*



SF/17432.07749-65

RELATOR: Senador PEDRO CHAVES

### I – RELATÓRIO

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 95, de 2016 (nº 471, de 2016, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova autorização outorgada à *ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA DE PRATINHA* para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pratinha, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de





3  
2

**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete do Senador PEDRO CHAVES**

Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

## **II – ANÁLISE**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição.

Com relação à constitucionalidade material e à legalidade, entretanto, há alguns aspectos que devem ser avaliados com maior profundidade.

A outorga inicial de autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA DE PRATINHA para executar serviço de



SF/17432.07749-65





**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete do Senador PEDRO CHAVES**

radiodifusão comunitária no município de Pratinha, Estado de Minas Gerais, foi promulgada em 28 de março de 2001, por meio do Decreto Legislativo nº 36, de 2001, parcialmente transcrito a seguir:

**Art. 1º** É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 90, de 30 de julho de 1999, que autoriza a “Associação Comunitária Cultural e Artística de Pratinha” a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Pratinha, Estado de Minas Gerais.

Como se verifica, a duração da outorga aprovada foi de três anos. Consequentemente, a outorga teria se expirado em março de 2004.

Apesar disso, o PDS nº 95, de 2016, pretende aprovar renovação a partir de março de 2011. Há, portanto, intervalo durante o qual, pela documentação disponível, a outorga não teria estado vigente, inviabilizando sua renovação nos moldes propostos.

Pesquisas nos sistemas de acompanhamento processual do Senado Federal e da Câmara dos Deputados não permitiram localizar a tramitação, no Poder Legislativo, de proposições destinadas a renovar a outorga em questão a partir de 2004, sugerindo que tal renovação poderia não ter sido encaminhada ao Congresso Nacional.

É necessário, dessa maneira, obter informações adicionais a fim de verificar por meio de que ato do Poder Executivo teria sido realizada a renovação da outorga a partir de março de 2004. Igualmente, é imprescindível determinar se o referido ato teria sido aprovado pelo Congresso Nacional, nos termos do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

### III – VOTO

Diante do exposto, voto pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pelo sobrestamento da tramitação do PDS nº 95, de 2016, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal.



SF/17432.07749-65



5  
4

SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

## REQUERIMENTO Nº , DE 2017

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requiero que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações referentes à renovação da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA DE PRATINHA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pratinha, Estado de Minas Gerais, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 95, de 2016:

1. cópia do ato do Poder Executivo que renovou a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA DE PRATINHA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pratinha, Estado de Minas Gerais, a partir de março de 2004;
2. cópia da mensagem que encaminhou o ato referido no item 'a' ao Congresso Nacional.

Sala da Comissão, 12 de maio de 2017.

Senador **OTTO ALENCAR**, Presidente

Senador **PEDRO CHAVES**, Relator



SF/17432.07749-65





6

Senado Federal

## Relatório de Registro de Presença

**CCT, 09/08/2017 às 08h30 - 19ª, Extraordinária**

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PMDB			
TITULARES		SUPLENTE	
WALDEMIR MOKA	<a href="#">PRESENTE</a>	1. AIRTON SANDOVAL	<a href="#">PRESENTE</a>
VAGO		2. HÉLIO JOSÉ	
VALDIR RAUPP	<a href="#">PRESENTE</a>	3. DÁRIO BERGER	
JOÃO ALBERTO SOUZA		4. VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
PAULO ROCHA	<a href="#">PRESENTE</a>	1. GLEISI HOFFMANN	
VAGO		2. LINDBERGH FARIAS	
JORGE VIANA		3. ÂNGELA PORTELA	<a href="#">PRESENTE</a>
ACIR GURGACZ		4. REGINA SOUSA	<a href="#">PRESENTE</a>
Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
FLEXA RIBEIRO	<a href="#">PRESENTE</a>	1. DAVI ALCOLUMBRE	
RICARDO FERRAÇO		2. VAGO	
JOSÉ AGRIPINO		3. VAGO	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
OMAR AZIZ	<a href="#">PRESENTE</a>	1. GLADSON CAMELI	
OTTO ALENCAR	<a href="#">PRESENTE</a>	2. IVO CASSOL	<a href="#">PRESENTE</a>
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
RANDOLFE RODRIGUES		1. LÍDICE DA MATA	<a href="#">PRESENTE</a>
VAGO		2. CRISTOVAM BUARQUE	<a href="#">PRESENTE</a>
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
VAGO		1. PEDRO CHAVES	<a href="#">PRESENTE</a>
MAGNO MALTA		2. EDUARDO LOPES	<a href="#">PRESENTE</a>

### Não Membros Presentes

FÁTIMA BEZERRA  
ROMERO JUCÁ  
CIDINHO SANTOS  
JOSÉ MEDEIROS  
PAULO PAIM  
VICENTINHO ALVES



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PDS 95/2016)**

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, APÓS A LEITURA DO RELATÓRIO, ENCERRADA A DISCUSSÃO, COLOCADO EM VOTAÇÃO, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DE AUTORIA DO SENADOR PEDRO CHAVES, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCT, PELO SOBRESTAMENTO DO PROJETO, NOS TERMOS DO ART. 335 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, E PELA APROVAÇÃO DE REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES DIRIGIDO AO MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.

09 de Agosto de 2017

Senador WALDEMIR MOKA

Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,  
Comunicação e Informática





Foram encaminhados à publicação os Pareceres n<sup>os</sup> 96 e 97, de 2017, da CCT, sobre o Ofício n<sup>o</sup> S/19, de 2017, e o Projeto de Decreto Legislativo n<sup>o</sup> 95, de 2016; que concluem pela apresentação dos Requerimentos n<sup>os</sup> 624 e 625, de 2017, de informações, respectivamente. Os requerimentos vão à Comissão Diretora, para decisão.





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 24, DE 2017

Da COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR, sobre o processo Projeto de Lei da Câmara nº48, de 2017, que Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor.

**PRESIDENTE:** Senador Ataídes Oliveira

**RELATOR:** Senador Sérgio Petecão

09 de Agosto de 2017



2



SENADOR SÉRGIO PETECÃO

**PARECER Nº , DE 2017**

Da COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2017, do Deputado Luis Tibé, que *acrescenta dispositivo à Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor.*



SF/17523.79238-06

Relator: Senador SÉRGIO PETECÃO

**I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 48, de 2017 (Projeto de Lei nº 2.096, de 2011, na origem), é formado por três artigos. O art. 1º estabelece o objeto da proposição, qual seja, *regular as condições de informação do preço de bens e serviços ao consumidor, no comércio eletrônico.*

Para tanto, o art. 2º do PLC acrescenta o inciso III ao art. 2º da Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, de modo tornar obrigatório que, na oferta de produtos e serviços por meio eletrônico, a exposição do preço, de modo ostensivo e claramente legível, junto à imagem do produto ou descrição do serviço.

O art. 3º do PLC que a lei decorrente do presente projeto, caso aprovado, entrará em vigor na data de sua publicação.

Não foram apresentadas emendas.





SENADOR SÉRGIO PETECÃO

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-A, III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do consumidor, como é o caso.

No que se refere à constitucionalidade da proposição, observa-se que a União é competente para legislar a respeito de direito do consumidor, a teor do art. 24, V, da Constituição Federal (CF) e do art. 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

A proposição observa o disposto no art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, no sentido de que o primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação.

Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a escolha por um projeto de lei ordinária revela-se correta, pois a matéria não está reservada pela CF à lei complementar.

A matéria veiculada não é de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, § 1º, da CF) nem está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, expresso nos arts. 49, 51 e 52 da CF.

No que concerne à juridicidade, a proposição se afigura irretocável, porquanto: i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; ii) a matéria nela vertida inova o ordenamento jurídico; iii) possui o atributo da generalidade; iv) se afigura dotada de potencial coercitividade; e v) se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

Não há ressalvas à técnica legislativa.

No mérito, somos favoráveis ao PLC.

É verdade que em vários *sites* na Rede Mundial de Computadores (Internet) são ofertados produtos ou serviços sem os correspondentes preços

Senado Federal, Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. 21, Brasília - DF - Tel (61) 3303-6706 – Fax (61) 3303-6714  
sergiopetecao@senador.gov.br



SF17523.79238-06



4

**SENADOR SÉRGIO PETECÃO**

visíveis, ostensivos ou sem a devida clareza. A proposição impõe essa obrigação, de modo que o consumidor poderá saber qual o exato preço do produto ou serviço imediatamente, podendo contratar com mais segurança.

Sabemos que o consumidor é a parte mais fraca na relação contratual, devendo ser protegida. O rápido avanço da tecnologia tornou a relação consumerista obsoleta, razão pela qual são necessárias modificações.

Além disso, é preciso conceder mais segurança jurídica aos contratos, inclusive aos que são celebrados por meio eletrônico, de modo a reduzir o número de ações e processos judiciais, cujo alto volume sobrecarrega o Poder Judiciário, tornando mais lenta a prestação judicial. Ao estabelecermos regras para tornar mais clara a contratação de produtos e serviços por meio eletrônico, estamos contribuindo para aumentar o nível de segurança jurídica dos contratos celebrados no nosso País.

Assim, a proposição em análise contribui para a proteção do consumidor, é benéfica para a sociedade, devendo ser aprovada.

**III – VOTO**

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2017.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator







Senado Federal

5

## Relatório de Registro de Presença

**CTFC, 09/08/2017 às 09h - 12ª, Extraordinária**

Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
RENAN CALHEIROS	1. SIMONE TEBET <a href="#">PRESENTE</a>
AIRTON SANDOVAL <a href="#">PRESENTE</a>	2. GARIBALDI ALVES FILHO
DÁRIO BERGER <a href="#">PRESENTE</a>	3. ELMANO FÉRRER
ROMERO JUCÁ <a href="#">PRESENTE</a>	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
FÁTIMA BEZERRA <a href="#">PRESENTE</a>	1. GLEISI HOFFMANN
PAULO PAIM <a href="#">PRESENTE</a>	2. HUMBERTO COSTA
REGINA SOUSA <a href="#">PRESENTE</a>	3. JORGE VIANA
ACIR GURGACZ	4. LINDBERGH FARIAS
Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
ATAÍDES OLIVEIRA <a href="#">PRESENTE</a>	1. MARIA DO CARMO ALVES <a href="#">PRESENTE</a>
DALIRIO BEBER <a href="#">PRESENTE</a>	2. FLEXA RIBEIRO <a href="#">PRESENTE</a>
DAVI ALCOLUMBRE <a href="#">PRESENTE</a>	3. RICARDO FERRAÇO <a href="#">PRESENTE</a>
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
SÉRGIO PETECÃO <a href="#">PRESENTE</a>	1. ANA AMÉLIA
GLADSON CAMELI <a href="#">PRESENTE</a>	2. WILDER MORAIS <a href="#">PRESENTE</a>
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
TITULARES	SUPLENTES
JOÃO CAPIBERIBE	1. RANDOLFE RODRIGUES
VANESSA GRAZZIOTIN <a href="#">PRESENTE</a>	2. CRISTOVAM BUARQUE
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
CIDINHO SANTOS <a href="#">PRESENTE</a>	1. EDUARDO LOPES <a href="#">PRESENTE</a>
ARMANDO MONTEIRO	2. VAGO

### Não Membros Presentes

VALDIR RAUPP  
JOSÉ MEDEIROS  
VICENTINHO ALVES



**DECISÃO DA COMISSÃO****(PLC 48/2017)**

REUNIDA A CTFC NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA COMISSÃO, PELA APROVAÇÃO DO PROJETO.

09 de Agosto de 2017

Senador ATAÍDES OLIVEIRA

Presidente da Comissão de Transparência, Governança,  
Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor



O Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2017, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 26, DE 2017

Da COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR, sobre o processo Proposta de Fiscalização e Controle nº2, de 2016, do Senador Lindbergh Farias, que Apresenta proposta, nos termos dos arts. 102-A e 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, para realizar atos de fiscalização e controle relativos ao plano de desinvestimentos da Petrobras, estabelecido no Plano de Negócios e Gestão - PNG 2017-2021.

**PRESIDENTE:** Senador Ataídes Oliveira

**RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro

09 de Agosto de 2017



**PARECER Nº , DE 2017**

Da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, sobre a Proposta de Fiscalização e Controle nº 2, de 2016, de autoria do Senador Lindbergh Farias, relativa ao plano de desinvestimentos da Petrobras, estabelecido no Plano de Negócios e Gestão – PNG 2017-2021.



Relator: Senador **FLEXA RIBEIRO**

**I – RELATÓRIO**

Está sendo submetida à apreciação desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor a Proposta de Fiscalização e Controle nº 2, de 2016, de autoria do Senador Lindbergh Farias, relativa ao plano de desinvestimentos da Petrobras, estabelecido no Plano de Negócios e Gestão – PNG 2017-2021.

Para dar uma ideia da magnitude dos desinvestimentos, o autor abre a Proposta com a informação de que *estão previstas vendas de ativos de US\$ 19,5 bilhões em 2017 e 2018. Para os anos de 2015 e 2016, as vendas de ativos previstas foram de US\$ 15,1 bilhões.*

A Proposta de Fiscalização e Controle cita três importantes alienações aprovadas até setembro de 2016:

- Venda da subsidiária integral Nova Transportadora do Sudeste (NTS), proprietária e operadora dos gasodutos de transporte da Região Sudeste, para consórcio liderado pela empresa Brookfield e que incluirá fundos soberanos da China e de Singapura.





- Alienação de parcela da participação na subsidiária Petrobras Distribuidora (BR DISTRIBUIDORA), com manutenção de 49% do capital votante.
- Venda da participação de 66% no bloco exploratório BM-S-8 para a Statoil Brasil Óleo e Gás Ltda. Um dos poços comprovou a descoberta de petróleo de boa qualidade, em reservatórios carbonáticos com excelentes características.

A Proposta também faz menção às vendas já concluídas desde 2015: ativos na Argentina no valor de US\$ 101 milhões; 49% da Gaspetro, no valor de US\$ 540 milhões; ativos na Colômbia no valor de US\$ 92 milhões. São também enumeradas as seguintes vendas, já aprovadas: 67,19% da Petrobras Argentina (PESA), no valor de US\$ 897 milhões; 100% da Petrobras Chile Distribución (PCD), no valor de US\$ 464 milhões; e a Liquigás Distribuidora, no valor de US\$ 2,5 – US\$ 3 bilhões.

O Senador Lindbergh Farias compreende as dificuldades enfrentadas pela estatal, mas discorda da ênfase dada pelo Presidente da Petrobras à necessidade de reduzir a “alavancagem”. Decorrem dessa ênfase o aumento das amortizações, a redução dos investimentos e o plano de desinvestimento. Na Justificação da proposta, contesta as alienações já aprovadas:

*Os desinvestimentos e parcerias no valor da ordem de US\$ 19 bilhões representam a venda de ativos, muitos deles estratégicos para a Petrobras e para o País, em um momento em que os ativos do setor estão desvalorizados em razão dos baixos preços do petróleo.*

*A privatização da BR Distribuidora e da Nova Transportadora do Sudeste – NTS e a venda de Carcará podem significar abrir mão de ativos rentáveis e estratégicos para a Petrobras e para o Estado.*

*Tudo indica que não há necessidade de se vender esses e outros ativos. Em vez de se gerar recursos de US\$ 19 bilhões com a venda de ativos, esse valor de US\$ 19 bilhões poderia ser oriundo*



SF/17698.41259-35



*da redução das amortizações e despesas financeiras que totalizam o elevadíssimo valor de US\$ 105 bilhões.*

.....

*O PNG 2017-2021 indica uma visão de curto prazo e equivocada até do ponto de vista financeiro, pois ativos como a BR Distribuidora e a NTS apresentam taxas de rentabilidade maiores que as taxas de captação e de rolagem da dívida. Representa o predomínio de visão financeira de curto prazo sobre a visão de construção de um País soberano e tecnologicamente avançado, com condições de resgatar a grande dívida social hoje existente.*

.....

*A empresa estatal integrada, com participação estratégica em todo o território nacional, proprietária e operadora de oleodutos, gasodutos, terminais, refinarias, fábricas de fertilizantes, unidades petroquímicas, plantas de biocombustíveis e termelétricas pode ser desintegrada pelo PNG 2017-2021.*

*O novo plano da Petrobras não se mostra “estratégico para o Brasil”. Ele indica o fim do principal projeto nacional, criado em 1953, por iniciativa do então Presidente Getúlio Vargas, que contou com o apoio de amplos segmentos sociais e políticos.*

Como as operações envolvem interesses estratégicos do País, o Senador Lindbergh Farias propõe uma fiscalização para averiguar, inicialmente, a legalidade das alienações em andamento. Sugere que pelo menos algumas das alienações deveriam ser enquadradas no Programa Nacional de Desestatização e sujeitas aos procedimentos legais estabelecidos na Lei nº 9.491, de 1997. Questiona também a razão de as operações não seguirem as exigências estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Por fim, considera que o Decreto 2.745, de 1998, que aprova o Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS, exorbita o que estava previsto no art. 67 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a chamada “Lei do Petróleo”.

mf2016-00435



SF/17698-41259-35



Os questionamentos do Senador também dizem respeito ao impacto das alienações no papel estratégico da Petrobras nos diversos setores, bem como a possíveis danos ao erário em virtude de esses ativos terem rentabilidade maior do que as reservas mantidas pelo País.

A proposta de Fiscalização e Controle conclui com uma série de perguntas a respeito das três negociações acima citadas.

Em relação à alienação da Nova Transportadora do Sudeste – NTS, indaga-se se essa venda é considerada uma desestatização e se foram seguidos os procedimentos legais estabelecidos na Lei nº 9.491, de 1997, que trata da Desestatização. Há uma pergunta sobre a importância desses gasodutos para manter o papel estratégico da Petrobras na área de transporte de gás natural. Outra preocupação é com o risco de se sair de um monopólio estatal para um monopólio privado no transporte de gás natural na Região Sudeste. Por fim, levanta-se a hipótese de que poderia ser mais rentável para o País investir, na compra da NTS, parte de suas reservas, atualmente aplicadas em títulos do tesouro dos Estados Unidos.

No tocante à alienação da BR Distribuidora, são feitas as mesmas indagações com relação ao cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.491, de 1997. Questiona-se se a perda do controle do capital votante da BR Distribuidora é compatível com a verticalização da Petrobras, que sempre adotou o lema “Do poço ao posto”. Há também a mesma preocupação com o papel estratégico da BR Distribuidora no Sistema Petrobras e com o risco de danos ao erário.

Os questionamentos relativos à alienação da participação da Petrobras no BM-S-8, sobretudo a jazida de Carcará, estão centrados no embasamento jurídico para a venda. Indaga-se se o processo foi feito de acordo com a Lei nº 8.666, de 1993, ou com a Lei nº 9.478, de 1997. Pergunta-se também qual a posição do Tribunal de Contas da União em relação ao Procedimento Licitatório Simplificado da Petrobras. Por fim, indaga-se sobre os custos de produção da Statoil. Se estes forem mais altos do que seriam os custos da Petrobras, há o receio de que haja danos ao erário, em razão do menor pagamento de participação especial e do menor excedente em óleo da União, o que pode reduzir as receitas destinadas às áreas de educação pública e saúde.

mf2016-00435



SF/17698-41259-35



## II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, nos termos do art. 102-A, I, do Regimento Interno do Senado Federal, exercer a fiscalização e o controle de atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. A Proposição atende também às regras dispostas no art. 102-B.

A Proposta de Fiscalização e Controle questiona o Plano de Desinvestimentos da Petrobras (PND) sob três principais aspectos. O primeiro é o da legalidade das alienações. O segundo é o de que as alienações podem comprometer o papel estratégico da Petrobras nos diversos setores. O terceiro é o de que a venda desses ativos, considerados mais rentáveis do que as reservas mantidas pelo País, pode causar prejuízos ao erário.

A legalidade é questionada por duas principais razões. A primeira é a de que, como a Nova Transportadora do Sudeste – NTS e a BR Distribuidora são subsidiárias integrais da Petrobras, a venda desses ativos deveria seguir o disposto na Lei nº 9.491, de 1997, que *trata dos procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização*.

A segunda razão é a de que a alienação da participação da Petrobras no BM-S-8 deveria seguir os procedimentos previstos na Lei nº 8.666, de 1993, que *institui normas para licitações e contratos da Administração Pública*, e não os contidos na Lei nº 9.478, de 1997, e no Decreto nº 2.745, de 1998. O argumento é o de que a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que trata do estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, dispõe, no § 3º do seu art. 91, que permanecem regidos pela legislação anterior procedimentos licitatórios e contratos iniciados ou celebrados até 24 meses após a entrada em vigência dessa Lei. Assim, as alienações realizadas por empresas estatais deveriam ocorrer nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, até 29 de junho de 2018.

Adicionalmente, mesmo que fosse aceita a possibilidade de as alienações serem feitas no âmbito do art. 67 da Lei nº 9.478 (revogado pela



SF/17698.41259-35



Lei 13.301, de 2016) e do Decreto nº 2.745, de 1998, que regulamenta o art. 67 e traz o anexo com o Procedimento Licitatório Simplificado da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, considera-se que o Decreto exorbita a sua competência posto que o art. 67 da Lei nº 9.478, de 1997, só se refere a contratos para aquisição de bens e serviços e não a alienações.

A Petrobras, em resposta aos questionamentos contidos na Proposta de Fiscalização, preparou, em agosto de 2016, Nota Técnica que responde a algumas das preocupações do Senador Lindbergh Farias.

Com relação à submissão das operações de desinvestimento da Petrobras às normas do Programa Nacional de Desestatização (PND), a Nota Técnica rejeita essa posição com o seguinte argumento:

*O PND foi criado pela Lei 8.031/1990 no contexto de uma reforma geral do papel do Estado na economia. Atualmente, o PND está disciplinado na Lei 9.491/1997 e consiste em um programa eminentemente conjuntural, voltado à revisão do papel do Estado na economia, ao saneamento das finanças públicas e à atração de investidores privados para setores relevantes da economia nacional. Ou seja, não deve ser confundido com a decisão empresarial pontual de uma estatal de diminuir sua participação em determinadas áreas do negócio.*

Acrescenta que a empresa observa o disposto no art. 173 da Constituição Federal, que estabelece que as sociedades de economia mista deverão exercer suas atividades em caráter de livre competição com outras empresas e que deverão atuar em consonância com a lei que estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias. No caso, a Nota defende que a Lei nº 9.478, de 1997, a chamada Lei do Petróleo, foi editada especificamente para estabelecer princípios e diretrizes para a atuação da Petrobras e confere tratamento específico com relação às participações societárias da estatal. A Nota cita os arts. 63 e 64 da Lei 9.478:

Art. 63. A PETROBRÁS e suas subsidiárias ficam autorizadas a formar consórcios com empresas nacionais ou estrangeiras, na condição ou não de empresa líder, objetivando expandir atividades, reunir tecnologias e ampliar investimentos aplicados à indústria do petróleo.





Art. 64. Para o estrito cumprimento de atividades de seu objeto social que integrem a indústria do petróleo, fica a PETROBRÁS autorizada a constituir subsidiárias, as quais poderão associar-se, majoritária ou minoritariamente, a outras empresas.

*Se a ordem jurídica autoriza a constituição de subsidiárias e parcerias, naturalmente permite a sua desconstituição, em razão do princípio da simetria, sem necessidade de nova lei autorizativa. Portanto, não há o que se falar em submissão dos desinvestimentos da Petrobras ao Plano Nacional de Desestatização - PND.*

Nesse contexto, vale lembrar que a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, que cria o Programa de Parcerias de Investimentos – PPI, representa uma remodelação do Programa Nacional de Desestatização e prevê a inclusão, nesse programa, *de contratos de parceria para a execução de empreendimentos públicos de infraestrutura e de outras medidas de desestatização*. Sendo assim, não é questão simples determinar se determinada alienação deve ou não ser considerada uma desestatização.

A Nota continua salientando que a área técnica do TCU (TCU 013.056.2016.6) se manifestou expressamente quanto à não aplicação do PND às operações de desinvestimento da Petrobras. Reafirma, também, que, não obstante esse entendimento,

*a Sistemática para desinvestimentos de Ativos e Empresas do Sistema Petrobras foi elaborado com fundamento no Regulamento/Decreto, consagrando-se a realização de um processo competitivo compatível com a modalidade licitatória Convite, recomendando-se a sua aplicação mesmo nos casos em que o certame seja dispensável, sempre que isto seja possível. Com isso, se buscou assegurar a possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa para a Companhia, sem prejuízo da observância dos princípios constitucionais da Administração Pública. A Sistemática foi avalizada não só por experts em direito administrativo e constitucional, mas também pela área técnica da ex-Controladoria Geral da União (CGU, atualmente denominada “Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle”). Esta expediu relatório preliminar de auditoria nº 201503747, no qual, embora tenha*



*identificado inadequações formais na sua aplicação e pontos de melhoria, foi contundente em suas avaliações favoráveis em geral.*

Quanto ao argumento de que deveriam ser seguidos os procedimentos previstos na Lei nº 8.666, de 1993, a Nota Técnica rebate afirmando que a legislação anterior a que faz referência a nº Lei 13.303 é, no caso da Petrobras, a Lei do Petróleo. Sendo assim, o Decreto nº 2.745, fundamentado no art. 67 da Lei nº 9.478, pode regulamentar o processo licitatório simplificado previsto naquele artigo.

A Proposta de Fiscalização argumenta ainda que o Decreto não poderia tratar de alienações posto que o art. 67 da Lei nº 9.478 só se refere a contratações. A Nota Técnica da Petrobras rejeita esse argumento ao afirmar que a Constituição, ao tratar da lei que estabelecerá o estatuto jurídico das estatais, atribui a ela a competência para dispor sobre *compras e alienações* (art. 173, §1º, III). Portanto, o Decreto não exorbitou seu poder de regulamentação. Além disso, o ato de alienar é decorrente do ato de adquirir. A Nota acrescenta que essa posição está amparada por diversas decisões do Supremo Tribunal Federal como, por exemplo, a MS/26410 – Medida Cautelar em Mandado de Segurança.

Acrescenta a Petrobras que *o novo Estatuto das Estatais (Lei nº 13.303), que veio disciplinar as licitações e contratos no âmbito das empresas públicas e sociedades de economia mista, estabeleceu, em seu art. 28, §§ 3º e 4º, a dispensa de licitação nas hipóteses de formação e extinção de parcerias, desde que justificada a inviabilidade de processo competitivo, em situações definidas como oportunidades de negócios em que a escolha do parceiro esteja associada a suas características particulares.*

A segunda linha de questionamento da proposta de Fiscalização e Controle é a de que as alienações podem comprometer o papel estratégico da Petrobras nos diversos setores. Apesar de se tratar de tema de enorme relevância, a Nota Técnica da Petrobras não se pronuncia a respeito.

O terceiro questionamento é o de que o PNG 2017-2021 e o plano de desinvestimentos nele contido refletem *uma visão de curto prazo e equivocada até do ponto de vista financeiro, pois ativos como a BR*



SF/17698-41259-35



*Distribuidora e a NTS apresentam taxas de rentabilidade maiores que as taxas de captação e de rolagem da dívida.*

A Nota da Petrobras não entra nesse mérito, o que é compreensível, posto que envolve questões de política macroeconômica e de estratégias de desenvolvimento nacional que ultrapassam em muito os horizontes da Petrobras. A estatal limita-se a enfatizar que o plano de desinvestimentos é fundamental para a recuperação da empresa. O grande objetivo é o de reduzir o endividamento – e permitir à empresa realizar seus investimentos – sem a necessidade de novas captações.

Na visão da estatal, se os projetos de desinvestimentos forem descontinuados, será necessária a captação de recursos adicionais de US\$ 27 bilhões no período 2017-2021 e a Petrobras manterá o mesmo nível elevado de exposição ao risco – com consequências graves para seus investimentos, seu valor de mercado, viabilidade financeira e, conseqüentemente, custo de captação de recursos.

Em conclusão, embora a Nota Técnica da Petrobras tenha elucidado vários pontos, sobretudo no que tange à legalidade das alienações realizadas, há que se reconhecer que diversas questões permanecem sem resposta e alguns elementos da argumentação podem estar sujeitos a interpretações divergentes.

Um dos principais é a caracterização das alienações da NTS e da BR Distribuidora. Estas operações podem ser interpretadas como exemplos de desestatização, à luz do § 1º do art. 2º da Lei nº 9.491, de 1997, como defende o autor da proposta de fiscalização. Também podem ser enquadradas como medidas de desestatização, nos termos da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, que cria o Programa de Parcerias de Investimentos – PPI. Ou, como quer a Petrobras, podem ser encaradas como procedimentos empresariais próprios de qualquer empresa que atue em um mercado competitivo.

Como a Nota não tratou dos questionamentos relativos ao impacto das alienações no papel estratégico da Petrobras nem tampouco da conveniência, ou não, de o País investir parte de suas reservas na compra desses ativos, ao invés de vendê-los a terceiros, julgamos que algumas das perguntas feitas no âmbito da Proposta de Fiscalização e Controle



SF/17698-41259-35



---

11  
10

permanecem sem uma resposta satisfatória. No entanto, como o TCU já vem exercendo regularmente sua atividade de controle sobre o Programa de Desinvestimentos da Petrobras, consideramos mais conveniente transformar a Proposta de Fiscalização e Controle nº 2 em Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado de Minas e Energia.

### III – VOTO

Em face do exposto, somos pela transformação da Proposta de Fiscalização e Controle nº 2 no Requerimento de Informações apresentado a seguir, que incorpora as perguntas listadas ao final da Justificação à Proposta de Fiscalização e Controle.



## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2017

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), requeiro que sejam solicitados ao Ministro de Estado de Minas e Energia os seguintes esclarecimentos sobre o plano de desinvestimentos da Petrobras.

Em relação à venda da Nova Transportadora do Sudeste – NTS:

1. A Nova Transportadora do Sudeste – NTS é uma subsidiária integral da Petrobras?
2. Foi concluída a venda do controle do capital votante?
3. Essa venda é considerada uma desestatização?
4. Foram seguidos os procedimentos legais estabelecidos na Lei nº 9.491, de 1997?

mf2016-00435



5. Os gasodutos da Região Sudeste são importantes para manter o papel estratégico da Petrobras na área de transporte de gás natural?
6. Esses gasodutos são operacional e financeiramente importantes para a própria Petrobras e estratégicos para o País?
7. Com a venda da NTS, corre-se o risco de se sair de um monopólio estatal para um monopólio privado no transporte de gás natural na Região Sudeste?
8. Se o Estado brasileiro, a partir da aplicação de uma ínfima parte de suas reservas internacionais, comprasse total ou parcialmente a NTS, em vez de um consórcio com a participação de fundos soberanos da China e Singapura, não haveria maior ganho para o erário?
9. Os gasodutos da Região Sudeste apresentam maior rentabilidade que os títulos do tesouro dos Estados Unidos, principais ativos onde estão aplicadas as reservas internacionais do Brasil?



Em relação à venda da BR Distribuidora;

1. A BR Distribuidora é uma subsidiária integral da Petrobras?
2. Está em andamento a venda do controle do capital votante?
3. Esse processo é considerado uma desestatização?
4. Estão sendo seguidos os procedimentos legais estabelecidos na Lei no 9.491, de 1997?
5. A BR Distribuidora tem um papel estratégico no Sistema Petrobras e no País?
6. A perda do controle do capital votante da BR Distribuidora é compatível com a verticalização da Petrobras, que sempre adotou o lema “Do poço ao posto”?
7. A venda da BR Distribuidora não causaria danos ao erário?

mf2016-00435





---

13  
12

Em relação a Carcará e outras alienações:

1. A alienação da participação da Petrobras no BM-S-8 foi feita de acordo com a Lei no 8.666, de 1993 ou com a Lei no 9.478, de 1997?
2. Há amparo legal para se realizar alienação de ativos com base na Lei no 9.478, de 1997?
3. Qual a posição do TCU em relação ao Procedimento Licitatório Simplificado da Petrobras?
4. A Statoil terá custos de produção inferiores aos da Petrobras, líder mundial em operação em águas profundas e com grande infraestrutura na Bacia de Santos, onde já perfurou mais de 200 poços no horizonte geológico do Pré-Sal?
5. Se a Statoil tiver maior custo de produção que a Petrobras, isso representará danos ao erário, em razão do menor pagamento de participação especial e do menor excedente em óleo da União?
6. A venda de Carcará para a Statoil pode reduzir as receitas destinadas às áreas de educação pública e saúde?
7. As outras alienações foram ou estão sendo feitas de acordo com a Lei nº 8.666, de 1993?



### JUSTIFICAÇÃO

A Proposta de Fiscalização e Controle nº 2, de 2016, de autoria do Senador Lindbergh Farias, solicita uma série de esclarecimentos relativos ao plano de desinvestimentos da Petrobras, estabelecido no Plano de Negócios e Gestão – PNG 2017-2021.

O Senador se preocupa com o grande volume de vendas de ativo já aprovadas, da ordem de US\$ 19,5 bilhões em 2017 e 2018, e discorda da ênfase dada pela Petrobras à necessidade de reduzir a

mf2016-00435



“alavancagem”, o que implica em aumento das amortizações, redução dos investimentos e plano de desinvestimento.

Como essa vendas envolvem interesses estratégicos do País, o Senador Lindbergh Farias propõe uma fiscalização para averiguar a legalidade das alienações em andamento, seu impacto no papel estratégico da Petrobras nos diversos setores, bem como possíveis danos ao erário em virtude de esses ativos terem rentabilidade maior do que as reservas mantidas pelo País.

Alguns dos questionamentos levantados foram respondidos pela Petrobras em Nota Técnica de agosto de 2016. Muitos dos questionamentos permanecem, contudo, sem uma resposta satisfatória. Como o TCU já vem exercendo regularmente sua atividade de controle sobre o Programa de Desinvestimentos da Petrobras, consideramos mais conveniente transformar a Proposta de Fiscalização e Controle nº 2 em Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado de Minas e Energia, aproveitando as perguntas listadas ao final da Justificação à Proposta de Fiscalização.

Sala da Comissão,

Senador FLEXA RIBEIRO

mf2016-00435





Senado Federal

15

## Relatório de Registro de Presença

**CTFC, 09/08/2017 às 09h - 12ª, Extraordinária**

Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
RENAN CALHEIROS	1. SIMONE TEBET <a href="#">PRESENTE</a>
AIRTON SANDOVAL <a href="#">PRESENTE</a>	2. GARIBALDI ALVES FILHO
DÁRIO BERGER <a href="#">PRESENTE</a>	3. ELMANO FÉRRER
ROMERO JUCÁ <a href="#">PRESENTE</a>	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
FÁTIMA BEZERRA <a href="#">PRESENTE</a>	1. GLEISI HOFFMANN
PAULO PAIM <a href="#">PRESENTE</a>	2. HUMBERTO COSTA
REGINA SOUSA <a href="#">PRESENTE</a>	3. JORGE VIANA
ACIR GURGACZ	4. LINDBERGH FARIAS
Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
ATAÍDES OLIVEIRA <a href="#">PRESENTE</a>	1. MARIA DO CARMO ALVES <a href="#">PRESENTE</a>
DALIRIO BEBER <a href="#">PRESENTE</a>	2. FLEXA RIBEIRO <a href="#">PRESENTE</a>
DAVI ALCOLUMBRE <a href="#">PRESENTE</a>	3. RICARDO FERRAÇO <a href="#">PRESENTE</a>
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
SÉRGIO PETECÃO <a href="#">PRESENTE</a>	1. ANA AMÉLIA
GLADSON CAMELI <a href="#">PRESENTE</a>	2. WILDER MORAIS <a href="#">PRESENTE</a>
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
TITULARES	SUPLENTES
JOÃO CAPIBERIBE	1. RANDOLFE RODRIGUES
VANESSA GRAZZIOTIN <a href="#">PRESENTE</a>	2. CRISTOVAM BUARQUE
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
CIDINHO SANTOS <a href="#">PRESENTE</a>	1. EDUARDO LOPES <a href="#">PRESENTE</a>
ARMANDO MONTEIRO	2. VAGO

### Não Membros Presentes

VALDIR RAUPP  
JOSÉ MEDEIROS  
VICENTINHO ALVES



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PFS 2/2016)**

REUNIDA A CTFC NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA COMISSÃO, PELA TRANSFORMAÇÃO DA PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE NO REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES QUE APRESENTA.

09 de Agosto de 2017

**Senador ATAÍDES OLIVEIRA**

Presidente da Comissão de Transparência, Governança,  
Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor



# Requerimentos







## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO Nº 624, DE 2017

Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações informações referentes à transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da TV SBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**AUTORIA:** Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

DESPACHO INICIAL: À Comissão Diretora



**REQUERIMENTO Nº , DE 2017**

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato nº 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações referentes à transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da TV SBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, de que trata o Ofício “S” nº 19, de 2017:

I - data de publicação do ato de outorga do serviço de radiodifusão cujo controle foi transferido;

II - data de publicação de ato, se existir, que tenha autorizado a última alteração no controle societário da entidade que detém a outorga do referido serviço de radiodifusão (alteração anterior à que foi comunicada);

III - números de registro nos cadastros oficiais de pessoas físicas ou jurídicas de todos que passaram a ter alguma participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

IV - comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

V - relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou

jurídica que direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





6

Senado Federal

## Relatório de Registro de Presença

**CCT, 09/08/2017 às 08h30 - 19ª, Extraordinária**

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PMDB			
TITULARES		SUPLENTE	
WALDEMIR MOKA	<a href="#">PRESENTE</a>	1. AIRTON SANDOVAL	<a href="#">PRESENTE</a>
VAGO		2. HÉLIO JOSÉ	
VALDIR RAUPP	<a href="#">PRESENTE</a>	3. DÁRIO BERGER	
JOÃO ALBERTO SOUZA		4. VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
PAULO ROCHA	<a href="#">PRESENTE</a>	1. GLEISI HOFFMANN	
VAGO		2. LINDBERGH FARIAS	
JORGE VIANA		3. ÂNGELA PORTELA	<a href="#">PRESENTE</a>
ACIR GURGACZ		4. REGINA SOUSA	<a href="#">PRESENTE</a>
Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
FLEXA RIBEIRO	<a href="#">PRESENTE</a>	1. DAVI ALCOLUMBRE	
RICARDO FERRAÇO		2. VAGO	
JOSÉ AGRIPINO		3. VAGO	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
OMAR AZIZ	<a href="#">PRESENTE</a>	1. GLADSON CAMELI	
OTTO ALENCAR	<a href="#">PRESENTE</a>	2. IVO CASSOL	<a href="#">PRESENTE</a>
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
RANDOLFE RODRIGUES		1. LÍDICE DA MATA	<a href="#">PRESENTE</a>
VAGO		2. CRISTOVAM BUARQUE	<a href="#">PRESENTE</a>
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
VAGO		1. PEDRO CHAVES	<a href="#">PRESENTE</a>
MAGNO MALTA		2. EDUARDO LOPES	<a href="#">PRESENTE</a>

### Não Membros Presentes

FÁTIMA BEZERRA  
ROMERO JUCÁ  
CIDINHO SANTOS  
JOSÉ MEDEIROS  
PAULO PAIM  
VICENTINHO ALVES



## PARECER Nº 96 , DE 2017

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº33, de 2017, remetido ao Senado Federal por meio do Ofício “S” nº 19, de 2017 (OFC nº 26, de 2017, na Câmara dos Deputados), que comunica *a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da TV SBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.*



Relator: Senador **OTTO ALENCAR**

### I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática (CCT) o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 33, de 2017, que comunica *a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da TV SBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.*

A matéria foi remetida ao Senado Federal pela Câmara dos Deputados por meio do Ofício “S” nº 19, de 2017 (OFC nº 26, de 2017, na origem), que encaminha a Mensagem nº 51, de 23 de fevereiro de 2017, acompanhada do Decreto de 22 de fevereiro de 2017 e da Exposição de Motivos nº 73, de 14 de outubro de 2016, do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que apresenta o novo quadro societário da concessionária, além de declarar que a Consultoria Jurídica daquela Pasta manifestou-se favoravelmente à transferência, por entender que os novos sócios preenchem as qualificações exigidas pelas normas que regem o serviço.



## II – ANÁLISE

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CCT, entre outras atribuições, examinar questões atinentes aos serviços de radiodifusão, inclusive a outorga, renovação e transferência de suas licenças.

A referida alteração contratual se dá nos termos do § 2º do art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e vem ao Congresso Nacional em cumprimento ao que determinam o § 5º do art. 222 da Constituição Federal e o art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

A apreciação, pelo Colegiado, das comunicações de transferências diretas ou indiretas em empresas executantes de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, encontra disciplina no Ato nº 2, de 2011 – CCT.

Em seu art. 2º, o ato determina que Ofícios “S” datados a partir de 1º de janeiro de 2011 devem conter informações mínimas que permitam ao Senado Federal a verificação do efetivo cumprimento das obrigações legais associadas às transferências diretas e indiretas de outorgas.

Com efeito, diante da atribuição de fiscalizar os atos do Poder Executivo, o Legislativo deve atentar à necessidade de avaliar, inclusive, uma eventual concentração de outorgas na localidade envolvida, bem como o cumprimento de mandamento constitucional que limita a participação de estrangeiros em empresas de radiodifusão.

De outra parte, o ato estabelece que as informações que não constem do processo sejam solicitadas ao Ministro das Comunicações, na forma prevista no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e determina que a tramitação dos processados com informação incompleta seja sobrestada até que a resposta ao pedido de informação correspondente tenha sido recebida pela Comissão.





### III – VOTO

Em vista do exposto, voto pelo **encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do requerimento de informações** a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nº 19, de 2017, nos termos do art. 335 do Risf.



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(OFS 19/2017)**

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, APÓS A LEITURA DO RELATÓRIO, ENCERRADA A DISCUSSÃO, COLOCADO EM VOTAÇÃO, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DE AUTORIA DO SENADOR OTTO ALENCAR, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCT, PELO SOBRESTAMENTO DO OFÍCIO "S" Nº 19, DE 2017, NOS TERMOS DO ART. 335 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, E PELA APROVAÇÃO DE REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES DIRIGIDO AO MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.

09 de Agosto de 2017

Senador WALDEMIR MOKA

Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,  
Comunicação e Informática





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 625, DE 2017

Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações informações referentes à renovação da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA DE PRATINHA para executar serviços de radiodifusão comunitária no Município de Pratinha, Estado de Minas Gerais, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 95, de 2016.

**AUTORIA:** Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

**DESPACHO:** À Comissão Diretora.



**REQUERIMENTO Nº , DE 2017**

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requiero que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações referentes à renovação da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA DE PRATINHA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pratinha, Estado de Minas Gerais, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 95, de 2016:

1. cópia do ato do Poder Executivo que renovou a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA DE PRATINHA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pratinha, Estado de Minas Gerais, a partir de março de 2004;
2. cópia da mensagem que encaminhou o ato referido no item ‘a’ ao Congresso Nacional.

Sala da Comissão, 12 de maio de 2017.

Senador **OTTO ALENCAR**, Presidente

Senador **PEDRO CHAVES**, Relator





6

Senado Federal

## Relatório de Registro de Presença

**CCT, 09/08/2017 às 08h30 - 19ª, Extraordinária**

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PMDB			
TITULARES		SUPLENTE	
WALDEMIR MOKA	<a href="#">PRESENTE</a>	1. AIRTON SANDOVAL	<a href="#">PRESENTE</a>
VAGO		2. HÉLIO JOSÉ	
VALDIR RAUPP	<a href="#">PRESENTE</a>	3. DÁRIO BERGER	
JOÃO ALBERTO SOUZA		4. VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
PAULO ROCHA	<a href="#">PRESENTE</a>	1. GLEISI HOFFMANN	
VAGO		2. LINDBERGH FARIAS	
JORGE VIANA		3. ÂNGELA PORTELA	<a href="#">PRESENTE</a>
ACIR GURGACZ		4. REGINA SOUSA	<a href="#">PRESENTE</a>
Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
FLEXA RIBEIRO	<a href="#">PRESENTE</a>	1. DAVI ALCOLUMBRE	
RICARDO FERRAÇO		2. VAGO	
JOSÉ AGRIPINO		3. VAGO	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
OMAR AZIZ	<a href="#">PRESENTE</a>	1. GLADSON CAMELI	
OTTO ALENCAR	<a href="#">PRESENTE</a>	2. IVO CASSOL	<a href="#">PRESENTE</a>
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
RANDOLFE RODRIGUES		1. LÍDICE DA MATA	<a href="#">PRESENTE</a>
VAGO		2. CRISTOVAM BUARQUE	<a href="#">PRESENTE</a>
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
VAGO		1. PEDRO CHAVES	<a href="#">PRESENTE</a>
MAGNO MALTA		2. EDUARDO LOPES	<a href="#">PRESENTE</a>

### Não Membros Presentes

FÁTIMA BEZERRA  
 ROMERO JUCÁ  
 CIDINHO SANTOS  
 JOSÉ MEDEIROS  
 PAULO PAIM  
 VICENTINHO ALVES





## PARECER Nº 97 , DE 2017

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 95, de 2016 (nº 471, de 2016, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA DE PRATINHA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pratinha, Estado de Minas Gerais.*

RELATOR: Senador **PEDRO CHAVES**

### I – RELATÓRIO

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 95, de 2016 (nº 471, de 2016, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova autorização outorgada à *ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA DE PRATINHA* para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pratinha, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de



Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

## II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição.

Com relação à constitucionalidade material e à legalidade, entretanto, há alguns aspectos que devem ser avaliados com maior profundidade.

A outorga inicial de autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA DE PRATINHA para executar serviço de



radiodifusão comunitária no município de Pratinha, Estado de Minas Gerais, foi promulgada em 28 de março de 2001, por meio do Decreto Legislativo nº 36, de 2001, parcialmente transcrito a seguir:

**Art. 1º** É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 90, de 30 de julho de 1999, que autoriza a “Associação Comunitária Cultural e Artística de Pratinha” a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Pratinha, Estado de Minas Gerais.

Como se verifica, a duração da outorga aprovada foi de três anos. Consequentemente, a outorga teria se expirado em março de 2004.

Apesar disso, o PDS nº 95, de 2016, pretende aprovar renovação a partir de março de 2011. Há, portanto, intervalo durante o qual, pela documentação disponível, a outorga não teria estado vigente, inviabilizando sua renovação nos moldes propostos.

Pesquisas nos sistemas de acompanhamento processual do Senado Federal e da Câmara dos Deputados não permitiram localizar a tramitação, no Poder Legislativo, de proposições destinadas a renovar a outorga em questão a partir de 2004, sugerindo que tal renovação poderia não ter sido encaminhada ao Congresso Nacional.

É necessário, dessa maneira, obter informações adicionais a fim de verificar por meio de que ato do Poder Executivo teria sido realizada a renovação da outorga a partir de março de 2004. Igualmente, é imprescindível determinar se o referido ato teria sido aprovado pelo Congresso Nacional, nos termos do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

### III – VOTO

Diante do exposto, voto pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pelo sobrestamento da tramitação do PDS nº 95, de 2016, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal.



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PDS 95/2016)**

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, APÓS A LEITURA DO RELATÓRIO, ENCERRADA A DISCUSSÃO, COLOCADO EM VOTAÇÃO, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DE AUTORIA DO SENADOR PEDRO CHAVES, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCT, PELO SOBRESTAMENTO DO PROJETO, NOS TERMOS DO ART. 335 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, E PELA APROVAÇÃO DE REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES DIRIGIDO AO MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.

09 de Agosto de 2017

Senador WALDEMIR MOKA

Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,  
Comunicação e Informática





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO Nº 626, DE 2017

Requer, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, entre os dias 19 e 22 de agosto de 2017, para, na condição de Membro da Representação Brasileira do Parlasul, participar da "Reunión de la Bancada Progresista del Parlasur", assim como de "Reuniones de las Comisiones y de la XLIX Reunión Ordinária del Parlamento del Mercosur", eventos a serem realizados nos dias 20 e 21 de agosto de 2017, na cidade de Montevideu, no Uruguai. Comunica, nos termos do art. 39, I, RISF, ausência do país no período citado.

**AUTORIA:** Senador Humberto Costa (PT/PE)



[Página da matéria](#)







SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Humberto Costa

RGS  
00626/2017

*à Publicação*

*Em 14/8/2017*

## REQUERIMENTO, 626 DE 2017

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro afastamento do país para participar, como Membro da Representação Brasileira no Parlasul, da “Reunión de la Bancada Progresista del Parlasur”, assim como de “Reuniones de las Comisiones y de la XLIX Reunión Ordinária del Parlamento del Mercosur”, eventos a serem realizados nos dias 20 e 21 de agosto de 2017, na Cidade de Montevideú, no Uruguai.

Ainda **com fundamento naquele artigo (art. 40) do RISF**, expresso que para tal Missão Oficial, por se tratar de viagem internacional, necessito de dois dias adicionais para o trajeto exterior, portanto, **de autorização que se estenda da madrugada do dia 19 de agosto até o dia 22 de agosto do ano de 2017.**

Desse modo, se este Requerimento for aprovado, nos termos do art. 39, I, do mesmo Regimento, comunico ao Senado Federal que, para tomar parte em tais reuniões, deverei estar ausente de minhas atividades parlamentares no período citado.

Sala das sessões, em            de agosto de 2017.

Senador **HUMBERTO COSTA**

Recebido em 10/10/17  
Hora 10:20  
  
Ana Velten Barbosa - Mat. 230069  
Sen. Senado Federal





**SENADO FEDERAL**  
Presidência

OF. Nº 234 /2017-PRESID.

Brasília, 05 de AGOSTO de 2017.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado **CELSO RUSSOMANNO**  
Presidente do Parlamento do Mercosul

Referência: Documento nº 00100.112431/2017-46.

Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, e nos termos do Ofício nº P/76/2017, de 10 de julho, autorizo a participação do Senador Humberto Costa nas Reuniões da Bancada Progressista; de Mesa Diretora; das Comissões Permanentes; da XLIX Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, a serem realizadas no período de 19 a 22 de agosto de 2017, em Montevideu, no Uruguai, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente,

  
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**  
Presidente do Senado Federal



00100.112431/2017-46 (VIA 001)



CONGRESSO NACIONAL  
PARLAMENTO DO MERCOSUL  
Representação Brasileira

OF. P/076/2017

Brasília, 10 de julho de 2017

Excelentíssimo Senhor  
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA  
Presidente do Senado Federal  
N e s t a

**Assunto: Reunião do Parlamento do Mercosul – Montevidéu - Uruguai**

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que as próximas atividades do Parlamento do Mercosul ocorrerão nos dias **20 e 21 de agosto de 2017, domingo e segunda-feira**, em Montevidéu, no Uruguai, ocasião em que serão realizadas as **Reuniões da Bancada Progressista; de Mesa Diretora; Comissões Permanentes e a XLIX Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul**, conforme convocatórias cujas cópias seguem anexas.

2. Trata-se, Senhor Presidente, da continuidade aos trabalhos do Parlamento, previstos para acontecer uma vez por mês, conforme determina o art. 17 do seu Protocolo Constitutivo.

3. Assim, solicito a Vossa Excelência sejam autorizadas as providências necessárias à participação do **Senador HUMBERTO COSTA**, entre os dias **19 a 22 de agosto de 2017**, justificando eventuais ausências, bem como na liberação de passagens aéreas, cobrindo os trechos indicados pelo gabinete do parlamentar, e diárias para cobertura de despesas com hospedagem e alimentação na capital uruguaia.

Na oportunidade, renovo a V.Exa. meus votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Assinatura do Senador Federal

20 07 17 10:00  
Jequiel

Deputado CELSO RUSSOMANNO  
Presidente

Endereço: Câmara dos Deputados, Anexo II, sala T-28 – Ala C - 70160-900 Brasília - DF  
Fones: (55) 61 3216-6873 – 3216-6874 Fax: (55) 61 3216-6880 e-mail: cpcms.decom@camara.leg.br  
Visite nossa página na Internet: <http://www.camara.leg.br/representacaomercosul>



00100.112431/2017-46 (VIA 001)

**PARLAMENTO DEL MERCOSUR**

Secretaría Parlamentaria

**XLIX SESIÓN ORDINARIA****Lunes, 21 de agosto de 2017****11:00 horas**

Se convoca a los Señores Parlamentarios integrantes del Parlamento del MERCOSUR, para la XLIX Sesión Ordinaria a realizarse el día **lunes 21 de agosto de 2017, a las 11 horas en Montevideo, Uruguay.**



**Parlamentario Arlindo Chinaglia**  
**Presidente**



**Edgar Lago**  
**Secretario Parlamentario**

Pablo de María 827 - Montevideo Uruguay - Tel: (5982) 410.97 [www.parlamentodelmercosur.org](http://www.parlamentodelmercosur.org)-  
[www.parlamentodelmercosur.org](http://www.parlamentodelmercosur.org).



00100.112431/2017-46 (VIA 001)



PARLAMENTO DEL MERCOSUR  
Secretaría Parlamentaria



## REUNION DE MESA DIRECTIVA

Lunes, 21 de agosto de 2017

Hora: 8:30

Se convoca a los Señores Vicepresidentes del Parlamento del Mercosur, y a los Presidentes de Delegaciones Nacionales para la reunión de Mesa Directiva a realizarse el **lunes 21 de agosto de 2017, a las 8:30 horas en el Edificio MERCOSUR – Montevideo, Uruguay.**

  
Parlamentario Arlindo Chinaglia  
Presidente

  
Edgar Lugo  
Secretario Parlamentario

Pablo de María 827 - Montevideo Uruguay - Tel. (5982) 410.97.97  
[www.parlamentodelmercosur.org](http://www.parlamentodelmercosur.org)





00100.112431/2017-46 (VIA 001)



PARLAMENTO DEL MERCOSUR

Secretaría Parlamentaria

PARLAMENTO DO  
MERCOSUL

## COMISIONES PERMANENTES

Lunes, 21 de agosto de 2017

Lugar: Edificio Mercosur -


Se convoca a los Señores Parlamentarios, a la reunión de las Comisiones Permanentes que se realizarán en el día **lunes, 21 de agosto, en el periodo de la mañana, en el Edificio Mercosur – República Oriental del Uruguay** (Salas a confirmar por la Secretaría Administrativa del PM)

  
Parlamentario Aníbal Chinaglia  
Presidente  
Edgar Lugo  
Secretario Parlamentario

Pablo de María 827 - Montevideo Uruguay - Tel. (5982) 410.97.97  
[www.parlamentodelmercosur.org](http://www.parlamentodelmercosur.org)



SENADO FEDERAL  
GABINETE DO SENADOR ROBERTO REQUIÃO

*À Publicação*  
*Em 14/8/2017*  


REQUERIMENTO Nº 627, DE 2017

Nos termos dos artigos 13 e 40, §1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 14, §2º da Resolução nº 1, de 2011-CN, requero licença dos trabalhos da Casa, nos dias 23 a 27 de agosto de 2017, para, na condição de Vice-Presidente da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul, participar, como palestrante, na mesa “Diálogo de Governos Nacionais, Subnacionais e Legisladores: ‘Uma Agenda de País para as Cidades Latino-Americanas’”, a ser realizada durante a Cúpula Hemisférica de Prefeitos, no período de 23 a 26 do referido mês e ano, na cidade de Pachuca, no México.

Por fim, em cumprimento ao art. 39, I, do Regimento Interno, comunico que estarei ausente do país entre os dias 23 a 27 de agosto de 2017.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 2017.

  
Senador **ROBERTO REQUIÃO**  
PMDB/PR



SF/17607.81441-03

Página: 1/1 10/08/2017 15:07:18

b9cad51ff22adac2071bbcd0082147a6aed2f0d3





SENADO FEDERAL  
Presidência

OF. Nº **23** /2017-PRESID.

Brasília, 09 de AGOSTO de 2017.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado **CELSO RUSSOMANNO**  
Presidente do Parlamento do Mercosul

Referência: Documento nº 00100.116295/2017-63.

Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, e nos termos do Ofício nº P/98/2017, de 1 de agosto, autorizo a emissão de passagens e concessão de diárias ao Senador **Roberto Requião**, Vice-Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que irá participar, como palestrante, na mesa "Diálogo de Governos Nacionais, Subnacionais e Legislativos: " uma Agenda de País para as Cidades Latino Americanas, a ser realizada durante a Cúpula Hemisférica de Prefeitos, no período de 23 a 26 de agosto de 2017, na cidade de Pachuca, no México, conforme convite e programação anexa.

Atenciosamente

  
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**  
Presidente do Senado Federal





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO Nº 628, DE 2017

Requer, nos termos dos artigos 154, III e § 5º; 199 e 200 do RISF, a realização de Sessão Especial no dia 30 de outubro de 2017, em homenagem aos 500 anos da Reforma Protestante no Brasil, o qual ocorrerá em 31 de outubro do corrente ano.

**AUTORIA:** Senador José Medeiros (PSD/MT), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senadora Simone Tebet (PMDB/MS), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

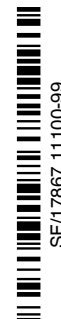
*Gabinete do Senador José Medeiros***REQUERIMENTO Nº , DE 2017 – PLEN.**

Requeremos, nos termos dos artigos 154, III e §5º; 199 e 200 todos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial em homenagem ao quingentésimo aniversário da Reforma Protestante no Brasil, o qual ocorrerá em 31 de outubro deste ano, para a qual sugerimos a inclusão na data mais próxima disponível, qual seja 30 de outubro (segunda-feira).

Tal comemoração representará a importância da Reforma Protestante na vida da sociedade ao longo dos seus 500 anos, quando o Monge Agostiniano Martinho Lutero afixou suas 95 teses na porta da Catedral do Castelo Vittemberg, na Alemanha, iniciando ali o movimento que transformou, desde então, a forma de pensar de grande parcela da sociedade.

Sala das Sessões,

Senador José Medeiros







## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO Nº 629, DE 2017

Da COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR, solicitando ao Ministro de Estado de Minas e Energia informações referentes ao plano de desinvestimentos da Petrobras.

**AUTORIA:** Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

**DESPACHO:** À Comissão Diretora.



## REQUERIMENTO Nº 629, DE 2017

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), requeiro que sejam solicitados ao Ministro de Estado de Minas e Energia os seguintes esclarecimentos sobre o plano de desinvestimentos da Petrobras.

Em relação à venda da Nova Transportadora do Sudeste – NTS:

1. A Nova Transportadora do Sudeste – NTS é uma subsidiária integral da Petrobras?
2. Foi concluída a venda do controle do capital votante?
3. Essa venda é considerada uma desestatização?
4. Foram seguidos os procedimentos legais estabelecidos na Lei no 9.491, de 1997?
5. Os gasodutos da Região Sudeste são importantes para manter o papel estratégico da Petrobras na área de transporte de gás natural?
6. Esses gasodutos são operacional e financeiramente importantes para a própria Petrobras e estratégicos para o País?
7. Com a venda da NTS, corre-se o risco de se sair de um monopólio estatal para um monopólio privado no transporte de gás natural na Região Sudeste?
8. Se o Estado brasileiro, a partir da aplicação de uma ínfima parte de suas reservas internacionais, comprasse total ou parcialmente a NTS, em vez de um consórcio com a participação de fundos soberanos da China e Singapura, não haveria maior ganho para o erário?
9. Os gasodutos da Região Sudeste apresentam maior rentabilidade que os títulos do tesouro dos Estados Unidos, principais ativos onde estão aplicadas as reservas internacionais do Brasil?



Em relação à venda da BR Distribuidora;

1. A BR Distribuidora é uma subsidiária integral da Petrobras?
2. Está em andamento a venda do controle do capital votante?
3. Esse processo é considerado uma desestatização?
4. Estão sendo seguidos os procedimentos legais estabelecidos na Lei no 9.491, de 1997?
5. A BR Distribuidora tem um papel estratégico no Sistema Petrobras e no País?
6. A perda do controle do capital votante da BR Distribuidora é compatível com a verticalização da Petrobras, que sempre adotou o lema “Do poço ao posto”?
7. A venda da BR Distribuidora não causaria danos ao erário?

Em relação a Carcará e outras alienações:

1. A alienação da participação da Petrobras no BM-S-8 foi feita de acordo com a Lei no 8.666, de 1993 ou com a Lei no 9.478, de 1997?
2. Há amparo legal para se realizar alienação de ativos com base na Lei no 9.478, de 1997?
3. Qual a posição do TCU em relação ao Procedimento Licitatório Simplificado da Petrobras?
4. A Statoil terá custos de produção inferiores aos da Petrobras, líder mundial em operação em águas profundas e com grande infraestrutura na Bacia de Santos, onde já perfurou mais de 200 poços no horizonte geológico do Pré-Sal?
5. Se a Statoil tiver maior custo de produção que a Petrobras, isso representará danos ao erário, em razão do menor pagamento de participação especial e do menor excedente em óleo da União?
6. A venda de Carcará para a Statoil pode reduzir as receitas destinadas às áreas de educação pública e saúde?



7. As outras alienações foram ou estão sendo feitas de acordo com a Lei nº 8.666, de 1993?

#### JUSTIFICAÇÃO

A Proposta de Fiscalização e Controle nº 2, de 2016, de autoria do Senador Lindbergh Farias, solicita uma série de esclarecimentos relativos ao plano de desinvestimentos da Petrobras, estabelecido no Plano de Negócios e Gestão – PNG 2017-2021.

O Senador se preocupa com o grande volume de vendas de ativo já aprovadas, da ordem de US\$ 19,5 bilhões em 2017 e 2018, e discorda da ênfase dada pela Petrobras à necessidade de reduzir a “alavancagem”, o que implica em aumento das amortizações, redução dos investimentos e plano de desinvestimento.

Como essa vendas envolvem interesses estratégicos do País, o Senador Lindbergh Farias propõe uma fiscalização para averiguar a legalidade das alienações em andamento, seu impacto no papel estratégico da Petrobras nos diversos setores, bem como possíveis danos ao erário em virtude de esses ativos terem rentabilidade maior do que as reservas mantidas pelo País.

Alguns dos questionamentos levantados foram respondidos pela Petrobras em Nota Técnica de agosto de 2016. Muitos dos questionamentos permanecem, contudo, sem uma resposta satisfatória. Como o TCU já vem exercendo regularmente sua atividade de controle sobre o Programa de Desinvestimentos da Petrobras, consideramos mais conveniente transformar a Proposta de Fiscalização e Controle nº 2 em Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado de Minas e Energia, aproveitando as perguntas listadas ao final da Justificação à Proposta de Fiscalização.

Sala da Comissão,

Senador FLEXA RIBEIRO



## PARECER Nº 26, DE 2017

Da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, sobre a Proposta de Fiscalização e Controle nº 2, de 2016, de autoria do Senador Lindbergh Farias, relativa ao plano de desinvestimentos da Petrobras, estabelecido no Plano de Negócios e Gestão – PNG 2017-2021.

Relator: Senador **FLEXA RIBEIRO**

### I – RELATÓRIO

Está sendo submetida à apreciação desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor a Proposta de Fiscalização e Controle nº 2, de 2016, de autoria do Senador Lindbergh Farias, relativa ao plano de desinvestimentos da Petrobras, estabelecido no Plano de Negócios e Gestão – PNG 2017-2021.

Para dar uma ideia da magnitude dos desinvestimentos, o autor abre a Proposta com a informação de que *estão previstas vendas de ativos de US\$ 19,5 bilhões em 2017 e 2018. Para os anos de 2015 e 2016, as vendas de ativos previstas foram de US\$ 15,1 bilhões.*

A Proposta de Fiscalização e Controle cita três importantes alienações aprovadas até setembro de 2016:

- Venda da subsidiária integral Nova Transportadora do Sudeste (NTS), proprietária e operadora dos gasodutos de transporte da Região Sudeste, para consórcio liderado pela empresa Brookfield e que incluirá fundos soberanos da China e de Singapura.





- Alienação de parcela da participação na subsidiária Petrobras Distribuidora (BR DISTRIBUIDORA), com manutenção de 49% do capital votante.
- Venda da participação de 66% no bloco exploratório BM-S-8 para a Statoil Brasil Óleo e Gás Ltda. Um dos poços comprovou a descoberta de petróleo de boa qualidade, em reservatórios carbonáticos com excelentes características.

A Proposta também faz menção às vendas já concluídas desde 2015: ativos na Argentina no valor de US\$ 101 milhões; 49% da Gaspetro, no valor de US\$ 540 milhões; ativos na Colômbia no valor de US\$ 92 milhões. São também enumeradas as seguintes vendas, já aprovadas: 67,19% da Petrobras Argentina (PESA), no valor de US\$ 897 milhões; 100% da Petrobras Chile Distribución (PCD), no valor de US\$ 464 milhões; e a Liquigás Distribuidora, no valor de US\$ 2,5 – US\$ 3 bilhões.

O Senador Lindbergh Farias compreende as dificuldades enfrentadas pela estatal, mas discorda da ênfase dada pelo Presidente da Petrobras à necessidade de reduzir a “alavancagem”. Decorrem dessa ênfase o aumento das amortizações, a redução dos investimentos e o plano de desinvestimento. Na Justificação da proposta, contesta as alienações já aprovadas:

*Os desinvestimentos e parcerias no valor da ordem de US\$ 19 bilhões representam a venda de ativos, muitos deles estratégicos para a Petrobras e para o País, em um momento em que os ativos do setor estão desvalorizados em razão dos baixos preços do petróleo.*

*A privatização da BR Distribuidora e da Nova Transportadora do Sudeste – NTS e a venda de Carcará podem significar abrir mão de ativos rentáveis e estratégicos para a Petrobras e para o Estado.*

*Tudo indica que não há necessidade de se vender esses e outros ativos. Em vez de se gerar recursos de US\$ 19 bilhões com a venda de ativos, esse valor de US\$ 19 bilhões poderia ser oriundo*



*da redução das amortizações e despesas financeiras que totalizam o elevadíssimo valor de US\$ 105 bilhões.*

.....

*O PNG 2017-2021 indica uma visão de curto prazo e equivocada até do ponto de vista financeiro, pois ativos como a BR Distribuidora e a NTS apresentam taxas de rentabilidade maiores que as taxas de captação e de rolagem da dívida. Representa o predomínio de visão financeira de curto prazo sobre a visão de construção de um País soberano e tecnologicamente avançado, com condições de resgatar a grande dívida social hoje existente.*

.....

*A empresa estatal integrada, com participação estratégica em todo o território nacional, proprietária e operadora de oleodutos, gasodutos, terminais, refinarias, fábricas de fertilizantes, unidades petroquímicas, plantas de biocombustíveis e termelétricas pode ser desintegrada pelo PNG 2017-2021.*

*O novo plano da Petrobras não se mostra “estratégico para o Brasil”. Ele indica o fim do principal projeto nacional, criado em 1953, por iniciativa do então Presidente Getúlio Vargas, que contou com o apoio de amplos segmentos sociais e políticos.*

Como as operações envolvem interesses estratégicos do País, o Senador Lindbergh Farias propõe uma fiscalização para averiguar, inicialmente, a legalidade das alienações em andamento. Sugere que pelo menos algumas das alienações deveriam ser enquadradas no Programa Nacional de Desestatização e sujeitas aos procedimentos legais estabelecidos na Lei nº 9.491, de 1997. Questiona também a razão de as operações não seguirem as exigências estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Por fim, considera que o Decreto 2.745, de 1998, que aprova o Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS, exorbita o que estava previsto no art. 67 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a chamada “Lei do Petróleo”.



Os questionamentos do Senador também dizem respeito ao impacto das alienações no papel estratégico da Petrobras nos diversos setores, bem como a possíveis danos ao erário em virtude de esses ativos terem rentabilidade maior do que as reservas mantidas pelo País.

A proposta de Fiscalização e Controle conclui com uma série de perguntas a respeito das três negociações acima citadas.

Em relação à alienação da Nova Transportadora do Sudeste – NTS, indaga-se se essa venda é considerada uma desestatização e se foram seguidos os procedimentos legais estabelecidos na Lei nº 9.491, de 1997, que trata da Desestatização. Há uma pergunta sobre a importância desses gasodutos para manter o papel estratégico da Petrobras na área de transporte de gás natural. Outra preocupação é com o risco de se sair de um monopólio estatal para um monopólio privado no transporte de gás natural na Região Sudeste. Por fim, levanta-se a hipótese de que poderia ser mais rentável para o País investir, na compra da NTS, parte de suas reservas, atualmente aplicadas em títulos do tesouro dos Estados Unidos.

No tocante à alienação da BR Distribuidora, são feitas as mesmas indagações com relação ao cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.491, de 1997. Questiona-se se a perda do controle do capital votante da BR Distribuidora é compatível com a verticalização da Petrobras, que sempre adotou o lema “Do poço ao posto”. Há também a mesma preocupação com o papel estratégico da BR Distribuidora no Sistema Petrobras e com o risco de danos ao erário.

Os questionamentos relativos à alienação da participação da Petrobras no BM-S-8, sobretudo a jazida de Carcará, estão centrados no embasamento jurídico para a venda. Indaga-se se o processo foi feito de acordo com a Lei nº 8.666, de 1993, ou com a Lei nº 9.478, de 1997. Pergunta-se também qual a posição do Tribunal de Contas da União em relação ao Procedimento Licitatório Simplificado da Petrobras. Por fim, indaga-se sobre os custos de produção da Statoil. Se estes forem mais altos do que seriam os custos da Petrobras, há o receio de que haja danos ao erário, em razão do menor pagamento de participação especial e do menor excedente em óleo da União, o que pode reduzir as receitas destinadas às áreas de educação pública e saúde.



## II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, nos termos do art. 102-A, I, do Regimento Interno do Senado Federal, exercer a fiscalização e o controle de atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. A Proposição atende também às regras dispostas no art. 102-B.

A Proposta de Fiscalização e Controle questiona o Plano de Desinvestimentos da Petrobras (PND) sob três principais aspectos. O primeiro é o da legalidade das alienações. O segundo é o de que as alienações podem comprometer o papel estratégico da Petrobras nos diversos setores. O terceiro é o de que a venda desses ativos, considerados mais rentáveis do que as reservas mantidas pelo País, pode causar prejuízos ao erário.

A legalidade é questionada por duas principais razões. A primeira é a de que, como a Nova Transportadora do Sudeste – NTS e a BR Distribuidora são subsidiárias integrais da Petrobras, a venda desses ativos deveria seguir o disposto na Lei nº 9.491, de 1997, que *trata dos procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização*.

A segunda razão é a de que a alienação da participação da Petrobras no BM-S-8 deveria seguir os procedimentos previstos na Lei nº 8.666, de 1993, que *institui normas para licitações e contratos da Administração Pública*, e não os contidos na Lei nº 9.478, de 1997, e no Decreto nº 2.745, de 1998. O argumento é o de que a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que trata do estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, dispõe, no § 3º do seu art. 91, que permanecem regidos pela legislação anterior procedimentos licitatórios e contratos iniciados ou celebrados até 24 meses após a entrada em vigência dessa Lei. Assim, as alienações realizadas por empresas estatais deveriam ocorrer nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, até 29 de junho de 2018.

Adicionalmente, mesmo que fosse aceita a possibilidade de as alienações serem feitas no âmbito do art. 67 da Lei nº 9.478 (revogado pela



Lei 13.301, de 2016) e do Decreto nº 2.745, de 1998, que regulamenta o art. 67 e traz o anexo com o Procedimento Licitatório Simplificado da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, considera-se que o Decreto exorbita a sua competência posto que o art. 67 da Lei nº 9.478, de 1997, só se refere a contratos para aquisição de bens e serviços e não a alienações.

A Petrobras, em resposta aos questionamentos contidos na Proposta de Fiscalização, preparou, em agosto de 2016, Nota Técnica que responde a algumas das preocupações do Senador Lindbergh Farias.

Com relação à submissão das operações de desinvestimento da Petrobras às normas do Programa Nacional de Desestatização (PND), a Nota Técnica rejeita essa posição com o seguinte argumento:

*O PND foi criado pela Lei 8.031/1990 no contexto de uma reforma geral do papel do Estado na economia. Atualmente, o PND está disciplinado na Lei 9.491/1997 e consiste em um programa eminentemente conjuntural, voltado à revisão do papel do Estado na economia, ao saneamento das finanças públicas e à atração de investidores privados para setores relevantes da economia nacional. Ou seja, não deve ser confundido com a decisão empresarial pontual de uma estatal de diminuir sua participação em determinadas áreas do negócio.*

Acrescenta que a empresa observa o disposto no art. 173 da Constituição Federal, que estabelece que as sociedades de economia mista deverão exercer suas atividades em caráter de livre competição com outras empresas e que deverão atuar em consonância com a lei que estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias. No caso, a Nota defende que a Lei nº 9.478, de 1997, a chamada Lei do Petróleo, foi editada especificamente para estabelecer princípios e diretrizes para a atuação da Petrobras e confere tratamento específico com relação às participações societárias da estatal. A Nota cita os arts. 63 e 64 da Lei 9.478:

Art. 63. A PETROBRÁS e suas subsidiárias ficam autorizadas a formar consórcios com empresas nacionais ou estrangeiras, na condição ou não de empresa líder, objetivando expandir atividades, reunir tecnologias e ampliar investimentos aplicados à indústria do petróleo.





Art. 64. Para o estrito cumprimento de atividades de seu objeto social que integrem a indústria do petróleo, fica a PETROBRÁS autorizada a constituir subsidiárias, as quais poderão associar-se, majoritariamente ou minoritariamente, a outras empresas.

*Se a ordem jurídica autoriza a constituição de subsidiárias e parcerias, naturalmente permite a sua desconstituição, em razão do princípio da simetria, sem necessidade de nova lei autorizativa. Portanto, não há o que se falar em submissão dos desinvestimentos da Petrobras ao Plano Nacional de Desestatização - PND.*

Nesse contexto, vale lembrar que a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, que cria o Programa de Parcerias de Investimentos – PPI, representa uma remodelação do Programa Nacional de Desestatização e prevê a inclusão, nesse programa, *de contratos de parceria para a execução de empreendimentos públicos de infraestrutura e de outras medidas de desestatização*. Sendo assim, não é questão simples determinar se determinada alienação deve ou não ser considerada uma desestatização.

A Nota continua salientando que a área técnica do TCU (TCU 013.056.2016.6) se manifestou expressamente quanto à não aplicação do PND às operações de desinvestimento da Petrobras. Reafirma, também, que, não obstante esse entendimento,

*a Sistemática para desinvestimentos de Ativos e Empresas do Sistema Petrobras foi elaborado com fundamento no Regulamento/Decreto, consagrando-se a realização de um processo competitivo compatível com a modalidade licitatória Convite, recomendando-se a sua aplicação mesmo nos casos em que o certame seja dispensável, sempre que isto seja possível. Com isso, se buscou assegurar a possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa para a Companhia, sem prejuízo da observância dos princípios constitucionais da Administração Pública. A Sistemática foi avalizada não só por experts em direito administrativo e constitucional, mas também pela área técnica da ex-Controladoria Geral da União (CGU, atualmente denominada “Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle”). Esta expediu relatório preliminar de auditoria nº 201503747, no qual, embora tenha*



*identificado inadequações formais na sua aplicação e pontos de melhoria, foi contundente em suas avaliações favoráveis em geral.*

Quanto ao argumento de que deveriam ser seguidos os procedimentos previstos na Lei nº 8.666, de 1993, a Nota Técnica rebate afirmando que a legislação anterior a que faz referência a nº Lei 13.303 é, no caso da Petrobras, a Lei do Petróleo. Sendo assim, o Decreto nº 2.745, fundamentado no art. 67 da Lei nº 9.478, pode regulamentar o processo licitatório simplificado previsto naquele artigo.

A Proposta de Fiscalização argumenta ainda que o Decreto não poderia tratar de alienações posto que o art. 67 da Lei nº 9.478 só se refere a contratações. A Nota Técnica da Petrobras rejeita esse argumento ao afirmar que a Constituição, ao tratar da lei que estabelecerá o estatuto jurídico das estatais, atribui a ela a competência para dispor sobre *compras e alienações* (art. 173, §1º, III). Portanto, o Decreto não exorbitou seu poder de regulamentação. Além disso, o ato de alienar é decorrente do ato de adquirir. A Nota acrescenta que essa posição está amparada por diversas decisões do Supremo Tribunal Federal como, por exemplo, a MS/26410 – Medida Cautelar em Mandado de Segurança.

Acrescenta a Petrobras que *o novo Estatuto das Estatais (Lei nº 13.303), que veio disciplinar as licitações e contratos no âmbito das empresas públicas e sociedades de economia mista, estabeleceu, em seu art. 28, §§ 3º e 4º, a dispensa de licitação nas hipóteses de formação e extinção de parcerias, desde que justificada a inviabilidade de processo competitivo, em situações definidas como oportunidades de negócios em que a escolha do parceiro esteja associada a suas características particulares.*

A segunda linha de questionamento da proposta de Fiscalização e Controle é a de que as alienações podem comprometer o papel estratégico da Petrobras nos diversos setores. Apesar de se tratar de tema de enorme relevância, a Nota Técnica da Petrobras não se pronuncia a respeito.

O terceiro questionamento é o de que o PNG 2017-2021 e o plano de desinvestimentos nele contido refletem *uma visão de curto prazo e equivocada até do ponto de vista financeiro, pois ativos como a BR*



*Distribuidora e a NTS apresentam taxas de rentabilidade maiores que as taxas de captação e de rolagem da dívida.*

A Nota da Petrobras não entra nesse mérito, o que é compreensível, posto que envolve questões de política macroeconômica e de estratégias de desenvolvimento nacional que ultrapassam em muito os horizontes da Petrobras. A estatal limita-se a enfatizar que o plano de desinvestimentos é fundamental para a recuperação da empresa. O grande objetivo é o de reduzir o endividamento – e permitir à empresa realizar seus investimentos – sem a necessidade de novas captações.

Na visão da estatal, se os projetos de desinvestimentos forem descontinuados, será necessária a captação de recursos adicionais de US\$ 27 bilhões no período 2017-2021 e a Petrobras manterá o mesmo nível elevado de exposição ao risco – com consequências graves para seus investimentos, seu valor de mercado, viabilidade financeira e, conseqüentemente, custo de captação de recursos.

Em conclusão, embora a Nota Técnica da Petrobras tenha elucidado vários pontos, sobretudo no que tange à legalidade das alienações realizadas, há que se reconhecer que diversas questões permanecem sem resposta e alguns elementos da argumentação podem estar sujeitos a interpretações divergentes.

Um dos principais é a caracterização das alienações da NTS e da BR Distribuidora. Estas operações podem ser interpretadas como exemplos de desestatização, à luz do § 1º do art. 2º da Lei nº 9.491, de 1997, como defende o autor da proposta de fiscalização. Também podem ser enquadradas como medidas de desestatização, nos termos da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, que cria o Programa de Parcerias de Investimentos – PPI. Ou, como quer a Petrobras, podem ser encaradas como procedimentos empresariais próprios de qualquer empresa que atue em um mercado competitivo.

Como a Nota não tratou dos questionamentos relativos ao impacto das alienações no papel estratégico da Petrobras nem tampouco da conveniência, ou não, de o País investir parte de suas reservas na compra desses ativos, ao invés de vendê-los a terceiros, julgamos que algumas das perguntas feitas no âmbito da Proposta de Fiscalização e Controle



permanecem sem uma resposta satisfatória. No entanto, como o TCU já vem exercendo regularmente sua atividade de controle sobre o Programa de Desinvestimentos da Petrobras, consideramos mais conveniente transformar a Proposta de Fiscalização e Controle nº 2 em Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado de Minas e Energia.

### **III – VOTO**

Em face do exposto, somos pela transformação da Proposta de Fiscalização e Controle nº 2 no Requerimento de Informações apresentado a seguir, que incorpora as perguntas listadas ao final da Justificação à Proposta de Fiscalização e Controle.





Senado Federal

15

## Relatório de Registro de Presença

**CTFC, 09/08/2017 às 09h - 12ª, Extraordinária**

Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
RENAN CALHEIROS	1. SIMONE TEBET <a href="#">PRESENTE</a>
AIRTON SANDOVAL <a href="#">PRESENTE</a>	2. GARIBALDI ALVES FILHO
DÁRIO BERGER <a href="#">PRESENTE</a>	3. ELMANO FÉRRER
ROMERO JUCÁ <a href="#">PRESENTE</a>	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
FÁTIMA BEZERRA <a href="#">PRESENTE</a>	1. GLEISI HOFFMANN
PAULO PAIM <a href="#">PRESENTE</a>	2. HUMBERTO COSTA
REGINA SOUSA <a href="#">PRESENTE</a>	3. JORGE VIANA
ACIR GURGACZ	4. LINDBERGH FARIAS
Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
ATAÍDES OLIVEIRA <a href="#">PRESENTE</a>	1. MARIA DO CARMO ALVES <a href="#">PRESENTE</a>
DALIRIO BEBER <a href="#">PRESENTE</a>	2. FLEXA RIBEIRO <a href="#">PRESENTE</a>
DAVI ALCOLUMBRE <a href="#">PRESENTE</a>	3. RICARDO FERRAÇO <a href="#">PRESENTE</a>
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
SÉRGIO PETECÃO <a href="#">PRESENTE</a>	1. ANA AMÉLIA
GLADSON CAMELI <a href="#">PRESENTE</a>	2. WILDER MORAIS <a href="#">PRESENTE</a>
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
TITULARES	SUPLENTES
JOÃO CAPIBERIBE	1. RANDOLFE RODRIGUES
VANESSA GRAZZIOTIN <a href="#">PRESENTE</a>	2. CRISTOVAM BUARQUE
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
CIDINHO SANTOS <a href="#">PRESENTE</a>	1. EDUARDO LOPES <a href="#">PRESENTE</a>
ARMANDO MONTEIRO	2. VAGO

### Não Membros Presentes

VALDIR RAUPP  
JOSÉ MEDEIROS  
VICENTINHO ALVES





## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PFS 2/2016)**

REUNIDA A CTFC NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA COMISSÃO, PELA TRANSFORMAÇÃO DA PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE NO REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES QUE APRESENTA.

09 de Agosto de 2017

**Senador ATAÍDES OLIVEIRA**

Presidente da Comissão de Transparência, Governança,  
Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

### Bahia

**Bloco-PSB** - Lídice da Mata\*  
**Bloco-PP** - Roberto Muniz\* (S)  
**Bloco-PSD** - Otto Alencar\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PRB** - Eduardo Lopes\* (S)  
**Bloco-PT** - Lindbergh Farias\*  
**PODE** - Romário\*\*

### Maranhão

**PMDB** - Edison Lobão\*  
**PMDB** - João Alberto Souza\*  
**Bloco-PSB** - Roberto Rocha\*\*

### Pará

**Bloco-PSDB** - Flexa Ribeiro\*  
**PMDB** - Jader Barbalho\*  
**Bloco-PT** - Paulo Rocha\*\*

### Pernambuco

**Bloco-PTB** - Armando Monteiro\*  
**Bloco-PT** - Humberto Costa\*  
**Bloco-PSB** - Fernando Bezerra Coelho\*\*

### São Paulo

**PMDB** - Aírton Sandoval\* (S)  
**PMDB** - Marta Suplicy\*  
**Bloco-PSDB** - José Serra\*\*

### Minas Gerais

**Bloco-PSDB** - Aécio Neves\*  
**PMDB** - Zeze Perrella\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Antonio Anastasia\*\*

### Goiás

**Bloco-PSB** - Lúcia Vânia\*  
**Bloco-PP** - Wilder Morais\* (S)  
**Bloco-DEM** - Ronaldo Caiado\*\*

### Mato Grosso

**Bloco-PR** - Cidinho Santos\* (S)  
**Bloco-PSD** - José Medeiros\* (S)  
**Bloco-PR** - Wellington Fagundes\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PP** - Ana Amélia\*  
**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**Bloco-PSD** - Lasier Martins\*\*

### Ceará

**PMDB** - Eunício Oliveira\*  
**Bloco-PT** - José Pimentel\*  
**Bloco-PSDB** - Tasso Jereissati\*\*

### Paraíba

**Bloco-PSDB** - Cássio Cunha Lima\*  
**PMDB** - Raimundo Lira\* (S)  
**PMDB** - José Maranhão\*\*

### Espírito Santo

**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PSDB** - Ricardo Ferraço\*  
**PMDB** - Rose de Freitas\*\*

### Piauí

**Bloco-PP** - Ciro Nogueira\*  
**Bloco-PT** - Regina Sousa\* (S)  
**PMDB** - Elmano Férrer\*\*

### Rio Grande do Norte

**PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Bloco-DEM** - José Agripino\*  
**Bloco-PT** - Fátima Bezerra\*\*

### Santa Catarina

**Bloco-PSDB** - Dalirio Beber\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Paulo Bauer\*  
**PMDB** - Dário Berger\*\*

### Alagoas

**Bloco-PP** - Benedito de Lira\*  
**PMDB** - Renan Calheiros\*  
**Bloco-PTC** - Fernando Collor\*\*

### Sergipe

**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**Bloco-PSDB** - Eduardo Amorim\*  
**Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves\*\*

### Mandatos

\*: Período 2011/2019    \*\*: Período 2015/2023

### Amazonas

**PMDB** - Eduardo Braga\*  
**Bloco-PCdoB** - Vanessa Grazziotin\*  
**Bloco-PSD** - Omar Aziz\*\*

### Paraná

**Bloco-PT** - Gleisi Hoffmann\*  
**PMDB** - Roberto Requião\*  
**PODE** - Alvaro Dias\*\*

### Acre

**Bloco-PT** - Jorge Viana\*  
**Bloco-PSD** - Sérgio Petecão\*  
**Bloco-PP** - Gladson Cameli\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PSC** - Pedro Chaves\* (S)  
**PMDB** - Waldemir Moka\*  
**PMDB** - Simone Tebet\*\*

### Distrito Federal

**Bloco-PPS** - Cristovam Buarque\*  
**PMDB** - Hélio José\* (S)  
**S/Partido** - Reguffe\*\*

### Rondônia

**Bloco-PP** - Ivo Cassol\*  
**PMDB** - Valdir Raupp\*  
**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz\*\*

### Tocantins

**Bloco-PSDB** - Ataídes Oliveira\* (S)  
**Bloco-PR** - Vicentinho Alves\*  
**PMDB** - Kátia Abreu\*\*

### Amapá

**Bloco-PSB** - João Capiberibe\*  
**Bloco-REDE** - Randolfe Rodrigues\*  
**Bloco-DEM** - Davi Alcolumbre\*\*

### Roraima

**Bloco-PDT** - Ângela Portela\*  
**PMDB** - Romero Jucá\*  
**Bloco-PTB** - Telmário Mota\*\*



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

### (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

#### PMDB - 22

Airton Sandoval.	SP
Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Elmano Férrer.	PI
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Hélio José.	DF
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Kátia Abreu.	TO
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS
Zeze Perrella.	MG

#### Bloco Social Democrata - 15 PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB / MG
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

#### Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 12 PP-7 / PSD-5

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
José Medeiros.	PSD / MT
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Moraes.	PP / GO

#### Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11 PT-9 / PDT-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

#### Bloco Moderador - 9 PTB-2 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1 PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PSC / MS
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

#### Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9 PSB-6 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfê Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

#### PODE - 2

Alvaro Dias.	PR
Romário.	RJ

#### S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

PMDB.	22
Bloco Social Democrata.	15
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	12
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	11
Bloco Moderador.	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	9
PODE.	2
S/Partido.	1
<b>TOTAL</b>	<b>81</b>



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Airton Sandoval* (PMDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
Alvaro Dias** (PODE-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (PMDB-DF)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Reguffe** (S/Partido-DF)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Romário** (PODE-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Dário Berger** (PMDB-SC)	Kátia Abreu** (PMDB-TO)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
Eduardo Braga* (PMDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (PMDB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (PMDB-MG)

### Mandatos

\*: Período 2011/2019    \*\*: Período 2015/2023



## **COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA**

### **PRESIDENTE**

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

### **1º VICE-PRESIDENTE**

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

### **2º VICE-PRESIDENTE**

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

### **1º SECRETÁRIO**

José Pimentel - (PT-CE)

### **2º SECRETÁRIO**

Gladson Cameli - (PP-AC)

### **3º SECRETÁRIO**

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

### **4º SECRETÁRIO**

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

### **SUPLENTE DE SECRETÁRIO**

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)





## COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p><b>PMDB - 22</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Raimundo Lira - PMDB</b></p>	<p><b>Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 15</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Eduardo Amorim - PSDB</b> (69,105,140)</p> <p>Vice-Líderes Ricardo Ferraço (78,86,112) Davi Alcolumbre (75,85,132) Ataídes Oliveira (74)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSDB - 11</b> <b>Paulo Bauer</b> (107)</p> <p>Vice-Líder do PSDB Ricardo Ferraço (78,86,112)</p> <p><b>Líder do DEM - 4</b> <b>Ronaldo Caiado</b> (106)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (32,52)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 12</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Wilder Moraes - PP</b> (39,122,131)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (99) Otto Alencar (49)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PP - 7</b> <b>Benedito de Lira</b> (99)</p> <p><b>Líder do PSD - 5</b> <b>Omar Aziz</b> (45,100)</p> <p>Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,96,117)</p>
<p><b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 11</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Lindbergh Farias - PT</b> (27,59,63,89,126,135,136)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,25,116) Regina Sousa (35)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PT - 9</b> <b>Lindbergh Farias</b> (27,59,63,89,126,135,136)</p> <p>Vice-Líder do PT Paulo Rocha (31,41,55,60,127)</p> <p><b>Líder do PDT - 2</b> <b>Acir Gurgacz</b> (3,25,116) <b>Ângela Portela</b> (139)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 9</b></p> <p><b>Líder</b> <b>João Capiberibe - PSB</b> (1,11,114)</p> <p>Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (51,70) Vanessa Grazziotin (17,21)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSB - 6</b> <b>Fernando Bezerra Coelho</b> (102,134)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (37,54,111)</p> <p><b>Líder do PPS - 1</b> <b>Cristovam Buarque</b> (64)</p> <p><b>Líder do PCdoB - 1</b> <b>Vanessa Grazziotin</b> (17,21)</p> <p><b>Líder do REDE - 1</b> <b>Randolfe Rodrigues</b> (20,23,91)</p>	<p><b>Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Wellington Fagundes - PR</b> (42,46,108)</p> <p>Vice-Líder Telmário Mota (4,29,34,44,56,84,104,128)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PTB - 2</b> <b>Armando Monteiro</b> (97)</p> <p><b>Líder do PR - 4</b> <b>Vicentinho Alves</b> (103)</p> <p>Vice-Líder do PR Magno Malta (109)</p> <p><b>Líder do PSC - 1</b> <b>Pedro Chaves</b> (110)</p> <p><b>Líder do PRB - 1</b> <b>Eduardo Lopes</b> (81,95)</p> <p><b>Líder do PTC - 1</b> <b>Fernando Collor</b> (5,8,67,72)</p>
<p><b>Governo</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b> (119)</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (102,134) José Medeiros (9,14,22,88,133) Davi Alcolumbre (75,85,132) Wilder Moraes (39,122,131) Flexa Ribeiro (130) Sérgio Petecão (10,129)</p>	<p><b>PODE - 2</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Alvaro Dias - PODE</b> (16,66,138)</p> <p>Vice-Líder Romário (137)</p>	<p><b>Maioria</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Raimundo Lira - PMDB</b></p>
<p><b>Minoria</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Humberto Costa - PT</b> (15,18,50,53,79,90,115)</p>		

**Notas:**

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEL).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
22. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
25. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
26. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
52. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
58. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
60. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
62. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



65. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
66. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
69. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
70. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
71. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
72. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST).
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017).
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
99. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
100. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD).
101. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 11/2017).
102. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017).
103. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
104. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e, em virtude de sua desfiliação do partido.
105. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
106. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
107. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017).
108. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD).
109. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017).
110. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
111. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB).
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB).
113. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
114. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD).
115. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT).
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
120. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO).
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDDB nº 71/2017).
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 74/2017).
125. Em 24.03.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 2º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 74/2017).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



126. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
128. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
129. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
132. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
134. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
135. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
136. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
137. Em 04.07.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).



## COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

**Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

**Número de membros:** 11

**PRESIDENTE:** Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

**RELATOR:** Senador José Maranhão (PMDB-PB)

**Designação:** 22/06/2016

**Leitura:** 13/07/2016

**Instalação:** 12/07/2016

### MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PMDB-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSB-MA) <sup>(1)</sup>

### CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

#### PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 ( Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 ( Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 ( Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 ( Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

#### **Notas:**

\*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

\*\* Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

\*\*\*. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos n°s 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

**Secretário(a):** Marcelo Assaife Lopes

**Telefone(s):** 61 - 3303 3514

**E-mail:** coceti@senado.leg.br





## 2) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA

**Finalidade:** Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------



**3) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS**

**Finalidade:** Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO

**Instalação:** 08/11/2016

**Prazo final:** 22/12/2016

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)</b>	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
<b>Majoria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
<b>Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)</b>	
VAGO	1. VAGO
	2.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
VAGO	1.
<b>Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)</b>	
VAGO	1. VAGO

**Secretário(a):** Felipe Geraldês e Guilherme Brandão (Adjunto)

**Telefone(s):** 33034854

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



#### 4) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

**Finalidade:** Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins

(Requerimento nº 963, de 2016)

**Número de membros:** 4 titulares e 4 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Prazo final prorrogado:** 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) <sup>(1)</sup>	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(1)</sup>	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(1)</sup>	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(1)</sup>	4.

**Notas:**

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



## 5) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

**Finalidade:** Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

**Número de membros: 23**

**PRESIDENTE:** José Antonio Dias Toffoli

**Instalação:** 07/07/2010

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2017

### MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

#### Notas:

\*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

\*\*. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

\*\*\*. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

\*\*\*\*. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

\*\*\*\*\*. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

\*\*\*\*\*. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

\*\*\*\*\*. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

\*\*\*\*\*. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



\*\*\*\*\*. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.  
\*\*\*\*\*. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.  
\*\*\*\*\*. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.  
\*\*\*\*\*. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.  
\*\*\*\*\*. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.  
\*\*\*\*\*. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.  
\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

**Secretário(a):** Reinilson Prado

**Telefone(s):** 61 33033492

**Fax:** 61 33021176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br





## 6) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

**Número de membros:** 20

**PRESIDENTE:** Mauro Campbell Marques

**VICE-PRESIDENTE:** João Geraldo Piquet Carneiro

**RELATOR:** José Antonio Dias Toffoli

**Leitura:** 19/08/2015

**Instalação:** 02/09/2015

**Prazo final:** 11/04/2016

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2017

### MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helene Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

#### Notas:

\*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

\*\* O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

\*\*\*. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helene Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

**Secretário(a):** Donaldo Portela Rodrigues

**Telefone(s):** 33033501

**E-mail:** coceti@senado.gov.br



## COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### 1)CPI DA PREVIDÊNCIA

**Finalidade:** Destinada a investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos.

Requerimento nº 161, de 2017

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(6)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(6)</sup>

**RELATOR:** Senador Hélio José (PMDB-DF) <sup>(6)</sup>

**Leitura:** 21/03/2017

**Instalação:** 26/04/2017

**Prazo final:** 08/09/2017

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB</b>	
Senadora Rose de Freitas (ES) <sup>(5)</sup>	1. Senador Dário Berger (SC) <sup>(5)</sup>
Senador Hélio José (DF) <sup>(5)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)</b>	
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3)</sup>	1. Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)</b>	
VAGO <sup>(2,7)</sup>	1.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)</b>	
Senador Lasier Martins (PSD-RS)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(1)</sup>	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)</b>	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(4)</sup>	

**Notas:**

1. Em 19.04.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Antônio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 039/2017-BLSDEM).
2. Em 19.04.2017, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 112/2017-GLPSDB).
3. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular; e o Senador José Pimentel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 052/2017).
4. Em 25.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 056/2017-BLOMOD).
5. Em 25.04.2017, os Senadores Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares, e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 104/2017-GLPMDB).
6. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Hélio José, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIPREV).
7. Em 2.05.2017, o Senador Ataídes de Oliveira deixou de integrar, como titular, o colegiado (Of. 127/2017-GLPSDB).

**Secretário(a):** Felipe Geraldês - Adjunto Marcelo Assaife

**Telefone(s):** 61 33034854

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



## 2)CPI DOS MAUS-TRATOS

**Finalidade:** Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Magno Malta (PR-ES) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador José Medeiros (PSD-MT) <sup>(2)</sup>

**Leitura:** 25/04/2017

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB</b>	
Senadora Simone Tebet (MS) <sup>(3)</sup>	1.
Senadora Marta Suplicy (SP) <sup>(3)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)</b>	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
<b>Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)</b>	
Senador José Medeiros (PSD-MT) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
<b>Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)</b>	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

**Notas:**

1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).
2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT)
3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).

**Secretário(a):** Reinilson Prado / Donaldo Portela

**Telefone(s):** 3303-3492



### 3)CPI DO BNDES

**Finalidade:** Investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de globalização das companhias nacionais, em especial a linha de financiamento específica à internacionalização de empresas, a partir do ano de 1997.

(Requerimento nº 375, de 2017)

**Número de membros:** 13 titulares e 8 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Roberto Rocha (PSB-MA) <sup>(2)</sup>

**Leitura:** 25/05/2017

**Instalação:** 02/08/2017

**Prazo final:** 08/02/2018

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB</b>	
Senador Aírton Sandoval (SP) <sup>(3)</sup>	1. Senador Zeze Perrella (MG) <sup>(3,6)</sup>
Senador Elmano Férrer (PI) <sup>(3)</sup>	2. Senador Romero Jucá (RR) <sup>(3)</sup>
Senador João Alberto Souza (MA) <sup>(3)</sup>	
<b>Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)</b>	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO <sup>(5)</sup>
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	2.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(1,5)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)</b>	
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)</b>	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(4)</sup>	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(4)</sup>
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(4)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
<b>Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)</b>	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(7)</sup>

**Notas:**

1. Em 13.06.2017, o Senador Dalírio Beber deixa de compor o colegiado, como titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 160/2017-GLPSDB)
2. Em 02.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão e Roberto Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIBNDES).
3. Em 02.08.2017, são designados os Senadores Aírton Sandoval, Elmano Férrer e João Alberto Souza, como titulares, e os Senadores Waldemir Moka e Romero Jucá, como suplentes, para compor o colegiado, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 133/2017-GLPMDB)
4. Em 02.08.2017, são designados os Senadores Acir Gurgacz e Lindbergh Farias, como titulares, e o Senador Paulo Rocha, como suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 89/2017-GLBPRD)
5. Em 02.08.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 27/2017-GLDEM).
6. Em 02.08.2017, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Of. 156/2017-GLPMDB)
7. Em 10.08.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 87/2017-BLOMOD)

**Secretário(a):** Donaldo Portela / Leandro Bueno

**Telefone(s):** 3303-3511

**E-mail:** coceti@senado.gov.br





## COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) <sup>(7)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senadora Kátia Abreu <sup>(6)</sup>	1. Senador Eduardo Braga <sup>(6,9)</sup>
Senador Roberto Requião <sup>(6,9)</sup>	2. Senador Romero Jucá <sup>(6)</sup>
Senador Garibaldi Alves Filho <sup>(6)</sup>	3. Senador Elmano Férrer <sup>(6)</sup>
Senador Raimundo Lira <sup>(6)</sup>	4. Senador Waldemir Moka <sup>(6)</sup>
Senadora Simone Tebet <sup>(6)</sup>	5.
Senador Valdir Raupp <sup>(6)</sup>	6.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>
Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(1)</sup>	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>
Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(1)</sup>	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(1)</sup>
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1,14,16)</sup>	6. Senador Randolfê Rodrigues (REDE-AP) <sup>(1,13)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(3)</sup>	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(3)</sup>
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(3)</sup>	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(3)</sup>
Senador José Serra (PSDB-SP) <sup>(3)</sup>	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(3)</sup>
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(6)</sup>	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(6)</sup>
Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(6)</sup>	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2)</sup>	2. Senador José Medeiros (PSD-MT) <sup>(2)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(2)</sup>	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) <sup>(4)</sup>	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) <sup>(4)</sup>
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(4,10)</sup>	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(4)</sup>
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(4)</sup>	3. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(8,10)</sup>
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(5)</sup>	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(5)</sup>
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(5)</sup>	2. VAGO <sup>(5,11,12)</sup>
Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(5,15)</sup>	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(5)</sup>

**Notas:**

\*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Atáides Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Lúcia Vânia e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Cristovam Buarque, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 4/2017-BLSDEM).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
8. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
9. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
10. Em 24.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à senadora Lúcia Vânia, que passou a ocupar a vaga como suplente (Memo. nº 35/2017-BLSDEM).
11. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
12. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
13. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
14. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
15. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
16. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Reuniões:** Terças-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br



**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Telefone(s):** 61 33033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br



## 1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Instalação:** 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
VAGO	1.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Telefone(s):** 61 33033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br



### **1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Telefone(s):** 61 33033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br





#### **1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva  
**Telefone(s):** 61 33033516



## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) <sup>(13)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(13)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Hélio José <sup>(8)</sup>	1. Senador Garibaldi Alves Filho <sup>(8)</sup>
Senador Waldemir Moka <sup>(8,11)</sup>	2. Senador Valdir Raupp <sup>(8)</sup>
Senadora Marta Suplicy <sup>(8)</sup>	3. Senador Romero Jucá <sup>(8)</sup>
Senador Elmano Férrer <sup>(8,14)</sup>	4. Senador Edison Lobão <sup>(8)</sup>
Senador Airtton Sandoval <sup>(8,12)</sup>	5. Senadora Rose de Freitas <sup>(14)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>	3. Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(1)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1)</sup>	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(1)</sup>
Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(1)</sup>	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(6)</sup>	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(6)</sup>
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) <sup>(6)</sup>	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(6)</sup>
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(9)</sup>	3. Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(9)</sup>
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(9)</sup>	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(3)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(3)</sup>
Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(3,15,16)</sup>	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(4)</sup>	1. Senador Romário (PODE-RJ) <sup>(4)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(5)</sup>	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(7)</sup>	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(7)</sup>
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(7)</sup>	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) <sup>(7)</sup>

### Notas:

\*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).

**Secretário(a):** Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33034608

**E-mail:** cas@senado.gov.br



### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Edison Lobão (PMDB-MA) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(8)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) <sup>(1)</sup>	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) <sup>(1)</sup>
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) <sup>(1)</sup>	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) <sup>(1)</sup>	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) <sup>(1)</sup>
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) <sup>(1)</sup>	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) <sup>(1)</sup>
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(1)</sup>	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(1)</sup>
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) <sup>(1)</sup>	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) <sup>(1)</sup>
Senador José Maranhão (PMDB-PB) <sup>(1)</sup>	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(6)</sup>	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(6,19)</sup>
Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(6)</sup>	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(6,17,18)</sup>
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(6)</sup>	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(6,11,13,19)</sup>
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(6,17)</sup>	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(6)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(6)</sup>	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(6,19,22,27)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(6,22,27)</sup>	6. VAGO <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) <sup>(3,21,28)</sup>	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(3,12)</sup>
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(3)</sup>	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) <sup>(3)</sup>
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(3,15,23,24,25,26)</sup>	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) <sup>(3)</sup>
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(9)</sup>	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(9)</sup>
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(9)</sup>	5. Senador José Serra (PSDB-SP) <sup>(20,23,24,25,26)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) <sup>(5)</sup>	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(5)</sup>
Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(5)</sup>	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(5,14)</sup>
Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(5)</sup>	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(4)</sup>	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) <sup>(4,29)</sup>
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(4,30)</sup>	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(4)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(4)</sup>	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(2)</sup>	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(2,16)</sup>
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) <sup>(2,10)</sup>	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(2,10)</sup>
Senador Magno Malta (PR-ES) <sup>(2)</sup>	3. Senador Fernando Collor (PTC-AL) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

\*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** ccj@senado.gov.br





### **3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 61-3303-3972

**Fax:** 61-3303-4315

**E-mail:** scomcej@senado.gov.br



### **3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

**(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br



**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE****Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senadora Rose de Freitas (7,12)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3.
Senador José Maranhão (7)	4.
Senador Raimundo Lira (7)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	6.
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
VAGO (1,9)	3.
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador José Medeiros (PSD-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. Senador Romário (PODE-RJ) (2)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3.
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (3)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (8,10,11)

**Notas:**

\*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDB).

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura  
**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas -  
**Telefone(s):** 61 33033498  
**E-mail:** ce@senado.leg.br



#### **4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

**(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)**

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura

**Telefone(s):** 61 33033498

**E-mail:** ce@senado.leg.br





#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Finalidade:** Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

**(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Willy da Cruz Souza

**Telefone(s):** 33033498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS**

**Finalidade:** Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

**(Requerimento 811, de 2001)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Willy da Cruz Souza

**Telefone(s):** 61 33033498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(13)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(19)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Hélio José <sup>(11)</sup>	1. Senador Aírton Sandoval <sup>(11,14)</sup>
Senador Renan Calheiros <sup>(11)</sup>	2. Senador Dário Berger <sup>(11)</sup>
Senador João Alberto Souza <sup>(11)</sup>	3.
Senador Valdir Raupp <sup>(11,14)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1)</sup>	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(5)</sup>	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(5)</sup>
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(5)</sup>	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(7,9)</sup>
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(7,9)</sup>	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) <sup>(2)</sup>
Senador Roberto Muniz (PP-BA) <sup>(2,10)</sup>	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(3)</sup>
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(4)</sup>	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(6,15)</sup>	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(6,17,18)</sup>
Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(6)</sup>	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(6,12,16)</sup>

**Notas:**

\*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

1. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).

3. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).

10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).

11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador(Of. nº 37/2017-BLOMOD).
13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).

**Secretário(a):** Airtton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:30min -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Regina Sousa (PT-PI)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
VAGO (6,10)	1. Senador Valdir Raupp (6)
Senadora Marta Suplicy (6)	2.
Senador Hélio José (6)	3.
VAGO (6,9)	4.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO (1,8)	1.
VAGO (1,11)	2.
VAGO (1,12)	3.
VAGO (7,14)	4.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador José Medeiros (PSD-MT) (3)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
	2.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (16)
Senador Romário (PODE-RJ) (2)	2.
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,13,15)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)

### Notas:

\*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalirio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>





13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br



## **6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO**

**Finalidade:** Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br



### 6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

**Finalidade:** Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
VAGO	1. VAGO

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



## 6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

**Finalidade:** Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 83, de 2017)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3)</sup>

**Instalação:** 09/08/2017

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB</b>	
Senador Valdir Raupp <sup>(2)</sup>	1. Senador Hélio José <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC ) <sup>(1)</sup></b>	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(2)</sup>	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

- Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.
  - Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)
  - Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).
- \*. Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)
- \*\* Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br





## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL) <sup>(9)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(9)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Edison Lobão <sup>(7)</sup>	1. Senador Renan Calheiros <sup>(7,13)</sup>
Senador João Alberto Souza <sup>(7)</sup>	2. Senador Valdir Raupp <sup>(7)</sup>
Senador Roberto Requião <sup>(7,13)</sup>	3. Senador Hélio José <sup>(7)</sup>
Senador Romero Jucá <sup>(7)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(5)</sup>	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(5)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(5,16)</sup>	2. Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(5)</sup>
Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(5)</sup>	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(5)</sup>
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(5)</sup>	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(5,16)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(2)</sup>	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) <sup>(2)</sup>
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(2)</sup>	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(8)</sup>
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(2,12)</sup>	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(11)</sup>
Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(8)</sup>	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(12)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) <sup>(6)</sup>	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) <sup>(6)</sup>
Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(6)</sup>	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(4)</sup>	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(4)</sup>
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) <sup>(4)</sup>	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) <sup>(3)</sup>	1. VAGO <sup>(3,10,14,15)</sup>
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(3)</sup>	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(3)</sup>

### Notas:

\*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).

11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).

**Secretário(a):** Alvaro Araujo Souza

**Reuniões:** Quintas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3496

**E-mail:** cre@senado.leg.br



**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Renan Calheiros <sup>(7)</sup>	1. Senador Hélio José <sup>(7)</sup>
Senador Eduardo Braga <sup>(7)</sup>	2. Senadora Kátia Abreu <sup>(7,9,10)</sup>
Senador Romero Jucá <sup>(7)</sup>	3. Senadora Rose de Freitas <sup>(7)</sup>
Senador Elmano Férrer <sup>(7)</sup>	4. Senador Jader Barbalho <sup>(7)</sup>
Senador Raimundo Lira <sup>(7)</sup>	5. Senador Valdir Raupp <sup>(10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(3)</sup>
Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(3)</sup>	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(3)</sup>
Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(3)</sup>	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(3)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(3)</sup>	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(3)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(3)</sup>	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(2)</sup>	1. Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(6)</sup>
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(2,8,11)</sup>	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(2)</sup>	3.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(6)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(4)</sup>	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) <sup>(4)</sup>
Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(4)</sup>	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(4)</sup>
Senador Roberto Muniz (PP-BA) <sup>(4)</sup>	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(1)</sup>	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(1)</sup>
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) <sup>(1)</sup>	2.
	3.
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(5)</sup>	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(5)</sup>
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(5)</sup>	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(5,12,13)</sup>
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(5)</sup>	3. Senador Magno Malta (PR-ES) <sup>(5)</sup>

**Notas:**

1. Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Moraes e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br



## **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br



## **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286





### **8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br



## **8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Designação:** 20/05/2015

**Instalação:** 10/06/2015

**Notas:**

\* Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br



## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(9)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(13)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Hélio José <sup>(8,14)</sup>	1. Senador Romero Jucá <sup>(8)</sup>
Senador Elmano Férrer <sup>(8)</sup>	2. Senadora Simone Tebet <sup>(8,14)</sup>
Senador Waldemir Moka <sup>(8,10)</sup>	3. Senador Valdir Raupp <sup>(8)</sup>
Senador João Alberto Souza <sup>(8)</sup>	4. Senador Dário Berger <sup>(8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4,12)</sup>	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(4,12)</sup>
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(4)</sup>	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(4)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(4)</sup>	3. Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(4)</sup>
Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(4)</sup>	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(5)</sup>	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(5)</sup>
VAGO <sup>(5,11)</sup>	2. VAGO <sup>(7,15)</sup>
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(7,15)</sup>	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(11)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(3)</sup>	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) <sup>(3)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(3)</sup>	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(17)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(1)</sup>	1.
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(2)</sup>	2.
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(6)</sup>	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(6)</sup>
VAGO <sup>(6,16)</sup>	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) <sup>(6)</sup>

### Notas:

1. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
6. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
9. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
10. Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
11. Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
12. Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
13. Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).

15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).

16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Reuniões:** Quartas-Feiras 8:30min -

**Telefone(s):** 61 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** [cdr@senado.gov.br](mailto:cdr@senado.gov.br)



## **9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627



## **9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627





### **9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627



## 10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(8)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(8)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Waldemir Moka <sup>(6)</sup>	1. Senadora Rose de Freitas <sup>(6)</sup>
Senador Elmano Férrer <sup>(6)</sup>	2. Senador Romero Jucá <sup>(6)</sup>
Senador Valdir Raupp <sup>(6)</sup>	3.
Senador Dário Berger <sup>(6)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>
Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(1)</sup>	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(4)</sup>	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(4)</sup>
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) <sup>(4)</sup>	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(7)</sup>
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(7)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) <sup>(3)</sup>	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) <sup>(3)</sup>
Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(3)</sup>	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(2)</sup>	1.
VAGO <sup>(2,9)</sup>	2.
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(5)</sup>	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(5,10,11)</sup>
Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(5)</sup>	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(5)</sup>

### Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº 011/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº 018/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº 028/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
9. Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).



**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -  
**Telefone(s):** 3303 3506  
**Fax:** 3303 1017  
**E-mail:** cra@senado.gov.br



### **10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**

**Finalidade:** REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3311-3506/3321

**Fax:** 3311-1017

**E-mail:** scomcra@senado.gov.br



## 11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Waldemir Moka <sup>(8)</sup>	1. Senador Airtton Sandoval <sup>(10)</sup>
VAGO <sup>(8,12)</sup>	2. Senador Hélio José <sup>(11)</sup>
Senador Valdir Raupp <sup>(8)</sup>	3. Senador Dário Berger <sup>(16)</sup>
Senador João Alberto Souza <sup>(8)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1,15)</sup>	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>
VAGO <sup>(1,14)</sup>	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>
Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(1)</sup>	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(1,15)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(4)</sup>	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(7)</sup>
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(4)</sup>	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(7)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2)</sup>	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(2)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(9)</sup>	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(3)</sup>
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
VAGO <sup>(5,13)</sup>	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(5)</sup>
Senador Magno Malta (PR-ES) <sup>(5)</sup>	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) <sup>(5)</sup>

### Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).

15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).

16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).

**Secretário(a):** Mariana de Abreu Cobra Lima

**Reuniões:** Quartas-Feiras 8:30 min -

**Telefone(s):** 61 33031120

**E-mail:** cct@senado.gov.br





### **11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

**Finalidade:** Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Mariana de Abreu Cobra Lima

**Reuniões:** Quartas-Feiras 8:30 min -

**Telefone(s):** 61 33031120

**E-mail:** cct@senado.gov.br



**12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF****Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PMDB-DF) <sup>(8)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(8)</sup>**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Valdir Raupp <sup>(3)</sup>	1. Senadora Kátia Abreu <sup>(6)</sup>
Senador Hélio José <sup>(3)</sup>	2.
Senador João Alberto Souza <sup>(3,6,9)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(4)</sup>	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(4)</sup>
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(7)</sup>	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(7)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Roberto Muniz (PP-BA) <sup>(11)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(11)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(2)</sup>	1.
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(5)</sup>	1. VAGO <sup>(5,10)</sup>

**Notas:**

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
3. Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
4. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
5. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
6. Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
7. Em 04.04.2017, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
8. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
9. Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz**Telefone(s):** 61 33034440**E-mail:** csf@senado.leg.br

### 13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(12)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Airtton Sandoval (PMDB-SP) <sup>(12)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Renan Calheiros <sup>(10)</sup>	1. Senadora Simone Tebet <sup>(18)</sup>
Senador Airtton Sandoval <sup>(10)</sup>	2. Senador Garibaldi Alves Filho <sup>(18)</sup>
Senador Dário Berger <sup>(10)</sup>	3. Senador Elmano Férrer <sup>(18)</sup>
Senador Romero Jucá <sup>(10)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(4)</sup>	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(4)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4)</sup>	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4)</sup>
Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(4)</sup>	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(4)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(4)</sup>	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(11)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(5)</sup>	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(6)</sup>
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(5)</sup>	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(7)</sup>
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(6)</sup>	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(7)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(9)</sup>	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(17)</sup>
Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(9)</sup>	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(17)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(1)</sup>	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3)</sup>
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(2,13)</sup>	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(8,15,16)</sup>	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) <sup>(16)</sup>
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(8,14)</sup>	2.

**Notas:**

\*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalirio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).

6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).

9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).

10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airtton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Aírton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Moraes foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).

**Secretário(a):** Oscar Pener do Carmo Júnior

**Reuniões:** Terças-feiras 11:30min -

**Telefone(s):** 61 33033519

**E-mail:** ctfc@senado.leg.br



<b>CONSELHOS e ÓRGÃOS</b>
---------------------------

**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 03/02/2017**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(8)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(8)</sup>

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995      **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999      **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001      **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003      **10ª Eleição Geral:** 02/06/2015

**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005      **11ª Eleição Geral:** 30/05/2017

**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
Senador Airtón Sandoval (SP)		1. Senador Jader Barbalho (PA)	
Senador João Alberto Souza (MA)		2. Senador Eduardo Braga (AM)	
Senador Romero Jucá (RR)		3. VAGO (17)	
Senador Hélio José (DF) (18)		4. (1)	
Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM )			
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)		1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (16)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)		2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)		3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )			
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2,3,11,14)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,5,15)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (2,3)		2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,5)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )			
Senador José Pimentel (PT-CE)		1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)		2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (6)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )			
Senador João Capiberibe (PSB-AP)		1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)		2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (10)	
Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )			
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (12,13)		1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7,19)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)		2.	

**Atualização:** 07/06/2017

### Notas:

1. O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
3. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
4. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
5. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
6. A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
7. O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
8. Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1ª Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
9. O Senador Randolfe Rodrigues foi eleito membro suplente do Conselho, conforme MEMO nº 049/2017-BLSDEM, subscrito pelo Líder do Bloco Socialismo e Democracia, Senador João Capiberibe, datado de 07.06.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
10. A Senadora Vanessa Grazziotin foi eleita membro suplente do Conselho, conforme MEMO nº 049/2017-BLSDEM, subscrito pelo Líder do Bloco Socialismo e Democracia, Senador João Capiberibe, datado de 07.06.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.





11. O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.

12. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.

13. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.

14. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.

15. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.

16. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.

17. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.

18. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

19. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme OF. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br



**3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ***(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**7ª Designação:** 26/11/2015

<b>MEMBROS</b>	
<b>PMDB</b>	VAGO
<b>PT</b>	VAGO
<b>PSDB</b>	VAGO
<b>PSB</b>	VAGO
<b>PDT</b>	VAGO
<b>PR</b>	VAGO
<b>PSD</b>	VAGO
<b>DEM</b>	VAGO
<b>PP</b>	VAGO
<b>PTB</b>	VAGO
<b>PPS</b>	VAGO
<b>PCdoB</b>	VAGO
<b>REDE</b>	VAGO
<b>PSC</b>	VAGO
<b>PRB</b>	VAGO
<b>PTC</b>	
<b>PODE</b>	



**Atualização:** 08/02/2017**Notas:**

\*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 02/2001).



**4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS***(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)**MEMBROS****PTB**

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

**PSC**

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

**PMDB**

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

**Notas:**

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



**5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES***(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
VAGO
<b>PSB</b>
VAGO
<b>PDT</b>
VAGO
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PTB</b>
VAGO
<b>PPS</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO
<b>REDE</b>
VAGO
<b>PTC</b>
<b>PODE</b>

**Atualização:** 01/06/2017**Notas:**

\*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br



## 6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
VAGO
<b>PSB</b>
VAGO
<b>PDT</b>
VAGO
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PTB</b>
VAGO
<b>PPS</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO
<b>REDE</b>
VAGO
<b>PTC</b>
<b>PODE</b>



---

**Atualização:** 11/11/2015**Notas:**

\*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 14/2010)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

## 7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 17 titulares

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 12/09/2012

**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
<b>PTB</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PDT</b>
<b>PSB</b>
VAGO
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>REDE</b>
<b>PTC</b>
<b>PODE</b>

**Atualização:** 31/01/2015

**Notas:**

\*. Vago (Art. 6º da Res. 15/2012).



**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL***(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
VAGO
<b>PSB</b>
VAGO
<b>PDT</b>
VAGO
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PTB</b>
VAGO
<b>PPS</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO
<b>REDE</b>
<b>PTC</b>
<b>PODE</b>

**Atualização:** 18/10/2016**Notas:**

\*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 34/2013).



**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br



## 9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 15 titulares

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 20/12/2013

**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
VAGO
<b>PSB</b>
VAGO
<b>PDT</b>
VAGO
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PTB</b>
VAGO
<b>PPS</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO
<b>REDE</b>
<b>PTC</b>
<b>PODE</b>

**Atualização:** 11/11/2015

**Notas:**

\*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 47/2013).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**10) PROCURADORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:****1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

**Atualização:** 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER***(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

**Atualização:** 03/02/2017**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

**12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL**

*(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 )*

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

**Atualização:** 31/01/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** scop@senado.leg.br



**13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR**

*(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)*

**Número de membros:** 17 titulares

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 14/03/2011

**2ª Designação:** 21/03/2012

**3ª Designação:** 11/03/2013

**4ª Designação:** 26/03/2014

**5ª Designação:** 01/07/2015

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
VAGO
<b>PSB</b>
VAGO
<b>PDT</b>
VAGO
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PTB</b>
VAGO
<b>PPS</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO
<b>REDE</b>
VAGO
<b>PTC</b>
<b>PODE</b>





**Atualização:** 29/11/2016**Notas:**

\*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

# 14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Número de membros: 17 titulares

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE



**15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO***(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
<b>PT</b>
<b>PSDB</b>
<b>PSB</b>
<b>PDT</b>
<b>PR</b>
<b>PSD</b>
<b>DEM</b>
<b>PP</b>
<b>PTB</b>
<b>PPS</b>
<b>PCdoB</b>
<b>PSC</b>
<b>PRB</b>
<b>REDE</b>
<b>PTC</b>
<b>PODE</b>



**16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR***(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
<b>PT</b>
<b>PSDB</b>
<b>PSB</b>
<b>PDT</b>
<b>PR</b>
<b>PSD</b>
<b>DEM</b>
<b>PP</b>
<b>PTB</b>
<b>PPS</b>
<b>PCdoB</b>
<b>PSC</b>
<b>PRB</b>
<b>REDE</b>
<b>PTC</b>
<b>PODE</b>

**Notas:**

\*. Vago (Art. 6º, §1º, da Res. 31/2016).



## 17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

*(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)*

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 01/07/2015

<b>MEMBROS</b>	
<b>DEM</b>	VAGO
<b>PCdoB</b>	VAGO
<b>PDT</b>	VAGO
<b>PMDB</b>	VAGO
<b>PP</b>	VAGO
<b>PPS</b>	VAGO
<b>PR</b>	VAGO
<b>PRB</b>	VAGO
<b>PSB</b>	VAGO
<b>PSC</b>	VAGO
<b>PSD</b>	VAGO
<b>PSDB</b>	VAGO
<b>PT</b>	VAGO
<b>PTB</b>	VAGO
<b>REDE</b>	VAGO
<b>PTC</b>	
<b>PODE</b>	

**Atualização:** 01/06/2016

**Notas:**

\*. Vago (Art. 2º, §1º, da Res. 08/2009).



**Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP****Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br



**18) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA***(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
<b>PT</b>
<b>PSDB</b>
<b>PDT</b>
<b>PSB</b>
<b>PR</b>
<b>PSD</b>
<b>DEM</b>
<b>PP</b>
<b>PTB</b>
<b>PPS</b>
<b>PCdoB</b>
<b>PSC</b>
<b>PRB</b>
<b>REDE</b>
<b>PTC</b>
<b>PODE</b>

**Notas:**

\*. Vago (Art. 5º, §1º, da Res. 43/2016)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561**E-mail:** saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

Fale com o Senado  
**0800 61 2211**

 /senadofederal  
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO  
FEDERAL**

